

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Jeremyas Machado Silva

A FRONTEIRA PLATINA: HISTÓRIA E NARRATIVA
DA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA NA OBRA DE
EFRAÍM CARDOZO *“HACE 100 AÑOS: CRÓNICAS
DE LA GUERRA DE 1864-1870”*

Passo Fundo
2022

Jeremyas Machado Silva

A FRONTEIRA PLATINA: HISTÓRIA E NARRATIVA DA
GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA NA OBRA DE
EFRAÍM CARDOZO “*HACE 100 AÑOS: CRÓNICAS DE
LA GUERRA DE 1864-1870*”

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de doutor em História sob a orientação do Dr. Luiz Carlos Tau Golin e coorientação do Dr. Ronaldo Bernardino Colvero.

Passo Fundo
2022

CIP – Catalogação na Publicação

S586f Silva, Jeremyas Machado
A fronteira platina [recurso eletrônico] : história e narrativa da Guerra da Tríplice Aliança na obra de Efraím Cardozo “*Hace 100 años: Crónicas de la Guerra de 1864-1870*” / Jeremyas Machado Silva. – 2022.
3 MB ; PDF.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Tau Golin.
Coorientador: Prof. Dr. Ronaldo Bernardinho Colvero.
Tese (Doutorado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2022.

1. Tríplice Aliança, Guerra da, 1865-1870. 2. Narrativa.
3. Cardozo, Efraím. 4. Historiografia. I. Golin, Tau, orientador. II. Colvero, Ronaldo Bernardinho, coorientador.
III. Título.

CDU: 981

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

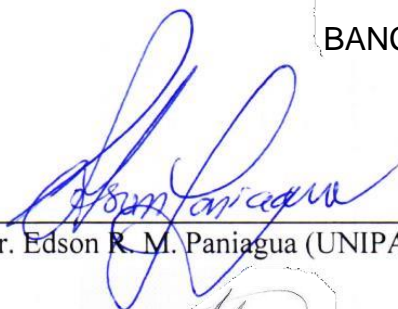
Jeremyas Machado Silva

A FRONTEIRA PLATINA: HISTÓRIA E NARRATIVA DA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA NA OBRA DE EFRAÍM CARDOZO “HACE 100 AÑOS: CRÓNICAS DE LA GUERRA DE 1864-1870”


Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de doutor em História sob a orientação do Dr. Luiz Carlos Tau Golin e coorientação do Dr. Ronaldo Bernardino Colvero.

Aprovada em 28 de abril de 2022.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Edson R. M. Paniagua (UNIPAMPA)


Prof. Dr. Muriel Pinto (UNIPAMPA)


Prof. Dr. Adelar Heinsfeld (UPF)


Profa. Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel (UPF)


Prof. Dr. Ronaldo B. Colvero (Unipampa)


Prof. Dr. Luiz Carlos Tau Golin (UPF)

Dedico esta tese à minha filha
Amália Galina Silva

Agradecimentos

Agradeço ao professor Dr. Luiz Carlos Tau Golin por sua orientação e amizade e por ter me proporcionado as suas aulas no PPGH da UPF e importantes discussões e indicações de leituras e documentos que foram fundamentais no desenvolvimento e na conclusão deste doutorado. Agradeço ao professor Dr. Ronaldo Bernardino Colvero da UNIPAMPA, pela coorientação, amizade e importantes discussões sobre as relações de fronteira. Agradeço aos professores e funcionários do PPGH da UPF, de maneira especial, ao Dr. Adelar Heinsfeld, Dr. Mário Maestri, Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel e Dr. Alessandro Batistella. Agradeço ao estimado Sr. José María Cardozo Saguier pela gentileza em conversar sobre o tema e atenção aos meus questionamentos, desde o Paraguai, ao Dr. Edson Romário Monteiro Paniagua da UNIPAMPA, pela erudição e importantes reflexões sobre a minha pesquisa, e professora Claudia Colmán Spohr pelo suporte desde Assunção. Agradeço aos meus amigos e a minha família, de maneira especial, aos meus pais Derli Fernando dos Santos Silva e Santa Juzara Machado Silva, ainda que, as palavras nunca sejam suficientes para agradecer-los, a minha esposa Damiane Galina Silva pelo incentivo e apoio integral durante o doutorado, sem os quais não seria possível concluí-lo e minha amada filha Amália Galina Silva, fonte da minha força e inspiração.

*“Siempre miramos al río, pensando en la
otra ribera.”*

Jorge Drexler

RESUMO

A região do rio da Prata é um espaço de arrolamento político-cultural e alteridade, sobretudo, a partir do século XIX. Neste momento histórico, iniciaram-se os processos de independências das colônias de Espanha e Portugal, ocasionando, portanto, um apressado e complexo processo histórico de instauração de nações autônomas que estabeleceram os seus limites fronteiriços nesta região. Neste trabalho, entende-se a região do rio da Prata como um espaço imaginado politicamente e estabelecido pela historicidade de seus agentes, assim, por conseguinte, entende-se esta região através do conceito de “fronteira platina”. Sabe-se que o maior conflito político-militar ocorrido nesta “fronteira” foi a guerra da Tríplice Aliança (1864 – 1870). Deste modo, estudaram-se as crônicas do historiador e político paraguaio Efraím Cardozo, escritas no recorte temporal de 1965 e 1970. O principal objetivo desta pesquisa foi compreender Efraím Cardozo como expoente de uma nova historiografia sobre a guerra da Tríplice Aliança, passando a influenciar o neo-revisionismo. Ainda que, o autor tenha discutido o tema no transcurso da segunda metade do século XX, cem anos após a consumação da guerra. Efraím Cardozo é pouco estudado no Brasil e suas principais obras que versam sobre a temática: *El Imperio del Brasil y el Rio de la Plata: antecedentes y estalido de la Guerra del Paraguay* e *Hace 100 años: Crónicas de la Guerra de 1864 – 1870* não possuem nenhuma edição publicada na língua portuguesa, entretanto, a sua obra constitui um “divisor de águas” para a historiografia revisionista, principalmente, no Paraguai. Assim, apresenta-se a seguinte problematização: Qual é a abordagem de Efraím Cardozo a respeito da guerra da Tríplice Aliança e como ela se individualiza em relação às abordagens anteriores? Além disso, o enfoque e a narrativa do autor condizem com alguma escola historiográfica? Na metodologia deste trabalho aplicou-se o método hipotético-dedutivo, considerando-se as hipóteses que a historiografia de Efraím Cardozo veiculara aos acontecimentos históricos e, especialmente, ao próprio contexto histórico em que se encontrava o autor estudado. A partir desse ponto, utilizou-se, também, o método dialético. Este método pode ser destacado evidenciando-se a importância de contextualização e investigação de sentidos político-ideológicos nos estudos históricos. Destarte, utilizaram-se como documentação direta as fontes de arquivos (ANA, BNDigital, DAMI e SF) e como documentação indireta as citadas obras de Cardozo e, além disso, outras bibliografias que endossaram a pesquisa. Logo, entende-se que foi imperativo perceber a formação da fronteira platina, a guerra da Tríplice Aliança e, posteriormente, as representações da mesma na obra de Efraím Cardozo considerando a conjuntura política em que este se encontrava no século XX, porquanto, a sua historiografia permanece a influenciando a compressão do tema.

Palavras-chave: Efraím Cardozo; historiografia; narrativa; guerra da Tríplice Aliança; fronteira platina.

RESUMEN

La región del Río de la Plata es un espacio de relación y alteridad político-cultural, especialmente a partir del siglo XIX. En este momento histórico se iniciaron los procesos de independencia de las colonias de España y Portugal, provocando, por tanto, un acelerado y complejo proceso histórico de establecimiento de naciones autónomas que fijaron sus límites fronterizos en esta región. En este trabajo, la región del Río de la Plata es entendida como un espacio políticamente imaginado y establecido por la historicidad de sus agentes. Se sabe que el mayor conflicto político-militar ocurrido en esta “frontera” fue la guerra de la Triple Alianza (1864 – 1870). De esta manera, se estudiaron las crónicas del historiador y político paraguayo Efraím Cardozo, escritas en el marco temporal de 1965 y 1970. El objetivo principal de esta investigación fue comprender a Efraím Cardozo como exponente de una nueva historiografía sobre la guerra de la Triple Alianza, que comienza a influir en el neorrevisionismo. Si bien, el autor ha abordado el tema durante la segunda mitad del siglo XX, cien años después de consumada la guerra. Efraím Cardozo es poco estudiado en Brasil y sus principales obras que versan sobre el tema: *El Imperio del Brasil y el Río de la Plata: antecedentes y estalido de la Guerra del Paraguay* y *Hace 100 años: Crónicas de la Guerra de 1864 – 1870* no tienen edición publicada en portugués, sin embargo, su obra constituye un “punto de inflexión” para la historiografía revisionista, principalmente en Paraguay. Surge así el siguiente problema: ¿Cuál es el enfoque de Efraím Cardozo sobre la guerra de la Triple Alianza y cómo se destaca de los enfoques anteriores? Además, ¿el enfoque y la narración del autor coinciden con alguna escuela historiográfica? En la metodología de este trabajo se aplicó el método hipotético-deductivo, considerando las hipótesis que la historiografía de Efraím Cardozo había transmitido a los hechos históricos y, en especial, al contexto histórico en el que se encontraba el autor estudiado. A partir de ese momento, también se utilizó el método dialéctico. Este método se puede destacar destacando la importancia de la contextualización y la investigación de los significados político-ideológicos en los estudios históricos. Así, se utilizaron como documentación directa fuentes de archivo (ANA, BNDigital, DAMI y SF) y como documentación indirecta los trabajos de Cardozo antes mencionados y, además, otras bibliografías que avalaban la investigación. Por tanto, se entiende que era imperativo comprender la formación de la frontera del platino, la guerra de la Triple Alianza y, posteriormente, las representaciones de la misma en la obra de Efraím Cardozo considerando la coyuntura política en la que se encontraba en el siglo XX ya que su historiografía sigue influyendo en la comprensión del tema.

Palabras clave: Efraím Cardozo; historiografía; narrativa; guerra de la Triple Alianza; frontera platina.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Iconografia do Imperador D. Pedro II (centro) e os genros Conde d’Eu (esquerda) e Duque de Saxe (direita) quando estiveram em Uruguaiana	105
Figura 2 – Família Imperial Brasileira	106
Figura 3 – Sede do jornal <i>La Tribuna</i> em 31 de dezembro de 1965	123
Figura 4 – Efraím Cardozo em la guerra del Chaco, 1932	127
Figura 5 – Efraím Cardozo, retrato de 1949	129
Figura 6 – Efraím Cardozo em su banca del Senado, 1972	133
Figura 7 – Elisa Alícia Lynch	168
Figura 8 – Francisco Solano Lopez, 1870	178

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Bacia hidrográfica da região do Prata	45
Mapa 2 – Fronteira negociada entre os reinos ibéricos entre 1681 e 1715.....	62
Mapa 3 – Cartografia da Terra Brasilis, Lopo Homem, Portugal - 1519.....	71
Mapa 4 – Planta da República do Paraguay	75
Mapa 5 – Campanha do Estado Oriental	91
Mapa 6 – Marcha dos Exércitos em 1865 e 1866	96
Mapa 7 – Mapa do curso do Rio Uruguai de 1871 mostrando as principais cidades fronteiriças e os limites entre Argentina, Brasil e Uruguai	106
Mapa 8 – Campaña de Mato Grosso: croquis general de los avances paraguayos	147
Mapa 9 – Campaña de Corrientes	148
Mapa 10 – Campaña del Uruguay.....	152
Mapa 11 – Plano topográfico de la villa Uruguayana con las posiciones de los ejercitos aliados em el día 18 de Setiembre de 1865 [Cartográfico]/levantado por el ingeniero F.A. Grivot	155
Mapa 12 – Paso de la Patria, segun el coronel Thompson	158
Mapa 13 – Plano de Cerro Corá.....	179

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA – Archivo Nacional de Asunción;

BDLB – Biblioteca Digital Luso-brasileira;

BNDigital – Biblioteca Nacional Digital;

DAMI – Digitalização do Acervo do Museu Imperial;

SF – Senado Federal.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	12
I.	A FRONTEIRA PLATINA	43
1.1	Região – Fronteira e antecedentes da guerra da Tríplice Aliança	49
1.2	Movimentos de opostos e tensões de contrários na fronteira platina	80
II.	A GUERRA DAS NARRATIVAS	98
2.1	A historiografia tradicional	102
2.2	A historiografia revisionista	109
III.	EFRAIM CARDOZO: AS CRÔNICAS SOBRE A GUERRA DE 1864-1870	117
3.1	O Jornal La Tribuna	120
3.2	A obra Hace 100 años: crónicas de la guerra de 1864 – 1870 de Efraím Cardozo e o revisionismo histórico	124
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
	REFERÊNCIAS	195
	FONTES	204
	ANEXO A – O território Paraguayo entre 1864 e 1870.....	208

INTRODUÇÃO

Umberto Eco afirmou de maneira memorável que “[...] uma tese estuda um objeto por meio de determinados instrumentos. Muitas vezes o objeto é um livro e os instrumentos, outros livros”. (ECO, 2016, p. 45). E assim foi no presente trabalho. Neste sentido, apresenta-se como objeto de estudo a obra: *Hace 100 años: Crónicas de la guerra: 1864 – 1870* do diplomata, jurista, político e historiador paraguaio Efraím Cardozo. A obra é percebida como uma historiografia revisionista e crítica, sobretudo, ao governo desempenhado por Francisco Solano López, presidente constitucional do Paraguai entre 1862 e 1870, e como uma produção que seguramente influenciou a nova historiografia sobre a guerra da Tríplice Aliança (1864 – 1870).

Efraím Cardozo, não adotou ao escrever, um estilo reduzido às escolas historiográficas como o marxismo, positivismo ou oficialismo-patriótico, comuns ao cenário das décadas de 1960 a 1980¹, período das suas produções aqui estudadas, mas deteve-se a um exame cauteloso das fontes para produzir uma História factual da guerra, no entanto, optando pelo ceticismo e desconstrução de alguns mitos nacionalistas no âmbito do Paraguai do século XX. Mesmo assim, cabe ressaltar que a obra antes mencionada, provém da reunião das crônicas de Efraím Cardozo publicadas no Jornal *La Tribuna* em Assunção. Desse modo, a sua narrativa era “acessível” aos leitores do periódico, não se tratando de um texto genuinamente acadêmico, mas, que carregou a intenção de conectar os leitores paraguaios a História nacional, não necessariamente nacionalista, mas a fim de, através dela, promover discussões e reflexões políticas sobre o que se passava naquele período no Paraguai e que, de algum modo, fora determinado historicamente. Neste escopo, Michel de Certeau (2020, p. 39) indicou que:

[...] a razão pela qual a história tornou o lugar dos mitos ‘primitivos’ ou das teologias antigas desde que a civilização ocidental deixou de ser religiosa e que, de maneira política, social ou científica, ela se definiu por uma práxis que envolve, igualmente, suas relações consigo mesma e com outras sociedades. O relato dessa relação de exclusão e de atração, de dominação ou de comunicação com o outro (posto preenchido alternadamente por uma vizinhança ou por um futuro) permite à nossa sociedade conectar-se, ela própria, graças à história.

¹ Período de nacionalismos no âmbito das ditaduras militares da América Meridional e/ou crítica de influência marxista ao imperialismo econômico exercido pelas potências capitalistas no aludido continente.

Em outras palavras, pensar historicamente permite às sociedades formar relações e constituírem-se politicamente e culturalmente, através da prática consciente da política e da alteridade. Inclusive, estabelecendo diálogos e consolidando o exercício de uma autocrítica a respeito da sua própria História, uma vez que, irão perceberem-se como comunidades contemporâneas que resultam do passado. [...] pensar historicamente é o mesmo que ser capaz de colocar passado e presente em perspectiva histórica. (ASSIS, 2014, p. 11). Não de maneira linear, entretanto, compreendendo que o passado está continuamente sendo projetado no tempo presente. Portanto, a História deve ser este arrolamento temporal, esta relação entre passado e presente que é compreensível através de uma narrativa.

Assim, Efraím Cardozo substituiu à francesa², a História oficial ou a centralidade ocupada pelos “heróis da pátria” na História do Paraguai, pela centralidade no povo e no Estado, sobretudo, no relacionamento com as outras nações do Prata. Além disso, criticou as lideranças políticas e militares dos países envolvidos na guerra da Tríplice Aliança, indicando outro ponto de observação para aquele fenômeno histórico. O filósofo Jaques Rancière (2014, p. 67) ao fazer referência a Lucien Febvre, destacou que “uma nova história das coisas somente é possível se for mantida a realidade dos nomes e, em particular, desses nomes que sucedem ao nome do rei: França, pátria, nação, essas ‘abstrações personificadas’”. Nesse viés, Efraím Cardozo talvez por seu histórico como político e diplomata, pôs em evidência em sua historiografia o povo e o Paraguai, bem como, o relacionamento político deste Estado-nação com os países vizinhos.

No século XIX, período que analisou, as discussões sobre a defesa e sobre o papel do Estado eram comuns, principalmente, no Paraguai que se encontrava tensionado por duas forças regionais, a República Argentina recém-unificada e o Império do Brasil. Pensando sobre o Brasil do final do século XIX – transição do Segundo Reinado para a Primeira República – José Murilo de Carvalho (1990) apontou para o conceito de Estadania ao referir-se sobre o Estado como “porto de salvação” para os distintos grupos sociais. “A inserção de todos eles na política se dava mais pela porta do Estado do que pela afirmação de um direito de cidadão. Era uma inserção que se chamaria com maior precisão de Estadania”. (CARVALHO, 1990, p. 29). A busca sobre o monopólio do Estado para fins de ascensão política

² Como no movimento iluminista do século XVIII.

não era distante em outros países da fronteira platina, contudo, a questão deveria ser: como os governantes da época conduziam o Estado, a fim de, atenderem as demandas populares?

De outra banda, ao citar os discursos dos personagens envolvidos na guerra da Tríplice Aliança, Efraím Cardozo optou chamar a atenção dos leitores para o poder e a arrogância das lideranças políticas e militares do período que analisou. Um exemplo disso, foi como o autor se referiu à morte de Francisco Solano López em Cerro Corá no Paraguai, Efraím Cardozo (2010, p. 483d) escreveu: “*Sucumbe el Mariscal López en Cerro Corá al grito de muero con mi patria y con la espada en la mano*”. Em uma primeira leitura, o discurso pode até significar a legitimação de um herói, contudo, mais adiante ele registrou que López: “*Estaba en presencia de la ineluctable, de la inaudita, de la pavorosa tragedia, que su monstruoso orgullo le había hecho consentir [...]*”. (CARDOZO, 2010, p. 484d).

Portanto, a obra de Efraím Cardozo não se trata de um revisionismo que venerou a figura de López, mas, que provocou muitos questionamentos. Em seguida, sobre López, Efraím Cardozo (2010, p. 484d), destaca: “*En el momento absolutamente extremo, se dio cabal cuenta de su desesperada situación, con los ojos de la terrible realidad y se reconoció vencido*”. Apesar disso, a obra de Efraím Cardozo como revisionista³, discutiu o imperialismo do Império do Brasil no Prata, não deixando de apontar os desdobramentos políticos e os atentados à soberania paraguaia naquela fronteira. Do mesmo modo, toda a historiografia é uma narrativa que carrega em si uma forma de poder político e cultural, seja para rejeitar ou aceitar um fato.

O poder e a vaidade dos líderes políticos, a arte da oratória e os seus inflamados e belos discursos de amor à pátria que ocultavam, em verdade, os interesses pessoais de cada um, levaram homens, mulheres e até crianças àquela guerra que foi a maior da América meridional. O filósofo Santo Agostinho levantou ao cabo do século IV o que seriam oito espécies de mentiras e, para ele, a quinta espécie seria “[...] a mentira dos falsos oradores, feita com intuito de agradar pela cupidez e beleza do discurso proferido”. (AGOSTINHO, 2016, p. 97). Mas, com o risco de levar à ruína. Neste viés, habilmente Efraím Cardozo foi citando as lideranças políticas, diplomáticas e militares em sua obra e tecendo as suas

³ Coloca-se a obra de Efraím Cardozo nesta categoria.

reflexões críticas sobre a guerra. Um exercício de práxis como sugeriu Michel de Certeau, uma vez que, as suas apreciações históricas calhavam ao encontro do governo de Alfredo Stroessner⁴ e os problemas contemporâneos do Paraguai.

Ademais, consabido que a ênfase do programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo é: História, Região e Fronteiras, buscou-se compreender a região do Prata como uma região de fronteira e a denominando: fronteira platina. Em seguida, percebeu-se a guerra da Tríplice Aliança como resultado da tensão e relação entre os Estados-nações estabelecidos neste espaço e a historiografia sobre a guerra como um elemento de representação política.

A história não é composta tão-somente por acontecimentos, ela é estabelecida, notadamente, pelo exercício de poder simbólico⁵ dos grupos que a interpretam, descrevem e argumentam sobre os fatos históricos em diferentes períodos e sociedades. Desse modo, o poder simbólico é manifesto como poder político, pois se torna instrumentalizado, representativo e pode ser socialmente aceito, sendo assim, regulado por interpretações históricas, ou ainda, o que se podem designar como “escolas e correntes historiográficas”. Portanto, em sua essência, a História aproxima-se da ciência política⁶ e manifesta-se como uma relação sucessiva entre passado e presente sendo guiada por fenômenos políticos, econômicos e culturais. A História é “[...] uma ponte entre passado e presente, feita simultaneamente de acontecimentos e da interpretação destes”. (RÜSEN, 2003, p. 13).

Por esse motivo, a guerra da Tríplice Aliança, continua sendo um tema examinado, interpretado e controvertido no presente, ainda que, passados mais de cento e cinquenta anos de sua consumação, pois nota-se o seu legado histórico-político na fronteira platina. De outro modo, a polêmica sempre gerada a partir das interpretações e divergências dentre as diferentes visões historiográficas que abordam o tema, são provas circunstanciais que as feridas da guerra ainda permanecem abertas. Assim sendo, as análises contemporâneas discutem o que a guerra continua representando nas esferas política e cultural.

Ademais, estima-se que a tragédia humana que foi a guerra da Tríplice Aliança tenha deixado mais mortos por causa da fome ou doenças do que pelos

⁴ Ditador no Paraguai entre 1954 e 1989.

⁵ Ver mais sobre o significado de Poder Simbólico em Pierre Bourdieu.

⁶ O termo Ciência Política foi elaborado em 1880 por Herbert Baxter Adams, historiador e professor na Universidade Johns Hopkins, nos Estados Unidos.

combates militares, principalmente no Paraguai. Doratioto (2002, p. 483) destaca que “[...] seria entre 28.286, no mínimo, e 278.649, no máximo, a redução da população paraguaia durante os cinco anos de guerra”. Essa problemática na estimativa dos mortos no Paraguai evidencia as incertezas ainda recentes a respeito da guerra e a precariedade de registros devido à ausência de uma infraestrutura para a realização de um senso populacional seguro antes, durante ou logo após a guerra naquele país. Mediante ao exposto, “as estatísticas sobre as perdas paraguaias na guerra variam entre 8,7% e 69% da população”. (DORATIOTO, 2002, p. 483). O mesmo autor concluiu que o balanço das mortes no lado da Tríplice Aliança constituiu-se perto do seguinte:

O Brasil enviou a guerra cerca de 139 mil homens, dos quais uns 50 mil morreram. [...] Entre os aliados, o Uruguai enviou por volta de 5.500 soldados, dos quais, no final da guerra restavam uns 500; os demais morreram em combate, de doenças, ou desertaram. As tropas argentinas sofreram perdas em torno de 18 mil homens, entre os mortos e feridos, dos pouco menos de 30 mil soldados que a Argentina enviou ao Paraguai. (DORATIOTO, 2002, p. 483).

Distintos pesquisadores entraram em detalhes a respeito das mortes, mas, é difícil chegar a um consenso, contudo, estes números indicam, ao todo, algo entre 101.286 e 351.649 mortes. Além disso, deve-se ponderar o número impreciso de mortes na guerra civil entre as províncias argentinas, que ocorria naquele contexto, ou ainda, as mortes na guerra civil uruguaia orquestrada por conflitos político-ideológicos entre os partidos *Blanco* e *Colorado* e os interesses das elites regionais constituídas por súditos do Império do Brasil na fronteira norte da República Oriental do Uruguai. Na República Argentina após 1861, o federalismo, sobretudo, nas províncias de Corrientes, Entre Rios e Santa Fé, opunha-se à ideia de um Estado unitário e centralizado em Buenos Aires. Portanto, a superioridade de Buenos Aires em relação às províncias se deu através da força econômica do porto. De acordo com Izecksohn (2017, p. 367):

A despeito das diferentes interpretações para a emergência do poder unitário, este processo se beneficiou do enfraquecimento do projeto federalista, que perdia força à medida que o progresso material do porto superava amplamente a estagnação interiorana. Foi perdendo, principalmente, lideranças de estofa nacional, já que a principal referência desse grupo, o ex-presidente Justo José de Urquiza (1801-1870), foi paulatinamente aceitando as regras e práticas impostas por uma concepção unificada da Argentina. Urquiza liderara a rebelião que derrubou Juan

Manuel de Rosas em 1851, tornando-se o presidente da Confederação Argentina, sediada na cidade de Paraná. Durante quase uma década liderou o projeto confederativo na sua luta para organizar um Estado nacional descentralizado. Porém, na década de 1860 a influência nacional de Urquiza se tornou puramente nominal. Enquanto o nome do líder de Entre Ríos era evocado pela colmeia de grupos federalistas, sua ação restringiu-se ao âmbito da província de Entre Ríos, que procurou poupar das demandas excessivas dos unitários em ascensão. O comportamento de Urquiza foi seguido por outros líderes regionais Federalistas, que procuraram negociar uma convivência aceitável com o poder unitário ao longo da década de 1860. Alguns conseguiram, ao preço da subordinação ao poder portenho. Outros foram simplesmente aliados ou rebelaram-se, pagando preço alto pela insubordinação.

As agitações estenderam-se até 1863 com a revolta das províncias de La Rioja e Catamarca liderada, principalmente, por Angel Vicente Peñaloza (*El Chacho*). Este capturou a cidade de Córdoba mantendo-a em sua posse por duas semanas até ser derrotado pelas forças “nacionais” lideradas concomitantemente por Domingo Faustino Sarmiento e irmãos Taboada, estes últimos, caudilhos membros da oligarquia de Santiago Del Estero. (IZECKSOHN, 2017). Já no Uruguai, a guerra civil de 1864 – 1865 entre *blancos* e *colorados* arrastaria – concomitante a outros fatos – quatro Estados-nações a mais extensa e belicosa guerra ocorrida na América meridional. Ainda assim, entende-se que tal disputa tenha origem nas relações do Uruguai com o Brasil desde 1851 quando da assinatura dos Tratados de comércio e navegação, de extradição e de limites. De acordo com Maestri (2016, p. 255):

Por uma longa década, o tratado draconiano garantiu a submissão semicolonial da República Oriental aos interesses das classes hegemônicas do Império do Brasil. Em 1862, quando o acordo antinacional caducou, e governo capitaneado pelo Partido Blanco tentou reverter a situação que minava a independência oriental. Então, mais uma vez, defrontou-se com a oposição do Império, que levou à invasão militar do país e a entrega do governo ao caudilho colorado Venâncio Flores, dócil a Buenos Aires e, sobretudo ao Rio de Janeiro. Uma intervenção militar que lançaria a bacia do rio da Prata a sua mais longa e mortífera guerra.

Além disso, não há clarividência a respeito das mortes dos civis brasileiros durante os assaltos paraguaios no Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Logo, é necessário situar a guerra da Tríplice Aliança no contexto político, econômico e social da região do Rio da Prata e na formação dos Estados nacionais da América meridional desde o alvorecer do século XIX, pois, ela não foi um acontecimento isolado diante dos problemas e das disputas existentes naquele mesmo momento

histórico e que provocaram grande mortandade civil e militar em todos os países citados.

O conhecimento histórico a respeito desses importantes fatos necessita proceder da investigação e interpretação incessante dos registros e fontes sobrevividas ao longo do tempo, além do mais, do questionamento das narrativas estabelecidas a respeito das ocorrências fatídicas da guerra. Narrativas estas, determinadas pelas primeiras verificações sobre aqueles eventos e empreendidas ainda durante a segunda metade do século XIX, entretanto, que se estendem até a atualidade e constituem novas reflexões sobre a guerra; sobre a formação das fronteiras na região do Prata; ou ainda, a respeito da perspectiva de que o próprio Prata é uma fronteira, uma fronteira em movimento, porque do ponto de vista historiográfico, a formação dos Estados-nações tencionou por diversas vezes os limites de cada país, limites estes que estabelecem o centro político de uma fronteira.

Destarte, entender o passado é estar consciente no presente. “Entretanto, quanto menos um homem conhece a respeito do passado e do presente, mais inseguro terá de mostrar-se seu juízo sobre o futuro”. (FREUD, 1997, p. 9). Logo, somente no presente pode-se procurar alguma experiência inteligível sobre a História ou sobre passado, por mais remoto que ele signifique. Mas, o presente também está permeado por narrativas, que são produtos de seu tempo. Quando as narrativas se aproximam por meio de padrões ideológicos ou estéticos, já que, escrever também é praticar uma estética, enquadrados as narrativas adentro de uma determinada moldura e as chamamos pelo nome de “historiografia”. O conceito de estética é muito amplo e discutido, sobretudo, em Arte e Filosofia. Encontramos em Marc Jimenez, na obra “O que é estética”, uma definição que se relaciona com o objetivo da escrita histórica que também é emitir julgamentos. Seria chamada razão estética ou razão poética. Ela poderia ser um intermediário entre a razão e a imaginação, entre o entendimento e a sensibilidade. E finalmente, é o indivíduo, o sujeito que realizaria de alguma maneira a harmonia entre as faculdades, de um lado, porque é o autor da experiência estética e de outro lado, porque cabe a ele, a ele e a ninguém mais, pronunciar-se sobre o que sente: cabe a ele emitir um julgamento de gosto. (JIMENEZ, 1999). Assim, compete ao indivíduo e, sobretudo ao historiador, desenvolver consciência através da escrita.

Desse modo, mencionam-se a seguir, distintas historiografias⁷ sobre a guerra da Tríplice Aliança. No entanto, buscou-se ser mais específico ao analisar a narrativa de Efraím Cardozo sobre o evento e apresentar alguns pontos que o diferenciam de outros autores também percebidos como “revisionistas”. O mais destacado destes pontos, sem dúvidas, é que Efraím Cardozo produziu uma História da guerra de maneira factual e positiva⁸, talvez, ainda influenciado pelas escolas do século XIX e por ter tido acesso a uma documentação “quente” sobre a política externa paraguaia e as relações internacionais e que dizem respeito aos cargos políticos que ocupou no Paraguai. Entretanto, transpondo o seu saber histórico em forma de crônicas, e tornando o conhecimento acessível aos leitores do jornal *La Tribuna* de Assunção sem abandonar o seu rigor científico e intelectual.

À primeira vista, o autor produziu uma obra cética e crítica ao papel de López na guerra e na História do Paraguai, pois o mesmo foi referenciado pelo revisionismo oficialista-patriótico paraguaio e pelo ditador Alfredo Stroessner, adversário ideológico de Efraím Cardozo. Apesar disso, a presença de um rigor positivo nas crônicas de Cardozo expressou um “drible” à censura paraguaia naquele período, pois ainda ressaltou discursos e documentos escritos por López. Sendo que, Stroessner utilizou-se de ambos, a imagem de López e o revisionismo oficialista-patriótico que surgira com jovens intelectuais paraguaios a partir da década de 1920 para fortalecer a notoriedade do seu governo autoritário. Ainda mais que, em suas crônicas, Cardozo também debateu os heroísmos argentino e brasileiro na guerra, destacando os crimes de guerra praticados contra o povo paraguaio, sobretudo contra idosos, mulheres e crianças. Ademais, Cardozo foi um importante diplomata com notória especialização nos estudos da documentação de fronteira. Investigou em fontes históricas primárias e estabeleceu-se, ainda que com uma formação jurídica, como um historiador refinado e crítico, capaz de levantar questionamentos às correntes de pensamento de sua época que propuseram análises absolutas ou dogmáticas sobre os conflitos e as questões de fronteira.

Ainda que tenha sido um importante nome dentro do Partido Liberal paraguaio, assunto que será exposto adiante, a respeito da guerra Cardozo destacou na obra *El Imperio del Brasil y el Rio de la Plata* que: “[...] los

⁷ Escrita e produção consciente da História.

⁸ O que não significa uma História de cunho positivista e epistemologicamente livre de juízos de valores.

acontecimientos no encajan dentro de los rígidos esquemas de los fatalistas de la historia [...]”. (CARDOZO, 1961, p. 8). Nesse ponto, considerava uma “história fatalista”, aquela que reduz a apreciação dos fatos a uma única interpretação, seja ela, econômica, política, social ou militar. Quem sabe, adentrando naquilo que se pode conceituar como “reducionismo” ou “progressismo”, ao qual se destacam correntes histórico-filosóficas e pensadores do século XIX, de Hegel à Comte. De acordo com Efraím Cardozo (1961, p. 8) *“Los adeptos de la geopolítica, del racismo o del materialismo histórico, no encontrarán, por cierto, en estas páginas, pruebas que abonen sus dogmáticos asertos”*⁹. Efraím Cardozo deixava-se influenciar, mas, não a reduzir-se pelas escolas históricas e esta consistiu em uma importante característica do autor e que esteve presente em sua obra.

Assim, vivenciando um cenário político-ideológico polarizado nas décadas de 1960 e 1970, Cardozo consolidou uma narrativa cética ao revisionismo que decompusera Francisco Solano López em um símbolo de resistência latino-americana ao imperialismo britânico e estadunidense e de uma ditadura amparada pela própria potência da América do Norte no contexto da Guerra Fria. Ademais, Cardozo destacou que a sua ocupação enquanto pesquisador *“[...] se ha desarrollado libremente, sin ataduras a prejuicios o preconceptos”*. (CARDOZO, 1961, p. 8). Posto que, nenhum fenômeno histórico pode ser reduzido apenas à interpretação no âmbito do campo ideológico, pois, necessita de teoria para ser elucidado e teor pragmático para se produzir consciência histórica e crítica. Apesar disso, a imagem de López como um estadista que buscava consolidar os limites políticos do Paraguai e a sua autonomia regional, foi seguramente capturada por Efraím Cardozo em suas crônicas para o *La tribuna*.

Antes, refletindo muito mais sobre os problemas do seu período, Efraím Cardozo apontou que: amor fanático a independência, grandeza nacional (nacionalismo), adesão a doutrinas políticas e instituições, ambição por poder e dominação, complexo de inferioridade ou de superioridade, obsessão persecutória e genocida, e outros sentimentos e ideias individuais ou coletivas, pressionaram os povos e os homens àquele redemoinho apocalíptico de 1864 - 1865 e causaram o estopim da guerra. (CARDOZO, 1961).

⁹ Na obra *El Imperio del Brasil y el Río de la Plata: antecedentes y estallido de la guerra del Paraguay*.

Para ele, os anseios individuais dos governantes e as paixões político-ideológicas, por assim dizer, foram os grandes causadores da guerra, bem mais que as questões econômicas levantadas pelos demais revisionistas da historiografia. “*La condición social y humana, antes que la geografía, la raza o la economía, impulsaron hacia las decisiones supremas o paralizaron las manos que podían apagar el incendio*”. (CARDOZO, 1961, p. 8). Sem dúvidas uma crítica a López, aos governantes, mas, endereçada a Stroessner. Este foi um diferencial em Efraím Cardozo, pois, ao investigar o passado discutia o presente.

Em grego antigo *Historie* significa procurar. Este é o sentido da palavra em Heródoto, no início das suas histórias, que são investigações (LE GOFF, 1990). Heródoto foi um viajante que percorreu o mundo antigo perquirindo a cultura, a História e a Geografia das civilizações que coexistiram com os antigos gregos, uma prática de alteridade, sobretudo, com os persas, mas que evidenciou a própria História dos helenos. Nascido em Helicarnasso, na atual Turquia, viveu entre 480 e 420 a.C., aproximadamente, e percorreu regiões do “[...] Oriente Médio, Mar Negro, Grécia e Itália do sul, região da Magna Grécia, tornando-se cidadão de Túrio, cidade fundada por atenienses”. (MORAIS, 2004, p. 15). Em sua obra histórica e balizadora intitulada “História”, Heródoto, considerado o fundador da História no ocidente, registrou diferentes elementos a respeito da antiguidade. Em seu estudo crítico da obra, Vítor de Azevedo, destaca ao apresentar o livro I – Clio:

Ao escrever a sua *História*, Heródoto de Helicarnasso teve em mira evitar que os vestígios das ações praticadas pelos homens se apagassem com o tempo e que as grandes e maravilhosas explorações dos Gregos, assim como as dos Bárbaros, permanecessem ignoradas; desejava ainda, sobretudo, expor os motivos que os levaram a fazer guerra uns com os outros. (2019, p.35).

A obra de Heródoto é reunida em nove livros, cada um, intitulado com o nome de uma das nove musas do deus solar Apolo, filhas de Zeus e Mnemósine, a personificação da memória. O livro I leva o nome de Clio, a musa da História e inspiradora das resoluções políticas, o livro IV leva o nome de Melpômene, a musa da tragédia. Portanto, desde os primeiros escritos gregos considerados, de alguma forma, históricos, percebe-se uma relação “consanguínea” entre a História e a tragédia. Desse modo, ao realizar-se a leitura da obra *Hace 100 años: Crónicas de la Guerra de 1864 – 1870*, interpretou-se a descrição de uma tragédia, mas

excepcionalmente, uma tragédia que manteve a sua centralidade no povo paraguaio.

A tragédia humana e a fatalidade foram os elementos que costuraram a conjuntura da guerra da Tríplice Aliança à percepção de Efraím Cardozo, permanecendo ele, portanto, envolvido em um contexto de violência política ocasionada pela ditadura stronista no Paraguai e questionas de limites com Brasil. *“Si hubo alguna fatalidad, fue al estilo griego, en que los dioses que desencadenaban los males sobre los hombres eran tan hombres como sus víctimas”*. (CARDOZO, 1961, p. 8). Assim, o autor vivenciou e questionou o seu presente, permanecendo tomado pelo passado da guerra. Por meio da concepção freudiana, o seu presente tornou-se o passado, propiciando em seu revisionismo um diferencial teórico-crítico à figura dos líderes políticos, dentre estes Francisco Solano López, entendido como um instrumento ideológico de Stroessner. Deste modo, o conhecimento histórico sobre o passado, determina a lucidez dos indivíduos a respeito do presente.

Finalmente, faz-se sentir o fato curioso de que, em geral, as pessoas experimentam seu presente de forma ingênua, por assim, dizer, sem serem capazes de fazer uma estimativa sobre seu conteúdo; têm primeiro de se colocar a certa distância dele: isto é, o presente tem de se tornar o passado para que possa produzir pontos de observação a partir dos quais elas julguem o futuro. (FREUD, 1997, p. 10).

Assim, para compreender-se a História da fronteira platina, é imprescindível conhecer a História do Paraguai e da guerra da Tríplice Aliança. Em primeiro lugar, porque a guerra pôs em evidência as dessemelhantes identidades regionais dos Estados-nações envolvidos no conflito e a necessidade de uma organização político-militar nacional que resignara, em boa parte, os regionalismos, acontecimento inédito, mesmo considerando-se as guerras de independência na América espanhola meridional. Nesta região a tensão após 1851 resultou na ampliação das forças armadas nacionais, sobretudo, no Paraguai – antes da guerra – e na Argentina e Brasil – durante e após a guerra.

Em segundo lugar, porque a guerra determinou a imposição de limites políticos na fronteira platina. Esse tópico dialoga, ainda, com a formação dos Estados nacionais na América meridional no decorrer do século XIX. E, por fim, porque o próprio campo historiográfico é compreendido como um lugar de combate,

e diferente do que habitua acontecer na maior parte dos estudos históricos no Brasil, onde o tema ocupa uma posição periférica, o que é notado nos livros didáticos de História, a guerra tem uma notória ênfase nos estudos históricos regionais e a sua historiografia permanece sendo um importante objeto de pesquisa e discussão acadêmica. Deste modo, somente cruzando o seu “pantaneiro terreno” historiográfico e documental será possível acessar a registros e subsídios teóricos para entender os acontecimentos e os processos históricos que deram origem as nações que compõem a fronteira platina.

Destarte, os processos históricos possuem três características acentuadas: são consecutivos, pois, a História não cessa; são amplos, pois, envolvem diferentes contextos históricos, ou seja, diferentes recortes temporais e espaciais; e são complexos, porquanto, atingem diferentes grupos sociais e políticos que podem sustentar relações harmônicas ou conflituosas em determinado espaço regional transnacional, neste caso, na fronteira platina. Ainda, é importante destacar que acontece sempre um sincronismo entre o que se compreende por processo histórico e aquilo que se intui como fato histórico. Isto porque, os processos históricos produzem acontecimentos e, do mesmo modo, os fatos históricos, deliberam a permanência ou a mudança dos processos históricos. Além disso, segundo Harari (2020) eventos ou medidas emergenciais, mesmo que de curto prazo, podem acelerar processos históricos. Assim sendo, uma guerra de curta ou longa duração, igualmente interfere nos processos históricos.

Ademais, retomando a discussão a respeito da historiografia enquanto narrativa reflete-se que ela consente, não apenas, uma explicação de eventos históricos, mas, sobretudo, torna-se ela própria uma representação da História, um ponto de vista historiográfico. Do mesmo modo, elementos políticos são percebidos na obra de Efraím Cardozo quando o mesmo expande a sua narrativa a respeito da guerra escrevendo as suas crônicas no jornal *La Tribuna* de Assunção, sendo naquele momento vigiado pelo regime stronista. Logo, a representação é a “[...] relação entre uma imagem presente e um objeto ausente, uma valendo pelo outro porque lhe é homóloga [...]”. (CHARTIER, 1991, p. 184). Assim, a representação interfere na compreensão dos fatos e dos processos históricos, regendo um imaginário sobre o passado adentro do período contemporâneo – passado e presente.

No Paraguai do século XX, Efraím Cardozo pertenceu ao Partido Liberal, opositor ao Partido Colorado do ditador Alfredo Stroessner, por esse motivo, foi perseguido e exilou-se por oito vezes. Nos tempos de Stroessner, Francisco Solano López era uma figura de culto e não caíam bem as críticas sobre a sua memória, especialmente, sobre a sua atuação na guerra da Tríplice Aliança. Desse modo, a publicação das crônicas de Cardozo na passagem do centenário da guerra, constituiu-se em um importante acontecimento político e cultural no Paraguai. De modo implícito nas páginas do jornal *La Tribuna* ou na publicação dos tomos que reuniram a coleção dos seus escritos, percebiam-se críticas à ausência de estratégias militares eficazes e ao autoritarismo empreendido por López, tanto com os seus liderados, como também, com a sua família. Inclusive, algumas destas críticas foram antecipadas na obra *El Império del Brasil y el Rio de la Plata: antecedentes y estalido de la guerra del Paraguay*, publicada em 1961.

O ceticismo¹⁰ em relação ao líder supremo do Paraguai permeou a narrativa do autor sobre a guerra, impactando assim, o revisionismo oficialista-patriótico paraguaio que atribuiu a López o título de herói e o revisionismo anti-imperialista caracterizado por vitimar o presidente paraguaio e culpar a Inglaterra pelo conflito, sobretudo, entre as décadas de 1960 e 1980, período da Guerra Fria. Nessa situação, Efraím Cardozo arquitetou uma erudição sobre a guerra a partir das fontes históricas sem depreciar, em nenhum momento, o povo e a devoção dos soldados paraguaios à pátria (e a López). Apesar disso, o autor é pouco ou nada estudado no Brasil, e as suas principais obras que versam sobre o tema não têm edições publicadas em língua portuguesa. No que segue, apresenta-se uma concisa biografia¹¹ de Efraím Cardozo, a fim de apresentar-se o autor e a sua importante produção historiográfica, política e intelectual sobre o Paraguai e a América meridional, especialmente, sobre o Rio da Prata.

Efraím Cardozo nasceu na cidade de Villarrica no centro-sul do Paraguai em 16 de outubro de 1906 e faleceu em Assunção em 10 de abril de 1973. Em 1932, doutorou-se em Direito e Ciências Sociais pela Universidade Nacional de Assunção com a tese intitulada *El Chaco en el Virreinato del Río de la Plata*. De acordo com

¹⁰ Método filosófico de dúvida permanente e exame crítico.

¹¹ A síntese biográfica de Efraím Cardozo foi elaborada, sobretudo, a partir de materiais e relatos concedidos via e-mail, pelo Sr. José María Cardozo Saguier, filho do autor.

Corbo, *“obra en la que evidencia una de sus principales preocupaciones histórico-políticas, relacionadas con la crítica situación que se vivía entre Paraguay y Bolivia”*. (CORBO, 2012, p. 16).

Ademais, Efraím Cardozo desempenhou numerosos ofícios ao Estado paraguaio, sendo secretário da Presidência da República do Paraguai entre 1928 e 1932; realizado representação diplomática no Rio de Janeiro em 1933; sendo membro da Comissão Nacional de Limites entre 1933 e 1936; e mediação diplomática entre Paraguai e Bolívia em 12 de junho de 1935; conselheiro e secretário geral da delegação do Paraguai na Conferência de Paz do Chaco entre 1935 e 1936; delegado do Paraguai na Conferência de Paz do Chaco entre 1937 e 1938; delegado do Paraguai perante o Colégio de Arbitragem do Chaco em 1938; Deputado Federal no Paraguai entre 1938 e 1939; cumprido representação diplomática em Buenos Aires em 1940; e sendo Senador no Paraguai entre 1968 e 1973. Durante o mandato presidencial de José Félix Estigarribia (1939 – 1940) comandante do exército paraguaio durante a invasão do exército boliviano, Efraím Cardozo ocupou o Ministério da Justiça, Culto e Instrução Pública. Apesar disso, após a morte de Estigarribia, deixou o Paraguai e se estabeleceu em Buenos Aires onde escreveu para os jornais *La Nación*, *La Prensa* e *La Razón*.

Ainda, como diplomata, participou das negociações do tratado de paz, amizade e limites que estabeleceu um acordo de paz com a Bolívia e pôs fim a um conflito secular entre os dois países em 21 de julho de 1938. Integrou a Comissão Nacional de Limites e na Guerra do Chaco (1932 – 1935) *“desempeñó um rol fundamental en las negociaciones que permitieron el fin de las hostilidades y el establecimiento definitivo de los límites entre los países”*. (CORBO, 2012, p. 16). Além disso, teve participação no tratado de Buenos Aires de 1938, acordo que impôs limites entre Paraguai e Argentina.

Foi membro do Partido Liberal do Paraguai, ocupando a sua presidência, entre 1970 e 1972. Destaca-se que o atual Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA) foi fundado de modo clandestino por Domingo Laíno em 1978 e descende do antigo Partido Liberal fundado em 1887. No mesmo ano, em 11 de setembro de 1887, foi fundado o Partido Colorado. O desenvolvimento dos partidos estabeleceu importantes modificações governamentais que foram significativas na História política paraguaia desde a segunda metade do século XIX.

Em consequência do seu posicionamento político o autor foi perseguido, preso e entre os anos de 1936 e 1962, exilou-se oito vezes. Durante sete de seus exílios, residiu em Buenos Aires e durante o último, residiu em Montevidéu. Como Jornalista foi editor, secretário de redação e diretor, sucessivamente, de *El Liberal* de Assunção (1925 – 1936); e editor do *La Razón* de Buenos Aires (1936 – 1937 e 1942 – 1953), período mais extenso em que passou na Argentina, quando a sociedade paraguaia testemunhava o governo autoritário do general Higinio Morínigo (1940-1948). Ademais, foi colaborador dos jornais *La Nación* e *la Prensa* de Buenos Aires; e editor permanente de temas históricos do jornal *La Tribuna* de Assunção (1964 – 1973) escrevendo por cerca de um ano (1964-1965) a seção *Hoy en nuestra historia* em que destacou acontecimentos que marcaram a História paraguaia.

Entre 1º de fevereiro de 1965 e 1º de março de 1970, publicou a coluna *Hace 100 años* onde diariamente, narrou episódios da guerra da Tríplice Aliança. Além disso, Cardozo atuou como diretor do jornal *El Radical* e foi colaborador da *ABC Color* no Paraguai. Militante do Partido Liberal, “*Entre 1951 y el 53, nuevamente exiliado, participará de la redacción de ‘Heraldo’, vocero del Partido Liberal, dirigido por José P. Guggiari, hoja que por ese tiempo entra clandestinamente en el país y cuya distribución significa riesgo cierto para quienes participan de ella*”. (VELÁZQUEZ, 1987, n.p).

Exerceu a docência no ensino superior na Universidade Nacional e na Universidade Católica de Assunção. Na Espanha, ministrou o curso de História paraguaia na Escola de Estudos Superiores Hispano-americanos de Sevilha. Comprometido com questões políticas, expressou o interesse pela História do Paraguai em diversas obras e recebeu em 1961, em Montevidéu, Uruguai, o prêmio *Alberdi-Sarmiento* pelo jornal argentino *La Prensa*. O autor publicou entre outros textos: *El Chaco y los Virreyes* (1934); *Paraguay Independiente* (1949); *Vísperas de la Guerra del Paraguay* (1954); *23 de Octubre. Una página de historia contemporánea del Paraguay* (1956); *Historiografía paraguaya* (1959); *El Paraguay colonial* (1959); *El Imperio del Brasil y el Río de la Plata* (1961); *Historia cultural del Paraguay* (1963); *Los derechos del Paraguay sobre los Saltos del Guairá* (1965); *Breve historia del Paraguay* (1965); *La Liebig’s en el Paraguay* (1965); *Efemérides de la historia del Paraguay* (1967); e *El Paraguay de la conquista* (1973), esta obra, publicada somente em 1996. No conjunto, a historiografia produzida por Efraím

Cardozo discorre sobre o Paraguai e sua relação com a polêmica e problemática política rio-platense dos séculos XIX e XX, um enredo histórico que continua a desdobrar-se no tempo presente.

Uma das mais extensas produções de Efraím Cardozo e que merece destaque é a obra *Hace 100 años: Crónicas de la Guerra de 1864 – 1870*. No trabalho com predados de documentário histórico, publicado na coluna diária do jornal *La Tribuna* entre fevereiro de 1965 e março de 1970 com o título *Hace 100 años* e posteriormente reunido em uma coleção de treze tomos com esclarecimentos sobre os acontecimentos diários da guerra publicados entre 1967 e 1982, com segunda edição reunida em quatro volumes e contendo os trezes tomos em 2010, o autor evidenciou que o conhecimento sobre o passado determina a formação de uma consciência histórica no presente. Esta conscienciosa historiografia não deixou de ampliar uma crítica revisionista aos aliancistas na guerra contra o Paraguai e, de maneira especial, à política desenvolvida pelo Império do Brasil na fronteira platina. Contudo, também criticou os sucessivos erros do governo de Francisco Solano López, mitificado pelo regime stronista.

Para Droysen, a historiografia não deve ser feita como um fim em si mesmo, como uma espécie de arte pela arte, movida pela pura vontade de compreender mais e melhor uma porção do passado. Deve, antes, consistir numa interpretação pragmática do presente, capaz de dotá-la da autoconsciência necessária para garantir a continuidade da própria história enquanto processo objetivo de desenvolvimento da humanidade. [...] A consciência da historicidade do mundo atual é, pois, o que, de acordo com Droysen, confere a mais importante garantia à continuidade do processo histórico. Um dos mais nobres objetivos que ele associa à prática historiográfica é justamente o de promover a difusão e o aprimoramento de tal consciência. "A tarefa dos estudos históricos", afirma Droysen lapidarmente, é que se aprenda a "pensar historicamente" (ASSIS, 2014, p. 4).

Noutro contexto, o da segunda metade do século XX, o Brasil criticado pelo autor apoiava o regime stronista do Paraguai. Assim sendo, a obra *Hace 100 años: Crónicas de la Guerra de 1864 – 1870* é uma extensa publicação revisionista que exerce uma crítica a política do Império do Brasil no Prata e a defesa histórica do povo e das forças paraguaias, transformando ambos em heróis pela resistência e patriotismo. Isso tudo, independentemente dos acertos ou desacertos políticos de López, claramente criticado por Efraím Cardozo.

O autor refletiu a respeito de Francisco Solano López, um herói fabricado pela também historiografia revisionista, contudo, de cunho oficialista-patriótico e venerado pela ditadura stronista no Paraguai. De qualquer forma, as críticas de Efraím Cardozo não desferiram infama a sociedade paraguaia, ao contrário, para ele os soldados e a população civil-camponesa paraguaia constituíram os verdadeiros heróis da resistência. Cardozo preocupou-se em construir uma narrativa cronológica sobre a guerra tendo como base documentos históricos e opiniões publicadas nos periódicos da época do conflito. Uma de suas fontes, embora contraditória a sua visão político-ideológica, foi o jornal *El Semanario*, responsável por publicar em Assunção os posicionamentos ultraconservadores de Carlos Antonio López, e depois, de Francisco Solano López, convertendo-se, assim, no jornal oficial do governo paraguaio durante a guerra da Tríplice Aliança. Destarte, é importante observar, que não havia periódicos de oposição ao governo López naquele período.

O autor também produziu críticas ao se referir a López, bem como, ao se referir ao imperialismo brasileiro e portenho-argentino no rio da Prata. Isso ficou marcado na obra *“El Imperio del Brasil y el Rio de la Plata.”* Pois nesta obra, no entendimento de Cardozo, López possuía instintos sanguinários. *“Así como los brasileños ponían inaudita ferocidad en sus acciones militares, así también López, enloquecido por la derrota, ya no refrenó sus instintos sanguinarios”.* (CARDOZO, 1965, p. 107). Neste sentido, as críticas do autor foram equilibradas, deferidas para ambos os lados que participaram da guerra.

Ademais, Efraím Cardozo era Liberal e membro do grupo militante que em 1940 tornou-se nacionalista, acompanhando ao General Estigarribia, então presidente do Paraguai entre 1939 e 1940, entretanto, retomando no exílio na Argentina as suas convicções políticas originais. Após esse período, não ocupou mais a cargos públicos, dedicando-se a pesquisa histórica e a produção de livros e artigos em jornais. Na década de 1960, Cardozo escreveu um pequeno livro sobre a soberania paraguaia dos Saltos de Guairá, recebendo severas críticas dos partidários colorados apoiadores de Stroessner. Também neste contexto, Cardozo publicou as suas crônicas sobre a guerra e disparou críticas ao papel desempenhado pelo governo, sobretudo, em relação aos limites geopolíticos do Paraguai com a Argentina e Brasil. No período de Stroessner, *“El Mariscal”* era uma figura cultuada no Paraguai, e não caíam bem quaisquer críticas sobre os

seus malogros na guerra da Tríplice Aliança. Frente a isso, Efraím Cardozo pode ser considerado um dos mais importantes “pilares” da historiografia paraguaia por seu diferencial interpretativo e extensão de sua obra. Ademais, ele produziu uma análise contemporânea da guerra balizada em fontes documentais, tipicamente como os historiadores do século XIX.

Citado pelo filósofo Giorgio Agamben, “Nietzsche situa a sua exigência de ‘atualidade’, a sua ‘contemporaneidade’ em relação ao presente, numa desconexão e numa dissociação”. (2009, p. 58). Desse modo, o autêntico contemporâneo consegue afastar-se do seu momento para melhor compreendê-lo. Esse desprendimento ainda é possível através do conhecimento histórico do indivíduo, uma vez que, o conhecimento histórico é formador de consciência crítica e reflexiva. O contemporâneo cultiva uma relação particular com o seu tempo, aderindo e tomando distância simultaneamente. Neste sincronismo, ele produz a lucidez necessária para o entendimento do seu presente. Portanto, a historiografia transporta muito mais uma inteligência sobre o presente na qual foi escrita, do que propriamente sobre o passado a que se refere. Do mesmo modo, a historiografia reúne análises e explanações a respeito dos fatos, sob o ponto de vista do observante, tornando-se uma representação consensual da História.

Assim, levantaram-se neste trabalho as possíveis e as diferentes correntes historiográficas que discorrem sobre a guerra da Tríplice Aliança no Brasil e agrupam os diferentes pontos de vista dos historiadores. É claro que os conceitos e as denominações sobre as correntes historiográficas já foram situados *a priori* em outros estudos, mas, ao observar os trabalhos mais recentes, apresentam-se as historiografias da seguinte maneira: historiografia tradicional; historiografia tradicional positivista ou republicana e historiografia revisionista.

Em um primeiro momento a historiografia tradicional – dos vencedores – determinou uma narrativa que atacou o governo paraguaio ainda no transcorrer da guerra, mas, sobretudo, após a conclusão do conflito. No período do Segundo Reinado do Império do Brasil (1840 – 1889) esta historiografia foi produzida por oficiais das forças armadas que participaram do conflito. “A interpretação predominante, quer nos anos de guerra, quer posteriormente, foi a de que o Paraguai agrediu o Império brasileiro sem ter motivos diretos para tanto”. (DORATIOTO, 2008, p. 3). Posteriormente, ainda no Brasil, a historiografia positivista ou republicana, “[...] consolidou como propósito a instauração da narrativa

nacional-patriótica”. (MAESTRI, 2013a, p. 246). Essa foi à narrativa que destacou as grandes ações dos “heróis” militares e, principalmente, os exitosos sucessos das forças armadas brasileiras na guerra da Tríplice Aliança. A respeito desta corrente, Mario Maestri assevera: “Ela foi construída através da seleção-organização das apologias do Estado e das classes dominantes imperiais sobre o conflito, em boa parte herdada da crítica dos liberal-unitaristas portenhos aos federalistas argentinos e ao Estado paraguaio”. (2013a, p. 246). Esta concepção esteve muito presente na gênese das instituições republicanas brasileiras, uma vez que, os oficiais do exército foram adeptos do Positivismo e, após a guerra, romperam com a monarquia. “O arsenal teórico positivista trazia armas muito úteis. A começar pela condenação da Monarquia em nome do progresso”. (CARVALHO, 1990, p. 27). Enquanto no Brasil a doutrina positivista influenciava a produção de uma historiografia republicana, fundando os seus mitos, conforme Maestri (2013a) uma historiografia “nacional-patriótica”, o Paraguai também estabelecia os seus mitos em sua historiografia “oficialista-patriótica”.

Contudo, por que no Brasil os militares se interessaram tanto pelas ideias positivistas francesas? Segundo o historiador José Murilo de Carvalho, porque “[...] os militares tinham formação técnica, em oposição à formação literária da elite civil, e sentiam-se fortemente atraídos pela ênfase dada pelo positivismo à ciência, ao desenvolvimento industrial”. (1990, p. 28). Ademais, a historiografia positivista ou republicana questionou a legitimidade da guerra, mas, jamais a virtude das forças armadas, o exército e a marinha imperial naquele conflito. O historiador Francisco Doratioto destacou que depois do “[...] golpe militar que derrubou o Estado Monárquico em 1889, e instalou a República no Brasil, a legitimidade da guerra passou a ser questionada pelos positivistas brasileiros”. (2008, p. 5). Apesar disso, os positivistas cultuaram os militares que dela haviam participado e, não por acaso, ergueram monumentos, e batizaram cidades, ruas e edifícios públicos com os nomes dos oficiais brasileiros em todo o território nacional.

No Paraguai, a partir da década de 1920, o oficialismo-patriótico promoveu uma ressemantização da figura de Francisco Solano López e do próprio significado da guerra da Tríplice Aliança. Portanto, segundo Doratioto (2008): construiu-se um passado mítico, uma idade de ouro para o Paraguai. Nesse viés, o Paraguai seria uma República livre que lutava contra uma Monarquia escravista, a brasileira, a única na América meridional. Esse revisionismo apresentou como fundamental

característica a limpeza da imagem de López ou, no caso de um revisionismo anti-imperialista, o ato de distingui-lo como símbolo de resistência às formas de imperialismo, especialmente, entre as décadas de 1960 e 1980. Este modelo revisionista foi introduzido, inclusive, no Brasil. Logo, fundou-se um mito: o herói Francisco Solano López. Embora Michel de Certeau (2020) tenha destacado que a História (ciência) tornou o lugar do mito primitivo, Ernst Cassirer (2003), assinalou que o lugar do mito não foi completamente eclipsado da História ao discutir o papel do mito na política, no Estado centralizado, sobretudo, no século XX.

Cassirer discorreu sobre o pensamento de Kant: “A liberdade não é inata ao homem. Para possuí-la, temos que criá-la”. (2003, p. 332). Deste modo, insta destacar que os trabalhos intelectuais necessitam de liberdade de expressão, sobretudo, quando se é, escritor e historiador. Assim, a falta de liberdade de expressão no contexto de um regime político ditatorial foi um enorme desafio para Efraím Cardozo “desmitificar” os personagens da guerra e discutir a História, ainda que, o autor já tivesse realizado importantes serviços ao Estado paraguaio. Além disso, Cardozo não adotou uma linha historiográfica, pois como já mencionado, declarava que os acontecimentos não poderiam ser simplesmente ajustados a uma História fatalista. Portanto, a História (ciência) e os historiadores devem ser ambos conduzidos pela criticidade, metodologia, e pensamento autônomo. “É muito mais fácil depender dos outros do que pensar, julgar e decidir por nós mesmos”. (CASSIRER, 2003, p. 333). Destarte, Efraím Cardozo preocupou-se ainda, com a imagem dos liberais paraguaios da segunda metade do século XX, contrários ao governo ditatorial de Alfredo Stroessner.

O arqueólogo britânico Ian Morris (2015, p. 13) destacou recentemente que “[...] as democracias podem ser confusas e inoperantes, mas raramente devoram seus próprios filhos; as ditaduras cumprem suas metas, porém tendem a fuzilar, matar de fome e mandar um monte de gente para a câmara de gás”. O apontamento de Morris toca o presente e configura-se como um alerta, pois estamos presenciando sintomas de fragilidade no âmbito das instituições e nas democracias, de uma forma geral. Assim, a obra de Efraím Cardozo permanece contemporânea, pois reflete sobre a importância da historiografia como um instrumento de esclarecimento sobre as mazelas do autoritarismo, da violência e da guerra.

Outrossim, um elemento importante no seu texto é a abertura de um campo de visão a respeito da América meridional que possibilita uma leitura da História a partir do Paraguai. Neste viés, o autor ocupa um lugar importante na historiografia revisionista, especialmente, no Paraguai. Esses pontos ajudam a justificar a importância desse estudo, da narrativa histórica e da leitura das obras de Efraím Cardozo na atualidade.

O escritor argentino Jorge Luís Borges observa de forma memorável que: *“Una literatura difiere de otra, ulterior o anterior, menos por el texto que por la manera de ser leída: si me fuera otorgado leer cualquier página actual – ésta, por ejemplo – como leerán en el año dos mil, yo sabría cómo será la literatura del año dos mil”*. (BORGES, 1974, p. 747). Portanto, precisamos dessa percepção, dessa reflexão borgeana na contemporaneidade, sobretudo, nas leituras históricas. Ainda que Borges refira-se a literatura, a sua reflexão cabe muito bem à História, para desse modo entender-se e debater-se uma obra historiográfica e para que ela permita-nos discussões ancoradas na razão e na historicidade, a fim de, compreender-se o arrolamento entre passado e presente.

A historicidade é emaranhada em narrativas e, no entanto, pode ser constantemente constituída ou destituída por meio de documentos históricos. Porém, o documento histórico está ininterruptamente sujeito à interpretação e à subjetividade dos historiadores, e estes, necessitam encontrarem-se subordinados aos vestígios do passado. Nesse viés, os documentos históricos são tão-somente fragmentos do passado, mas, empregados como construtos fundamentais na compreensão dos processos e fatos históricos, ligando o passado e o presente.

Do mesmo modo, os documentos podem possibilitar a fundamentação de verdades inacabadas ou mentiras acabadas a respeito dos acontecimentos históricos, sobretudo, quando estabelecida a omissão de determinados fatos no ato da composição dos registros. Assim sendo, os documentos consistem em versões dos acontecimentos, e neles pode ter sido obscurecido, aquilo que, por algum pretexto, decidiu-se silenciar na História. Desse modo, documentos e narrativas se assemelham, uma vez que, todos eles carregam subjetividades ao representar o passado. “Todo o documento é um monumento ou um texto, e nunca é ‘puro’, isto é, puramente objetivo”. (LE GOFF, 1990, p. 30). Portanto, a historiografia, por estabelecer uma narrativa sobre o passado, permanece submergida em subjetividades que assinalam os acontecimentos sempre de estilos diferentes,

todavia, “[...] não há dúvidas de que a historiografia é uma representação do passado”. (MALERBA, 2006, p. 19).

A fabricação de um sentido para a História através de narrativas simbólicas que evidenciam, resguardam ou acometem os diversos modos de ler o mundo, e que na maior parte das vezes, acabam comunicando mais sobre o presente do que sobre passado, implicam nos traços culturais e/ou políticos daqueles que escrevem a História. Desse ponto de vista, a historiografia é, sobretudo, uma polida narrativa política. “Sabe-se, muito bem, que toda a produção intelectual carrega consigo valores da época em que foi escrita e do seu autor”. (DORATIOTO, p.15). Mesmo que, demonstre fundamentos científicos a partir de pesquisas em arquivos e evidências consistentes, a interpretação da História é sempre uma ponderação política. Contudo, nem todos os agentes históricos possuem a instrumentalização necessária para realizarem uma leitura crítica e política da História. Assim, as relações de comunicação praticadas em sociedade são sempre relações de poder que dependem do capital material ou simbólico acumulado pelos agentes. (BOURDIEU, 1989). Neste viés, o capital simbólico por ser representativo, é igualmente político.

Entretanto, essas percepções não devem ser um problema para os historiadores, uma vez que, a História é indissociável à política, e não obstante, possui um compromisso com a sua própria historicidade, ou seja, a qualidade daquilo que é legitimamente histórico e orienta a construção das individualidades na coletividade sócio-política e cultural. Entretanto, a História se faz pela busca e interpretação, assim, cabe aqui uma breve reflexão a respeito do papel do historiador e a diferença entre veracidade e veridicidade. Em relação ao papel do historiador, conforme José Costa D’Assunção Barros (2014, p. 16) deve-se levar em conta, “[...] criticar a equivocada confusão entre a ideia de uma ‘ficcionalidade da História’ e a aceitação da subjetividade implicada no papel ativo do historiador”. Logo, caberá ao historiador não ser passivo, muito pelo contrário, e, ainda, problematizar a História por meio das suas fontes. Sobre a diferença entre veracidade e veridicidade, José Costa D’Assunção Barros (2014, p. 17) asseverou:

A dupla responsabilidade do historiador – de falar por um lado sobre fatos históricos (e construí-los), mas, sobretudo, de elaborar ativamente interpretações sobre estes mesmos fatos, trazem-nos um importante vislumbre sobre a possibilidade de contraste entre as expressões

“veracidade” e “veridicidade.” Os fatos precisam ser enunciados pelo historiador com veracidade. Ele precisa comprová-los nas fontes.

Mesmo assim, a análise de uma narrativa levará em conta a veridicidade. “Entenderemos por ‘veracidade’ como a qualidade daquilo que expressa ou toca, de alguma maneira, a verdade; ou, ainda, como potencial para a comprovação daquilo que é verdadeiro”. (BARROS, 2014, p. 11). Em oposição, “[...] a ‘veridicidade’ pode ser entendida como a qualidade daquilo que é verídico; ou como aquilo que é passível de ser considerado verdadeiro”. (BARROS, 2014, p. 11). Este último conceito, embarcaria muito bem a historiografia, por essa ser posta em forma de narrativa, e, desse modo, com o escopo de estabelecer uma representação da verdade.

O conhecimento que apresenta veridicidade não necessariamente coincidirá com a verdade; mas será sempre algo que pode satisfazer ao interlocutor como um conjunto de enunciados e interpretações que pode ser pensado como verdadeiro. Entre outros aspectos, o conhecimento dotado de veridicidade precisa apresentar também verossimilhança, a qual é uma expressão que se relaciona à ‘impressão de verdade’ que uma afirmação, narrativa ou interpretação pode desencadear no interlocutor. (BARROS, 2014, p. 12).

Noutro vértice, o filósofo Byung-Chul Han pensou sobre a relação entre verdade e poder, de acordo com ele: “O poder gera significância na medida em que forma um horizonte de sentido a partir do qual as coisas são interpretadas. Só em vista do poder elas se tornam significativas, só em vista do poder obtêm um sentido”. (HAN, 2019, p. 56). Conforme Han (2019) todo o sentido é vontade de poder e de acordo com Nietzsche todas as relações de sentido podem se dissolver nisso. “Até mesmo a verdade está aliada com o poder. Ela é um projeto ou um constructo originado da vontade de poder”. (HAN, 2019, p. 57). Portanto, toda a narrativa histórica encontra-se associada a uma forma de poder, sobretudo, uma forma política.

Retornando a Heródoto de Halicarnasso, é possível afirmar que ele, ao produzir uma narrativa sobre os povos que se relacionavam com os gregos na antiguidade, tenha escrito em sua obra, por exemplo, muito mais sobre o que significava ser grego, do que ser persa. Uma vez que, Heródoto construiu uma representação da verdade sobre os outros povos, do ponto de vista grego. Além disso, introduziu sistematicamente a visão do ocidente a respeito do oriente na sua

narrativa. Portanto, na maioria dos casos, a veridicidade age sobre a manutenção da historicidade, noutras palavras, a narrativa mais apropriada à ideia de verdade determina aquilo que é considerado histórico e verdadeiro, e assim, estabelece-se um consenso, uma verdade sobre a História. Logo, destaca-se novamente que: toda a narrativa histórica encontra-se associada a uma forma de poder político e social.

A História apresenta a sua origem no século V a.C. Neste período da antiguidade, os gregos também presenciaram o nascimento da dialética, política e democracia. Isto, no âmbito das chamadas *poleis*, as cidades-Estado, como por exemplo, foram as famosas Atenas e Esparta. As *poleis* eram organizadas com embasamento em leis ou normas, procedentes dos debates políticos entre os cidadãos. Assim, sendo a História uma ciência contemporânea ao nascimento das *poleis* sempre permaneceu pautada pela política. Desta maneira, é importante compreender a narrativa histórica e as suas produções simbólicas enquanto instrumentos de dominação ou emancipação do pensamento crítico dos agentes históricos e políticos. Aliás, este compromisso deverá recair resolutamente sobre os ombros dos historiadores.

O historiador é um Édipo. E Édipo, é ele próprio um psicanalista, em sentido literal: um libertador de almas. Devemos entender *almas* no sentido antigo: as almas que devem ser libertadas são os habitantes dos Infernos que gemem por sua condição de sombra e suspiram pelo sangue da vida terrestre. Mais feliz do que os viajantes Ulisses ou Eneias, o historiador tem o poder de devolvê-las à vida, porque conhece o segredo de sua morte, o segredo que ele resume num deslocamento ínfimo e decisivo do sentido: as almas mortas dos Infernos são de indivíduos que morreram *cedo demais para saber* o que viveram, que morreram *por não ter sabido suficientemente cedo* o que significa viver, por não ter sabido dizê-lo. Michelet empresta sua pena a eles para que eles mesmos confessem o segredo de sua morte, que é não ter conhecido o enigma da vida. (RANCIÈRE, 2014, p. 94).

A obra Édipo Rei do dramaturgo grego Sófocles, que viveu em Atenas no século V a.C., aborda, de maneira especial, o seguinte problema: o nosso destino está determinado desde antes do nascimento, ou será que, podemos defini-lo através das nossas escolhas? Na tragédia grega, Édipo, mesmo preso ao seu destino, foi um investigador, um decifrador dos eventos que envolveram o seu confuso passado e que esclareceram o seu trágico presente. Do mesmo modo, o historiador é um Édipo inconformado, que investiga o passado para iluminar o presente. No entanto, tornar o presente mais claro e legível através do passado, pode não ser algo muito agradável. Pode consistir em uma prática trabalhosa e o

resultado pode ser indigesto. Contudo, como destacou Sigmund Freud (1997), deixamos de vê-lo – o presente – de maneira ingênua. Para o personagem de Sófocles, Édipo, a investigação do passado, revelou no presente, uma tragédia.

E jamais eu seria assassino de meu pai e não desposaria a mulher que me pôs neste mundo. Mas os deuses desprezam-me agora por ser filho de seres impuros e porque fecundei – miserável! – as entranhas de onde saí! Se há desgraça pior que a desgraça, ela veio atingir-me, a mim, Édipo! (SÓFOCLES, 2018).

Tornando ao pensamento Borges (1974) a respeito da interpretação das obras, ao realizar-se menos pelo texto e período de publicação, e mais pelo modo de serem lidas, é importante destacar, que as obras, sejam elas, históricas, filosóficas ou literárias, transformam-se em obras clássicas, porque, em alguma medida, permanecem expressando sentido “no” e “ao” presente quando lidas. Desse modo, é possível notar na obra *Hace 100 años: crónicas de la guerra de 1864 – 1870*, de Efraím Cardozo, além de uma vasta apreciação documental realizada pelo autor, que ela produziu e continua produzindo “sentidos” sobre a guerra no momento hodierno. Deste modo, é possível afirmar que a obra de Cardozo aqui estudada, a sua narrativa, necessita ser percebida como um clássico da historiografia que versa sobre a guerra da Tríplice Aliança.

Conforme Ricoeur (1994, p. 15), “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo”. Dessa maneira, a História em seu sentido mais original, aquele revelado por Heródoto como investigação, somente será imaginável e inclusa a uma circunstância temporal quando percebida através da narrativa histórica, a historiografia. Portanto, a preocupação do historiador não deve se resumir em apontar e compreender os fatos históricos, mas é necessário discutir o modo de como a História é narrada, a sua intencionalidade e historicidade. Le Goff (1990, p.18) destacou que inicialmente “a palavra historicidade apareceu em 1872, em francês”. Assim, a compreensão do tempo histórico torna peremptória à discussão de que a narrativa histórica discorre muito mais a propósito do período de sua elaboração, do que sobre o período a que se refere, levantando ainda, questionamentos sobre o anacronismo.

Jacques Rancière discute o problema do anacronismo e da verdade na História levantando a premissa de que a constituição da História como discurso científico implica um nó de questões filosóficas que não têm nada a ver com

questões ditas de metodologia ou de epistemologia da História. A História se constitui como ciência resolvendo, por meio de procedimentos literários as questões filosóficas (RANCIÈRE, 2011). Prontamente, o tempo histórico e a historicidade se vinculam, todavia, a complexidade desta relação reside na condução da amostragem dos fatos através das narrativas estabelecidas pelos historiadores.

Passar dos grandes acontecimentos e personagens à vida dos anônimos, identificar os sintomas de uma época, sociedade ou civilização nos detalhes ínfimos da vida ordinária, explicar a superfície pelas camadas subterrâneas e reconstruir mundos a partir de seus vestígios, é um programa literário, antes de ser científico (RANCIÈRE, 2005, p. 49).

De tal modo, mesmo que a composição de uma investigação científica na área das ciências humanas apresente uma metodologia e encontre-se embasada em fontes concisas e, além disso, produza um conhecimento fundamentado na observação empirista dos documentos remanentes aos fatos, o resultado será sempre arquetizado em forma de narrativa. Pois, esta consiste em um dos principais pilares da História, e elaborá-la é parte do ofício do historiador, assim como, examiná-la.

Ademais, consabido que distintos tipos de narrativas, textos e documentos podem ser fontes históricas, apuram-se as crônicas de Efraím Cardozo sobre a guerra da Tríplice Aliança, considerando-se o recorte temporal das publicações do autor, a segunda metade do século XX. Como já exposto anteriormente, as crônicas estudadas foram publicadas na coluna diária *Hace 100 años*, escrita por Efraím Cardozo no jornal *La Tribuna*, em Assunção, entre 1965 e 1970. Depois os textos foram reunidos em treze tomos que foram sendo publicados entre 1967 e 1982, com segunda edição reunida em quatro volumes contendo os treze tomos em 2010. O conceito de fronteira platina apresentado, expressa o espaço de litígio, relação e alteridade dos Estados-nações contíguos na região do rio da Prata, instrumentando, desse modo, a ideia que esta fronteira é um espaço com características politico-culturais legítimas, entretanto, que vai além da composição homogênea das identidades nacionais, até mesmo, no campo historiográfico.

Portanto, o problema desta pesquisa, apresenta-se da seguinte forma: qual é a abordagem de Efraím Cardozo a respeito da guerra da Tríplice Aliança e como ela se individualiza em relação às abordagens anteriores? Além disso, o enfoque e a narrativa do autor condizem com alguma escola historiográfica? Assim sendo,

trabalhou-se com a seguinte hipótese na pesquisa: a abordagem historiográfica de Efraím Cardozo seguramente rompeu com aquela desempenhada pelos revisionistas, de uma maneira geral, pois, abordou criticamente, o modo como o presidente Francisco Solano López governou o Paraguai e “liderou” o exército paraguaio no decorrer da guerra. Isto, porque, a imagem de López era instrumentalizada pelo stronismo.

Efraím Cardozo pode ser considerado um autor revisionista, no entanto, arquitetou um revisionismo cético e inédito a respeito da guerra. Isso pode ser percebido, quando o seu trabalho é confrontado ao que foi produzido até a década de 1970, especialmente, no Paraguai. Efraím Cardozo foi um revisionista por rebater as afirmações da historiografia tradicional e denunciar a barbárie cometida pelos aliados ao Paraguai, de maneira especial, do Império do Brasil. Ademais, o autor não perdeu de vista o autoritarismo de López e criticou a produção do mito paraguaio – “herói da pátria” – que auxiliou na legitimação da figura de Alfredo Stroessner e o seu governo também autoritário e ditatorial no transcurso do século XX. Solano López, as suas alocações e, supostamente, as suas últimas palavras, igualmente, contribuíram para a formação de tal imaginário fundamentalmente patriótico e até mesmo religioso preservado pelo stronismo. Destarte, Bruna Reis Afonso (2017, p. 176), expôs que:

De acordo com Thomas Whigham¹², as últimas palavras de López são citadas de diversas formas. Alguns relatos registraram “y con la espada en mi mano” atreladas ao “Muero con mi patria”, ou ainda “Muero *por* mi patria.” Tais variações são marcadas pelas polêmicas em torno do papel exercido por López na guerra. A frase foi interpretada pelos lopistas como a última comunicação do Marechal com Deus.

Este estudo teve por objetivo investigar como a guerra da Tríplice Aliança foi abordada por Efraím Cardozo em sua análise contida na obra *Hace 100 años: crónicas de la guerra de 1864 – 1870*. Quanto à natureza metodológica, esta pesquisa pode ser classificada como teórico-empírica, porque, examinaram-se as fontes bibliográficas e os documentos localizados nos arquivos anteriormente citados. Contudo, destaca-se que a documentação indireta foi a mais utilizada – a segunda edição da obra *Hace 100 años: crónicas de la guerra de 1864 – 1870* publicada pela editora *El Lector* de Assunção em 2010, organizada em quatro

¹² Historiador estadunidense, autor da obra *La Guerra de la Triple Alianza*, volumes I, II e III. Editora Taurus, 2015.

volumes e contendo treze tomos, com tiragem especial de apenas mil exemplares – visto que, o objetivo do presente trabalho, está conexo a esta obra. Noutra giro, as teorias são categorias de pensamento, enquanto que a metodologia uma categoria de prática. Assim, é difícil apontar uma categoria de pensamento específica e que tenha definido o modo como se realizou a leitura da obra de Efraím Cardozo. Todavia, no campo metodológico, optou-se por uma tese histórica, como propôs Umberto Eco (2016, p. 15):

[...] Transforma então sua tese teórica em tese historiográfica, isto é, deixa de lado o problema do ser, a noção de liberdade ou o conceito de ação social, para desenvolver temas como O Problema do Ser no Primeiro Heidegger, A Noção de Liberdade em Kant ou o Conceito de Ação Social em Parsons. Se tiver ideias originais, estas virão à tona também no confronto com as ideias do autor tratado: muita coisa nova se pode dizer sobre a liberdade estudando-se a maneira como outro a abordou. E, se quiser, aquilo que deveria ser a tese teórica do candidato se tornará o capítulo final de sua tese historiográfica. [...] É difícil mover-se no vácuo e instituir um discurso *ab initio*. Cumpre encontrar um ponto de apoio, principalmente para problemas tão vagos como a noção de ser ou de liberdade. Mesmo para o gênio, e sobretudo para ele, nada há de humilhante em partir de outro autor, pois isso não significa fetichizá-lo, adorá-lo ou reproduzir sem crítica as suas afirmações; pode-se partir de um autor para demonstrar seus erros e limitações. A questão é ter um ponto de apoio.

Portanto, este é o ponto de apoio ao qual se refere Eco, e, ainda, o objeto da análise qualitativa deste trabalho: a obra de Efraím Cardozo e a sua representação sobre a guerra da Tríplice Aliança. A primeira edição de *Hace 100 años: crónicas de la guerra de 1864 – 1870* reuniu treze tomos publicados entre os anos de 1967 e 1982 pelo editorial *Emasa*. Naquele momento, a publicação foi inserida no contexto das solenidades do centenário da guerra, que no Paraguai celebraram “*el centenario de la epopeya nacional*”. Além disso, examinou-se a obra *El Imperio Del Brasil y el Rio de la Plata: Antecedentes y estallido de la guerra del Paraguay*, publicada pouco antes, em 1961, pela *Libreria del Plata* de Buenos Aires onde o autor apresenta sua visão sobre os antecedentes e o estopim da guerra.

Do mesmo modo, analisaram-se documentos relacionados ao tema nos consecutivos acervos históricos: BNDigital, DAMI, SF e ANA, bem como, relatos do Conde D’eu em seu diário de campanha, documentos manuscritos do Imperador Pedro II, cartas do presidente Francisco Solano López, documentos da Missão Saraiva e os documentos dos Anais do Império datados de 1864 à 1871 e depositados no arquivo histórico do SF.

Ainda, no arcabouço metodológico deste trabalho, aplicou-se o método hipotético-dedutivo, considerando-se as hipóteses que a historiografia de Efraím Cardozo veiculara aos acontecimentos históricos e, especialmente, ao próprio contexto histórico em que se encontrava o autor estudado, perfazendo um revisionismo crítico diferenciado.

A partir desse ponto, utilizou-se, também, o método dialético. Este método pode ser destacado evidenciando-se a importância de contextualização e investigação de sentidos político-ideológicos nos estudos históricos. Deste modo, utilizaram-se como documentação direta as fontes pesquisadas nos arquivos históricos (ANA, BNDigital, DAMI e SF) e como documentação indireta as citadas obras de Cardozo e, ainda, outras bibliografias que endossaram o desenvolvimento da pesquisa. Sobre o método dialético, Diehl (2004, p. 50) destaca:

Fundamenta-se na dialética proposta por Hegel, em que as contradições transcendem, dando origem a novas contradições, que passam a requerer solução. É um método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade segundo o qual os fatos não podem ser tomados fora de um contexto social, político, econômico.

No transcorrer da investigação, observou-se que, como bem levantou Rancière, “os historiadores que quiseram romper com a velha crônica para dar, na medida do possível, à história o rigor de uma ciência tiveram de brigar com os pressupostos e os equívocos ligados ao próprio nome da história”. (RANCIÈRE, 2014, p. 1). Em face desse argumento, refletiu-se sobre a complexa relação entre História e narrativa e incorporou-se a discussão, uma apreciação sobre a historicidade das crônicas de Efraím Cardozo, levando-se em consideração o contexto político do autor. Rancière (2014, p. 1), assevera que: “há mais de um século, os que se interessam pela história, e são muitos, brigam com a palavra”. De tal modo, confrontam a historiografia ou, ainda, o próprio significado da História: encontrar provas e narrar acontecimentos.

No campo da arqueologia, Hilbert (2009, p.12) comenta: “[...] os arqueólogos transformam cultura material em palavras, linguagens”. Nesse sentido, penso que os historiadores transformam documentos e fatos em narrativas, em palavras – historiografia – e estas, tornam-se passíveis de análises denotando-se em documentos-textos. Como disse antes, não há problemas quanto a isso, mas, é importante que o julgamento sobre uma determinada historiografia, institua uma

apreciação criteriosa sobre o seu contexto e, sobretudo, às fontes que foram utilizadas em sua composição.

Revelado o enredo histórico e metodológico da presente investigação, apresenta-se brevemente a seguir, os capítulos que compõem esta tese. Inicialmente, busca-se uma definição teórica para “região” e discorre-se sobre o Prata, pensando-o como um extenso e complexo espaço de recíproca relação político-cultural e involucrado no conceito de “fronteira platina”, uma fronteira político-cultural de tensão e, ao mesmo tempo, de relação. Portanto, como parte desse estudo, realizou-se uma revisão teórica a respeito do conceito de região em História, a fim de aclarar a transversalidade e a historicidade dessa fronteira, a platina. Logo, percebeu-se a tensão e a relação cometidas por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai naquela região-fronteira, cabendo assim, em termos acadêmicos, o emprego do já mencionado conceito. Ainda, reflete-se sobre a crise política no Uruguai (1863 – 1864) e sobre os reflexos desta nas relações políticas de fronteira e na diplomacia internacional entre os países que compartilham o Prata. Em outras palavras, avaliando as ações brasileiras no Uruguai como um “estopim” para a conflagração da guerra a partir de 1864.

O que, exatamente, constitui o conceito de fronteira platina? Esse conceito equivale a um espaço geográfico, mas, sobretudo, histórico. Assim, na fronteira platina a historicidade movimenta-se para além da formação homogênea das identidades nacionais e da política, ou seja, essa fronteira configura-se como um espaço de relação política, cultural e, sobretudo, de prática de alteridade. Para ser bem mais específico: um espaço construído historicamente e coletivo. Nela, estabeleceram-se no instrumentar da História, as identidades culturais e as narrativas, que com o passar do tempo, compuseram as circunstâncias econômicas, políticas nacionais e, principalmente, políticas supranacionais. Deste modo, a política produziu também, a formação dos limites situados na centralidade desta fronteira. Estes, às vezes, deliberados em decorrência de crises diplomáticas e antagonismos, como, por exemplo: a guerra da Tríplice Aliança.

No segundo capítulo discorre-se sobre as duas grandes correntes historiográficas que apresentam a Guerra da Tríplice: a historiografia tradicional e a historiografia revisionista. Isto, a fim de, situar e em seguida entender a obra *Hace 100 años: crónicas de la guerra de 1864 – 1870* de Efraím Cardozo dentro do revisionismo historiográfico.

Por fim, no terceiro capítulo, expõem-se algumas considerações sobre a narrativa de Efraím Cardozo na obra *Hace 100 años: crónicas de la guerra de 1864 – 1870*, considerando-se o contexto histórico da publicação das crônicas – a segunda metade do século XX – e a crítica realizada pelo autor, sobretudo, à conduta de López naquela extensa guerra e a forma como a sua imagem esteve instrumentalizada no Paraguai, sobretudo, durante o período stronista. Dessa forma, procurou-se descrever essas críticas, a fim de, perceber-se o ponto de ruptura de Efraím Cardozo com o discurso stronista e o revisionismo histórico do período.

Além disso, apresenta-se a obra *El Imperio del Brasil y el Rio de la Plata: antecedentes y estallido de la guerra del Paraguay*. Nesta obra, o autor apresenta uma importante inteligência sobre o contexto político, diplomático e econômico no Prata às vésperas da guerra, especialmente, sobre a postura do Império do Brasil e do Paraguai. Desse modo, refere-se sobre a belicosidade do Paraguai e seu relacionamento político problemático com Brasil no período, isto, na visão do historiador Efraím Cardozo. Dessa forma, acenado o constructo deste trabalho, demonstra-se a vasta complexidade da pesquisa em História, especialmente, quando o objeto é a própria historiografia, nesta ocasião, a produção historiográfica de Efraím Cardozo.

I. A FRONTEIRA PLATINA

O debate sobre o conceito de região em História é indispensável, especialmente, nos estudos da guerra da Tríplice Aliança (1864 – 1870). Isto porque, a formação histórica dos países envolvidos nesta guerra, como Estados-nações soberanos, está ancorada nas características de um espaço regional – o Prata – sobretudo, nas disputas de territórios, desempenhadas desde o período colonial e que culminaram no teor violento e nacionalista do final do século XIX.

Neste sentido, os principais objetivos da guerra e do alinhamento político dos limites entre os países no período posterior a ela, sempre estiveram convencidos aos anseios territoriais e hegemonia político-econômica na fronteira platina. Deste modo, as fontes históricas (tratados) que evidenciam a ocupação colonial por incursões espanholas ou portuguesas constituíram elementos categóricos na demarcação de limites entre os países no referido espaço, até mesmo no começo do século XX. Assim sendo, entende-se o Prata como uma região de fronteira com características muito peculiares, sendo um espaço de tensão e, sobretudo, de relação: política, econômica e cultural e, por estes motivos, constituído historicamente.

Logo, as propriedades históricas definem uma região, assim como, as características geopolíticas. Desta forma, emprega-se o conceito de “fronteira platina”, mais precisamente pelo fato de que este espaço é um lugar de tensão e relação entre países e o resultado de uma composição histórica e, igualmente, política. Neste viés, a historiografia também colabora para o estabelecimento de uma concepção de fronteira no Prata. Hugo Gaggiotti (1998) explica que a historiografia argentina rio-platense do século XIX confere outro significado aos campos desertos e planos da América meridional – *pampa* – estabelecendo a noção de “fronteira” para esta região, isto, procedendo do intercâmbio luso-hispânico. Ademais, a definição de fronteira também consiste em uma categoria histórica que provém de Roma, “*front*” – a linha de frente do exército – e do francês “*frontière*” – o limite entre exércitos. Mas, como foi acenado anteriormente, cabe aqui, outra vez, o seguinte questionamento: o que, exatamente, estabelece o conceito de fronteira platina?

A fronteira platina é um espaço geográfico, mas, sobretudo, histórico. Neste caso, a sua historicidade movimenta-se para além da formação homogênea das identidades nacionais e da política, ou seja, essa fronteira configura-se como um

espaço de relação política, econômica, cultural e, sobretudo, de prática de alteridade. Para ser bem mais específico: um espaço construído historicamente e coletivo. Nele, estabeleceram-se no instrumental da História, as identidades culturais e as narrativas, que com o passar do tempo, compuseram as ações e as circunstâncias políticas nacionais e, principalmente, as supranacionais, que envolveram a Argentina, o Brasil, o Paraguai, o Uruguai e, igualmente, a Bolívia.

A fronteira platina possui seguramente particularidades geográficas, mas, principalmente, a sua “experiência” provém de uma composição histórica. Assim, nesse espaço a historicidade movimenta-se para além do desenvolvimento homogêneo das nações, da territorialidade e da política. De outro modo, esta fronteira, é estabelecida como um espaço de relação político-cultural. Nela, desenvolveram-se as identidades nacionais e as narrativas, que com o passar do tempo, acertaram a compor as conjunturas políticas nacionais e supranacionais, e que, produziram ainda, a formação dos limites político-jurídicos entre os Estados-nações. Estes, estabelecidos através de relações de fronteira e, às vezes, atravessados por tensões políticas, econômicas, ou ainda, antagonismos ideológicos.

Em termos geográficos, refere-se à região como a Bacia Hidrográfica do Prata, sendo esta composta, ainda, pelas sub-bacias hidrográficas dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, e estendendo-se por uma área de 4,3 milhões de Km² que abrange os territórios da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai. Noutro enfoque, considera-se complacente a historicidade desta região, intuída como efeito das disputas políticas e do entrelaçamento cultural, fatores advindos do período colonial à formação dos Estados-nações independentes que a compuseram e estabeleceram diferentes tratados de limites, mesmo durante o século XIX.

Portanto, a fronteira platina é um espaço estabelecido historicamente – principalmente por ter alicerces políticos – e que produz um sentido histórico à sociedade por ser deliberada como uma região e por encontrar-se em continuo movimento de transformação, essencialmente, em mudança, se considerado o sentido dialético hegeliano. “A dialética de Hegel procura explicar o caráter dinâmico do mundo dos homens”. (CASTILHO, 153, 2017). Este dinamismo é a História.

Neste viés, o pensamento de Georg Hegel produz um esclarecimento acerca da História em movimento, onde se pensa sobre a fronteira platina por esta ter sido

edificada historicamente, e, também, por ter estado em litígio pelo menos até o ascender do século XX. Segundo Ricardo Castilho (2017, p. 154), Hegel:

Parte de um postulado ontológico segundo o qual o ser somente se afirma pela contradição ao seu oposto, contradição cujo resultado é a vitória, com a sujeição do outro. Hegel retira, assim, a capa de harmonia da natureza, realidade. Para ele, a realidade é essencialmente conflituosa. Sob os influxos da teologia cristã, o filósofo incorpora ao seu método três categorias que não se excluem; antes se complementam em uma dinâmica irrefreável.

Mapa 1 - Bacia hidrográfica da região do Prata.



Fonte: internationalrivers.org

As categorias são: tese, antítese e síntese. Logo, busca-se decifrar esta síntese entre tensão e relação para entender-se a fronteira, do ponto de vista histórico. Como já mencionado, o vocábulo “fronteira” origina-se do francês “*frontière*”, que significa: limite entre exércitos. Entretanto, estudar a fronteira excede a, tão somente, compreensão dos limites militares e geopolíticos entre as nações e demanda entender o espaço simbólico em comum das nações e as relações de fronteira. Conforme Hall (2011), “a nação não é apenas uma entidade política, mas

algo que produz sentidos – um sistema de representação cultural”. (p. 49). Destarte, na fronteira platina os sentidos produzidos em determinada nação, relacionam-se com os sentidos produzidos no lado oposto, uma vez que, os fronteiriços interatuam com o pluralismo cultural e as variações políticas das nações vizinhas. Deste modo, a interdependência das nacionalidades na fronteira platina determinou, para alguns indivíduos, a formação de uma identidade dessemelhante daquela considerada comum à identificação nacional, uma identidade proporcional à sua categoria de fronteiriço. Apesar disso, este entendimento não foi aplicado à historiografia tradicional no andamento da guerra, porque, esta se preocupava, exclusivamente, em assentar a ênfase da escrita da História em acontecimentos estritamente militares e nacionalistas. Ao mesmo tempo, esta historiografia apresentou importantes informações a respeito das características geográficas da região, contudo, sem apresentar um debate à luz da academia a respeito da sociedade desta fronteira-região.

De maneira conceitual, observa-se que “[...] comumente, a fronteira constituía-se em uma zona sem definição precisa e, por causa da falta de segurança, despovoada. Tal situação perdurou até o século XIII quando começou a surgir uma tendência ao estabelecimento de limites mais explícitos”. (RECKZIEGEL, 2015, p. 43).

Neste período, foram organizadas as primeiras cidades percebidas como fronteiriças na Europa. Já no século XIX, sobreveio a mesma imperatividade em povoarem-se as largas zonas de fronteiras estabelecidas na América meridional. Portanto, as fronteiras tornaram-se indispensáveis espaços de relações políticas, sociais, culturais e econômicas e conservaram-se não à margem, mas, no centro das preocupações políticas dos governos como forma de enrijecimento da segurança e posse dos territórios.

Na década de 1860, na República Oriental do Uruguai, o partido Nacional incitava a povoação da região norte do país inclinando-se a fortalecer a presença do Estado na fronteira com a Argentina e com o Brasil. O desempenho político do Estado uruguaio ocorreu para conter a expansão político-econômica dos estancieros rio-grandenses que se deslocavam no sentido sul. Nada obstante, a cidade de Rivera desenvolveu-se como um ativo foco de comércio e de contrabando, oferecendo artigos 50% mais baratos do que os vendidos em Livramento e abastecendo, assim, as localidades de Dom Pedrito, Alegrete e Bagé

(RECKZIEGEL, 2015). Destarte, refreando a colonização brasileira no norte do Uruguai.

Uma fronteira é encontro e separação, margem e centro, estabelecendo um espaço de relação. A fronteira não é um limite, pois, abrange um espaço das mais diversas vinculações harmoniosas e conflituosas. Nesse sentido, a fronteira platina também evidencia como características um movimento de opostos e uma tensão de contrários. Explico: o movimento de opostos ocorre dentre as disputas nacionais pela supremacia regional, neste caso, a dominação político-econômica da região de fronteira. De outra forma, a tensão de contrários determina as disputas políticas internas de cada país, detrás dos limites da fronteira. No entanto, as afrontas internas dos países, também refletem na política externa. Deste modo, pode-se inferir que a guerra da Tríplice Aliança transcorreu da tensão de contrários no Uruguai. Consequentemente, a disputa política interna entre *blancos* e *colorados* produziu um movimento de opostos, no que diz respeito, às disputas pela supremacia regional iniciadas com a intervenção brasileira no Uruguai em 1864 e, em seguida, com a ofensiva militar paraguaia na Argentina e no Brasil, já que, o Paraguai precisava sustentar uma saída para o mar por meio do porto de Montevideo.

Desde o período colonial a navegação na bacia do Prata conectou o interior da América meridional às rotas atlânticas. Ao mesmo tempo, as disputas por hegemonia político-econômica neste espaço conservaram-se no transcurso do século XIX, principalmente, quando se formaram os Estados nacionais americanos independentes das coroas ibéricas. Os limites, por vezes, não foram estabelecidos em consenso recíproco e o fracionamento político não ressalvou “[...] o lugar e o papel das classes populares no interior dos novos arranjos políticos instituídos”. (GOUVÊA, 2011, p. 85). Considerada a exceção paraguaia durante o período francista entre 1814 e 1840.

É importante destacar que na América espanhola do período colonial, “[...] a noção de revolução foi descartada, na medida em que os grupos sociais incrustados nos altos escalões das hierarquias de poder permaneceram inalterado ao longo do processo de eliminação do vínculo colonial [...]”. (GOUVÊA, 2011, p. 85).

O mesmo ocorreu na América portuguesa que, além disso, sustentou o status de monarquia. Sendo assim, a ideia de revolução é insuficiente quando não ocorrem alterações materiais que causem a mobilidade no campo social. Na fronteira platina,

a instabilidade das relações internacionais suscitada pelo impacto do fracionamento político pós-colonial na América espanhola e os reflexos danosos da Guerra da Cisplatina (1825 – 1828) para o Império do Brasil persistiram, pelo menos, até 1870.

Pouco antes da guerra da Tríplice Aliança, o cenário político na região havia mudado profundamente a partir da queda de Rosas¹³ na batalha de Monte Caseros em 1852, uma vez que, naquele período, inexistiu um poder político que interferisse nos interesses do Império do Brasil ou das elites de Buenos Aires. Assim, a aproximação entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires ocorria desde 1851 revelou-se ainda mais coesa com a assinatura do Tratado Secreto da Tríplice Aliança, firmado na capital da República Argentina em 1º de maio de 1865.

Não obstante, a manutenção da superioridade político-econômica no rio da Prata esteve em jogo desde a guerra contra Rosas e Oribe. O Império do Brasil consolidou a sua supremacia na fronteira platina quando depôs Manuel Oribe do governo do Uruguai em 1851 e venceu a guerra contra Juan Manuel de Rosas em 1852 conservando, portanto, uma aliança com as províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes. Apesar disso, após a Guerra contra o Paraguai a decadência da hegemonia brasileira na fronteira platina culminou no golpe republicano de 1889.

No início do Segundo Reinado D. Pedro II estabeleceu o seu ministério com os apoiadores do golpe da maioria. O Partido Progressista passou a ser percebido como Partido Liberal e o Partido Regressista como Partido Conservador. Apesar disso, a principal diferença entre os grupos dava-se exclusivamente à situação e à oposição, pois os dois partidos políticos representavam os interesses das elites escravistas e comerciantes. Ainda que, em primeiro momento, o Império do Brasil tenha consolidado o café como uma fundamental *Commodity* e apresentasse adequada estabilidade política, sustendo alianças com a Argentina mitrista e Uruguai florista, duas nações com modelos políticos republicanos.

Mesmo assim, após a guerra contra o Paraguai encerrada em 1870, o Império mergulhou em uma intensa temporada de instabilidade política e econômica que testemunhou a crise do sistema escravista e o desenvolvimento da corrente positivista brasileira. Esta consagrada dezenove anos mais tarde com a proclamação da República.

¹³ [...] el Gobierno central, unitario, despótico, del estanciero don Juan Manuel de Rosas, que clava en la culta Buenos Aires el cuchillo del gaucho y destruye la obra de los siglos, la civilización, las leyes y la libertad. (SARMIENTO, 1999, p.60).

Conforme Lilia Moritz Schwarcz (2013, p.13): “Se nos anos iniciais a guerra serviu para enaltecer o Império brasileiro e a figura de seu monarca, D. Pedro II, a longa duração do conflito seria um dos fatores que acabariam por culminar na deposição do poder imperial com a Proclamação da República, em 1889”. De outro modo, entre 1880 e 1910, a Argentina se modernizou e se tornou, naquela época, o país mais desenvolvido da América do Sul (LUNA, 1995). Mas, como veremos a seguir, a hegemonia regional nunca se manteve apenas em um país e sucessivamente sempre trocou de mãos no transcurso da História platina.

1.1 Região-Fronteira e antecedentes da guerra da Tríplice Aliança

Uma região de fronteira é possuidora de historicidade, uma vez que, é estabelecida politicamente e culturalmente. Além disso, as determinações político-jurídicas que implicam em seu organismo regional norteiam as suas antinomias culturais, como por exemplo, a língua e a identidade por decreto. Apesar disso, como resultado das antinomias, a fronteira também evidencia uma cultura própria, mesmo que, consolidadas as diferenças político-jurídicas entre os Estados. “A fronteira, esse produto de um ato jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta [...]”. (BOURDIEU, 1989, p. 115).

Neste sentido, para discutir-se a região do Prata através da perspectiva de fronteira, é indispensável explicar-se ambos os conceitos: região e fronteira. Segundo Reckziegel (2015, p. 17): “Entre as muitas vertentes explicativas para o termo região, há um ponto consensual de que região seria a particularização dos lugares, a sua individualização”. Neste mesmo viés, uma região seria “[...] um espaço de identidade ideológico-cultural e representatividade política, articulado em torno de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco regional de classe que nele reconhece sua base territorial de reprodução”. (RECKZIEGEL, 2015, p. 17). Este pensamento elucida a importância deste conceito, pois é consabido, que havia um alto grau de interesses econômicos por parte das oligarquias dispostas na região do Prata, especialmente, no século XIX, quando presenciamos a formação dos Estados-nações que tornaram-se independentes das monarquias nacionais europeias. Estes interesses se relacionavam com os acertos políticos dentre as classes dominantes, em maior parte, compostas por latifundiários e escravistas. Isto tanto adentrava em movimentos políticos e de classes nas

repúblicas de língua espanhola, como também, sucedeu no Império do Brasil, onde os súditos mais abastados do imperador eram grandes detentores de terras, escravos e *Commodities*¹⁴. Portanto, na fronteira platina sobrevinha a reprodução dos interesses econômicos, políticos e das ideologias destes grupos dominantes.

Etimologicamente, o vocábulo região, origina-se do latim *regio*: limite, lugar; *regere*: dirigir, reger. Ainda, uma região representa um espaço geográfico com características próprias, como as planícies da campanha na América meridional, por exemplo. “Este espaço, enquanto quadro natural é representado pelo Pampa, os campos situados mais ao sul da bacia do Rio da Prata, onde predominam relevos de planície”. (PANITZ, 2010, p. 20). Etimologicamente “pampa, na língua *quíchua*¹⁵, significa região plana, é o espaço em comum que envolve o Brasil, a Argentina e o Uruguai”. (SILVA, 2015, p. 8). Deste modo, ao estudar-se uma determinada região, acaba sendo inevitável não tomar emprestado um conceito desenvolvido na Geografia. Portanto, considerando-se a sua espacialidade, “[...] *la región fue entendida desde los componentes físicos de la naturaleza; es decir, desde los factores climáticos y geomorfológicos que determinaban el recorte espacial*”. (CARBONARI, 2009, p. 21). Noutro modo, uma região poder ser percebida como tal por meio de circunstâncias políticas. Para Juan Vázquez de Mella:

La Región es una Nación incipiente, sorprendida por una necesidad imperiosa que no puede satisfacer por las condiciones de su constitución o porque no reúne las circunstancias geográficas necesarias para ello y que se incorpora a otra Nación incipiente también, o desarrollada, confiriéndole una parte de la vida colectiva, pero sin perder por ello su personalidad. (apud CHIARAMONTE, 2008).

Assim sendo, a região do Prata evidencia características culturais próprias, mas que, encontram-se em arrolamento com as determinações políticas e jurídicas aplicadas a cada Estado-nação. No pensamento durkheimiano estas determinações podem ser chamadas de fatos sociais. Este é um conceito constituído por três características que são: externalidade, generalidade e coercitividade. Os fatos sociais são “[...] maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo, dotadas de um poder de coerção em virtude do qual se lhe impõem”. (CASTILHO, 2017, p. 199). Neste sentido, a educação e o idioma podem ser pensados como exemplos de fatos sociais. A confrontação dos fatos sociais quando observados de

¹⁴ Matérias primas.

¹⁵ O quíchua é uma família de línguas indígenas falada na região dos Andes na América do Sul.

forma inerente aos projetos políticos dos países platinos explicam toda a forma de tensão existente na referida região, contudo, o espaço platino também produz relação. E, é neste sentido, que no presente trabalho a região do Prata é percebida como uma “região-fronteira” que encontra-se regulada, ao mesmo tempo, pela tensão e relação dos sistemas políticos, culturais, morais e econômicos que organizam a sociedade.

El concepto de Región puede ser definido, en consecuencia, como un área homogénea que posee características físicas y culturales distintas de las áreas que la rodean. La Región forma parte del dominio nacional, pero mantiene un grado de conciencia que define a sus miembros como un grupo humano unitario, con un distintivo sentimiento de identidad cultural. (STURZO, 1947, p. 16 *apud* CHIARAMONTE, 2008, p. 10).

Portanto, essa consciência, que poderá ser concebida na acepção da política e da sociedade, e este sentimento de pertencimento a uma identidade cultural regional, conferem a este espaço o status de fronteira, extensa e de múltiplas relações – fronteira platina. Ademais, em contrapeso ao exercício de relação ou *fronteiridade*¹⁶ há o projeto de Estado, com o fim de fixar limites na fronteira. De acordo com Tau Golin (2004, p, 10) o limite “[...] é o centro da fronteira, entendida como uma região, zona ou faixa transfronteiriça. Na Geografia política, o Estado moderno necessita do estabelecimento de limites bem definidos para sua área de soberania e organização”. Deste modo, as diferenças políticas que estorvaram a diplomacia entre os Estados-nações, sustentaram a colisão dos exércitos que se abarbararam naquela fronteira em litígio até o apagar das luzes do século XIX.

Nesse sentido, a região refere-se a um espaço construído e imaginado historicamente, legitimado por relações sociais, políticas, jurídicas, econômicas e culturais. Esta ideia foi ampliada pela Geografia humana francesa, o “possibilismo” de La Blache. *“Así, la región era una construcción histórica y se fundía en el paisaje”*. (CARBONARI, 2009, p. 21). Assim, a região é um espaço estabelecido simbolicamente, e, é um organismo político e cultural regulado por sua própria historicidade. Entretanto, “[...] a perspectiva espacial fica enriquecida com a incorporação de dois elementos fundamentais para a história: a ação do homem e a ideia de movimento”. (RECKZIEGEL, 215, p. 18). Á vista disso, a composição de

¹⁶ Conforme o pensamento do Dr. Luiz Carlos Tau Golin significa o exercício de alteridade e humanidade em relação ao outro.

uma deliberada região, como, por exemplo, a platina, sempre resulta de complexos movimentos históricos e políticos que advêm com o tempo.

Deste modo, entende-se o Prata como uma fronteira em movimento e, de maneira especial, estabelecida historicamente por meio das deliberações político-jurídicas estabelecidas durante o período colonial e, sobretudo, a partir das formações dos Estados-nações autônomos e republicanos e do Brasil Império e, posteriormente, República, no transcurso do século XIX. Neste recorte temporal, a fronteira platina pode ser compreendida como um “barril de pólvora” que estava prestes a ser aceso, por considerarem-se, as disputas entre as diferentes elites locais: *unitários e federalistas* na Argentina; *colorados e blancos* no Uruguai; e *conservadores e liberais* no Brasil. Ao mesmo tempo, ressaltando o impacto do neocolonialismo desde a Europa; as disputas políticas internas nos países sul-americanos recém-formados; e no início da segunda metade do século acenado, a interposição política do Império do Brasil a considerar a navegação e a belicosidade naquele espaço. Consequentemente, a fronteira platina constitui-se simbolicamente em uma fronteira-região, já que, delinea o encontro e a separação dos grupos que a constituem e, sobretudo, envolve os limites políticos estabelecidos entre Estados-Nações. Conforme Cláudia Maria Ribeiro Viscardi (2010, p. 96):

Quanto aos critérios de delimitação do espaço regional, acreditamos que, sendo a região um *constructo* de seus agentes, suas fronteiras delimitativas são fluídas e variam em função das circunstâncias em que são delineadas. Portanto, no estudo da História Política, cabe ao historiador, na definição dos limites do seu recorte regional, se apropriar de uma região simbolicamente construída no período estudado, capaz de responder aos seus questionamentos, levando-se em conta os critérios de delineamento já existentes, mas escolhendo entre eles, o que melhor se adequa aos seus objetivos de pesquisa. Tais critérios são principalmente políticos e secundariamente econômicos, geográficos e culturais. Esta hierarquia se justifica em função de que, a ampliação ou retratação dos limites regionais dependem de acordos e/ou disputas que ocorrem na esfera do poder político.

Assim sendo, permanece evidente a preocupação que se apresenta neste trabalho. Ou seja, para prosseguir no campo da História da guerra da Tríplice Aliança, sobretudo, no estudo da obra de Efraím Cardozo, se faz necessário apropriar-se teoricamente desta região “política e simbólica”, e assim, arquitetada por séculos: uma fronteira-região, em relação e litígio. Logo, a fronteira platina pode ser ajuizada como um lugar de relação político-cultural aonde a historicidade

movimenta-se para além da construção homogenea das nacionalidades, ou seja, aonde o construto político e a cultura de uma nação é, ao mesmo tempo, parte da outra. Ao mesmo tempo, esta fronteira apresenta limites, às vezes definidos através das águas da Bacia do Prata, composta pelos rios: Paraná, Paraguai e Uruguai e os seus respectivos afluentes. Noutra vértice, os Estados-nações constituíram doutrinas políticas a fim de legitimarem o monopólio da territorialidade e, principalmente, da navegação nesta região a fim de controlarem a economia.

Portanto, considerando o que Eric Hobsbawm (2016) designou como “a Era dos Impérios”, testemunhou-se na segunda metade do século XIX uma maior intervenção do Império do Brasil nas questões platinas, fazendo com que, em relação às incompatibilidades político-ideológicas, esta região se transformasse em uma fronteira ainda mais litigiosa e militarizada.

Era muito provável que uma economia mundial cujo ritmo era determinado por seu núcleo capitalista desenvolvido ou em desenvolvimento se transformasse num mundo onde os “avançados” dominariam os “atrasados”; em suma, num mundo de império. Mas, paradoxalmente, o período entre 1875 e 1914 pode ser chamado de Era dos Impérios não apenas por ter criado um novo tipo de imperialismo, mas também por um motivo muito mais antiquado. Foi provavelmente o período da história mundial moderna em que chegou ao máximo o número de governantes que se autodenominavam “imperadores”, ou que eram considerados pelos diplomatas ocidentais como merecedores desse título. [...] ao passo que, até 1889, sobreviveu um imperador americano, o do Brasil. (HOSBAWM, 2016, p. 94).

Por meio destas doutrinas, instituíram-se ideologias nacionais. “Os Estados, portanto, criaram “nações”, ou seja, o patriotismo nacional [...]”. (HOSBAWM, 2016, p. 235). No espaço em questão, a formação das ideologias nacionais ou nacionalismos, permaneceram de modo contínuo, sendo ampliados nos séculos XIX e XX. Considerando-se, em um primeiro momento, os processos e as guerras de independência, tanto na América espanhola, como, ao mesmo tempo, na América portuguesa, e por fim, os conflitos que formaram ou impuseram diversas consciências nacionais àqueles grupos que compartilhavam o mesmo espaço, tanto em movimentos internos como em externos, a fim de, legitimarem uma identidade nacional e uma territorialidade.

Cuando hablamos de regiones y tratamos de precisar el término, surge necesariamente su comparación con el concepto de nación y de territorio nacional, en tanto se trata de espacios que se inter-relacionan y hasta se asemejan, pero también se diferencian (HEREDIA, 2007, p. 201).

Por esse motivo, disputando e legitimando um monopólio de territorialidades, e estabelecendo alianças políticas entre Estados-nações, como ocorreu através do estabelecimento do Tratado da Tríplice Aliança¹⁷ assinado em 1º de maio de 1865 em Buenos Aires e subsequentes alianças firmadas na Europa e que seguiram o mesmo arquétipo no belicoso século XIX. Destarte, é imperativo levar-se em consideração que a nação origina-se do nacionalismo (HOSBAWM, 1991) e o mesmo torna-se “[...] a nova religião cívica dos Estados”. (HOSBAWM, 2016, p. 233). Por sua vez, na fronteira platina até o limiar do século XIX, formaram-se alianças político-oligárquicas que defenderam interesses supranacionais¹⁸ a exemplo da Tríplice Aliança formada em 1865. Contudo, essas alianças político-oligárquicas que norteavam os interesses do império e das elites portenhas, eram contrárias aos interesses de outro Estado-nação, o Paraguai.

A ideia de nação, ainda que constituída apenas no século XVIII, descende das transformações políticas europeias do século XV. Portugal, Espanha, França e Inglaterra, são exemplares das primeiras Monarquias Nacionais absolutistas formadas neste período. As monarquias nacionais portuguesa e espanhola constituíram-se, tão-somente, a partir das guerras contra os muçulmanos que haviam ocupado vastos territórios da Península Ibérica na Idade Média entre os séculos VIII e XV. A França consolidou-se como um Estado centralizado e nacional ao final da “Guerra dos 100 anos” (1337 – 1453) contra a Inglaterra e os ingleses, por vez, fundaram um país após a resolução de uma crise política interna conhecida na História como “Guerra das duas rosas” (1455 – 1487). No último caso anglicano, um Lencastre candidato ao trono, Henrique Tudor, venceu o último rei lorque, Ricardo III, e subiu ao trono da Inglaterra casando-se com Isabel de lorque, filha de Eduardo IV, e sobrinha do rei derrotado por Henrique, Ricardo III. Assim, uniram-se as duas casas e teve início a Monarquia Nacional inglesa. Contudo, o conceito moderno de nação atribuído a formação dos Estados-Nações ligados ao Prata possuem fundamentos políticos distintos, desenvolvidos nos séculos XVIII e XIX.

¹⁷ Este foi um acordo secreto assinado em 1º de maio de 1865, na cidade de Buenos Aires, entre Argentina, Brasil e Uruguai que combateram unidos o governo de Francisco Solano López no Paraguai.

¹⁸ Que transcende o nacional.

Conforme Habermas (2018, p. 234):

Segundo a concepção clássica do final do século XVIII, “nação” significa o corpo de cidadãos que se constitui como tal ao se dar uma Constituição democrática. Com essa concepção concorre a concepção surgida no século XIX, segundo a qual a soberania popular pressupõe um povo que, em oposição à ordem artificial do direito positivo, se projeta no passado como algo que nasce organicamente.

Nesta mesma visão:

O “povo” [...], que nas democracias é considerado o sujeito do poder legislativo, não adquire sua identidade primeiramente da Constituição que dá a si mesmo. Essa identidade é antes um fato histórico pré-constitucional: completamente contingente apesar disso não arbitrário, pelo contrário [...], não está à disposição daqueles que se defronta com o fato de pertencerem a um povo. (LÜBBE, 1994, p. 38 *apud*. HABERMAS, 2018, p. 234).

Ademais, os sucessos dos militares e caudilhos do século XIX foram sendo incorporados nas representações político-ideológicas e nacionalistas dos governos latino-americanos no transcurso do século XX, sobretudo, a partir da década de 1920. Isto foi causado pela necessidade de construção e afirmação de identidades nacionais, diante da ascensão de regimes políticos autoritários e no recinto de um contexto histórico que acomodava diferentes narrativas político-ideológicas (populismos), e que depois, ao final da década de 1940, testemunhou o alvorecer da polarização, novamente, político-ideológica e concepção da Guerra Fria, calhada desde a estruturação da Doutrina Truman¹⁹ (1947) até a dissolução da União Soviética (1991). A palavra nacionalismo, conforme Hobsbawm (2016, p. 224):

[...] apareceu pela primeira vez em fins do século XIX, para descrever grupos de ideólogos de direita na França e na Itália, que brandiam entusiasticamente a bandeira nacional contra os estrangeiros, os liberais e os socialistas, e a favor daquela expansão agressiva de seus próprios Estados, que viria a ser tão característica de tais movimentos.

Segundo Soares (2018, p. 78): “Eric Hobsbawm (1992) salientou a função fundamental da produção historiográfica no desenvolvimento do nacionalismo. Para o historiador britânico, nações sem passado seriam contrassensos”. Assim, a historiografia pode instrumentalizar e, ao mesmo tempo, ser instrumentalizada pela política. Conforme Habermas (2018, p. 230): “Como formação da consciência

¹⁹ Conjunto de práticas políticas e econômicas dos Estados Unidos para recuperar os países europeus após a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) e conter o avanço do comunismo.

moderna, a identidade nacional se caracteriza, por um lado, pela tendência de superação de vínculos particularistas, estabelecidos em termos regionais”.

É importante destacar, que notadamente na América meridional, a historiografia que versava sobre os eventos belicosos do século XIX orientou a edificação de narrativas de dominação que produziram figuras heroicas e comportaram a instauração de uma superestrutura que calhou a legitimar os governos autoritários do século XX. Assim sendo, no que diz respeito ao Brasil, principalmente entre 1964 e 1985, “[...] o exército esteve unido pela primeira vez numa postura ideológica contra o populismo”. (SKIDMORE, 2010, p. 350). Nesse viés, destacou Francisco Doratioto (2008, p. 12) que “[...] após 1964 o tema Guerra do Paraguai foi praticamente monopólio de militares interessados em História, que produziram trabalhos pontuais sobre batalhas e aspectos organizacionais”. Nesse contexto, a historiografia transformou-se em um campo de debates ideológicos, entre as produções tradicionais e os múltiplos enfoques do revisionismo. E, isso ocorreu, em todos os países antes abarcados pela guerra. Logo, a edificação das narrativas históricas deliberava-se no que se pode chamar de superestrutura, estabelecida e conservada por diferentes intelectuais já habituados a travar batalhas no campo da historiografia.

De acordo com Bottomore (2001), infraestrutura e superestrutura são conceitos utilizados por Marx e Engels para apresentar a ideia de que a estrutura econômica da sociedade (infraestrutura) condiciona a existência e as formas do Estado e da consciência social (superestrutura). Portanto, as relações econômicas determinam a existência de formas específicas de Estado e de consciência social, e qualquer transformação na base econômica de uma sociedade leva a uma transformação da superestrutura (visão de mundo de uma classe). A respeito do pensamento de Karl Marx, Ricardo Castilho (2017, p. 177) afirma que “mudou definitivamente a face do mundo contemporâneo – e continua tendo influência sobre ele”. Ainda, de acordo com o mesmo autor,

[...] em A ideologia alemã, o filósofo se incumbiu da tentativa de reconstruir a história universal da Europa centro-ocidental por meio da crítica às doutrinas idealistas – partindo do pressuposto de que os indivíduos devem ser considerados em seu contexto histórico, em sua ação real. Trata-se de concepção eminentemente materialista. (CASTILHO, 2017, p. 179).

Portanto, no momento em que se produz uma historiografia, se está de maneira inevitável imerso em um contexto político, econômico e cultural. A respeito disso, destacam-se: o regeneracionismo e o reconstrucionismo. Ambos, conceitos inseridos no revisionismo paraguaio sobre a guerra da Tríplice Aliança e que ilustram muito bem a interferência da historiografia na composição e no arranjo político-ideológico dos governos, perpassando, a economia, e, não obstante, o desempenho das alas de oposição dos governos e sociedade. “De outra parte, porém, a produção historiográfica não tem um desenvolvimento autônomo, como um espírito absoluto hegeliano, mas se inserem em contextos econômicos, políticos e culturais mais amplos”. (MALERBA, 2019, p. 465).

Byung-Chul Han (2019, p. 112), ao discutir Hegel, destacou que o espírito hegeliano é “[...] poder apenas na medida em que olha o negativo nos olhos, permanecendo nele”. Inversamente, a historiografia decompõe o seu poder e autonomia, na medida em que é produzida dentro de um contexto. Deste modo, ela irá refletir também, as tensões estabelecidas em um espaço regional. Assim, um retorno à região, este artifício político e cultural é necessário a fim de compreender-se a historiografia como produto das tensões e das relações produzidas neste espaço. A historiografia não é absoluta, mas, é produto da região e, assim como ela, é uma representação.

Viscardi (2010, p. 88) ressalta que “a divisão regional não existe na realidade, pois esta mesma realidade é a representação que dela fazemos”. Em outras palavras, uma região de fronteira como a platina é estabelecida simbolicamente a partir de contínuos e complexos processos históricos, posicionando o conceito de fronteira platina em uma categoria de representação e, sobretudo, de narrativa histórica.

Uma representação é entendida como a relação entre uma imagem presente e um objeto ausente (CHARTIER, 1991). Neste sentido, a fronteira platina é uma representação, este entrelaçamento entre os Estados nacionais, percebidos como imagens homeomorfas²⁰ refletidas na fronteira. Neste teor, exhibe características singulares em relação à expressividade das disposições políticas e culturas nacionais que ali se encontram e compõem uma identidade cultural própria.

²⁰ Na Biologia o termo homeomorfismo significa o desenvolvimento de estruturas semelhantes em certos organismos vivos como resultados da evolução convergente, e não através da ancestralidade comum.

Ademais, a fronteira platina esteve em litígio desde o período colonial, permanecendo impugnada pelas coroas portuguesa e espanhola, principalmente, a partir do século XVIII e, noutro giro, após os processos de independência na América meridional durante o século XIX e na constituição dos novos Estados-nações tensionada até o início do século XX.

Na segunda metade do século XVIII, ao final da Idade Moderna, o reino de Portugal e Algarves era regido por D. José I, o reformador²¹, enquanto que, o reino espanhol, pelo monarca Carlos III, uma vez também, rei de Nápoles e das duas Sicílias. Nesta conjuntura, os limites dos territórios coloniais nas Américas eram estabelecidos na Europa através da assinatura de determinados tratados que deliberavam a concepção de manobras militares e intersecções geopolíticas na referida fronteira, a platina, a exemplo do afamado Tratado de Madri de 1750. Conforme Tau Golin (2015, p. 15) “A inclusão, manutenção e ampliação do território do Rio Grande do Sul, no Brasil meridional, teve sua amarração na vitória luso-brasileira de 1776 sobre as tropas espanholas, como parte de um processo de conflito geopolítico de 1763 a 1778”. No mesmo viés, Tau Golin (2015, p. 15) observa que:

No longo processo de conquista, ocupação e povoamento, as manobras militares e a geopolítica colonial sulina estiveram sustentadas por grupos humanos de todas as capitanias brasileiras, do arquipélago dos Açores, da África e das regiões europeias de Portugal, que transferiram contingentes bélicos e/ou contribuíram com os gastos de guerra. Misturados com indígenas, formaram-se nesta amálgama os traços dominantes de um povo regional predominantemente mestiço, uma síntese de involucramento da brasilidade.

O historiador Tau Golin (2015, p. 69) também assevera que Pedro de Cevallos²², ordenado o primeiro vice-rei do Prata, “[...] não acreditava que o Tratado de Madri (1750) trouxesse a paz entre as coroas”, principalmente, no que dizia respeito ao rio da Prata. O nobre tinha um importante aderente a sua causa, o próprio Carlos III que subiria ao trono após a morte de Fernando VI. Destarte, o projeto de Pedro de Cevallos de reconquistar os territórios no Prata passou a ter mais eco na corte espanhola a partir de 1759. (GOLIN, 2015). Observa-se a seguir,

²¹ Reinado entre 1750 e 1777.

²² Foi um nobre e militar espanhol, governador de Buenos Aires entre 1757 e 1766 e vice-rei do Prata entre 1777 e 1778.

um breve resumo de como se estabeleceu na fronteira platina esta enredada geopolítica, continuamente gerida por relação e tensão. Deste modo, é possível entender a formação desta fronteira através da historicidade, política, guerra e paz.

Com a assinatura do Tratado de Tordesilhas firmado no acenado povoado Castelhana em 07 de junho de 1494, no período do Renascimento europeu, o Prata ficava detrás da linha de limite da Cora espanhola. O tratado foi ratificado em Castela em 02 de julho de 1494 e em 05 de setembro de 1494 em Portugal e possuiu como signatários o Rei de Portugal, João II e o Rei da Espanha, Fernando de Aragão. Desde então, as terras além-mar das Monarquias Nacionais absolutistas ibéricas passaram a ser impugnadas pelas citadas potencias ultramarinas, materializando a formação das fronteiras e dos limites coloniais entre na América.

Em 1530 partiu de Lisboa a expedição de Martin Afonso de Sousa com o desígnio de iniciar a colonização portuguesa nas terras além-mar. A esquadra com cinco embarcações transportava cerca de quatro centenas de colonos europeus somados aos tripulantes. De acordo com Tau Golin (2015, p. 16):

Em sua história, a pequena armada de Martin Afonso de Sousa também expressa as classes de embarcações originárias que singravam as águas sulinas. Ela zarpou de Lisboa em 3 de dezembro de 1530, formada por duas naus, um galeão e duas caravelas: a nau *Capitânia*, de 150 toneladas, de Martin Afonso, em cuja tripulação seu astrônomo e irmão, Pero Lopes de Sousa, praticamente exercia as funções de comando; a nau *Sam Miguel*, de 125 toneladas, a cargo do piloto-comandante Heitor de Sousa; o galeão *Sam Vicente*, de 125 toneladas, de Pero Lobo Ribeiro; a caravela *Rosa*, de Baltasar Gonçalves, e a caravela *Princesa*, de Diego Leite.

Em 1531, a expedição do português Martim Afonso de Sousa, sobrepujou o limite de Tordesilhas ao navegar a costa platina possuindo seis embarcações: *Capitânia*; *Sam Miguel*; *Sam Vicente*; a caravela (nau francesa) *Nossa Senhora das Candeias*; e dois bergantins²³ construídos no Rio de Janeiro. (GOLIN, 2015).

Ao fundearem nas imediações do cabo de Santa Maria, em La Paloma, em uma tempestade, os cabos de amarras das âncoras da nau de Martim Afonso não suportaram, sendo esta nave arrastada para a costa, onde naufragou. Enquanto o governador e o restante das embarcações permaneciam aquartelados em torno da ilha de Palmas, consertando as embarcações e explorando as terras adjacentes, Pero Lopes, embarcando no bergantim, foi inspecionar a costa atlântica e o Rio da Prata, mantendo

²³ Embarcações de baixo calado. Geralmente utilizadas em desembarques e rios, podiam possuir velas redondas ou triangulares (latinas) e, ainda, remos.

contato com os charruas, guenoas e guaranis, povos da América meridional. (GOLIN, 2015. P. 19).

Em 1535, Dom Pedro Mendoza comandava a primeira armada espanhola no Prata, que possuía o intento de neutralizar o avanço da coroa portuguesa na região. Com a coroa espanhola interessada em assegurar a possessão daquelas terras, estabeleceu-se naquela região, a primeira fundação de Buenos Aires em 1536, sendo que, o segundo momento de ocupação seria um pouco mais à frente, em 1580. A primeira fundação de Buenos Aires, em 1536, aproxima-se temporalmente da fundação de Assunção no atual Paraguai, em 1537, corroborando com a dominação espanhola na recém-formada zona de fronteira. Em seguida, após a Guerra da Sucessão Portuguesa, estabeleceu-se entre os anos de 1580 e 1640 a chamada União Ibérica, resultado da união dinástica entre as monarquias de Espanha e Portugal.

Entretanto, as questionas elevaram-se com alento a partir de 1680 com a fundação portuguesa de Colônia do Sacramento à margem oriental do Rio da Prata. Em 1681, os espanhóis reconheceram o monopólio português sob o povoamento através do Tratado de Lisboa. Nada obstante, as disputas estavam apenas principiando-se e custaria ainda um brando e continuado processo histórico serenado, tão-somente, na alvorada do século XX.

Observemos: em 1701 o rei da Espanha cedeu a Portugal a margem septentrional do Rio da Prata. Embora, em 1705, uma expedição hispano-guarani conduzida por Gacia Ros, expulsou novamente os portugueses de Colônia do Sacramento. Entretanto, o grande diferencial português que observaremos em tempo futuro no seu maior herdeiro político, o Império do Brasil, seria a força diplomática. A diplomacia portuguesa sempre venceu. Neste caso, as assinaturas dos Tratados de Utrecht, nos Países Baixos a partir de 1713, estabeleceram em 1715 a restituição de Colônia do Sacramento pelos portugueses.

Aliás, observamos que, desde 1680, com a fundação da Colônia do Sacramento pelos portugueses, do outro lado do Rio da Prata, em frente a Buenos Aires, o comércio que os ingleses impulsionaram na região tinha o beneplácito dos acordos firmados entre Portugal e Grã-Bretanha, como o de Utrecht, em 1713. Assim, a Espanha percebia que suas terras estavam à mercê de elementos que poderiam implementar ações conjuntas para aumentar as regiões sob sua influência e, conseqüentemente, de lucratividade. A questão econômica era, sem dúvidas, um dos fatores

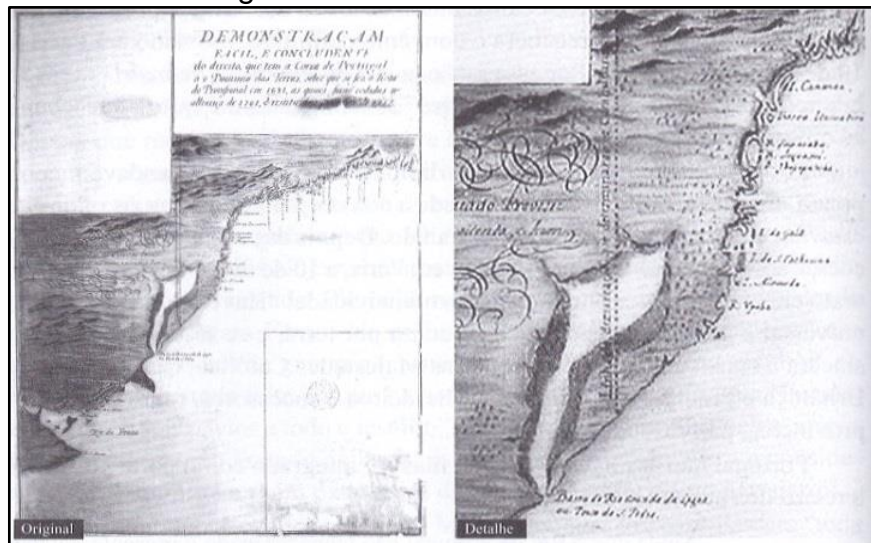
primordiais das investidas estrangeiras sobre a região do Prata em princípios do século XVIII. (COLVERO, 2015, p. 25).

Apesar disso, Colônia do Sacramento regressaria ao domínio espanhol em 1750 depois da assinatura do Tratado de Madri (*uti possidetis*)²⁴. Em um singular traço caligráfico, o diplomata paulista descendente de portugueses, Alexandre de Gusmão, apoderou-se, de acordo com Cardozo (1961), de mais terras do que haviam conquistado cem exércitos em cem anos. Deste modo, uma grande parte das terras ocupadas pelas missões jesuíticas passou para o domínio português. Mesmo que a assinatura do Tratado de Madri expressasse um amplo movimento da diplomacia hispano-portuguesa na procura de um acordo sobre as fronteiras coloniais e, de maneira especial, um entendimento sobre o Rio da Prata, os portugueses da região não renunciaram com facilidade a cidade de Colônia do Sacramento. Deste modo, em 1762, Pedro de Cevallos, governador de Buenos Aires, liderando as forças espanholas invadiu novamente a Colônia do Sacramento. Conforme Tau Golin (2015, p. 73) “Já na Europa, distante das terras da América, a ordem de Carlos III para invadir o território português foi dada em 24 de fevereiro de 1762”.

A fundação da Colônia do Sacramento na margem norte do Rio da Prata conjugava os interesses dos comerciantes do Rio de Janeiro, interessados na retomada do intenso comércio com Buenos Aires existente na época da União Ibérica, assim como da Coroa portuguesa, que desejava expandir seus domínios até o Rio da Prata. Os principais elementos responsáveis pelo desenvolvimento da rede contrabandista eram os portugueses. A relativa proximidade do Prata com os portos brasileiros e a facilidade da obtenção de escravos em suas feitorias na África foram os principais fatores da preponderância comercial dos luso-brasileiros em Buenos Aires durante a União Ibérica.¹ Essas vantagens levaram os portugueses a investir num entreposto no Prata. (POSSAMAI, 2010, p. 01).

²⁴ Princípio do Direito Internacional que, em disputas sobre soberania territorial, reconhece a legalidade e a legitimidade do poder estatal que de fato exerce o controle político e militar sobre a região em litígio.

Mapa 2 – Fronteira negociada entre os reinos ibéricos entre 1681 e 1715.



Estabelecia um novo meridiano, a exemplo da concepção de Tordesilhas (cortava a região de Laguna, SC, conforme a tese castelhana). A expedição de Pedro de Cevallos, em 1763, ocupou até o seu ponto meridional mais extremo e estabeleceu a Fronteira da Tratada/Ponta Rasa, restringindo-se à costa por uma linha latitude (horizontal). *Demonstraçam facil, e concludente do direito, que tem a Coroa de Portugal ao Domínio das Terras, sobre que se fez o Tratado Provisional em 1681, as quaes farão cedidas na alliança de 1701, e restituídas pella paz de 1715.* Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino.

Fonte: Tau Golin, 2015.

Contudo, a diplomacia portuguesa entrava em cena mais uma vez, para conquistar no movimento da pena e no uso de tinta aquilo que os mais poderosos exércitos haviam conquistado no movimento das armas e no derramamento de sangue. De tal modo, assinava-se em 1763 o Tratado de Paris pondo fim a Guerra dos Sete Anos²⁵ (1756 – 1763), assim, a Colônia do Sacramento e a ilha de São Gabriel regressavam ao domínio luso.

Geopoliticamente, apesar do Tratado de Paris, a única alteração nas conquistas do governador de Buenos Aires ocorreu em dezembro de 1763. Por ordem de Carlos III, pressionado pela Inglaterra, Pedro de Cevallos teve que devolver a Colônia do Sacramento. Entretanto, o território de Santa Teresa, até a linha da Ponta Rasa, manteve-se em poder castelhana. Estes sucessos das armas de Cevallos foram, praticamente, as únicas conquistas da Espanha na conjuntura da Guerra dos Sete Anos. Espanha perdeu para a Inglaterra as ilhas de Havana e Manilha, o fluxo alimentador de seu comércio e os produtos das colônias americanas. Para reavê-los, cedeu a Flórida e os territórios a sudeste do rio Mississippi. (GOLIN, 2015, p. 99).

²⁵ A Guerra dos Sete Anos pode ser considerada, de fato, a primeira guerra de conjuntura mundial. Neste amplo acontecimento, envolveram-se, por exemplo: Reino da Grã-Bretanha, Reino da Prússia, Reino de Portugal, Reino da França, Sacro Império Romano-Germânico, Reino da Áustria, Reino da Saxônia, Reino da Baviera, Reino da Espanha, Império Russo, Reino da Suécia, Reino das Duas Sicílias, Reino da Sardenha, Império Mogol, América espanhola, América portuguesa, dentre outros.

Em nosso entendimento, as disputas por hegemonia naquela fronteira do Rio da Prata cambiaram em formas e apreensões mais expressivamente a partir da criação do Vice-Reinado do Rio da Prata em 1776. Nesse ponto, desenvolveu-se a colonização espanhola da Banda Oriental em torno de Montevideu. Em seguida, em 1777, firmou-se entre as Coroas de Espanha e Portugal o Tratado de San Ildefonso e buscou-se a pacificação do pleito da Colônia do Sacramento na Banda Oriental do Rio da Prata. Golin (2015, p. 682) assevera que:

Em 11 de outubro de 1777, o ministro Martinho de Mello e Castro escreveu ao vice-rei que o Tratado de Santo Ildefonso tinha sido assinado no dia 1º, entretanto sem mandar-lhe o texto definitivo. De algum modo, o ofensivíssimo Pombalino, somado ao movimento espontâneo dos conquistadores independizados do Continente do rio Grande de São Pedro, acabaram colocando Portugal no centro de um problema geopolítico considerável, com consequências em todas as fronteiras do globo entre as Coroas Ibéricas, com perdas importantes de territórios. Por outro lado, os domínios portugueses aumentaram no Continente do Rio Grande, devido à estratégia do tenente-general Boehm e ao incontrolável movimento miliciano a favor do Brasil. Em síntese, uma nova fronteira passaria a vigorar na América meridional; os espanhóis devolveriam a conquistada Ilha de Santa Catarina e manteriam em suas posses a Colônia do Santíssimo Sacramento. E Mello e Castro ordenou a sua execução.

As disputas não tiveram fim. Em 1808, com a instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro, a então tradicional política e diplomacia lusitana transformou-se aos poucos em política e diplomacia brasileira. De imediato, a coroa lusitana pôs o seu olhar no Rio da Prata. Além disso, o processo que ocasionara a vinda da família real portuguesa ao Brasil - as invasões napoleônicas à Península Ibérica - causaram a abdicação do rei Carlos IV do trono espanhol em favor de seu herdeiro Fernando VII, e mais tarde em favor do domínio francês, desencadeando, portanto, a pretensão de Carlota Joaquina a apropriar-se do trono espanhol e governar as terras americanas. Carlota Joaquina de Bourbon era a esposa do rei D. João VI e, deste modo, a Rainha Consorte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Colvero assevera que segundo a vontade de Napoleão, Fernando VII o herdeiro do trono espanhol, teve de entregar a Coroa novamente ao seu pai, Carlos IV para que este abdicasse, novamente, agora, em favor do irmão do imperador francês, José Bonaparte. (COLVERO, 2015). Apesar de Carlota ter encontrado momentaneamente apoiadores em Buenos Aires e ter negociado com *criollos* e espanhóis metropolitanos em Montevideu, que naquele momento mantinham-se fiéis à

Espanha, as aspirações da nobre espanhola logo submergiram em meio às disputas entre *criollos* e *chapetones* nas colônias hispânicas e, mais tarde, sob a conversão do status político do Brasil de ampla Colônia para Reino Unido a Portugal em 1815. Em 1808, segundo Colvero (2015, p. 118):

Com as notícias recebidas da Europa, tomaram vulto as intenções de manter sob um mesmo cetro as possessões portuguesas e espanholas da América. Desse modo, Dona Carlota Joaquina empreendeu, a princípio com o auxílio do marido e do governo português, mas, posteriormente, com o total rechaço destes, sua tentativa de tentar subir ao trono espanhol das Américas, no qual poderia se sagrar soberana de um império que ia da Flórida ao Cabo Horn, demonstrando aos *Criollos* e espanhóis emigrados que estava viva a representação da casa de Bourbon em solo americano.

Contudo, o enfraquecimento da monarquia espanhola naquela mesma conjuntura histórica que trouxe para a América a realeza peninsular lusitana protegida pelos britânicos, fortaleceu as elites *criollas* locais que foram tornando-se cada vez mais autônomas da Espanha. Não obstante, Portugal e depois o Império do Brasil, realizaram um grande empenho para dominarem a Região do Prata. Portanto, perceber o Prata como um espaço fronteiro é importante, porquanto, as disputas pela supremacia político-econômica compreendendo as possessões de terras e a navegação dos rios, ainda que provenientes do período da colonização hispano-portuguesa, acabaram por refletir nas disputas entre os Estados-Nações agora independentes das potências ultramarinas europeias e nas questionas das aristocracias regionais pelo poder econômico regional, sobretudo, comercial e pastoril. Segundo Maestri (2016, p. 243):

Desde a crise do regime colonial hispânico, em 1810, a administração real lusitana e, a seguir, o governo imperial, intervieram direta ou indiretamente no Prata, intrigando e apoiando as forças centrífugas, descontentes com a política sobretudo da oligarquia comercial de Buenos Aires, que lutava para impor o exclusivismo portuário na região, política que tinha como grande corolários a reconstituição do vice-reinado. O Império almejava, igualmente, a livre circulação nos afluentes do rio da Prata e o controle dos ervais das terras em disputa com o Paraguai.

Entretanto, a partir do século XIX, as elites locais que disputavam o poder regional em nada determinaram mudanças sociais significativas e necessárias para desmantelarem as velhas estruturas políticas do período colonial. Desse modo, a permanência dessas estruturas – o poder político-econômico pertencente às elites – potencializou no final daquele século, a guerra da Tríplice Aliança. De tal modo, a

guerra envolveu grupos sociais que naquela época, nada tinham a ver com as auspiciosas rivalidades políticas e econômicas das elites e os interesses dos Estados-nações na fronteira platina.

Ademais, todos os conflitos existentes neste espaço desde a formação dos Estados-nações independentes do século XIX, transcorrem, de certo modo, do fracionamento político das possessões coloniais espanholas, e este esteve determinado, sobretudo pelas aristocracias. Este fracionamento, oriundo das transformações do final do período colonial, possibilitou a ampliação das relações internacionais através das importações e exportações. Conforme Gouvêa (2011, p. 85):

[...] na América Latina, a tragédia do fracionamento político, verificado a partir dos processos de independência, constituía uma das principais heranças a caracterizar o processo de construção dos novos Estados. Isso porque considerar o fracionamento das elites era tarefa muito mais fácil do que considerar o lugar e o papel das classes populares no interior dos novos arranjos políticos instituídos a partir dos primórdios do século XIX. Nesse sentido, a noção de revolução foi descartada, na medida em que os grupos sociais incrustados nos altos escalões das hierarquias de poder permaneceram inalterado ao longo do processo de eliminação do vínculo colonial que unia a Espanha às suas colônias americanas.

Após a Revolução de 25 de Maio de 1810, Buenos Aires agora independente, pronunciou abertamente o intento de manter sob a sua autoridade os povos que consistiram o vice-reinado do Rio da Prata. Noutra viés, “[...] Montevideo, dominado pelo forte núcleo administrativo, militar, naval e comercial espanhol, manteve-se fiel à Espanha, transformando a cidade-porto, até 1814, no principal centro de reação do partido metropolitano [...]”. (MAESTRI, 2016, p. 131). Não obstante, em 1811, na primeira Campanha da Cisplatina, as tropas luso-brasileiras invadiram a Banda Oriental para conter a “*revolución rioplatense*” de Artigas contra a Federação do Rio da Prata. Artigas lutou contra a presença espanhola na Banda Oriental, contra o centralismo político exercido por Buenos Aires e contra a ocupação luso-brasileira no Rio da Prata.

No extremo-sul do Brasil, a produção pastoril fornecia os imprescindíveis couros, charques e mulas à monocultura exportadora escravista. Porém, a baixa produtividade relativa das estâncias sul-rio-grandenses determinava que a produção sulina de charque abastecesse não mais do que um terço do consumo do Império. A necessidade de novas terras, para aumentar a produção extensiva, ensejou forte expansionismo territorial nas Missões Orientais, na fronteira oeste e nos Campos Neutrais, em 1801, e, sobretudo na Banda Oriental, a partir de 1816. Na última região, houve literal colonização dos departamentos setentrionais do Uruguai por fazendas

pastoris escravistas sul-rio-grandenses, que forneciam gado, sobretudo para as charqueadas pelotenses. (BANDEIRA apud MAESTRI, 2016, p. 241).

Em 1816, houve a segunda Campanha da Cisplatina, resultando a anexação da Banda Oriental pelo Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves com o nome de Província Cisplatina. Em 1817, o Rio de Janeiro esteve entregue somente a polícia, pois parte do exército continha a Revolução Pernambucana e a outra parte combatia Artigas no Uruguai (BARROSO, 1938). Segundo informações do Ministério da Defesa, o Tenente-Coronel Carlos Frederico Lecor comandou uma divisão denominada como Voluntários Del Rei. Um total de 4.832 homens, composta por duas brigadas, cada uma com dois batalhões de infantaria e, ainda, oito companhias. Além disso, um corpo de artilharia reforçado por uma bateria de quatro peças. (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020).

Deste modo, Portugal estendia a sua fronteira até o rio da Prata, uma vez que, Artigas, líder do movimento federalista - embora tenha combatido às investidas do exército luso-brasileiro - acabou vencido em 1820. Com isso, exilou-se no Paraguai e morreu sem jamais regressar à Banda Oriental. Maestri (2016, p. 149) assegura que:

A vitória do Estado lusitano sobre o artiguismo, em 1820, iniciou uma longa contrarrevolução agrária que prosseguiu após a independência oriental, em 1828-30. Ela demorou, entretanto, longas décadas, para impor-se plenamente. Também a burguesia comercial, que abrira as portas de Montevideo e da Banda Oriental, o comércio marítimo da cidade-porto manteve-se sob o controle dos mais poderosos comerciantes portugueses, brasileiros e ingleses, com casas comerciais sediadas no Rio de Janeiro, para o desespero dos comerciantes orientais que haviam literalmente chamado o lobo para cuidar de seu redil.

Sobrepujado o caudilho uruguaio, o Brasil esqueceu as promessas de boa vizinhança com Buenos Aires. Carlos Frederico Lecor, o barão de Laguna, que havia estado à frente do exército português na Banda Oriental (1811 – 1820) e na Guerra Peninsular (1807 – 1814) contra as forças napoleônicas, compôs um congresso que estabeleceu a anexação da Província Cisplatina ao Brasil em 31 de julho de 1821. Ferreira (2012, p. 100) elucida que:

Dentre as medidas empregadas por Lecor e Durán²⁶, encontram-se o estabelecimento de dezoito parlamentares para comporem o Congresso,

²⁶ Estancieiro, deputado em Montevideu e chefe político da província.

sendo que as eleições foram concentradas nos Cabildos, resultando, assim, na seleção de diversos aliados dos portugueses. O contato com as atas do Congresso Cisplatino, que estão no Archivo General de La Nación, em Montevidéu, permite-nos constatar que todos os parlamentares montevidéanos e dos seus arredores tinham estreitas ligações com Lecor, compondo, portanto, o grupo de apoio dos ocupadores.

Destarte, a aristocracia comercial oriental permanecia, naquele momento histórico, ao lado dos lusitanos, porquanto, fariam frente à soberania comercial portenha. O mesmo não aconteceu no campo, porque a economia pastoril decompunha o entendimento entre orientais e luso-brasileiros. Eloy et al. (1970) destaca que a anexação da Banda Oriental era uma realidade inaceitável para a oligarquia portenha, extremamente ciumenta de seu monopólio comercial sobre a região”. (apud MAESTRI, 2016).

Com o processo de independência do Brasil em curso desde 1808, em 1822, a recém-anexada província oriental, ficaria sob a possessão do Império do Brasil. “Em 1822, quando o movimento de independência do Brasil, apesar de lusitano de nascimento, o general Lecor, desde seu acampamento militar, optou pela proposta de ruptura com Portugal sob a direção de Dom Pedro, príncipe herdeiro lusitano”. (MAESTRI, 2016, p 150). Nada obstante, o Império do Brasil evidenciaria a instabilidade e mobilidade da Fronteira Platina, recuando seu posto avançado no rio da Prata. Outra vez, se consideradas as antecedentes conquistas lusitanas, em meio às causas do regresso, a guerra contra a Argentina, declarada em 10 de dezembro de 1825 e o processo de independência da Província Cisplatina. Maestri (2016, p. 151) assevera que:

Em 19 de abril de 1825, com o apoio dos comerciantes de Buenos Aires, desgostosos com a competição do Porto de Montevideo, e dos poderosos criadores e saladeiristas Juan Manoel de Rosas, Juan Esteban Anchorena, etc., prejudicados pelo monopólio dos saladeiristas sul-rio-grandenses dos gados da Cisplatina, os orientais Juan Antonio Lavalleja, Manuel Oribe e um punhado de combatentes – os Trinta e Três – desembarcaram em Agraciada, na Cisplatina, iniciando a *Cruzada Libertadora* que incendiou rapidamente a população do interior. Com a sorte das armas sorrindo aos orientais, Fructuoso Rivera abandonou o Império, com quem sempre se entendera, e incorporou-se aos revoltosos, como terceiro comandante da guerra de independência. Em 25 de agosto de 1825, no Congresso de Florida, os insurretos pronunciaram-se pela independência da Banda Oriental e sua incorporação às Províncias Unidas do Rio da Prata, aceita pelo congresso argentino em 25 de outubro do mesmo ano.

Juan Antonio Lavalleja, anteriormente, prisioneiro no Rio de Janeiro, partiu de Buenos Aires para a Banda Oriental em 1825 com objetivo de “retomar” a Banda

Oriental e declarar a sua incorporação às Províncias Unidas do Rio da Prata. Em 14 de julho de 1825, houve o Congresso de Florida, sucedendo à anexação da Cisplatina às Províncias Unidas do Rio da Prata. Contudo, os orientais liderados por Lavalleja pensavam em estar com as Províncias Unidas e não sopesavam a independência. Em 1825,

[...] liderados por Juan Antonio Lavalleja, os 33 orientais declararam nula a união entre a Cisplatina e o Império do Brasil, aniquilando o que fora acordado entre Lecor e os grupamentos dominantes no Congresso de 1821. Além disto, Lavalleja proclamou o território oriental como sendo parte das Províncias Unidas do Rio da Prata. Em função da ação de Lavalleja, iniciaram-se os combates entre os brasileiros e os insurgentes e, em 10 de dezembro de 1825, o Império declarou guerra às Províncias Unidas, que, por seu turno, declararam ao Brasil no primeiro dia de 1826. Iniciou-se, assim, em 1825, o episódio denominado pela historiografia brasileira como Guerra da Cisplatina, o primeiro conflito externo do Brasil independente, que culminou, em 1828, após a intermediação britânica, na criação de um novo país na região do Prata: A República Oriental do Uruguai. (FERREIRA, 2009, p. 13).

Após a declaração da independência do Uruguai em 1828, o país promulgou a sua primeira constituição republicana em 1830, e Fructuoso Rivera, do Partido Colorado, tornou-se o primeiro presidente constitucional. Destarte, iniciando uma nova fase de disputas políticas internas no seio daquela nova República e novas questionas acerca da preeminência política regional. Desse modo, a fronteira platina permaneceu sendo um espaço litigioso durante todo o transcurso do século XIX. A exemplo toma-se a Guerra Grande entre 1839 e 1851 onde novamente estiveram envolvidos nas disputas pela supremacia político-econômica os Estados-nações que apresentavam os seus limites no Prata. Ainda, em 1852, aconteceria a Guerra contra Rosas. O Governo de Oribe no Uruguai desmoronou com a intervenção do Império do Brasil em 1851 e o de Rosas na Argentina tombou em 1852 após a batalha de Monte Caseros a frente de tropas argentinas, brasileiras e uruguaias. Mario Maestri (2016, p. 159) certifica que:

Na Argentina, por mandar degolar e expor a cabeça do governador de Santa Fé em uma pica, Manuel Oribe passou a ser apresentado pelos seus opositores como um sanguinário degolador. Em 1º de março de 1839, Fructuoso Rivera declarou guerra a Juan Manuel de Rosas, que apoiava o retorno de Manuel Oribe à Banda Oriental, dando início à chamada Guerra Grande. Na declaração de guerra, afirmava que o combate não era contra o “glorioso irmão” argentino, mas dirigido contra o “tirano” que intentava igualmente “sê-lo” da pátria oriental. O longo conflito terminaria apenas em

1851, com a intervenção imperial brasileira na Banda Oriental, que estabeleceu verdadeiro protetorado sobre o Uruguai.

Em 12 de outubro de 1851 foi assinado o Tratado de Limites entre o Império do Brasil e a República Oriental do Uruguai. O tratado, em seu artigo II, assegura os limites entre os países:

As duas Altas Partes Contratantes reconhecem como base que deve regular seus limites o "uti possidetis", já designado na dita clausula segunda do Tratado de incorporação de 31 de julho de 1821, nos termos seguintes: Pelo Leste o oceano, pelo sul o Rio da Prata, pelo Oeste o Uruguay, pelo Norte o rio Quaraim até a Cochilla de Sant'Anna, que divide o rio de Santa Maria, e por esta parte o arroio Taquarembó Grande, seguindo os pontos do Jaguarão, entra na lagoa Merim e passa pelo pontal de São Miguel a tomar o Chuy que entra no oceano. (TRATADO DE LIMITES ENTRE O BRASIL E A REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI, 1851).

Assim sendo, considerando-se os tratados de 1851 de Comércio e Navegação, de Extradicação e, em especial, de Limites entre Brasil e Uruguai, ainda é necessário destacar-se outros eventos que estiveram relacionados ao entendimento da região em questão como fronteira platina e como parte dos antecedentes da guerra civil no Uruguai e guerra da Tríplice Aliança. Seriam estes: O Tratado de amizade, comércio e navegação assinado em Assunção em 27 de abril de 1855. O qual concedeu a livre navegação do Rio Paraguai e as demarcações dos limites entre o Império do Brasil e a República do Paraguai. Neste caso, valendo acenar, que o acordo foi rechaçado pelo parlamento imperial pelo não cumprimento da livre navegação, causando, desse modo, um estalido na diplomacia entre os dois países no contexto do século XIX.

A resolução do impasse diplomático a respeito da livre navegação foi buscada no Tratado de amizade, comércio e navegação, assinado no Rio de Janeiro em 1856 e, segundo dados do Itamaraty, “[...] mediante convenção bilateral, da ‘verdadeira inteligência e prática’ do tratado assinado em 1856 entre Brasil e Paraguai, em missão de José Maria da Silva Paranhos a Assunção”. (ITAMARATY, 2020).

O decreto nº 1.781, de 14 de Julho de 1856, “Promulga o Tratado de amizade, commercio e navegação entre o Império do Brasil e a Confederação Argentina”. (BRASIL, 1856). Do mesmo modo, os dois países permaneceram comprometidos com a conservação da independência da República Oriental do Uruguai. Um interesse político muito acentuado após a posse de Bartolomé Mitre como presidente da Argentina unificada em 12 de outubro de 1862. Imediatamente,

compôs-se uma aproximação histórica entre o Império do Brasil e a República Argentina, ambos apoiadores do Partido Colorado do Uruguai. Os colorados defendiam interesses comuns do Império do Brasil, estancieiros do sul e oligarquias comerciais de Buenos Aires. Neste contexto, ocorreu no Uruguai uma guerra civil protagonizada pelos partidos *Blanco* e *Colorado*, apontando para o princípio de novas tensões diplomáticas que resultariam, em seguida, na guerra da Tríplice Aliança.

Em Assunção, Francisco Solano López permanecia cada vez mais desfavorável aos acordos draconianos entre o Império do Brasil e a República Argentina. “O presidente paraguaio havia ameaçado com a guerra se o Uruguai fosse tomado de assalto: ele sabia que assim se fechava a tenaz de ferro na garganta de seu país encurralado pela geografia e pelos inimigos”. (GALEANO, 2017, p. 255). O fato é que a geografia sempre foi um problema a ser superado pelos paraguaios que precisavam navegar os rios da bacia do Prata para obterem uma saída para o mar desde a sua organização colonial.

Efraím Cardozo assinalou que a primeira historiografia a respeito do Paraguai foi o livro *“Naufrágios e comentários”*, publicado em Valladolid, na Espanha, em 1555 por Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca (VIERA, 2017 *apud.* CARDOZO, 2015). Inicialmente chegaram à região do Paraguai os conquistadores espanhóis Alejo García e Juan de Ayolas em 1524.

Ademais, a cidade de Assunção no Paraguai originou-se do estabelecimento de um porto no rio Paraguai e da fundação da *Casa Fuerte de Nuestra Señora Santa María de la Asunción* em 15 de agosto de 1537 por Juan de Salazar y Espinoza e Gonçalo de Mendoza, ambos conquistadores espanhóis e absolutamente responsáveis pela ocupação e colonização espanhola daquela região. Em seguida, Assunção foi elevada a categoria de cidade no ano de 1541.

Entre 1540 e 1620 várias cidades e povoados foram estabelecidas às margens dos rios Paraguai e Paraná, iniciando a colonização espanhola na bacia do Prata. Contudo, um decreto real de 1616 viria a dividir o território da “Província Gigante” em duas “fatias”, fazendo com que Assunção perdesse a condição de sede política da região para Buenos Aires. (RAMOS, 2011, p. 138).

Efraím Cardozo (1961) afirmou que para os portugueses, o Paraguai seria a parte de uma mesma expressão geográfica, o Brasil. Destarte, a mais antiga

cartografia portuguesa, por exemplo: Lopo Homem (1519); Diego Ribeiro (1525/1527); João Alfonso (1528/1543); e André Homem, entenderam que o Brasil era uma extensa ilha rodeada pelas bacias dos rios: Madeira; Amazonas e Prata. Este último, com os seus principais afluentes: Paraná e Paraguai. Assim sendo, a reconhecida obra cartográfica do português Lopo Homem²⁷ teria ajudado a cunhar um imaginário de legitimidade e posse lusitana das terras do atual Paraguai e, a seguir, transferida ao sucessivos governos brasileiros. Além disso, Cardozo (1961, p. 36) asevera:

Ese mito de la Isla-Brasil gravitó fuertemente sobre la imaginación de los gobernantes lusitanos y fue estímulo poderoso para oponer a la letra del tratado de Tordesillas la razón geográfica de Estado que iba a presidir la formación territorial de Brasil, y que llevaría incansablemente a buscar el señorío del Paraguay.

Mapa 3 - Cartografia da Terra Brasilis, Lopo Homem, Portugal - 1519.



Fonte: Acervo cartográfico da Biblioteca Nacional Digital.

O que as coroas ibéricas não debatiam naquele período era o direito dos povos originários em relação àquelas terras que disputavam. Mais tarde, nos séculos XVII e XVIII, ocorreu a presença dos Jesuítas e o desenvolvimento dos *pueblos misioneros*, processo consolidado e desfeito antes mesmo da fundação do Vice-Reino do Rio da Prata (1776 – 1816), porém, esta ordem religiosa manteve intensos arrolamentos políticos com a coroa espanhola e garantiu a ocupação hispanica na região, sobretudo, em Assunção. De tal modo, entre 1604 e 1767 foram

²⁷ 1497 – 1572.

estabelecidos em toda a área do prata governos teocráticos, “*los pueblos*”. O arqueólogo e historiador Arno Alvarez Kern (1994, p. 71), destacou:

Ao contrário do que já se afirmou, nunca existiu uma independência dos Trinta Povos, nem eles se organizaram como um Estado isolado. Ao contrário, toda a documentação evidencia uma dependência muito grande em relação à sociedade espanhola. Para as autoridades espanholas, os indígenas guaranis pagavam tributos anuais e prestavam serviços militares, tais como trabalhar na construção ou reconstrução de fortalezas (frequentemente em Assunção e Buenos Aires), atacar tribos que ameaçavam os espanhóis, e mesmo auxiliar governadores e debelar rebeliões locais (índios pretensamente integrados e brancos descontentes).

Em razão das incursões britânicas nas cidades de Buenos Aires e Montevideo entre 1806 e 1807, a Espanha enviou tropas em defesa do Vice-Reino do Rio da Prata, estas situadas nas cidades de Assunção e Córdoba, apesar disso, mostrava-se o quão estava fragilizada a presença da coroa espanhola naquela região. Com o advento das invasões napoleônicas na Península Ibérica e o processo de independência da América espanhola em andamento, especialmente, depois da abdicação do rei espanhol Fernando VII em 1808, o Paraguai, sem ter acesso ao mar, continuou avançando na direção de tornar-se uma república autônoma, mas, continuaria sendo um prisinoeiro geopolítico das cidades de Buenos Aires e Montevideo.

Em 1808, o imperador Napoleão obrigou o rei Carlos IV da Espanha e seu filho Fernando VII a abdicarem da coroa e pôs seu irmão, José Bonaparte, no trono espanhol. Esse ato de nepotismo diminuiu a autoridade dos vice-reis espanhóis na América, que governavam em nome do rei. Nesse ínterim, a Guerra Peninsular – a guerra da independência espanhola – reteve as tropas da Espanha no país. Em 1810, o mesmo ano em que Simón Bolívar começou a campanha para libertar a Venezuela, o vice-reinado em Buenos Aires foi deposto por uma junta, que, embora quisesse a independência, alegou que governava em nome de Fernando VII. O novo governo convidou o Paraguai a fazer parte de seu movimento revolucionário. Porém, os paraguaios não viram motivo para favorecer Fernando VII em detrimento de José Bonaparte. Eles haviam sofrido sob o domínio dos reis espanhóis, e não dos franceses, e também gostavam do governo liberal do esclarecido Dom Bernardo Velasco. (CAWTHORNE, 2015, p. 25).

Apesar disso, mesmo tornando-se uma república independente da Espanha, o Paraguai sem possuir muitas alternativas políticas concretas “[...] não seguiu o exemplo do federalismo dos Estados Unidos e muito menos o da democracia popular idealizada pelos radicais da Revolução Francesa, e sim o observado na

Roma antiga, com a eleição de dois Cônsules”. (RAMOS, 2011, p.134). Ainda, sobre os sucessos de Napoleão e seu “apadrinhado” irmão José Bonaparte, Rei da Espanha e das Índias (1808 – 1813), após a conquista de Sevilha em 1810, o então vice-rei do Rio da Prata, Baltasar Hidalgo de Cisneros, foi substituído por uma junta *criolla* que formou um governo próprio em Buenos Aires.

Contudo, na cidade de Assunção, em 24 de junho daquele mesmo ano, o congresso decidiu apoiar o conselho de regência de Cádiz que governava em nome do rei peninsular derrubado na Espanha. Deste modo, não demorou para que os portenhos organizassem uma expedição militar à Assunção, onde a frente das tropas estava o General Manuel Belgrano. Além disso, mesmo com a assinatura em 1811 de um tratado de “paz” entre Buenos Aires e Assunção que propendia a união do Paraguai com as Províncias Unidas do Rio da Prata, as elites locais não entraram em concordância política.

Durante o cessar-fogo, Belgrano, pela primeira vez, disse que não estava em solo paraguaio para conquistar o país em nome de Fernando e, sim, para libertar o Paraguai do domínio colonial e para convidá-lo a unir-se à Confederação Argentina. Para mostrar suas boas intenções, distribuiu ouro entre as viúvas dos soldados paraguaios mortos no campo de batalha. O seu discurso de independência convenceu rapidamente os locais. Mas, fizera trabalho competente demais. Os paraguaios ficaram tão entusiasmados com a ideia, que decidiram obter a independência, não só da Espanha, como também de Buenos Aires. Assim, em um golpe de Estado, sem derramamento de sangue, em maio de 1811, os militares depuseram o governador de Assunção, e o Paraguai tornou-se uma república independente antes da Argentina. (CAWTHORNE, 2015, p. 28).

Deste modo, aconteceu “[...] o retorno definitivo de Francia ao cenário político da província rebelde”. (RAMOS, 2011, p. 141). Francia foi se tornando uma figura política central no processo de ruptura com Buenos Aires, ao ponto que as suas ideias ainda eram divergentes aos interesses das elites *criollas* ou dos espanhóis de Assunção e Buenos Aires. Assim, o cenário político paraguaio se agravava com a repulsão à dominação portenha. Mário Maestri (2015, p. 88) adverte:

Em 20 de outubro de 1811, Buenos Aires, em dificuldade militar, pactuou com Montevideo e os realistas o reconhecimento da autoridade de Fernando 7º, o apoio à Espanha na guerra contra Napoleão Bonaparte, a retirada das tropas portenhas da Banda Oriental e de Entre Ríos, a entrega dos territórios orientais aos portugueses. José Artigas, na direção da luta oriental pela independência, desconheceu o acordo, acampou na margem direita do rio Uruguai, enviou parlamentar ao governo paraguaio, que se solidarizou com sua luta, sem entretanto oferecer apoio militar. Quando

Buenos Aires protestou devido às discussões com José Artigas, o governo paraguaio esclareceu que nada se pensara e nada se fizera contra a junta portenha.

Em 17 de junho de 1811 formou-se em Assunção a Junta Superior Governativa, formada por: Fulgencio Yegros, José Gaspar Rodriguez de Francia, Francisco Xavier Bogarín, Pedro Juan Caballero e Fernando de la Mora. Em outubro de 1813 o congresso paraguaio adotou a designação de República para o país e sancionou a nomeação de dois cônsules, foram estes: José Gaspar Rodriguez de Francia e Dom Fulgencio Yegros.

Deste modo, segundo o historiador estadunidense Richard White (1989, p. 65): *“Com los españoles sin privilegios y los porteñistas virtualmente eliminados del proceso político el censo político nacionalista arroladoramente favoreció la política extranjera antiimperialista de Francia, la cual fue adoptada em su totalidad”*. Deve ser ressaltado que a ameaça sobre a independência paraguaia ainda emanava dos interesses luso-brasileiros. Conforme discurso de Lázaro de Ribeira²⁸ em 1808, Portugal não tinha nenhum direito sobre o território ocupado:

Los grandes exemplos de la virtud y constancia que Gamas y Albuquerque daban a su Nación desde las orillas del Tajo hasta la boca del Ganges, no fueron imitados por los aventureros que se dejaron ver en el Brasil, no como conquistadores sino como arrebatadores injustos de estas regiones, cometiendo excesos y crueldades que los mismos bandidos no pueden ejecutar, porque a veces se descubre alguna generosidad en el ejercicio de los delitos. Aún no conocian los portugueses la América, cuando el gobierno del Paraguay abrazaba todo el Brasil, por derecho de descubrimiento, conquista y posesión, sin que desde el Marañón hasta el Río de la Plata, se excluyese comarca alguna de la dominación española. Esta vasta extensión de terreno fue el teatro de las injusticias más espantosas, donde el dolo, la mala fe y la sorpresa fueron los instrumentos que dieron al Portugal países inmensos. El honor y la humanidad se conmueven y quisieran arrancar de la historia las páginas que describen los horribles atentados que cometieron en el Paraguay. (MOLINARI, 1960. Apud. CARDOZO, 1961, p. 40).

Assim sendo, a nova República do Paraguai que prosperara no centro da América Meridional receava, e muito, a intervenção luso-brasileira. Por conseguinte, Efraím Cardozo (1961, p. 40) assevera que o principal pretexto para o *“[...] movimiento revolucionario del 14 de mayo de 1811, que puso fin al dominio español, fue la sospecha de que los gobernantes españoles habían aceptado el auxilio ofrecido por Don Juan VI so pretexto de preservar los derechos de la Infanta Carlota*

²⁸ Governador de Assunção.

Joaquina”. Em seguida, sem a interferência política de D. João VI ou dos espanholistas que conspiraram a favor da nobre infanta desde Buenos Aires, o Paraguai esteve governado por uma “*Junta Gubernativa*” presidida, inicialmente, pelo militar e político Fulgencio Yegros²⁹.

Mapa 4 – Planta da Republica do Paraguay.



Fonte: Atlas Histórico da Guerra do Paraguay. Acervo cartográfico da Biblioteca Nacional Digital.

Antes do governo de Carlos Antonio López, entre 1844 e 1862, o país foi governado por José Gaspar Rodríguez de Francia, “[...] advogado e professor, membro de família abastada, foi seguidamente acusado em sua honra ao ser qualificado de ‘mulato’, em função das incertezas sobre a origem familiar do seu pai”. (JARDIM, 2015, p. 29). Nigel Cawthorne (2015, p. 29) afirma que: “Nascido em Assunção, em 1758 Francia era filho de um oficial do Exército brasileiro, que fora para o Paraguai com a intenção de cultivar tabaco”. O mesmo autor assevera que: “Ele mudara seu sobrenome original português França (ou Franz) para Francia – o espanhol para França – e dizia ser descendente de franceses”. (CAWTHORNE, 2015, p. 29). Dr. Francia era Doutor em Teologia pela Universidade de Córdoba ele

²⁹ Fulgencio Yegros y Franco de Torres (1780 – 1821) foi um dos principais nomes da independência do Paraguai.

tornou-se ditador supremo em 3 de outubro de 1814 e ditador perpétuo em 30 de maio de 1816 destarte, promovendo o incremento de uma política voltada ao campesinato e, deste modo, rebatendo a influência imperialista externa e instituindo as “*estancias ou chacras de la pátria*”, “[...] estabelecimentos estatais arrendados a camponeses ou exploradores pelo próprio Estado, nas quais também utilizava mão de obra de escravos negros ou de prisioneiros”. (DORATIOTO, 2002, p. 24).

Sem sombra de dúvida, Francia consolidou a independência do Paraguai e resistiu a pressão externa dos portenhistas de Buenos Aires e Montevideo; dos luso-brasileiros; e dos espanholistas. Deste modo, enquanto um congresso extraordinário reunia-se na cidade de Assunção em 1816 para resolver-se o futuro do governo conduzido por Francia, Bruno Soerensen (1998, p. 65), destaca que “sem aguardar que o presidente do Congresso colocasse em votação, os deputados aclamaram de pé para que fosse sancionada a ‘Ditadura Perpétua’ do Dr. José Gaspar Rodriguez de Francia”.

Com a morte de Francia em 1840 constituiu-se uma nova junta provisória composta por: Manuel Antonio Ortiz, Pablo Pereyra, Miguel Maldonado, Gabino Arroyo e Agustín Cañete. Apesar disso, as dificuldades políticas não cessaram, ocorrendo a nomeação do triunvirato composto por “[...] Juan José Medina, José Gabriel Benítez e José Domingos Campos, alcaides de Assunção com poderes restritos para governar enquanto o congresso geral não era convocado”. (MAESTRI, 2015, p. 157).

Outra vez, o governo foi derrubado pelos militares e Mariano Roque Alonso ascendeu ao poder para assumir provisoriamente. Em 12 de março de 1841 instituiu-se um novo governo de cônsules composto por: Mariano Roque Alonso e Carlos Antonio López. “O golpe de Estado fazia surgir um novo tipo de governo, ao centralizar, por primeira vez, o comando militar sob as mãos de Mariano Roque Alonso e o poder político, nas ordens de Carlos Antonio López”. (MAESTRI, 2015, p. 158). Em seguida, em 1844, mesmo ano em que o Império do Brasil reconheceu a independência do Paraguai, convocou-se um novo Congresso.

Dessa vez, o Congresso “elegeu” Carlos Antonio López presidente da República do Paraguai. No plano interno, o novo chefe de Estado deu continuidade ao autoritarismo francista, e, no país, persistiu a inexistência do Poder Legislativo e da Constituição – a qual só viria a ter em 1870. (DORATIOTO, 2002, p. 26).

Para o Brasil a independência do Paraguai era de suma importância, pois, significava um aliado geopolítico em relação à navegação dos rios da bacia do Prata, uma vez que, atenuaria a preeminência portenhista e os interesses das províncias argentinas naquela fronteira. Francisco Doratioto (2002, p. 29) afirma que a partir de 1854 “[...] passaram a existir, então, duas unidades políticas independentes entre si e em permanente atrito, a Confederação Argentina, com sede em Paraná, e o Estado de Buenos Aires”. Apesar disso, a exemplo do Império do Brasil, os dois novos Estados também reconheceram a independência do Paraguai que gradualmente abria-se nos campos político e econômico com Carlos Antônio López e depois com o seu Francisco Solano López.

Carlos abriu as fronteiras e, logo, o país enriqueceu com a exportação de *yerba maté*. Os 11 quilos de *maté*, comprados de agricultores no Paraguai por um xelim, eram vendidos por 24 a 32 xelins em Buenos Aires e no Brasil. As exportações do Paraguai também incluíam peles dos enormes rebanhos de gado do sudeste do país, tabaco, charutos, cascas de árvores para curtume, madeiras nobres e lenha (para abastecer Buenos Aires), laranjas, amido, ardósia e *caña*, o rum local. (CAWTHORNE, 2015, p. 40).

Porém, “[...] havia uma promíscua relação entre os interesses do Estado e os da família López, a qual soube se tornar a maior proprietária ‘privada’ do país enquanto esteve no poder”. (DORATIOTO, 2002, p. 30). Episódio conservado até 1870. Herdeiro do pai, López assumiu a presidência do Paraguai em 16 de outubro de 1862 e, deste modo, colocou-se como árbitro das questões platinas, principalmente, em relação ao Uruguai (1862-1864). Essa foi uma essencial característica de sua política externa segundo o historiador Efraim Cardozo (1961). O governo do Paraguai antes fechado, nunca havia demonstrado interesse pela sorte da República Oriental do Uruguai, pois se atentava apenas, em consolidar a sua independência e o seu território. Contudo, a soberania política do Uruguai passou a preocupar o governo paraguaio no sentido de contrapesar, ainda mais, as forças do Brasil e da Argentina na fronteira platina. *“La irrupción del Paraguay como nuevo factor internacional y su pretensión de velar por el equilibrio del Río de la Plata, tenían que aunar, de por fuerza, en sus alarmas, al Imperio y al gobierno argentino”*. (CARDOZO, 1961, p. 113).

Assim sendo, a partir deste ponto, duas observações são imperativas para compreenderem-se, de um lado; os motivos da guerra da Tríplice Aliança conforme

Efraím Cardozo, e do outro; a ênfase dada pelo autor examinado às investidas do Império do Brasil nas Repúblicas do Paraguai e Uruguai. Isto porque, principalmente, durante as publicações das crônicas do historiador no jornal *La Tribuna*, a região dos *Salto del Guairá* (Sete Quedas) estava em litígio entre Paraguai e Brasil. Portanto, a narrativa de Cardozo sobre as ofensivas do Império do Brasil na fronteira platina e, especialmente, sobre o Paraguai durante o século XIX, irrompeu um sentimento nacionalista dentre os leitores paraguaios.

Durante os últimos meses do caso dos Saltos, os leitores do *La Tribuna* acompanharam dia a dia o desenrolar do conflito centenário por meio da série de Cardozo. *Hace Cien Años* era publicada na quarta página do jornal, próxima às notícias nacionais e aos editoriais, ou seja, ao lado dos artigos que tratavam do conflito diplomático com o Brasil em torno aos direitos sobre os Saltos. (COLMÁN, 2016, p. 160).

A crise política-civil na República Oriental do Uruguai é o ponto de partida de Efraím Cardozo em sua obra para discutir a guerra da Tríplice Aliança. O autor inicia suas crônicas sobre os fatos destacando que o Paraguai não consentirá a invasão do território do Uruguai pelo Império do Brasil.

La verdad era que el Paraguay tomaba por sí solo la transcendental determinación de hacerse presente en el Río de la Plata, tanto con su voz, hasta entonces menospreciada, como también con su poderío, en precautelación del equilibrio de las naciones que veía seriamente amenazado por la intervención del Brasil en la República Oriental del Uruguay. (CARDOZO, 2010a, p. 11).

Contudo, cabe ressaltar que na obra intitulada *El Imperio del Brasil y el Río de la Plata: antecedentes y estalido de la Guerra del Paraguay*, publicada em Buenos Aires em 1961, pouco antes da publicação das crônicas no jornal *La Tribuna*, o teor crítico de Efraím Cardozo em relação ao governo de Solano López é mais aberto e intenso. Mesmo assim, nesta obra, o autor também criticou o desempenho das relações exteriores do Império do Brasil em relação àquela região. Assim sendo, toda a produção historiográfica de Efraím Cardozo foi permeada pela formação histórica do Paraguai e a cogitação dos litígios que compreenderam os limites deste país entre os séculos XIX e XX com a Argentina, o Brasil (Império e República) e a Bolívia. Além disso, relacionada às vezes, a disposição liberal do autor e a sua crítica ao governo exercido por Francisco Solano López no Paraguai. López foi uma figura emblemática para o regime de

Stroessner, conquanto, Cardozo realizou críticas muito brandas na temporada em que publicou as suas crônicas sob o título *Hace Cien Años* no jornal *La Tribuna*. Mesmo assim, não abdicou das falhas diplomáticas e estrategistas de López, sobretudo, em relação ao Estado Oriental.

Em *Hace 100 Años*, Cardozo assinalou que “[...] al mismo tiempo que enviaba la Protesta al Brasil el general López ordenó la intensificación de los preparativos militares y se puso personalmente al frente de las tropas [...]”. (CARDOZO, 2010a, p, 12). Pouco antes, em *El Imperio del Brasil y el Río de la Plata*, o autor havia destacado que *“La irrupción del Paraguay como nuevo factor internacional y su pretensión de velar por el equilibrio del Río de la Plata, tenían que aunar, de por fuerza, en sus alarmas, al Imperio y al gobierno argentino”*. (CARDOZO, 1961, p. 112). Inicialmente, na tentativa de interceder pelo estabelecimento da paz no Uruguai e, do mesmo modo, resguardar os interesses do Paraguai em possuir uma livre saída para o mar, Francisco Solano López foi ignorado por seus vizinhos argentinos e brasileiros. Segundo Cardozo:

No la cuestión de la independencia o los pleitos de límites, ni siquiera las alternativas del sangriento drama uruguayo, acicateaban a López para convocar a la juventud paraguaya en torno a las fogatas de Cerro León y para embarcarse en un plan de armamentismo sin precedentes. Era la sensación amarga de la humillación que acababa de sufrir en manos de Buenos Aires, que quizás, no se hubiera atrevido a tanto si el poderío militar del Paraguay fuera distinto. Aunque tardíamente, López advirtió que con sus anacrónicos fusiles de chispa, sus cañones lisos, sus barcos de madera, no estaba en condiciones de imponer respeto y evitar ofensas como las que le infiriera Buenos Aires, y se dispuso a ponerse en condiciones que en el futuro ya nadie osara humillarlo. (CARDOZO, 1961, p. 120).

Neste sentido, avocando uma postura de arbitragem concernente aos litígios platinos, após ser ignorado pelo Rio de Janeiro e por Buenos Aires, no início da década de 1860 e, sobretudo, após protestar contra a ameaça brasileira de invasão ao Uruguai em documento de agosto de 1864, o governo paraguaio consolidou ações repressivas contra o Império do Brasil. Este iniciou deliberadamente a invasão do Uruguai em 12 de outubro de 1864, assim, em represália, o Paraguai aprisionou em 12 de novembro do mesmo ano o vapor brasileiro Marquês de Olinda que navegava nas águas do Rio Paraguai e, na sequência, declarou guerra ao Império do Brasil em 13 de dezembro. Deste modo,

a crise política na República Oriental do Uruguai constituiu uma importante causa da guerra da Tríplice Aliança.

1.2 Movimentos de opostos e tensões de contrários na fronteira platina

No começo da década de 1860 ocorria uma clara divisão entre os grupos partidários, as elites regionais e os dirigentes políticos dos Estados-nações que apresentavam seus limites na fronteira platina. Naquele período, as ideias liberais das elites comerciais platinas e que, igualmente, se adequavam às elites escravistas brasileiras, acabaram por aproximar o Império do Brasil governado por D. Pedro II, os defensores do unitarismo que estava em alta no governo de Bartolomé Mitre na República Argentina e, também, os partidários *colorados* que estavam sob a liderança de Venâncio Flores na República do Uruguai.

Opostamente àquela conjuntura, formava-se uma aliança entre o Partido *Blanco* situacionista e que exercia um governo, de fato, constitucional no âmbito da perturbada política uruguaia e o governo “vitalício” de Francisco Solano López na República do Paraguai. Isto, porque, o interesse em ter maior autonomia regional naquele momento incidia, ao mesmo tempo, os *blancos* uruguaios e o governo paraguaio de López que se sentia cada vez mais compelido pelo crescente liberalismo presente nos países vizinhos do Paraguai. Não obstante, no Paraguai, mesmo com a abertura político-econômica “pós-Francia”, a economia continuava abalizada nos mesmos artigos desde o início do século XIX, eram eles: erva mate, tabaco e madeira. Os paraguaios ainda conservavam atividades comerciais com as vizinhas províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes e, deste modo, na maior parte daquele período, López acreditava sustentar alianças de comum interesse com os representantes políticos destas províncias frente aos seus desacordos com o governo central de Buenos Aires em uma Argentina recém-unificada.

Com a morte do pai e sua posse em 1862, Francisco Solano López já estreitava laços com Bernardo Berro, presidente da República Oriental do Uruguai. Os interesses eram claros, o acesso ao mar que o porto de Montevideu o concedia e que era necessário para a vida econômica do Paraguai. Em carta datada de trinta de outubro de 1862, López noticiou a Berro a sua ascensão e ofereceu a ele provas de sua amizade e aliança com o Uruguai. A descrição da correspondência é a seguinte:

*Francisco Solano Lopez
General de División
Presidente de la República del Paraguay
A su Excelencia El Presidente de la República Oriental del Uruguay
Señor:*

La infausta muerte del Excelentísimo Señor Don Carlos Antonio Lopez, acaecida en la mañana del 10 de setiembre del corriente año, ha sido causa de que el Congreso Nacional fuese convocado antes de su periodo legal para la elección del Ciudadano que debía sucederte en la Presidencia de la República y habiendo sido elevado a esta Magistratura por el voto máximo de los Representantes de la Nación, cumplo con el deber de ponerlo en conocimiento de nuestra Excelencia.

En el alto puesto en que la voluntad nacional me ha colocado, propenderé a que las buenas relaciones entre el Paraguay y la República Oriental del Uruguay sean cada vez más estrechas y duraderas.

Haciendo sinceros votos por la felicidad de Nuestras Excelencias, y de la República y de la República Oriental del Uruguay, deseo tener la ocasion de ofrecer a Nuestra Excelencia evidentes pruebas de mi perfecta amistad.

Que Dios tenga a Nuestra Excelencia en su santa y digna guarda.

Dado en el Palacio Presidencial en la Asuncion á los treinta dias del mes de octubre de mil ochocientos sesenta y dos. El quincuagésimo de la Independencia Nacional.³⁰

Da mesma forma, o governo paraguaio sustentava desavenças com os partidários *colorados* da República Oriental do Uruguai que atravessava uma desmedida tensão política desde a década de 1850 e uma atroz guerra civil. Assim, a postura adotada por López em relação à alargada crise uruguaia acabou sendo determinante para o estopim da guerra da Tríplice Aliança, já que, os *colorados* apoiados pelo Império apeteçiam o controle do governo desde Montevideu e o Paraguai precisava assegurar uma saída econômica para o mar através do porto daquela cidade para prosseguir com a exportação das suas *commodities* e não sufocar do ponto de vista econômico. Assim sendo, o clima esquentara ainda mais em 1864, já que, na República Oriental,

[...] o novo presidente uruguaio, Atanasio Aguirre, buscou ajuda no governo paraguaio enviando, no mês de julho de 1864, uma missão diplomática a cargo de Antonio de las Carreras. Este afirmou a López que o Brasil pretendia anexar uma porção do território, o que se tornaria uma ameaça também para o Paraguai. (YEGROS; BREZZO, 2013, p. 78).

Cabe salientar que em correspondência datada de 7 de setembro de 1864, o ministro de Relações Exteriores do Uruguai Antonio de las Carreras, escreveu de Montevideu à Francisco Solano López solicitando que o Paraguai adotasse disposição diplomática e interferisse na crise uruguaia para reprimir o apoio da

³⁰ Grafia original do documento – ANA.

Argentina e do Brasil ao partido *Colorado*. A relação entre Carreras e López prosseguiu, até pouco antes de 21 de dezembro de 1868, quando da “*Matanza de San Fernando*”. Neste evento, López, o líder paraguaio, mandou assassinar inúmeros prisioneiros acusados por conspiração, e dentre estes, encontravam-se Benigno López, irmão do presidente López, e o mencionado político uruguaio Antonio de las Carreras que havia sido muito eficaz na aproximação de López com os *blancos* uruguaios. Em documento datado de 1864, pouco antes do começo da guerra, Carreras escreveu à López destacando:

[...] nos encontramos en la situación que conviene al país para desarrollar una política enérgica de guerra intransigente con la rebelión encabezada por Don Venancio Flores. La ambición de este sagazmente *excitada por el círculo que domina en B. Ayres y por el Sr. Saraiva, es una barrera en que necesariamente debería [...] la oficialidad de los agentes diplomáticos y todas las consideraciones que exigiere el patriotismo de todos los hombres que saben apreciar las ventajas de la paz bajo el único imperio de la ley. [...] Ya está hecha la convicción de que no hay otro camino para llegar a la paz que el de la guerra.*³¹

Antes, em 12 de outubro de 1851, com a assinatura do Tratado de Limites entre o Império do Brasil e a República Oriental do Uruguai no Rio de Janeiro, como parte do resultado da Guerra Grande (1839 – 1851) e questionas entre *blancos* e *colorados*, o Império do Brasil adquiriu uma intensa influencia no rio da Prata. Além disso, no mesmo ano constituiu-se o Tratado de Comércio e Navegação entre os dois países, permitindo a livre navegação do rio Uruguai e seus afluentes, e estabelecendo a isenção de taxas alfandegárias aos estancieiros brasileiros no despacho de charque e reses vivos através da fronteira com o Uruguai.

Entretanto, houveram demandas políticas muito mais graves, sobretudo, através dos Tratados: de Perpétua Aliança, que consentiria ao Império do Brasil o direito de intervir nos conflitos políticos internos do Uruguai e de Extradicação, que atenderia ao pedido de extradicação de escravos brasileiros fugidos para o Uruguai. Nesse mesmo diapasão, Ana Luiza Setti Reckziegel (2015, p. 101), assegura que: “A assinatura dos tratados causou enorme polêmica no Uruguai, motivo de permanentes acusações entre *blancos*, que os consideravam atentários à soberania nacional, e *colorados*, os quais argumentavam que os tratados apenas tinham oficializado uma situação que já existia de fato”. A dominação política e econômica

³¹ Grafia original do documento – ANA.

exercida pelas elites pastoris de súditos do Império do Brasil na fronteira com o Uruguai.

Também em 1851, o diplomata paraguaio José Berges, então ministro das Relações Exteriores no governo de Francisco Solano López, encontrava-se em Montevidéu para cuidar dos interesses políticos e econômicos de seu país, sobretudo, porque o Paraguai carecia, como fora mencionado antes, suster uma saída comercial segura e duradoura via porto de Montevidéu. Lá, Berges negociara um acordo apoiando uma aliança militar contra o argentino Juan Manoel de Rosas³². Em seguida, em dezembro daquele mesmo ano, Berges escreveu de Montevidéu ao presidente Antonio Carlos López discorrendo sobre a importância do Paraguai negociar com as províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes, a respeito da “mobilidade que podia necessitar o exército paraguaio em marchar para incorporar-se ao aliado”. Isto, considerando-se o tratado assinado em 21 de novembro de 1851 entre Justo José Urquiza e José Berges sobre a possibilidade de ser colocado sob as ordens do general Urquiza na província de Entre Rios um contingente militar paraguaio na guerra contra o caudilho argentino. Assim, o governo paraguaio manifestou-se contra o bloqueio do Rio da Prata realizado pelas tropas de Rosas. Nesta ocasião, José Berges em missão política e diplomática em Montevidéu declarava, desde então, que “o Paraguai seria obrigado a garantir a real independência do Estado Oriental”. Porém, o interesse em manter livre o Uruguai era de comum importância para o Paraguai que precisava valer-se do porto em Montevidéu.

A guerra contra Juan Manoel de Rosas perdurou entre 1851 e 1852, entretanto, começou a distinguir a instabilidade da região no transcorrer do século XIX. Assim sendo, as “províncias rebeldes” da Argentina (Entre Rios e Corrientes) amparadas pelo Paraguai, puseram-se em articulação contrária à Confederação Argentina. Imediatamente, o movimento de opostos nas disputas políticas internas tanto na Argentina como no Uruguai, arrastaram o Império do Brasil a também defender os seus interesses e os atentes de seus súditos mais abastados na fronteira platina. Deste modo, mediram esforços bélicos na guerra travada contra Rosas, de um lado: as províncias rebeldes da Argentina, os unitários argentinos, os *colorados* uruguaios e o Império do Brasil; e do outro: os federalistas argentinos, os

³² Juan Manuel José Domingo Ortiz de Rosas. Buenos Aires, Rio da Prata, 30 de março de 1793 – Southampton, Inglaterra, 14 de março de 1877.

blancos uruguaios e a Confederação Argentina. Assim, conforme Alves (1979, p. 86):

O poder, no Uruguai, era disputado por dois partidos: os *blancos*, partidários do General Oribe, e os *colorados*, do General Rivera. O ditador Rosas, que odiava a Rivera pela acolhida dada por este a seus inimigos políticos, enviou forças a Oribe que sitiou Montevidéu por nove anos e bateu, em Arroio Grande, os *colorados*. As incursões da gente de Oribe nas fronteiras sulinas e as naturais represálias dos rio-grandenses, apesar da diligência das autoridades do Império para impedi-las, deram ensejo a um incidente diplomático com a Argentina que estranhamente reclamara contra aqueles acontecimentos; entretanto representações nossas ao governo uruguaio encontravam repulsas. A esse tempo Urquiza, governador da província argentina de Entre-Ríos, havia se revoltado contra Rosas; o Império, que rompera as relações diplomáticas com o governo de Buenos Aires, celebrou com Urquiza e com os *colorados* um acordo para combater Oribe: se Rosas apoiasse o caudilho *blanco*, a guerra seria também com ele.

Posteriormente à Guerra contra Rosas sobrevieram ainda: a Guerra contra Aguirre no Uruguai entre os anos 1864 e 1865 e a guerra da Tríplice Aliança entre os anos 1864 e 1870. Considerando-se que todos os eventos históricos mencionados foram distinguidos pelo movimento de opostos (disputas internas) e tensão de contrários (disputas externas, entre países), eram relacionados e, ao mesmo tempo, envolveram: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai na esfera da intrincada fronteira platina. Destarte, em relação ao final da guerra contra Rosas, Yegros e Brezzo (2013, p. 74) salientam que:

A luta entre Buenos Aires e as províncias, encerrada na batalha de Pavón, em 1861, com o triunfo da primeira, havia trasladado seu cenário para a República Oriental cujos partidos políticos estavam intimamente relacionados com os argentinos. Os brancos, no poder, sob a presidência de Bernardo Berro desde 1860, haviam cooperado com as forças da Confederação, comandadas pelo governador de Entre Ríos, Justo José de Urquiza e, frente a eles, estavam os colorados, cujo chefe, o general Venancio Flores, combateu às ordens de Mitre e decidiu a vitória de Pavón.

No Paraguai não existiam disputas políticas internas consistentes desde a proclamação da sua independência em 1811 e só tornariam a ocorrer de forma concreta a partir de 1870. Ademais, “A proclamação formal da independência paraguaia, porém, deu-se apenas em 1842, embora o II Congresso Geral Paraguaio, de 1813, a deixasse explicitada ao substituir a designação do Paraguai de Província para República”. (DORATIOTO, 2002, p. 24). Contudo, na segunda metade do século XIX, em 1862, percebeu-se a ascensão de Mitre e, conseqüentemente, o

triunfo político do seu unitarismo desde Buenos Aires e impacto no teatro rio-platense. Logo em seguida, ocorreria a aliança brasileiro-colorada em meio à guerra civil que estava em curso na República Oriental do Uruguai, induzindo, assim, à militarização do Paraguai em defesa da sua soberania. Estes eventos foram determinantes no agravamento da tensão de contrários na fronteira platina, formando o que historiador Francisco Doratioto (2002) chamou de “tempestade no Prata” e que colocaria a guerra no horizonte nebuloso desta região. Assim, López tornou-se o presidente do Paraguai em 10 de setembro de 1862 e Mitre foi empossado o presidente da Argentina em 12 de outubro do mesmo ano. Ademais, após 1862 e ao contrário dos seus antecessores, Francisco Solano López demonstrara um grande interesse sobre as questões políticas da fronteira platina.

Na República Oriental, em 1862, a tensão entre os contrários aumentaria, pois o governo *blanco* uruguaio rejeitaria a renovação do Tratado de Comércio e Navegação expirado desde outubro de 1861. Sem o tratado, o Império do Brasil teria as suas vantagens comerciais revogadas e ainda, seriam estabelecidos mais impostos sobre as exportações de *reses* vivas para a província do Rio Grande do Sul. (YEGROS; BREZZO, 2013). Já em 1863 o governo paraguaio achava-se ainda mais próximo dos interesses do Partido *Blanco* do Uruguai. Neste viés, Yegros e Brezzo (2013, p. 75) destacam que:

Segundo Francisco Doratioto, os propósitos de López de uma maior presença paraguaia no Prata, seu interesse pelos assuntos uruguaio e sua aproximação à oposição federalista argentina colocaram Assunção em rota de colisão com a Argentina e o Brasil. O elemento catalisador das divergências platinas seria a situação política no Uruguai.

No mesmo ano o general uruguaio Venancio Flores do Partido Colorado, apoiado pelo imperador do Brasil D. Pedro II, “[...] autoridades argentinas e a simpatia da imprensa portenha” (YEGROS; BREZZO, 2013, p. 75), formou uma revolta armada contra os *blancos* que estavam ocupando o governo no Uruguai. Naquela ocasião as principais diferenças ideológicas entre os *blancos* e os *colorados* davam-se na manutenção dos interesses das elites *orientales* formadas por estancieiros e comerciantes. Deste modo, enquanto os *blancos* eram conservadores e, em grande maioria, ligados à economia rural, os *colorados* eram liberais e, em grande maioria, compostos por comerciantes ou de alguma maneira agentes ligados ao comércio de Montevideu e com os seus interesses voltados às

elites brasileiras e argentinas. Assim, a crise política entre as lideranças de *blancos* e *colorados* intensificou-se a partir de 18 de junho de 1864, momento em que as coisas mudariam drasticamente no Prata. Neste sentido, Maestri (2013b, p. 13) assevera que naquela data:

[...] as discussões realizaram-se nas *puntas del arroyo* Rosario, no litoral oriental do rio da Prata, em acampamento colorado, tendo Andrés Lamas e Florentino Castellanos como representantes *blancos*, Venâncio Flores, pelos rebeldes [*colorados*]. O oriental Andrés Lamas era um incondicional do Império vivendo naquele momento em Buenos Aires. Castellanos era advogado de empresas inglesas em Montevideú. Estavam presentes Thornton, Elizalde e Saraiva. As exigências desmensuradas de Venâncio Flores registravam que se tratava de discussão formal, que produziria proposta inaceitável ao governo oriental. A recusa deste último permitiria ação conjunta dos garantes em favor da *cruzada florista*. Momentos antes da reunião, os rebeldes receberam reforços em homens, armas e artilharia enviados de Buenos Aires.

Ademais, Maestri (2013b, p. 3) destaca que um pouco antes, “de 24 de maio de 1862 a 15 de janeiro de 1864, por decisão de Dom Pedro II, o governo do Império coube aos progressistas, fusão dos conservadores moderados com os liberais, sob a hegemonia dos primeiros”. Naquele momento, os progressistas que compunham o governo imperial não ratificavam a possibilidade de invasão ao Uruguai e apoio às elites do Rio Grande do Sul. “Dirigido por Pedro Araújo Lima (1793 – 1870), o marquês de Olinda, antiga referência do Partido Conservador, o gabinete imperial negara-se a intervir no Uruguai em favor dos *colorados*”. (MAESTRI, 2013b p. 3).

Deste modo, na República Oriental do Uruguai, continuavam aumentando os problemas econômicos herdados da guerra civil gerada pelas desavenças entre conservadores *blancos* e liberais *colorados*. “O governo autonomista *blanco* negara-se a reconduzir os acordos draconianos impostos pelo Império em 1851 – 52, quando da intervenção contra Manuel Oribe/Juan Manuel de Rosas”. (MAESTRI, 2013b, p. 5). Além disso, buscava-se reestruturar a economia oriental por meio de impostos cobrados aos estancieiros brasileiros que ocupavam a região norte do país. Também, a utilização da mão de obra escrava na economia saladeril tornava o custo da produção favorável para as elites brasileiras compostas por criadores, charqueadores e comerciantes de gado. Os estancieiros que residiam e criavam gado no Uruguai (fronteira) seguiam as leis brasileiras e não aceitavam o que era determinado pelo governo uruguaio. Deste modo, também pressionado pelos criadores uruguaiois, o governo da banda oriental adotou medidas que

desagradaram as influentes elites brasileiras, por exemplo, a proibição do trabalho escravo nas estâncias e a cobrança de impostos sobre o gado criado no Uruguai. Nesta circunstância, Maestri (2013b, p. 4) assevera que:

Pelos azares da história, a evolução política no Império aprestava-se a desequilibrar a correlação de forças no Prata em desfavor do Uruguai. Em fins de 1863, os liberais venceram amplamente as eleições censitárias, empossando-se ministério puro daquela orientação. No sul, seus mais firmes apoiadores eram os estancieiros sul-rio-grandenses no norte do Uruguai. Em geral ex-farroupilhas, eles clamavam inutilmente por intervenção do Império, como em 1851, que resultara na Convenção de 12 de outubro daquele ano, contra a autonomia oriental. Em 15 de janeiro de 1864, assumia o novo gabinete liberal de Zacarias de Góes e Vasconcelos (1815-1877). No mesmo mês, chegava à Corte o brigadeiro liberal e ex-farroupilha Antônio de Souza Neto (1803-1866) para exigir de seus correligionários a intervenção no Uruguai.

Neste contexto, em 1864, o governo argentino desde Buenos Aires e o Império do Brasil apoiaram veementemente a ascensão de Venâncio Flores ao poder no Uruguai, sagrando os interesses das elites buenairenses e escravistas sul-rio-grandenses. O Partido *Colorado* do Uruguai havia apoiado Mitre em 1861; por sua vez, o Partido *Blanco* foi desfavorável diante do delicado processo político de unificação da Argentina. Contudo, o Império do Brasil tinha por intenção proteger os interesses econômicos dos estancieiros do Rio Grande do Sul e do monopólio do comércio na fronteira. Assim, “ao iniciar sua sublevação, Venâncio Flores lançou duas proclamações: uma em espanhol, aos nativos da terra, outra em português, aos verdadeiros senhores daquela região”. (MAESTRI, 2013a, p. 108).

Estas circunstâncias levaram o Partido *Blanco* a fortalecer a aliança com o governo paraguaio. “Pelos azares da história, a guerra preparada contra as frágeis forças de Buenos Aires iniciaria com confronto aberto com o poderoso Brasil”. (MAESTRI, 2013a, p. 111). Pois, naquela complexa ocasião, o Paraguai adotara uma postura rígida, a fim de um solicitar uma “audiência” com o Império do Brasil. Uma vez que:

Com Buenos Aires sob o controle unitário, o domínio de Montevideu pela Argentina ou pelo Império embretaria o Paraguai no coração da América do Sul, ao não dispor de porto de escoamento para o comércio internacional, em momento em que tinha importantes questões fronteiriças em aberto com aqueles países. (MAESTRI, 2013b, p. 8).

A crise diplomática que abrangia os recentes eventos no Uruguai resultou na decisão política do governo cumprido por Francisco Solano López em apoiar o Partido Blanco e invadir com o seu exército em 1865, Corrientes na Argentina, Mato Grosso e Rio Grande do Sul no Brasil. Contudo, conforme o diplomata José Maria da Silva Paranhos, antes “[...] o ditador não se armava para fazer guerra ao Brasil. O projeto que alimentava era estender seus domínios para o sul, conquistando Corrientes; talvez nem isso, mas somente ganhar fama militar e influência nas questões do Rio da Prata”. (SCHNEIDER, 2009, p. 122 *apud* MAESTRI, 2013a, p. 114). Neste sentido, López ambicionava apenas estender os seus domínios políticos para, assim, exercer maior participação diplomática nas questões da fronteira platina. Ademais, como já foi mencionado anteriormente, ao Paraguai interessava garantir a utilização do porto de Montevideú, apesar disso, com o Uruguai sob a invasão brasileira, atacar a província do Mato Grosso foi a possível saída encontrada por López para negociar com o Império do Brasil. Neste sentido, conforme Juan Bautista Alberdi:

Montevideo es al Paraguay, por suposición geográfica, lo que el Paraguay es al interior del Brasil: la llave de su comunicación con el mundo exterior. [...] el día que el Brasil llegue a hacerse dueño de este país [Uruguay], el Paraguay podría ya considerarse como colonia brasileña, aun conservando su independencia nominal. (O’LEARY, 1970, p. 142)

De acordo com Efraím Cardozo (2010a), as forças paraguaias que estavam prestes avançar sobre a província de Corrientes na Argentina em abril de 1865 encontravam-se congregadas em *Humaitá* e *Paso de la Pátria* no Paraguai, sendo compostas inicialmente por aproximadamente 18.000 homens. Este exército era constituído por batalhões de infantaria, regimentos de cavalaria e legiões de artilharia. Efraím Cardozo (2010a, p. 83) explica que:

Cada batallón de Infantería estaba integrado por 800 hombres distribuidos en seis compañías. Estas se hallaban organizadas según el sistema francés: una compañía de ganaderos, compuesta de los soldados más altos y robustos, cuatro compañías del centro ya la sexta de cazadores, escogidos entre los más menudos, ágiles y de mejor puntería. El armamento portátil era variado. Un batallón de la guardia con los Minniers adquiridos en Inglaterra; 3 batallones con los rifles Wittons, también de origen inglés; 4 con espingardas prusianas lisa de percusión, con las marcas de fábrica de Postdam y Danzing. El resto con fusiles de chispa, de avant carga, lisos, de fabricación también europea, los “brown bess” ingleses, los “clarinete de quatre pieds” franceses, y “Kuhffus” prusianos. Era notable el batallón de tiradores de la guarnición permanente de

Humaitá, famoso por su puntería. Los infantes no llevaban más arma blanca que la bayoneta, para la cual no usaban vaina porque la conservaban siempre armada. [...] La caballería estaba montada con recados. No usaba frenos, y para suplirlos se pasaba una fuerte cuerda de cuero por la boca del caballo, asegurándole con un nudo. [...] La legión de artillería constaba de cuatro baterías de seis cañones cada una. Los artilleros estaban, provistos de rifles Wittons ingleses y eran también adiestrados para servir en la caballería. Los cañones eran arrastrados por caballos o bueyes.

Entretanto, conforme Cardozo (2010a) em 14 de abril de 1865, às cinco horas da manhã, a esquadra paraguaia apareceu frente à cidade de Corrientes na Argentina. A armada paraguaia era integrada pelos navios: Tacuarí, Paraguairí, Ygürey e o Marquês de Olinda. Ao todo eram 3.000 soldados sob o comando do General Wenceslao Robles e as suas ordens estava o capitão Pedro Ygnacio Meza. Assim sendo, conforme Segatto (2017, p. 47) em relação às primeiras consequências desta ofensiva:

Os ataques paraguaios a Mato Grosso e Corrientes viabilizaram a formalização de uma aliança argentino-brasileira, à qual aderiu o Uruguai já governado por Venancio Flores desde fevereiro de 1865. Assim, no dia 1º de maio de 1865, os representantes brasileiros Francisco Octaviano de Almeida da Rosa, o argentino Rufino de Elizalde e o oriental Carlos de Castro, assinaram o Tratado da Trílice Aliança. Após oficializar a entrada da Argentina na guerra contra o Paraguai, o presidente Mitre acudiu à população que o apoiava em frente à sua casa na Rua San Martin prometendo estar em três dias nos quartéis, em duas semanas em campanha e em três meses em Assunção, frase que posteriormente seria usada pela imprensa opositora.

Do mesmo modo, Cardozo (2010a, p. 92) destacou em suas crônicas sobre a guerra o discurso do presidente argentino Bartolomé Mitre após o início das hostilidades do Paraguai contra a Província de Corrientes. Os discursos políticos em nada estiveram ancorados na realidade prática do conflito e em grande parte foram proferidos a quilômetros dos campos de batalha.

Después de la provocación lanzada; del insulto hecho a nuestra bandera por el tirano del Paraguay, vuestro gobernante no os puede decir otra cosa, sino que las proclamas y las manifestaciones van a ser traducidas en hechos que dentro de veinticuatro horas estaremos en los cuarteles, dentro de quince días en campaña y a los tres meses en Asunción, capital del Paraguay.

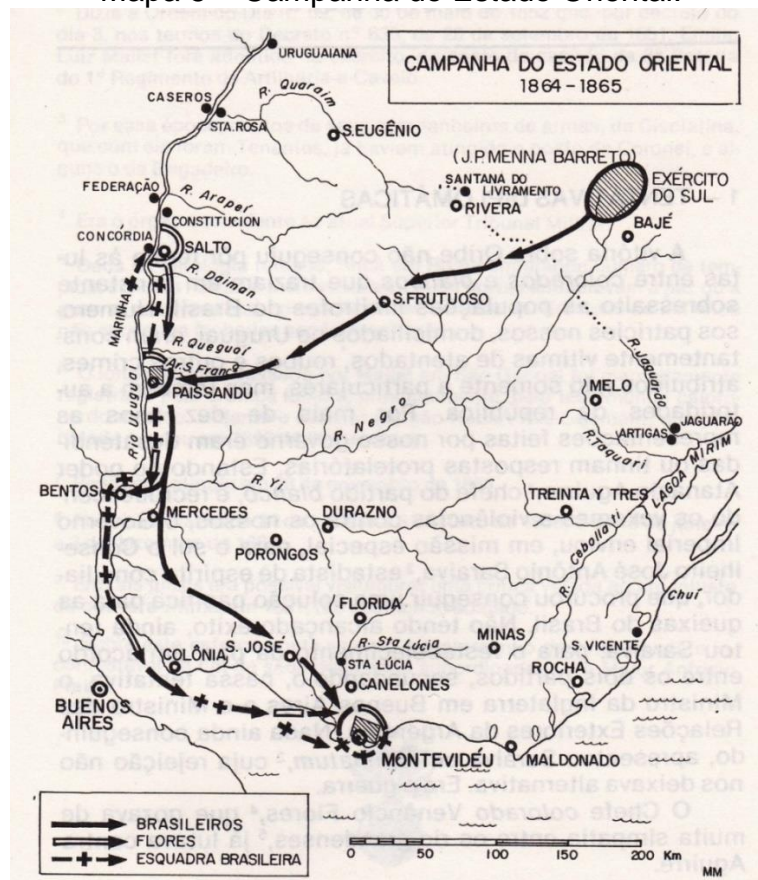
Importa ser destacado que o espaço da fronteira platina, por assim dizer, caracteriza-se por estar constituído pelos rios Paraguai, Paraná e Uruguai, sendo que, a navegação destes rios, consecutivamente determinou o pulso econômico

desta região, composta, dessa forma, por uma rede de comércio vinculada ao escoamento dos produtos à Europa através dos portos de Buenos Aires e Montevideu. Esta conjuntura ajustada pela geopolítica promoveu convenções entre os países que, de modo inevitável, dependiam de maneira econômica do comércio embarcado de exportação e importação de matérias primas e produtos. Em 1864, alargava-se a influencia do Brasil neste espaço, sobretudo, após a justaposição política de Pedro II e Mitre. Do mesmo modo, o Império do Brasil passou a apoiar os colorados no Uruguai, e deste modo, “[...] socorreu com empréstimos o Partido Colorado contra os blancos, impondo, entre outros, a assinatura do tratado de limites” (GOLIN, 2012, p. 7), este, como foi visto antes, rejeitado pelo governo *blanco*.

Enquanto isso, no Congresso brasileiro, denunciaram-se supostas violações contra súditos do Império cometidas por autoridades uruguaias. Ao mesmo tempo, os pecuaristas gaúchos se queixavam de desordens na fronteira e reclamavam contra o governo de Berro. Diante desta situação, em abril de 1864, o governo imperial enviou José Antonio Saraiva em missão especial ao Uruguai, com instruções de exigir do governo oriental o respeito aos direitos dos brasileiros residentes no país e o castigo dos funcionários que haviam abusado de sua autoridade. Acompanhava Saraiva uma poderosa esquadra, sob o comando do vice-almirante Tamandaré. (YEGROS; BREZZO, 2013, p. 76).

Contudo, o clima esquentaria ainda mais em 1864, pois o Império do Brasil invadiria com tropas militares a República Oriental do Uruguai. Antes, “o governo imperial ordenou então a Saraiva que apresentasse um ultimato ao governo do Uruguai, o que foi feito em 4 de agosto de 1864”. (YEGROS; BREZZO, 2013, p. 78). Neste viés, Alves (1979, p.103) destaca que o imperador enviou em missão diplomática ao Rio da Prata o conselheiro José Antônio Saraiva, buscando um acordo entre *blancos* e *colorados* após a guerra contra Oribe e Rosas, em razão da crise política no Uruguai. “[...] secundando-o, nessa tentativa, o Ministro da Inglaterra em Buenos Aires e o Ministro das Relações Exteriores da Argentina. Nada conseguindo, apresentou Saraiva um ultimatum [...]”. Destarte, sobre o movimento das tropas do Império e a aliança entre o Brasil e a Argentina, Saraiva (*apud* MAESTRI, 2013b) destacou anos depois, em 1894, que a referida aliança, havia libertado o Uruguai de uma oligarquia que ambicionava dominá-lo, e suprimido uma ditadura militar que começava os seus ensaios de dominação, declarando ao Brasil que não toleraria a passagem de um soldado pela fronteira oriental.

Mapa 5 – Campanha do Estado Oriental.



Fonte: Fonte: J. V. Portella Ferreira Alves, 1979.

Conseqüentemente, o governo paraguaio tomou conhecimento do ato brasileiro em 24 de agosto do mesmo ano. “O documento parecia confirmar as reiteradas denúncias da diplomacia oriental de que o Brasil e a Argentina estavam entrando em acordo para subjugar o Uruguai e quiçá também o Paraguai”. (YEGROS; BREZZO, 2013, p. 78). Em 30 de agosto de 1864, o ministro de Relações Exteriores do Paraguai, José Berges enviou uma nota ao ministro plenipotenciário do Império do Brasil, César Sauvan Vianna de Lima manifestando que o Paraguai não consentiria que em função do ultimatum (de 4 de agosto) as forças brasileiras, navais ou terrestres, ocupassem o território oriental.

No documento em questão, redigido na cidade de Assunção em 30 de agosto de 1864, o ministro Berges assevera que a intervenção do Império do Brasil na República do Uruguai pode vir a exercer conseqüências sobre os interesses legítimos que a República do Paraguai possa ter em seus resultados. Além disso, declara que o governo da República do Paraguai, considerará qualquer ocupação do território oriental por forças imperiais um atentado ao equilíbrio dos Estados do Prata

que interessa à República do Paraguai como garantia de sua segurança, paz, e prosperidade, assim, protesta de maneira solene contra o ato, desonerando-se de toda a responsabilidade pelas consequências da presente declaração. (CARDOZO, 2010a). Conforme Yegros e Brezzo (2013, p. 79), o ministro de Relações Exteriores do Paraguai, José Berges garantiu em documento oficial que:

[...] o governo da República considerará qualquer ocupação do território oriental por forças imperiais [...] como atentatório ao equilíbrio dos Estados do Prata, que interessa à República do Paraguai como garantia de sua segurança, paz e prosperidade e protesta da maneira mais solene contra tal ato, desincumbindo-se desde logo de toda responsabilidade das ulteriores da presente declaração.

O governo brasileiro ignorou a protesta de José Berges e, imediatamente, o Paraguai começou a nutrir um sentimento de guerra contra o Império. Deste modo, Yegros e Brezzo (2013) destacam que em 12 de setembro de 1864 as tropas brasileiras invadiram o Uruguai, em 20 de outubro, o vice-almirante Tamandaré assinou o acordo de Santa Lúcia com Venancio Flores, pelo qual se estabelecia a cooperação entre aquele caudilho e as forças brasileiras, em 12 de novembro López decretou a apreensão do vapor brasileiro *Marquês de Olinda* que navegava com destino a Mato Grosso e, em 13 de novembro, o governo paraguaio rompeu oficialmente relações com o Império. Logo, segundo os mesmos autores, a gravidade da situação levou o governo brasileiro a enviar José Maria da Silva Paranhos à Buenos Aires, para negociar com a Argentina uma intervenção conjunta no Uruguai, em apoio a Flores.

Após a câmara dos deputados do Império do Brasil aprovar a intervenção no Uruguai o imperador enviou a Montevideú para negociar um acordo com o governo do Uruguai o conselheiro Antônio José Saraiva que propunha uma conciliação entre blancos e colorados. Em 1864, Venancio Flores³³ do Partido Colorado, apoiado por D. Pedro II, desmantelou o governo de Atanásio Aguirre³⁴ do Partido Blanco, naquele momento, o então sucessor de Prudencio Berro³⁵ “cuja administração seria o primeiro governo real do Uruguai desde a independência” (RECKZIEGEL, 2015, p. 105) consolidada somente em 1825 e ocupou a presidência do país oriental.

³³ Governou o Uruguai por dois mandatos (1854 - 1855 e 1865 - 1868).

³⁴ Atanasio de la Cruz Aguirre Aguado do Partido Blanco (Partido Nacional) foi presidente provisório do Uruguai entre 1864 e 1865.

³⁵ Bernardo Prudencio Berro y Larrañaga do Partido Blanco (Partido Nacional) governou o Uruguai entre 1860 e 1864.

Segundo Maestri, o governo paraguaio não interveio imediatamente no Uruguai, porquanto precisava de uma declaração oficial do governo uruguaio de que as forças brasileiras haviam invadido o seu território, além disso, uma expedição seria possivelmente hostilizada pela marinha imperial brasileira e na passagem da ilha de Martin Garcia, dominada pela Argentina. (MAESTRI, 2013b). Apesar disso, se o intento militar paraguaio foi chegar à República Oriental do Uruguai para reestabelecer o governo *blanco*, fracassou derradeiramente em 1865.

O governo do Paraguai recusou a interposição do Império do Brasil nos assuntos políticos do Uruguai e lavrou um documento de protesto em 30 de agosto de 1864. O ministro de Relações Exteriores do Paraguai José Berges expediu a nota ao diplomata brasileiro César Sauvan Vianna de Lima. No documento, a República do Paraguai posicionou-se contra a ocupação militar do Brasil no Uruguai. Por conseguinte, no acampamento militar de Cerro León, Solano López³⁶ ordenou no dia 11 de novembro de 1864 o sequestro do vapor brasileiro Marquês de Olinda. A bordo do navio estava o Coronel Frederico Carneiro de Campos, encarregado do governo da província do Mato Grosso. Assim sendo, o Coronel Frederico Carneiro de Campos foi feito prisioneiro e acabou falecendo em 4 de novembro de 1867 na Fortaleza de Humaitá no Paraguai.

López avaliou a invasão ao Uruguai como um atentado ao equilíbrio dos países que mantinham as suas fronteiras no Prata. Do mesmo modo, os *blancos* solicitavam a assistência paraguaia, o que indicava a falência do governo que sustinham no Uruguai. De tal modo, em 23 de dezembro de 1864, o Paraguai mobilizou uma ofensiva militar e invadiu o território do Império do Brasil atacando a província do Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul). Além disso, pediu autorização, negada pelo governo argentino, para avançar com suas tropas pela Província de Corrientes e chegar ao Rio Grande do Sul. Contudo, as províncias argentinas mesmo antagonistas ao governo Mitre, não realizaram nenhum acordo político com o governo paraguaio. Em abril de 1865, após Mitre negar a passagem do exército paraguaio que buscava a restauração do governo do partido Blanco no Uruguai, o Paraguai declarou guerra à Argentina, invadindo Corrientes, a qual, naquele período, mantinha relações políticas e econômicas com Assunção.

Considerando um clima político favorável em Corrientes, Lopez contava

³⁶ Francisco Solano López Carrillo foi o segundo presidente constitucional da República do Paraguai entre 1862 e 1870.

com o apoio militar de Urquiza e outros caudilhos do interior da Argentina. Porém, embora não existisse uma consciência política nacional na Argentina, a precipitada ação do exército paraguaio fortaleceu a aliança de Buenos Aires com o Império do Brasil e levou ambos à guerra. “A Guerra do Paraguai foi, na verdade, resultado do processo de construção dos Estados Nacionais no Rio da Prata, e ao mesmo tempo, marco nas suas consolidações”. (DORATIOTO, 2002, p. 23). Por esse motivo, o tema continua sendo polêmico aos historiadores e precisa de constantes revisões.

Com o exército brasileiro posicionado na fronteira com o Uruguai e pronto para defender os interesses dos súditos do Império do Brasil e dos *colorados*, o presidente Aguirre consolidou a aliança entre *blancos* e paraguaios. Pois, em 1º de março de 1864, Bernardo Berro abandonara a presidência do Uruguai e fora substituído pelo então presidente do Senado, Atanásio Cruz Aguirre, *blanco* moderado, que sob ataque do Brasil também solicitou o apoio paraguaio. (MAESTRI, 2013b). Lopez havia considerado a invasão do Império no Uruguai um atentado ao equilíbrio dos países que sustentavam as suas fronteiras no Prata. Portanto, a crise política uruguaia relacionada à intenção do Império do Brasil na região, as disputas entre *blancos* e *colorados* e os limites geopolíticos estabelecidos entre Argentina e Paraguai foram fatores que influenciaram a guerra (1864-1870).

Em relatório contendo importantes feitos das forças armadas brasileiras na campanha contra o Paraguai entre 1864 e 1866, o Imperador anotou: “[...] 6 de dezembro, 1º ataque de Paysandú. [...] 2 de janeiro, 2º ataque e tomada de Paysandú”. Neste viés, toda a política interna e externa oriental ficaria inteiramente atrelada à guerra com o Paraguai. Deste modo, Reckziegel (2015, p. 109) destaca que, “com a declaração de guerra ao Paraguai, em 1864, as atenções da querela uruguaio-brasileira seriam momentaneamente desviadas para aquele acontecimento, assim como os problemas internos do Uruguai passariam para segundo plano em face de seu envolvimento na Tríplice Aliança”.

Contudo, permanecia inexistindo uma coesão política integrada entre as províncias argentinas, mesmo após o Pacto Federal de 1831. Noutro vértice, não havia uma identidade nacional na Argentina, por conseguinte a guerra foi um meio de consolidar certa coesão político-econômica em parâmetros nacionais e sobressaindo Buenos Aires. Além disso, fortaleceu a delicada diplomacia entre Buenos Aires e Rio de Janeiro a respeito do Prata. A política da região esteve

complexa desde as vésperas do conflito. Brasil e Argentina buscavam um acordo político e econômico em comum. De acordo com Tau Golin (2005), na década de 1840, a estratégia de intervenção de Rosas no Paraguai foi impedida pelo Brasil, Inglaterra e França. Em 1844, um ano após o cerco a Montevideu, o governo brasileiro reconheceu a independência paraguaia. Na década de 1850, permaneceram abertas as tensões políticas entre Brasil e Argentina, tensões excitadas por meio dos artigos de José Maria da Silva Paranhos, autor que influenciava a opinião pública. Ademais, a histórica aproximação entre Brasil e Argentina estaria consolidada a partir de 1865 com a Assinatura do Tratado da Tríplice Aliança.

Com a crise do Prata, o jovem jornalista encontrou para a sua coluna, aparentemente inconsistente, um objeto. Sem perder o estilo, misturou o *Facundo* de Sarmiento com tratados de mitologia greco-romana e passou a defender a política externa do visconde do Uruguai, fortalecida pela nomeação do autoritário Honorio Hermeto Carneiro Leão, futuro visconde e marquês do Paraná, para ministro plenipotenciário especial no Rio da Prata. Com as ações concretas do gabinete e com a argumentação pública centrada no jornalismo de Paranhos, desencadeou-se a campanha em defesa de uma ofensividade imperial contra Rosas. No prefácio da edição que organizou das *Cartas* com os artigos de Paranhos, em 1953, José Honório Rodrigues concluiu que, “no tratamento dos negócios do Rio da Prata, elas alcançaram grande aceitação e crítica”. (GOLIN, 2005, p.6).

Por sua vez, a Argentina não estava favorável à guerra, sobretudo até o Paraguai manifestar repúdio à ocupação e intervenção do Império do Brasil no Uruguai, visto que, Francisco Solano Lopez receava o bloqueio econômico do Paraguai através da navegação na fronteira platina. De acordo com Pomer:

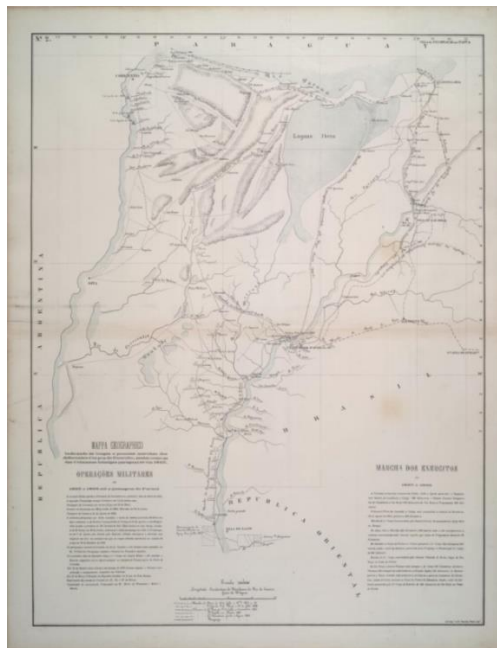
No final de 1857, os planos bélicos do Brasil com relação ao Paraguai parecem não encontrar eco favorável em Buenos Aires. A opinião de Mitre – manifestada em seu jornal *Los Debates* – se expressará da seguinte maneira: “O que interessa a Buenos Aires é a paz entre o Paraguai e o Brasil. A guerra é contra os seus interesses. Os amigos do Brasil em Buenos Aires, ao incitá-lo à guerra com o Paraguai, atraíam os interesses de Buenos Aires, cujo comércio se ressentiria com tal rompimento sem que as vantagens futuras compensem as falências presentes”. (1981, p. 133).

Em abril de 1865, após Mitre negar a passagem do exército paraguaio que buscava a restauração do governo do Partido Blanco no Uruguai, o Paraguai declarou guerra à Argentina. O Paraguai, então, invadiu a província argentina de Corrientes, a qual mantinha relações políticas e econômicas com Assunção.

Considerando um clima político favorável em Corrientes, Lopez contava com o apoio militar de Urquiza e outros caudilhos do interior da Argentina, porém embora não existisse uma consciência nacional na Argentina, a precipitada ação do exército paraguaio fortaleceu a aliança da Argentina com o Brasil e levou o país à guerra contra o Paraguai. Ainda, sobre a construção destes Estados-Nações, Doratioto (2002, p. 23) ajuíza que “[...] a Guerra do Paraguai foi, na verdade, resultado do processo de construção dos Estados Nacionais no Rio da Prata e, ao mesmo tempo, marco nas suas consolidações”.

A partir de junho de 1864 não haveria mais volta, porquanto, estaria deflagrada a crise que arrastaria os países à guerra de 1864-1870. Destarte, de acordo com Pelúas e Piqué (2009, p.20) “*para muchos historiadores, en Puntas del Arroyo Rosario, en la reunión que mantuvieron Saraiva, Elizalde, Flores y Thornton, se concretó de hecho el acuerdo para desplazar al Paraguay de los asuntos del Plata*”. (apud MAESTRI, 2013b, p. 15). Assim, em 1864, o colapso político no Uruguai não acontecera por acaso, mas, “[...] a entrega do *ultimatum*, em agosto, e a invasão do Uruguai, em outubro, foram passos ensaiados da liquidação acordada do governo oriental, que daria passo à aliança contra o Paraguai” (MAESTRI, 2013b, p. 16), tornada oficial em 1º de maio de 1865 e com início da marcha dos exércitos aliados iniciada neste mesmo ano.

Mapa 6 – Marcha dos Exércitos em 1865 e 1866.



Fonte: Atlas Histórico da Guerra do Paraguai. Acervo cartográfico da Biblioteca Nacional Digital.

Neste mesmo sentido, a deflagração do conflito permitiu a construção de certa narrativa histórico-política ou uma representação política sobre a consolidação dos Estados-nações que se localizam na fronteira platina. Do mesmo modo, alimentaram-se as possíveis doutrinas filosóficas e os anseios nacionalistas que seriam estabelecidos no século XX, de maneira especial, o Positivismo no Brasil até a estabilização da Primeira República (1889-1930). Ademais, recentemente desenvolveu-se uma historiografia crítica sobre a guerra e, do mesmo modo, vêm sendo realizados estudos e debates acerca da geopolítica da região aludida, das relações internacionais e das representações ou narrativas históricas que, de tal modo, instrumentalizaram a guerra da Tríplice Aliança com o desígnio de embasarem-se as discussões da esfera pública sobre os novos litígios platinos, sobretudo, aqueles advindos no transcorrer do século XX. Assim sendo, ainda são travadas diferentes e complexas batalhas no campo historiográfico sobre a guerra.

II. A GUERRA DAS NARRATIVAS

Nesta seção, se pretende verificar a definição da historiografia como representação “legítima” do passado. Isso, porque, a produção historiográfica mesmo que ancorada em documentos constitui uma narrativa sobre os acontecimentos. Por isso, importa observar, que quando se fabrica uma representação pode-se estar intencionalmente excluindo-se determinados grupos sociais ou fatores históricos relevantes. Em outras palavras, a elaboração de narrativas pode arrolar-se, exclusivamente, a pontos de vista historiográficos ou, interpretações políticas.

Mesmo que, neste trabalho, examine-se a representação da obra *Hace 100 años: crónicas de la guerra de 1864 – 1870* de Efraím Cardozo e, ainda, procure-se fundamentos teóricos na ciência histórica para a análise crítica da historiografia, é imperativo esclarecer os modelos historiográficos que versam sobre a guerra da Tríplice Aliança, iniciados no século XIX, e não obstante, em contínua variação até a presente época. Basicamente, classificam-se os modelos em historiografia tradicional e historiografia revisionista, entretanto, em cada país, constituíram-se diferentes abordagens destes modelos mediante ao estudo de documentos históricos e interesses acadêmicos ou políticos. Estes últimos, relacionados aos governos de situação ou aos movimentos de oposição, destacando-se, sobretudo, o revisionismo a partir do século XX.

Deste modo, a historiografia tradicional sobre a guerra apresenta a História dos vencedores, contrária à historiografia revisionista que sugere uma crítica a respeito dos acontecimentos, uma História passada a limpo. Neste capítulo, os conceitos são apresentados da seguinte forma: Inicialmente, trata-se sobre a historiografia tradicional brasileira considerando-se dois períodos históricos: Império³⁷ e República. Em seguida, apresenta-se o revisionismo histórico na perspectiva brasileira e paraguaia. Nesta última, analisam-se dois pontos de vista: primeiro, o revisionismo “lopista”, ainda presente, onde a imagem de Francisco Solano López encontra uma centralidade na narrativa e em seguida, o revisionismo de Efraím Cardozo, crítico à figura “*del Mariscal*”. Todavia, dentre estes modelos de revisionismos paraguaios, apresenta-se em maior ou menor escala um teor

³⁷ De maneira mais precisa, apenas o que foi produzido no âmbito do segundo reinado, ainda mais a partir de 1864.

historiográfico nacionalista. Portanto, abordam-se os conceitos inclusos às historiografias brasileiras e paraguaias, visto que, o objetivo é elucidar de modo comparativo o enquadramento da narrativa de Efraím Cardozo, o autor estudado, sobre a guerra da Tríplice Aliança.

Em um primeiro momento, consolidou-se a historiografia tradicional (dos vencedores) ou “historiografia de trincheira”³⁸. Esta estabeleceu uma narrativa que por vezes atacou o governo do Paraguai ainda no transcorrer da guerra e, sobretudo, após o conflito. Legitimando a soberania brasileira na fronteira platina, além da razão e pretextos do Império do Brasil em dar seguimento a guerra contra o Paraguai. “A interpretação predominante, quer nos anos de guerra, quer posteriormente, foi a de que o Paraguai agrediu o Império brasileiro sem ter motivos diretos para tanto”. (DORATIOTO, 2008, p. 3).

Do mesmo modo, Francisco Solano López era compreendido como um governante interesseiro e sanguinário, e conseqüentemente, responsável pela guerra. Citam-se dois exemplos dessa corrente a partir de duas obras do século XIX: A retirada de Laguna de Alfredo de Taunay (1871) militar do então exército imperial e que atuou na guerra contra o Paraguai e a obra memorialista o Diário do Conde d’Eu (1869 – 1870). Este último foi escrito em francês e a próprio punho pelo nobre europeu, naquela ocasião, comandante em chefe das tropas brasileiras em intervenção no Paraguai. O documento é rico em informações históricas e ganhou uma nova edição com tradução e notas de Rodrigo Goyena Soares – Editora Paz – em 2017. Porém, expressa nitidamente, um singular ponto de vista sobre os fatos.

O diário proporciona ao leitor a sensação de residir no ambiente e no tempo dos escritos de Gastão de Orléans³⁹. Em 8 de abril de 1869, desde Buenos Aires, o príncipe imperial consorte do Brasil escreveu: “Ao abrir a janela, às sete horas, recuei horrorizado pelo frio. Escrevi cartas para o Rio e, às 9h30, depois do café da manhã, o ajudante de ordens do presidente veio apanhar-nos para o embarque”. (DIÁRIO DO CONDE D’EU, 2017, p. 73). Depois o Conde deixou Buenos Aires na Argentina e viajou à cidade de Assunção no Paraguai. A historiografia tradicional deste período pode ser compreendida como mera descrição do cotidiano ou

³⁸ Termo utilizado por Maestri, 2013.

³⁹ Louis Philippe Marie Ferdinand Gaston, nobre francês membro da Casa de Orléans. Nascido em Neuilly-sur-Seine em 28 de abril de 1842 — Morto a bordo do navio Massília no Oceano Atlântico em 28 de agosto de 1922.

manuais de guerra, técnicos e com circunscrições militares, como por exemplo, informações a propósito de tropas, logística militar, estatísticas, mapas, etc.

Em seguida, especialmente no Brasil, a historiografia republicana ou positivista passou a questionar a legitimidade da guerra. Sobretudo, após a Proclamação da República do Brasil em 1889. “Após o golpe militar que derrubou o Estado Monárquico em 1889, e instalou a República no Brasil, a legitimidade da guerra passou a ser questionada pelos positivistas brasileiros”. (DORATIOTO, 2008, p. 5).

Apesar disso, os positivistas destacaram os nomes dos oficiais do exército e da marinha que da guerra haviam participado. Porém, a partir da década de 1870, os jornais brasileiros “A Reforma” e “A República” difundiram a doutrina positivista e duras críticas ao desempenho do governo monárquico naquele conflito. Outras obras de caráter positivista também foram importantes naquele contexto ao criticarem a participação do Império do Brasil na guerra, no entanto, nunca deixaram de exaltar o papel dos militares brasileiros. Dentre as obras é possível destacar: “A Guerra do Paraguai” de Raimundo Teixeira Mendes, publicada em 1920 e os cinco volumes da obra “História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai” considerada no Brasil a maior historiografia clássica sobre o conflito e escrita pelo General Tasso Fragoso.

No Paraguai, a partir da década de 1920, a historiografia revisionista promoveu a ressemantização da imagem de Francisco Solano López e do próprio significado da guerra. Desse modo, construiu-se um passado mítico, uma “idade de ouro” do Paraguai, (DORATIOTO, 2008). A historiografia revisionista e nacionalista paraguaia apresentou como fundamental característica a “limpeza da imagem” do *Mariscal López*. O revisionismo também passou a distingui-lo, notadamente, na Argentina e no Brasil, como símbolo de resistência ao imperialismo britânico, principalmente, entre as décadas de 1960 e 1980. Noutro viés, o *lopizmo* foi uma ideologia muito presente no regime militar paraguaio que teve como principal liderança o general Alfredo Stroessner, que governou o país entre os anos de 1954 e 1989. Dentre os principais autores paraguaios do revisionismo histórico acerca da guerra em questão destacou-se o periodista Juan Emiliano O’Leary (*El Reivindicador*). O autor escreveu importantes obras, por exemplo: *Historia de la Guerra de la Triple Alianza* (1912), *Nuestra epopeya* (1919), *El libro de los héroes*

(1922), *El Paraguay en la unificación argentina* (1924), *El héroe del Paraguay* (1930), *Los legionarios* (1930), *Apostolado patriótico* (1933), dentre outras.

Conforme Doratioto:

Era a origem do nacionalismo lopizta que preencheu um vazio ideológico da pequena juventude universitária paraguaia da época que buscava referências históricas em que se apoiar, para pensar o futuro do país, e se deparava somente com o discurso liberal de crítica ao passado e de seus ditadores. (2008, p. 7).

É importante destacar que no Paraguai, a partir da década de 1950, intelectuais liberais em oposição à ditadura de Alfredo Stroessner desenvolveram críticas à figura de López e o modo como a mesma era utilizada como propaganda política pelo regime stronista. Dentre estes intelectuais estava Efraím Cardozo. A sua historiografia não deixou de ampliar uma crítica à Tríplice Aliança na guerra contra o Paraguai, sobretudo por ser revisionista, entretanto, recriminou os sucessivos erros do governo de López antes e durante a guerra de 1864 – 1870. Neste sentido, duas obras do autor foram decisivas: *“El Imperio del Brasil y el Rio de la Plata: Antecedentes y estallido de la guerra del Paraguay”* (1961) e *Hace 100 años: crónicas de la guerra de 1864 – 1870*.

Os escritos do autor sobre a guerra elucidam o contexto político do Paraguai e da fronteira platina durante a segunda metade do século XIX. Além disso, a sua obra significa um divisor de águas da historiografia revisionista, sobretudo, no Paraguai. Efraím Cardozo realiza uma leitura crítica da guerra e contrapõe cuidadosamente a ideologia stronista vinculada à imagem heroica de López. Ao mesmo tempo, observa os prejuízos sofridos pelo Paraguai em relação às agressões do Império do Brasil e República Argentina, duas importantes potências regionais. Assim, em nenhum momento, o autor abdica do teor revisionista em sua narrativa e, da mesma forma, não se afasta dos debates políticos intrínsecos ao seu período histórico no Paraguai.

Além disso, como referido antes, desenvolveu-se a partir da década de 1960 uma historiografia revisionista de modo anti-imperialista. Esta historiografia apresentou o Império Britânico como o grande causador da guerra da Tríplice Aliança. Concomitantemente, na Argentina e no Brasil, destacaram-se as obras *La Guerra del Paraguay, gran negocio!* (1968) de León Pomer e *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai* (1979) do jornalista Júlio José Chiavenatto. Nada obstante, as

narrativas produzidas nesta circunstância, mesmo que revisadas, ainda encontram-se presentes no ensino de História e nas percepções acadêmicas sobre o tema.

2.1 A historiografia tradicional

A historiografia tradicional brasileira caracterizou-se por legitimar as deliberações imperialistas do Brasil e de seus aliados na fronteira platina em razão de um hipotético progresso civilizatório e em oposição à suposta barbárie exercida na região por autocratas e caudilhos. Ponderando sobre a guerra da Tríplice Aliança, as publicações que se enquadram na referida historiografia “trataram-se, sobretudo das narrativas *fáticas* sobre o heroísmo e a abnegação das forças armadas imperiais em defesa do Brasil e da ‘civilização’, agredidos pela ‘barbárie’ corporificada no ditador paraguaio Francisco Solano López, responsabilizado exclusivamente pelo confronto”. (MAESTRI, 2013a, p. 234). Entretanto, cabe destacar que o Brasil, mesmo sendo um Estado-nação “civilizado”, realizava a manutenção do escravismo em seu regime monárquico e, ainda assim, buscava “libertar o Paraguai” do atraso e da barbárie. Além disso, demonstrava-se incondicional ausência de oposição institucional e enorme apoio dos partidos Liberal e Conservador às deliberações políticas de D. Pedro II, imperador do Brasil.

A historiografia tradicional brasileira sobre a guerra estreou ainda sobre a égide do Segundo Reinado⁴⁰ e teve continuação durante a Primeira República⁴¹. No Paraguai, as memórias de Juan Crisóstomo Centurión e Gregorio Benítez, ajustaram-se as produções argentinas e brasileiras do mesmo período e ambas conferiram a Francisco Solano López uma culpabilidade sobre a guerra (ALCALÁ, 2016).

Também incluídos às narrativas produzidas durante o segundo reinado, se encontram as correspondências e os diários, que configuram-se em registros pessoais sobre os eventos, até mesmo os cotidianos, e manifestos particulares a respeito da política e da campanha militar durante a guerra. Como exemplo, apresenta-se o diário de campanha de Gastão de Orléans⁴², o Conde d’Eu, comandante em chefe das tropas brasileiras em operação na República do Paraguai

⁴⁰ 1840 – 1889.

⁴¹ 1889 – 1930.

⁴² Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orléans, em francês: *Louis Philippe Marie Ferdinand Gaston d’Orléans*.

entre 1869 e 1870. “Era um homem afeito ao calor da hora. Ou seja, as memórias do Conde d’Eu sobre a Guerra do Paraguai não são uma retrospectiva refletida de sua atuação militar. O leitor de hoje, graças às descrições do conde, sente o cheiro dos acampamentos e o frio das manhãs”. (SOARES, 2017, p. 15).

Ainda no diário do Conde, comentários sátiros que ridicularizam eventos políticos e coloquiais como o relato da celebração dos casamentos de nove soldados em Vila de Rosário, uma comunidade portuária próxima da cidade de Assunção e localizada às margens do rio Paraguai. De acordo com o Conde, neste episódio de 1º de fevereiro de 1870, “a igreja transbordava de gente, e a cerimônia foi muito divertida: em primeiro lugar, devido à feiura grotesca de todas as noivas e, em segundo, às dissertações de Frei Fidélis, quase tão grotescas quanto”. (DIÁRIO DO CONDE D’EU, 1º DE FEVEREIRO DE 1870). O diário escrito entre março de 1869 e abril de 1870 expõe a visão de um nobre que pouco antes da guerra vivia na Europa e com o enlace matrimonial com a princesa Isabel, passou a fazer parte do projeto do terceiro reinado do Império do Brasil. Do mesmo modo, esta aliança e a presença do Conde no Paraguai refletiram largamente na política do Império.

Secundava-a suposta intenção do Conde d’Eu de promover reformas com vistas a libertar os escravos brasileiros. A chegada do príncipe Luís Felipe, Conde de Paris, ao Paraguai em março de 1870 somente reforçou a certeza dos liberais. Primo de Gastão e primeiro na linha de sucessão orleanista na França, Felipe atracou em Assunção depois de combater os Estados escravocratas na Guerra de Secessão americana (1861-1865) junto às tropas de Abraham Lincoln, presidente dos Estados Unidos durante o conflito. Felipe era ferrenho abolicionista. (SOARES, 2017, p. 43).

O matrimônio entre a Princesa Isabel herdeira do trono do Brasil e o Conde d’Eu, filho do Duque de Nemours, e neto do rei Luis Felipe “o rei burguês”, ocorreu às vésperas da guerra contra o Paraguai. Casaram-se no Rio de Janeiro em 15 de outubro de 1864 acatando, portanto, aos interesses políticos de D. Pedro II. Um cerimonial luxuoso atendendo aos padrões de uma corte, mas também, como os casamentos reais, um ato político ligado à popularidade da família real brasileira. Sob as ordens do Imperador, o Ministro da Secretaria dos Negócios do Império expediu uma carta ao naturalista Francisco Freyre Allemão e Cysneiro⁴³, em 11 de

⁴³ Naturalista, condecorado Oficial da Ordem das Rosas e Cavaleiro de Cristo. Foi também professor de Botânica da Princesa Isabel durante o Segundo Reinado.

outubro de 1864, convidando-o a se fazer presente no casamento real. Segundo o manuscrito transcrito abaixo:

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio communica o Exmo. Sr. Conselheiro Francisco Freire Alemão que sua Majestade O Imperador Ha por bem que S. S^a acompanhe, em grande gala no prestito que no dia 15 do corrente mez pelas 10 horas da manhã, tem de seguir das salas do paço da Cidade a Imperial Capella, onde ha de celebrar-se o acto solemne do feliz consorcio de Sua Alteza Imperial a Senhora Dona Isabel com Sua Alteza Real o Senhor Conde d'Eu; bem como cortejo que depois do mesmo acto deve ter lugar. Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio em 11 de outubro de 1864. (CARTA A FRANCISCO FREIRE ALEMÃO. RIO DE JANEIRO, 11 DE OUTRUBRO DE 1864).⁴⁴

Em 1865, após regressar antecipadamente de sua lua de mel na Europa, o Conde viajou à Uruguaiana⁴⁵ com outro nobre primo, o Duque de Saxe⁴⁶ e o Imperador D. Pedro II. O Duque de Saxe era membro da Casa de Saxe-Coburgo-Gota, uma nobre dinastia católica germânica. O Duque casou-se no ano de 1864 com a Princesa Leopoldina⁴⁷, a filha mais jovem do Imperador Dom Pedro II, que após o matrimônio, tornou-se princesa de Saxe-Coburgo-Gota e duquesa de Saxe, enquanto que o Duque de Saxe tornava-se almirante da Armada Imperial do Brasil. Deste modo, o contexto político transformara-se, pois o Conde d'Eu era Liberal e “[...] no último Império das Américas, a escolha de um genro cuja família tinha uma tradição liberal era uma boa aposta”. (DEL PRIORE, 2013, p. 48). Assim sendo, ponderava-se sobre os interesses da casa real, arquitetando-se prerrogativas políticas fundamentadas nas ideias liberais do Conde e então consideráveis naquele momento, uma vez que, o liberalismo alargava-se cada vez mais em meio às potências industriais europeias no transcurso da segunda metade do século XIX.

Na França, a formação da Union Libérale, partido de oposição a Napoleão III, havia alcançado notória representação parlamentar em 1863, elegendo ninguém menos do que o liberal orleanista Adolphe Thiers: a própria base partidária da Union Libérale era francamente orleanista. Quando chegou ao

⁴⁴ Grafia original do documento.

⁴⁵ Em 24 de fevereiro de 1843 o Presidente da Província (Rio Grande do Sul) Bento Gonçalves da Silva aprova por decreto a nomeação do referido novo povoamento oficializando-o como Capela do Uruguai, com uma capela curada, um posto fiscal e um prédio de milícias. Conforme lei provincial datada de 29 de maio de 1846 o povoado é elevado à categoria de vila passando a se chamar Uruguaiana o qual se emancipa do município de Alegrete em 24 de abril de 1847. Na ocasião, foi então inaugurada a Câmara Municipal de Uruguaiana e o governo do município sendo, portanto, cumprido pelo vereador Venâncio José Pereira. (SILVA, 2014, p. 26).

⁴⁶ Luís Augusto Maria Eudes de Saxe-Coburgo-Gota (em alemão: Ludwig August Maria Eudes von Sachsen-Coburg und Gotha) (1845-1907).

⁴⁷ Leopoldina Teresa Francisca Carolina Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bragança e Bourbon (1847-1871).

Brasil, então, o conde d'Eu havia deixado uma França em transição para um regime menos autoritário e mais liberal, no qual os bonapartistas eram contestados pelos orleanistas. A causa liberal influenciou o jovem Príncipe Consorte, que no Brasil, passou a advogar projeto de Estado Liberal, sobretudo no que dizia respeito à escravidão. (SOARES, 2017, p. 25).

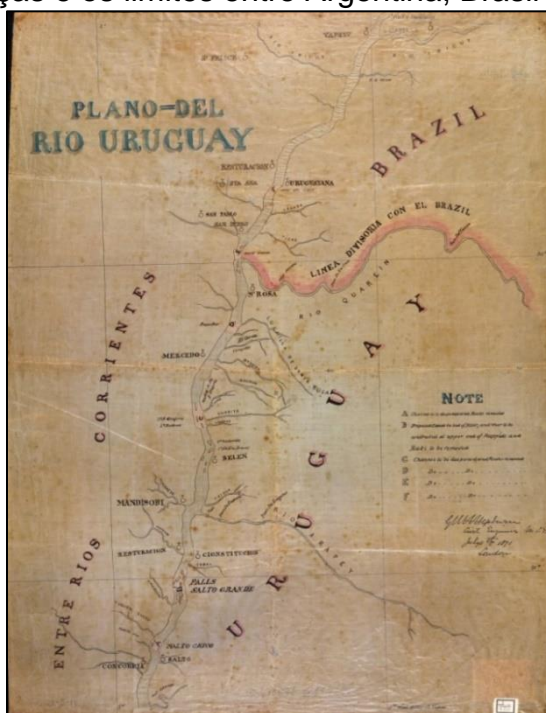
Em seu diário de viagem ao Rio Grande do Sul escrito entre agosto e novembro de 1865, Gastão de Orleans discorreu sobre os planos do exército paraguaio em ocupar o Uruguai atravessando o rio Quarai na fronteira com o Brasil. Desse modo, os paraguaios poderiam unir forças ao Partido Blanco ferrenho opositor do governo pró-Brasil instaurado na banda oriental, e assim, negociar um acordo com os aliados. De acordo com os registros, os paraguaios, saindo do seu país, atravessaram, sem disparar um tiro, a província argentina de Corrientes. Em seguida passaram o rio Uruguai na parte superior do seu curso e penetraram na província brasileira do Rio Grande do Sul, apoderando-se de São Borja e Itaqui, estabelecidas à margem esquerda do rio. Descendo ao longo desta margem, evidenciaram a intenção de dirigirem-se para o Estado Oriental. (D'EU, 1936). De tal modo, aos cinco dias do mês de agosto de 1865, sem encontrarem nenhuma resistência, as tropas paraguaias comandadas por Antônio Estigarribia entraram na cidade de Uruguaiana e levantaram acampamento. Um erro decisivo para o porvir da guerra, uma vez que, em seguida foram cercadas pelas divisões do exército aliado chefiadas por Mitre, Flores e pelo Barão de Porto Alegre, Manuel Marques de Sousa, o futuro Conde de Porto Alegre, liberal e abolicionista.

Figura 1 – Iconografia do Imperador D. Pedro II (centro) e os genros Conde d'Eu (esquerda) e Duque de Saxe (direita) quando estiveram em Uruguaiana.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

Mapa 7 – Mapa do curso do Rio Uruguai de 1871 mostrando as principais cidades fronteiriças e os limites entre Argentina, Brasil e Uruguai.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

Figura 2 - Família Imperial brasileira.



Da esquerda para a direita: D. Pedro Augusto, D. Teresa Cristina, princesa Isabel de braços dados com D. Pedro II, D. Pedro (Príncipe do Grão-Pará), de mãos dadas com Conde d'Eu. Sentados, D. Luís (em frente ao avô) e D. Antônio. Fotografia sem data.

Fonte: Acervo do Museu Imperial.

As disputas políticas colocaram em confronto o comando das forças, pois de acordo com o tratado secreto assinado em Buenos Aires em 1865, no Brasil, o exército imperial seria liderado por um oficial brasileiro, contudo, o comando soberano do exército aliado era exercido por Mitre. Assim, reunidos no cerco à Uruguaiana em 1865 encontravam-se Bartolomé Mitre, presidente da Argentina; e Venancio Flores, presidente do Uruguai. Dentre os líderes brasileiros, Achavam-se presentes o Barão de Porto Alegre; o Visconde de Tamandaré, o Conde d'Eu, e o Imperador D. Pedro II, que de maneira discreta, sugeriu a divisão do comando dos exércitos entre os países que formavam a Tríplice Aliança, sendo as forças brasileiras, lideradas pelo Barão de Porto Alegre. Assim, a nobreza não seria liderada pelo presidente de uma República, naquele caso, a Argentina.

Além disso, se dependesse de Flores, Uruguaiana teria sido bombardeada, assim como, ocorreu em Paissandu, no Uruguai. Porém, o parecer foi recusado pelos brasileiros. Há mais de um século e meio, em 18 de setembro de 1865, o tenente-coronel paraguaio Antonio de la Cruz Estigarribia rendeu-se a Tríplice Aliança na cidade de Uruguaiana. Com isso, findava a ofensiva paraguaia nas operações daquela guerra. Ainda que estivesse estado ao lado do imperador em Uruguaiana, Conde d'Eu só lideraria as tropas brasileiras em operação no Paraguai a partir de 1869. Assim, em registro em seu diário, datado de 4 de março de 1870, o príncipe consorte escreveu sobre a notícia da morte de Solano López em Cerro Corá. Nota-se a pessoalidade com que escreve e as inferências cotidianas em seu texto. Como se estivesse muito mais preocupado com seu entorno social do que com o presumível impacto político ocasionado pela notícia da morte do *Mariscal* paraguaio nos novos rumos dos países envolvidos naqueles sucessos.

[...] Ao cabo de algum tempo, o ajudante de ordens veio e disse: “Está vindo uma dessas chatas que conduzem o gado por conta de Lanús.” Saí em direção ao cais, e vi que era o *Davidson*. Ele é chamado de chata, porque é um fluvial. Depois de vê-lo passar, entrei tranquilamente na cabine e deitei-me na cama enquanto continuava a ler.

Haviam-se passado alguns minutos quando (as cabines ficaram na altura do cais) percebi Fidélis que me chamava por sinais, como para que eu visse uma curiosidade. Desembarquei e, então, de todos os lugares ouvi: “Morreu López!” e outras vociferações trocadas com o *Davidson*. O esquisito proprietário do vapor disse-me então: “Se a notícia for certa, Vossa Alteza dá licença que se mande tocar o Hino Nacional?” “Pois sim, certamente.” Enfim, fizemos o *Davidson* deter-se, e o mensageiro dessa notícia desceu do Conde d'Eu. Era um gaúcho de cabelos grisalhos, sujos e sem elegância, de modo que perguntei: “Você é oficial?” “Capitão.” “Que corpo?” “Dezoito.” “Como se chama?” “Pedro José Rodrigues.” “E trás ofício?”

“Trago; para o general Vitorino.” Tomei-o de suas mãos. De fato, era ofício de Câmara para Vitorino escrito a lápis, numa folha de papel aberta. O ofício fora escrito de Aquidabã e datava de 1º de março.

Abordo, fiz a leitura do ofício em voz alta, o que foi tumultuado por vivas e por abraços que me obrigaram a fazer a releitura. O oficial declarou ter deixado o acampamento de López em 1º de março, ao meio-dia. Tinha chegado a Concepción na manhã do dia 4. Contou poucos detalhes positivos, a não ser o fato de que López fora morto com golpes de lança por um cabo de infantaria do 19º [Batalhão] de infantaria chamado Chico Diabo. Escrevi algumas linhas a Vitorino, a Paranhos, ao Imperador e a Isabel. Então, chamei Deschamps, para ordenar a suspensão das compras de cavalos e mulas. Propuseram ir a Assunção para levar a notícia, o que foi aceito, embora haja no *Davidson* um segundo-tenente de infantaria enviado pelo coronel Antônio Augusto para encontrar-se com Paranhos nesse intuito.

O capitão Pedro Rodrigues continuou conosco até Concepción. Quando o vapor se pôs, novamente, em movimento, os oficiais do Estado-Maior mandaram trazer champanhe e declararam vivas patrióticos com as taças alçadas. Ao cabo de pouco tempo, dirigiram-se ao que trouxe a notícia: “Viva o senhor capitão! Viva o senhor capitão!” (acho que eles esqueceram o nome de Pedro Rodrigues). “Não, exclamou um outro, “viva o senhor major!”; e todos os outros repetiram: “Viva o senhor major!” Pedro Rodrigues tomou para si a promoção e voltou-se para mim, estendeu-me a mão, desajeitado como todos os gaúchos, e disse como forma de agradecimento: “Desculpe, Vossa Alteza: a culpa não foi minha.” De bom grado, aceitei o aperto de mãos, mas deixei no ar a promoção surrupiada. [...] (DIÁRIO DO CONDE d’EU, 4 DE MARÇO DE 1870).

Nos seus diários e cartas redigidas no período, o Conde por ser um membro da realeza, produziu uma cômoda, mas, oficial narrativa a respeito da guerra, comum à historiografia tradicional. Por sua vez, em abril de 1870, o nobre saiu do Paraguai inteiramente isento de culpa, embora, à frente das armas que massacraram o povo paraguaio. Contudo, leia-se nas entrelinhas de seu diário, a quem responsabiliza a incondicional destruição do Paraguai, como em toda a historiografia tradicional.

Foi domingo de páscoa. Era o dia marcado para deixar este pedaço de terra quase virgem chamado República do Paraguai, país no qual a natureza não foi mesquinha. É um país de clima temperado, de belos caudais, de relevo acidentado e moderadamente vasto e de uma raça de homens notavelmente dotados de esforço físico. É um país que, até 1864, ofereceu aos viajantes aspectos graciosos e originais, devido ao isolamento do resto do mundo e a uma existência puramente agrícola, do tipo mais primitivo. Estes cinco anos de guerra sangrenta, inseridos em outros 150 de despotismo mais ou menos teocrático, destruíram tudo e reduziram este país, por enquanto, à maior irrelevância monótona e deplorável. (DIÁRIO DO CONDE d’EU, 17 DE ABRIL DE 1870).

Depois do exílio português da família real brasileira em detrimento da Proclamação da República em 1889, o Conde d’Eu retornava pela última vez ao

Brasil em 1922. O motivo era participar das comemorações do primeiro centenário da Independência, contudo, o francês faleceu de causas naturais a bordo do vapor Massilia ainda durante a travessia do Oceano Atlântico. Mais tarde, a historiografia tradicional do período republicano exaltou os feitos militares do Brasil na guerra contra o Paraguai e manteve oposição a respeito do centralismo político-monárquico daquele período. Conforme Maestri: no Brasil imperial, desenvolveu-se uma historiografia de trincheira de cunho memorialista e comumente produzida por ex-combatentes, em seguida, uma historiografia republicana interessada em estabelecer uma narrativa nacional-patriótica sobre o conflito (2013a). Apesar disso, “[...] sem variações de conteúdo, a historiografia republicana privilegiou essencialmente narrativa cronológica centrada nas grandes batalhas”. (MAESTRI, 2013a, p. 247). E ainda, exaltou os oficiais militares das tropas brasileiras que participaram da guerra da Tríplice Aliança.

2.2 A historiografia revisionista

Na historiografia revisionista sobre a guerra da Tríplice Aliança, sobretudo, entre as décadas de 1960 e 1980, estabeleceu-se em meio a apontamentos seguramente válidos a opinião de que o Império Britânico seria o grande responsável pelo conflito. Nesta guerra de narrativas, o Paraguai teria se tornado uma potência econômica e militar, e a sua autonomia teria sido arquitetada pelo governo de Francisco Solano López. Neste mesmo ponto de vista, o Império Britânico receava a influência paraguaia na América meridional, decidindo, conseqüentemente, pelo aniquilamento político e econômico do referido país. Doratioto assevera que:

Culpar a Grã-Bretanha pelo início do conflito satisfaz nas décadas de 1960 a 1980, a distintos interesses políticos. Para alguns, tratava-se de mostrar a possibilidade de construir na América Latina um modelo de desenvolvimento econômico não dependente, apontando como um precedente o Estado paraguaio dos López. Acabaram, por negar essa possibilidade, na medida em que apresentaram a potência central - a Grã-Bretanha - como onipotente, capaz de impor e dispor de países periféricos, de modo a destruir qualquer tentativa de não-dependência. Como resultado, o leitor desavisado, ou os estudantes que aprenderam por essa cartilha, podem ter concluído que a história de nosso continente não se faz ou não se pode fazer aqui, pois os países centrais tudo decidem inapelavelmente. Os latino-americanos, nessa perspectiva, deixam de ser o sujeito de sua própria história, ou, de outro modo, veem negado seu potencial de serem

tais sujeitos. A visão maniqueísta e mistificadora de Solano López também interessava ao oficialismo paraguaio sob a ditadura de Stroessner. Solano López na condição de vítima de uma conspiração internacional, que preferiu morrer a ceder às pressões externas, conferiu um caráter épico para as origens do “coloradismo”. (2002, p. 87).

Em toda a América meridional, a historiografia revisionista apresenta determinadas complexidades. Conforme Maestri, “todo processo de releitura das interpretações tradicionais e dominantes da chamada guerra do Paraguai também foi – e continua sendo – denominado de revisionista”. (2013a, p. 252). Apesar disso, as principais características do revisionismo no período das publicações de Efraím Cardozo, aqui tratadas, consistiram em exames histórico-críticos sobre o exercício do imperialismo⁴⁸ brasileiro na fronteira platina; a hegemonia do liberalismo das oligarquias de Buenos Aires no rio Prata; a ascensão do Partido Colorado e a guerra civil no Uruguai; e principalmente a preponderância político-econômica do Império Britânico no rio da Prata. Esta última hipótese revisada e descartada na contemporaneidade. Mas, de modo complacente, a historiografia revisionista contrapôs continuamente a historiografia tradicional que apontou de modo generalista, o governo e a postura de López frente às questões platinas como causas singulares da guerra.

Assim, a historiografia revisionista e contemporânea continua elencando e discutindo uma série de problemas relacionados à guerra da Tríplice Aliança. Destarte, podem ser entendidas como causas fundamentais do conflito: os processos político-econômicos atrelados à formação dos países platinos, sobretudo, nas Repúblicas da Argentina e Paraguai; a importância econômica da navegação da bacia do Prata no século XIX; o estabelecimento dos limites políticos e tratados entre os países, principalmente, os tratados entre o Império do Brasil e a República Oriental do Uruguai em 1851; a intervenção armada do Império do Brasil no Uruguai a partir de outubro de 1864; a breve ofensiva militar paraguaia e, ainda, a ampla influência política das elites regionais no período em apreciação. Mesmo avaliando-se as tendências historiográficas, construir uma narrativa a propósito da História é algo essencial para compreendê-la, pois “[...] a questão importante é que toda história, mesmo a mais ‘sincrônica’ ou ‘estrutural’, há de ser posta em enredo de

⁴⁸ A palavra (que não figurava nas obras de Karl Marx, falecido em 1883) foi introduzida na política na Grã-Bretanha, nos anos 1870, e ainda era considerada neologismo no fim da década. Sua explosão no uso geral data dos anos 1890. (HOBSBAWM, 2016, p. 99).

alguma maneira”. (WHITE, 1992, p. 23). Isto porque, todas estas questões só podem ser colocadas em relação para a melhor compreensão da História do conflito se incorporadas a uma narrativa, na qual, denomina-se por “historiografia”.

No entanto, a historiografia sobre a guerra da Tríplice Aliança ainda não esgotou de forma suficiente as diferentes discussões sobre as disposições políticas e ideológicas relacionadas ao evento, e diga-se de passagem, durante e após o mesmo, por exemplo: as disputas entre conservadores e liberais, no âmbito do Império do Brasil; unitaristas e federalistas, na Argentina; colorados e blancos, no Uruguai; e lopiztas, colorados e liberais no Paraguai, neste último caso, principalmente, após o término do conflito. Neste viés, é preciso julgar-se os posicionamentos político-ideológicos presentes nas narrativas revisionistas sobre a guerra e que foram sendo estabelecidas durante o andamento das ditaduras militares latino-americanas a cem anos do início do conflito. A respeito disso, os liberais paraguaios que foram contrários a ditadura stronista estiveram acuados pelo regime político em questão e necessitaram se recompor diante da falta de liberdade de expressão, especialmente, convencendo as suas publicações ao cenário para manterem-se na ativa. Mas, havia outro sentido para a corrente liberal na transcorrência do século XIX, sendo que o próprio Conde d’Eu era adépto às doutrinas liberais naquele diverso contexto. Deste modo, é indispensável que exista uma atenção em relação ao uso dos conceitos na historiografia. A propósito do Liberalismo, é importante destacar que para este conceito não há uma única definição semântica⁴⁹, deste modo, ele precisa ser consecutivamente explicado e contextualizado quando empregado a uma determinada narrativa.

Uma narrativa, seja ela literária ou historiográfica, poderá influenciar o julgamento dos agentes históricos a respeito da historicidade de um determinado acontecimento. Entretanto, como já foi dito, toda a História precisa de um enredo e precisa ser posta em forma de narrativa como na literatura, a fim de, ser pensada e discutida. Assim sendo, conseqüentemente, transportará uma série de subjetividades. “A história é na verdade o reino do inexato. Esta descoberta não é inútil; justifica o historiador. Justifica todas as suas incertezas”. (RICOEUR apud LE GOFF, 1990, p. 21). Além disso, convalida o trabalho do historiador que deverá examinar estas subjetividades. Não obstante, a principal característica da ciência

⁴⁹ Sentido da palavra.

histórica não está no seu distanciamento da literatura e sim em sua proximidade. A proximidade é o que permite à História o desenvolvimento da sua autoridade e a sua diferenciação com as demais ciências, e aos historiadores o estabelecimento de uma identidade que tem a ver com a narração dos fatos históricos. De tal modo, segundo Rancière:

A genialidade particular de Lucien Febvre foi ter compreendido intuitivamente o seguinte: a história somente poderia fazer uma revolução que fosse sua jogando com a ambivalência de seu nome, recusando na prática da língua a oposição entre ciência e literatura. Não era simplesmente o fato de poder conciliar os rigores de uma com os encantos de outra. Era, bem mais profundamente, o fato de que apenas a língua das histórias era capaz de marcar a cientificidade própria da ciência histórica: uma questão não retórica, conciliando a jovem ciência com os preconceitos dos velhos mestres e as regras da instituição, mas de poética, constituindo em língua de verdade a língua tão verdadeira quanto falsa das histórias. (2014, p. 10-11).

Para discutir-se o emprego da historiografia em relação à historicidade é importante refletir-se a respeito da autoridade da primeira sob a segunda. Isto, no que se refere à condição política de uma narrativa historiográfica que estabelece julgamentos a respeito dos diferentes eventos históricos. Deste modo, os fatos somente poderão ser colocados à luz da verdade através do exame crítico de quaisquer fontes históricas, sobretudo, as fontes historiográficas. Isto, a fim de, verificar-se se uma determinada historiografia - enquanto narrativa histórica política - está à altura de apresentar um conjunto de “palavras conscientes” sobre a História. Por conseguinte, realizar uma análise da historiografia é uma inquirição ética, porquanto para Marco Aurélio⁵⁰(2019), o imperador estoico de Roma, a política de uma maneira geral, deveria ser submetida à ética⁵¹. Ademais, a análise ética da historiografia tende a produzir sempre consciência histórica e contemporânea⁵². Conforme Rancière, “o inconsciente é apenas a falta desse saber da vida própria do ser vivo tomado pela palavra. E a morte é apenas outro nome desse não saber”. (2014, p. 95). Deste modo, cabe ao historiador a partir da sua investigação e interpretação das fontes, produzir narrativas críticas e libertadoras com o escopo de elucidar e orientar a consciência histórica dos indivíduos através de palavras, portanto, da própria historiografia subordina a ética.

⁵⁰ Império Romano, 121 – 180.

⁵¹ Ver mais em seu livro de meditações escrito entre 170 e 180.

⁵² No sentido do conceito do filósofo Giorgio Agamben apresentado na parte introdutória.

O material da construção historiadora ou, em outra análise, a historicidade, deveria estar resguardado das fábulas de opinião e dos artifícios dos literatos. Porém, como bem destacou Rancière, o material não é nada sem a arquitetura (RANCIÈRE, 2014). Neste caso, dentro de cada contexto histórico, considerando-se, ainda, as circunstâncias políticas e o pensamento dos historiadores, foram construídas diferentes narrativas sobre a guerra da Tríplice Aliança e que podem ser abreviadas por: historiografia tradicional e historiografia revisionista.

Por conseguinte, é complexo desenvolver-se quaisquer discussão do ponto de vista historiográfico sem a produção de narrativas, porquanto, os debates acerca das visões historiográficas costumam ser dialéticos. Para Hegel, “a própria vida é dialética e, assim, outro não pode ser o modo do pensamento, senão baseado no conflito e na integração dos opostos”. (CASTILHO, 2017, p.156). Logo, o conflito entre as correntes historiográficas que discorrem sobre a guerra ou adentro das divergências do próprio revisionismo em questão não encerram quaisquer discussões sobre o tema, mas a presença desta “alteridade” e complexidade na forma de narrar e discutir a História, com certeza a eleva à categoria de uma ciência crítica e amplia as possibilidades de compressão dos eventos históricos.

Para elucidar o pensamento revisionista, Alcalá (2016, p. 76) observa que *“Después de la guerra, a causa de una deliberada distorsión de los hechos, se tildó a López de tirano y se le atribuyó la culpa de una contienda que él no había provocado; posteriormente, un justiciero revisionismo histórico ha reivindicado la memoria del Héroe”*. Ainda que, López não fosse unanimemente um herói nem mesmo para os membros do seu governo.

En 1888, para escribir una historia de la Triple Alianza, el historiador argentino Estanislao Zeballos entrevistó a varios excombatientes. Aunque la obra quedó inconclusa, los borradores fueron rescatados por Liliana Brezzo, quien los publicó con el título de La Guerra del Paraguay en primera persona (Asunción: Tiempo de Historia. 2015). Los testimonios recogidos no apoyan la versión oficial de la guerra ni del generalísimo paraguayo. Caballero dice: un día vino un ayudante de López a decirle al general Caballero que le mandara un sargento de toda su confianza. El general Caballero lo mandó. El sargento regresó a la noche y en voz baja y tono misterioso, como hablaban todos, dijo: “General, acaba de suceder una cosa muy grande. ¿Y qué ha sucedido? El soldado, trémulo y aterrado, prosiguió: El coronel Aveiro acaba de azotar a la madre del mariscal. Yo he servido en el hecho. ¡Bueno! ¡Cállese! Cuidado con que vaya a decir una sola palabra, si no quiere ser fusilado.” Posteriormente, Caballero se encontró con el general Roa, frente a quien simuló no saber nada del incidente. Entonces Roa se lo contó y exclamó: “López, este hijo de una gran puta, acaba de mandar a Aveiro que le tome declaración a su madre y

le ha hecho dar cincuenta azotes. El que manda castigar a la madre es capaz de hacernos fusilar a todos". (ALCALÁ, 2016, p. 80).

Na segunda metade do século XX, o revisionismo, assim como outras narrativas, esteve assentado na polarização político-ideológica. Uma parte da esquerda latinoamericana convencionou que a guerra havia sido causada por intermédio dos interesses do imperialismo britânico do século XIX. Embora, este pensamento também relaciona-se à oposição político-ideológica sobre a influência estadunidense nos governos autoritários que estavam em curso na América Latina naquele mesmo período. Do mesmo modo, no Paraguai, o general da extrema direita Alfredo Stroessner⁵³ no governo entre os anos de 1954 e 1989, utilizou-se do revisionismo em voga para exaltar o heroísmo de López e, por conseguinte, legitimar o seu autoritarismo espelhando-se no governante paraguaio do século XIX. Guido Alcalá (2016, 16) destaca que *“Los hombres de 1870 no compartían el revisionismo histórico de Alfredo Stroessner. A López, que había matado a sus hermanos y torturado a su madre, lo llamaban Nerón en la Asunción y en Buenos Aires”*. Neste viés, encontrava-se a historiografia de Efraím Cardozo, que desbancava a representação de López pela ditadura stronista, mas que passava a analtecer o heroísmo do povo paraguaio. Assim, de qualquer modo, esteve inserida em um contexto político-nacionalista.

Por outro lado, a historiografia revisionista de Juan E. O’Leary (1879 – 1969) embora fundamental naquele período, consistia no embasamento das ações nacionalistas dos colorados paraguaios, sobretudo, durante a ditadura militar. Na obra *“El libro de los heroes”* de 1922, escreveu:

Y para dar cierto matiz de imparcialidad a la infame leyenda, se apeló al testimonio de los mismos sobrevivientes, haciendo suscribir por engaño o por fuerza largas declaraciones a los prisioneros de guerra que, sin saberlo, se condenaban a sí mismos y condenaban a su patria y al que acababa de ser la encarnación de nuestro derecho. ¡Y esta fue, hasta ayer, la única verdad! Pedro de Braganza tuvo la suerte de morir antes que se empezase a revisar el proceso de nuestra crucifixión. Mitre asistió ya al comienzo de la gran obra reparadora. Murió amargado, viendo alzarse en Buenos Aires la estatua de Alberdi, y después de escuchar las primeras imprecaciones del pueblo sacrificado. Pero Gastón de Orleans le toca presenciar el advenimiento del nuevo día, la gran aurora de nuestra glorificación! Anciano, octogenario, ve, desde su principesco retiro, en el aislamiento de una vida atormentada, el resurgir de los vencidos y el tardío triunfo de la justicia histórica. ¡Cuántas veces, en medio del horror de la conflagración

⁵³ Nascimento, Paraguai, 1912 – falecimento, Brasil, 2006. Compôs um dos mais extensos governos latino-americanos do século XX, atrás apenas, de Fidel Castro.

europaea y en presencia de su patria invadida, no habrá pensado en el Paraguay! Alistado, a pesar de sus años, entre los defensores del derecho, con qué crueles remordimientos no habrá evocado aquellos días aciagos, en que sus manos se empaparan en sangre de inocentes. El incendio, el degüello, la devastación, el pillaje, no fueron extraños a su vida de guerrero. (O'LEARY, 1922, p. 474).

As principais obras de caráter revisionista-nacionalista de Juan O'Leary sobre a guerra foram publicadas no Paraguai entre os anos de 1920 e 1930, entre elas: *El Marsical Solano López* (1920); *El libro de los héroes* (1922); *El Paraguay en la unificación argentina* (1924); *El héroe del Paraguay* (1930); *Los legionarios* (1930); e *Apostolado patriótico* (1930). Com certeza o pensamento de O'Leary fundou as bases do revisionismo histórico paraguaio, apesar disso, a doutrina revisionista não adotava exclusivamente uma direção. No Paraguai desenvolveram-se duas percepções revisionistas sobre a guerra, ambas fundamentadas em princípios político-ideológicos e em algumas ocasiões, desprovidas de historicidade. Isto se deveu a divisão política das elites paraguaias no pós-guerra e refletiu na disputa entre duas tendências que envolveram, de maneira especial, a historiografia revisionista: o regeneracionismo e o reconstruccionismo (MAKARAN, 2014). De acordo com Makaran:

El primero, representado por los liberales, pretendía borrar todo el pasado paraguayo al considerarlo bárbaro, premoderno y autoritario, y "regenerar" al país en una república liberal democrática y de libre mercado. El reconstruccionismo, por su parte, propio de las posturas nacionalistas, con el tiempo encarnadas por el Partido Colorado, proponía "reconstruir" el país con base en la época "dorada" del Dr. Francia y de los López. (2014, p. 62).

Neste arrolamento histórico-político, desenvolveram-se os dois principais partidos políticos do Paraguai: o Partido Liberal e o Partido Colorado. Deste modo, Makaran (2014, p. 64) aponta que:

Las diferencias ideológicas entre los dos partidos se basaron originalmente en las siguientes dicotomías, las primeras características corresponden a los liberales y las segundas a los colorados: democracia liberal versus tendencia autoritaria; extranjerizantes y "legionarios" versus patriotas y nacionalistas; antilopistas versus lopistas; la élite versus el pueblo; rechazo al pasado y al legado guaraní versus recuperación del pasado y el "mito guaraní"; positivismo versus romanticismo, etcétera.

Através da avaliação da "escrita da História" pelos historiadores, a fronteira platina quase sempre encontrou-se em movimento e litígio, uma vez que, a

complexidade do seu panorama político, sobretudo até os primeiros anos da segunda metade do século XX, influenciou, de todo o modo, a construção intelectual das narrativas históricas sobre os conflitos regionais e internacionais calhados neste espaço. Em outras palavras, a historiografia sobre a fronteira platina, quase sempre esteve motivada por acontecimentos alocados em seu próprio contexto histórico. Portanto, deve-se considerar as historiografias: tradicional e revisionista, mencionadas neste capítulo. Neste sentido, Efraím Cardozo expôs em suas crônicas a respeito da guerra da Tríplice Aliança de uma maneira acessível a todos os leitores paraguaios, e sem desconsiderar que a historiografia é um importante elemento político e, notadamente, às vezes encontra-se polarizada. Entretanto, o trabalho de Efraím Cardozo esteve alicerçado em documentos históricos, e isto validou a autoridade e a historicidade do seu revisionismo e das suas crônicas. Destarte, mesmo que às vezes a historiografia apresente-se como um campo de combate político, deve-se conservar o diálogo e exame das fontes históricas, a fim de, revelar a historicidade dos fatos narrados e causar um pensamento histórico alicerçado em evidências documentais. Neste viés, Efraím Cardozo produziu principalmente a partir das fontes, tipicamente como os historiadores do século XIX, não sendo proveniente de uma escola historiográfica e estando marcado pelo ceticismo e pela influência jurídica de “busca pela verdade”.

A verdade, como representação fiel dos fatos, advém do conhecimento ou da posição crítica acerca de determinado assunto. O conhecimento, por sua vez, avesso ao senso comum, advém da pesquisa científica e metodológica. Contudo, a verdade extraída pelo método científico é temporal, constitui uma resposta efêmera para determinada pergunta, pois a ciência é por essência mutável. (CABREIRA; SILVA; 2019, p. 37).

Logo, mesmo que Efraím Cardozo tenha sido um membro do partido Liberal paraguaio, a sua análise dos fatos não esteve restringida a sua ideologia. Orientado pelas evidências e busca pela verdade, o autor estabeleceu uma narrativa histórica balisada em documentos e inteligível aos paraguaios através das suas crônicas. Estando permeado por seu tempo, mas a refletir sobre o passado.

III. EFRAÍM CARDOZO: AS CRÔNICAS SOBRE A GUERRA DE 1864 – 1870

As questionas políticas da fronteira platina do século XIX estavam inteiramente abertas para Efraím Cardozo na transcorrência do século XX. Referentemente a isto, será apresentada neste capítulo a obra *Hace 100 años: Crónicas de la Guerra de 1864 – 1870* e como a mencionada historiografia estabeleceu uma narrativa sobre os acontecimentos a respeito da guerra estando inserida num contexto histórico-político complexo e em meio a uma ditadura militar no Paraguai da segunda metade do século passado. Naquele momento Efraím Cardozo ocupava uma posição de proeminência no cenário político, sobretudo, quando passou a escrever no Jornal *La Tribuna* em Assunção entre fevereiro de 1965 e março de 1970 a coluna *Hace 100 años*. Nela Efraím Cardozo tornou a História e a política elementos mais inteligíveis à população paraguaia que, naquela ocasião, cometesse a leitura do periódico.

Além disso, do ponto de vista deste trabalho, Efraím Cardozo foi um importante pesquisador e intelectual que construiu o seu pensamento e toda a sua produção historiográfica partindo a sua análise do interior do Prata e em direção à costa atlântica. Destarte, a sua produção lança-se do interior do Prata, indo ao encontro do que fora escrito sobre a guerra da Tríplice Aliança na Argentina e no Brasil. Ademais, o autor consolidou-se no Paraguai como diplomata, jurista, e professor e a sua experiência política e acadêmica, como exímio pesquisador, o tornaram um especialista em documentações de fronteira. Neste sentido, Efraím Cardozo tornou-se em nossa opinião um historiador “de fronteira”, e assim, um dos mais importantes autores que discutiram a História do Paraguai e, por conseguinte, da região da fronteira platina.

A respeito do campo político, é importante destacar que Efraím Cardozo foi membro do Partido Liberal no Paraguai, opositor ao Partido Colorado ao qual fazia parte o ditador Alfredo Stroessner, por esse motivo, foi perseguido. Ademais, conforme Soler e Quinteros (2017) eram considerados inimigos do regime e empurrados para o exílio, prisão e/ou perseguição liberais, febreristas, colorados dissidentes e ex-militares da Guerra do Chaco expulsos das forças armadas. Durante o governo autoritário de Alfredo Stroessner, Francisco Solano López, o segundo presidente constitucional do Paraguai que exerceu o seu cargo entre 1862 e 1870, foi uma figura de extremo culto e não caíam bem as críticas sobre a sua

memória, especialmente, sobre a sua atuação na guerra da Tríplice Aliança. Deste modo, a publicação das crônicas de Efraím Cardozo na passagem histórica do centenário da guerra, constituiu-se em um importante acontecimento político e cultural no Paraguai. Apesar disso, ao ler as entrelinhas das crônicas, percebem-se as inúmeras críticas do autor à ausência de estratégias militares e a deficiência de López para com o seu governo. Ao mesmo tempo, o autor destacou a violência e o autoritarismo cometido por López, tanto com os seus liderados, como também, com a sua família.

Isso significou um diferencial no revisionismo de Efraím Cardozo quando confrontado aos demais revisionistas paraguaios do seu período. Deste modo, ele se individualiza em relação às abordagens anteriores. Entretanto, as suas crônicas são publicadas no momento em que a região dos *Salto del Guairá* (Sete Quedas) está em litígio entre Paraguai e Brasil, e por este motivo, o autor correlaciona a problemática, entusiasmando o debate público dos leitores do *La Tribuna*. Neste sentido, Colmán (2016, p. 112) assevera que “[...] ao reforçar o mito da unidade nacional o projeto do jornal *La Tribuna* coincidiu com o projeto da ditadura”. Nesta circunstância, os liberais paraguaios se fortaleceram ao adotarem um discurso político alinhado com a conservação da soberania do país sobre os *Salto del Guairá* na fronteira com o Brasil. Neste sentido, a narrativa produzida por Efraím Cardozo, enquanto historiografia, esteve inclusa a um campo que pode-se designar como campo discursivo. Isto porque, o discurso, diligencia as relações sociais e políticas.

Assim, Antonio Quinet (2012, p. 32) assevera que o “[...] discurso instaura relações fundamentais e estáveis mediante o instrumento da linguagem no campo do gozo a partir de uma série de enunciados primordiais que determinam aquele laço social específico”. Resumidamente, para Quinet que estudou a obra do psicanalista Jacques Lacan, o discurso pode ser entendido como “laço social”. (QUINET, 2012). No entanto, entende-se que a narrativa (historiografia) mesmo correlacionada ao discurso pode romper com o elo que a atrela a um determinado grupo social (político), a fim de, tornar-se academicamente reflexiva. Logo, cabe observar que um discurso sempre será percebido como decorrência de uma narrativa, isto, tanto em textos literários, como historiográficos. Consideremos que isto foi o que Jacques Rancière chamou de “poética do saber”: “estudo do conjunto dos procedimentos literários pelos quais um discurso se subtrai da literatura, dá a si

mesmo um *status* de ciência e significa-o”. (RANCIÈRE, 2014, p. 12). O discurso deduzido de uma narrativa mais ampla pode transportar o intento de um determinado grupo social.

Nada obstante, entende-se neste andamento que o intuito de Efraím Cardozo ao manter a sua coluna no jornal *La Tribuna* não esteve relacionado unicamente ao cenário político do seu período, mas, também, foi o de dar continuidade a sua produção acadêmica e historiográfica a respeito do tema “guerra da Tríplice Aliança” iniciada em 1954 na obra *Vísperas de la Guerra del Paraguay* e em 1961 quando da publicação da obra *El Imperio del Brasil y el Río de la Plata: antecedentes y estallido de la guerra del Paraguay*, escrita no momento em que esteve exilado em Montevideu e publicada pela *Libreria del Plata* em Buenos Aires. Destarte, mesmo havendo um significado e um contexto político de legítimo litígio internacional para a publicação das crônicas no jornal e, mais tarde em formato de livro, existia também um desígnio acadêmico embasado em fontes documentais e em erudição historiográfica. E é por esse motivo que Efraím Cardozo pode ser percebido como um importante autor revisionista que apresentou sensibilidade e, sobretudo, criticidade ao interrogar o desempenho dos governos e da política nas décadas de 1860 e 1870 e, ao mesmo tempo, em seu próprio contexto histórico, o século XX. Assim, a propósito das causas da guerra da Tríplice Aliança Efraím Cardozo (1961, p. 8) destacou:

No la geografía, ni la economía, ni la raza dictan en 1864 y 1865 las decisiones supremas e irrevocables, sino pasiones, sentimientos e ideales, grandes o pequeños, de carácter social o individual: amor fanático a la independencia o la grandeza nacional, adhesión a doctrinas, o instituciones o banderías políticas, ansias de poder y dominación, sueños de gloria, cuidado de la honra, orgullo, vanidad, rencor, envidia, celos, suspicacias, cálculos, complejos de inferioridad o de superioridad, frustraciones, obsesiones persecutorias o genocidas, que acucian a los pueblos o a los hombres y los arrojan a la apocalíptica vorágine.

Efraím Cardozo foi um acadêmico profissional, entretanto, também foi um político e nesta trajetória foi membro do partido Liberal paraguaio. Além disso, as suas crônicas foram publicadas no jornal *La Tribuna*, outrora, fundado por um político liberal e ex-presidente do Paraguai, Eduardo Schaerer Vera y Aragón⁵⁴. Ao mesmo tempo, é importante ser destacado, que os liberais paraguaios foram

⁵⁴ Caazapá, 2 de dezembro de 1873 – Buenos Aires, 12 de novembro de 1941.

opositores da ditadura de Alfredo Stroessner, outro período sombrio da História do Paraguai que persistiu por 35 anos, entre 1954 e 1989.

Em 1954, Alfredo Stroessner ascendeu à presidência após uma quartelada que depôs Federico Cháves, mantendo-se no poder ininterruptamente até 1989 por meio de eleições fraudulentas. Seu governo desenvolveu uma estrutura repressiva – que perseguiu, torturou e exilou muitos opositores do regime – e um sistema clientelista que garantiu o apoio de setores civis e militares, criou leis que visavam impedir as críticas da imprensa e da população e permitiu que determinados partidos políticos participassem do processo eleitoral no país. (PEREIRA JÚNIOR, 2017, p. 1).

Assim, este capítulo encontra-se dividido em duas partes: Na primeira, apresenta-se de maneira concisa o papel dos liberais na resistência à ditadura no Paraguai e a importância do jornal *La Tribuna*, veículo notório aonde Efraím Cardozo escreveu as suas crônicas sobre a guerra. “*La Tribuna* foi o principal órgão da grande imprensa paraguaia até 1967, quando apareceu no mercado jornalístico o diário *ABC Color*, que apresentou um formato técnico moderno”. (PEREIRA JÚNIOR, 2017, p. 1). Na segunda, retoma-se a biografia do autor e examina-se a segunda edição da obra *Hace 100 años: Crónicas de la Guerra de 1864 – 1870*.

3.1 O jornal *La Tribuna*

Em trabalho titulado “Identidades em Confronto: Imagens do Brasil e do Paraguai nos jornais *O Estado de São Paulo* e *La Tribuna* durante o caso dos Saltos Sete Quedas/Guairá (1963/1966)” Emilio Alapanian Colmán (2016) apresentou a mobilização nacional da imprensa paraguaia no âmbito do jornal *La Tribuna* em defesa dos Saltos do Guairá. Sobre o acenado conflito diplomático, Colmán (2016, p. 112) explica que:

[...] a contenda ocorreu quando a ditadura de Stroessner ainda se consolidava. Assim, a imagem do vizinho “agressor” [Brasil], contribuiu para a reinterpretação da própria nacionalidade, já que a mobilização em defesa dos direitos sobre a energia elétrica que seria produzida permitiu delinear uma determinada identidade paraguaia, o que fortaleceu o próprio regime. Por isso ao reforçar o mito da unidade nacional o projeto do jornal *La Tribuna* coincidiu com o projeto da ditadura.

Apesar disso, a relação do jornal *La Tribuna* com a ditadura de Alfredo Stroessner no Paraguai continuou inconstante, porquanto, mesmo que o jornal realizasse a cobertura das questões diplomáticas entre Paraguai e Brasil e

agenciasse certo nacionalismo em determinadas publicações, por exemplo, sobressaindo “[...] os esforços do governo em buscar o diálogo e um acordo com o Brasil, abrandando, assim, a sua crítica à ditadura, garantindo a existência do jornal” (COLMÁN, 2016, p. 12), a redação do *La Tribuna* indicava suavizar, mas não abdicar da sua criticidade. Deste modo, os liberais naquele momento pressionados pelo autoritarismo do regime ditatorial adotaram, naquele periódico, medidas restritivas na publicação das ideias, a fim de continuarem ativos e não serem inteiramente silenciados por Stroessner. Assim sendo, Colmán (2016, p. 118) observa que: “Em suma, *La Tribuna* atendia ao que Stroessner impunha, distanciava-se do Partido Liberal, ao qual devia sua origem, mas garantia a própria existência”.

O jornal *La Tribuna*⁵⁵ foi fundado em 31 de dezembro de 1925 por Eduardo Schaerer e aliados do Partido Liberal. Todavia, é importante destacar-se que na década de 1940, a maioria dos jornais impressos paraguaios tornaram-se autônomos em relação aos partidos políticos (PEREIRA JÚNIOR, 2017 apud. ORUÉ POZZO, 2007). Mas, mesmo sendo autônomos, os jornais impressos daquele período nunca abdicaram do escopo de formar, de modo expressivo, a opinião pública no Paraguai. Ademais, em sua continuidade, o *La Tribuna* esteve presidido por Arturo Schaerer, o herdeiro de Eduardo Schaerer. Assim, em 1953, o periódico recebeu o prêmio “Maria Moors Cabot”, honra concedida pela Universidade de Columbia, Nova Iorque. Este prêmio referia-se à defesa da liberdade de imprensa nas Américas, sendo extremamente importante naquele momento histórico. Evidenciava-se, por conseguinte, a tentativa do periódico de equilibrar-se entre a crítica e a tensão da ditadura militar. Mas, seria a guerra da Tríplice Aliança o mais desumano acontecimento da História paraguaia e que seria problematizado, a fim de, causar naquele momento intensas ponderações na esfera pública a respeito dos arrolamentos políticos e econômicos do Paraguai com o Brasil e a instrumentalização da História, principalmente, dos mitos políticos e suas representações nas governanças dos Estados-Nações, aqui aludidos.

Nada obstante, em 1964, cem anos após o início da mais extensa guerra da fronteira platina, divergia a opinião pública paraguaia a respeito da tensão diplomática com o Brasil sobre a região dos Saltos do Guairá. Por conseguinte, na

⁵⁵ O jornal *La Tribuna* foi aberto no ano de 1925 e, após sucessivas crises, definitivamente fechado no ano de 1983.

medida em que a pauta da imprensa paraguaia passou a ser a soberania nacional, o jornal *La Tribuna* foi modificando o seu tom. Destarte, em relação a 1964, Colmán (2016, p. 125) esclarece que: “Nesse sentido, *La Tribuna* passou, ao longo do ano, a utilizar o passado para legitimar a imagem de um Paraguai “unido” contra um poderoso vizinho agressor”. Neste sentido, começa a afastar-se, outra vez, do governo situacionista exercido pelos colorados relacionando-se com a crítica de Efraím Cardozo a Solano López, que teve a sua imagem vinculada e instrumentalizada pelo ditador Alfredo Stroessner.

Ademais, a partir de 1964, buscava-se no Paraguai a promoção de uma grande mobilização política da sociedade e em torno de uma única identidade nacional, negando-se, portanto, importantes elementos históricos. Neste sentido, Colmán (2016, p. 127) comenta que:

La Tribuna, ao publicar o trabalho de Ayala Queirolo, fortaleceu os elos entre as gerações em um momento em que a identidade paraguaia era mobilizada em defesa de direitos nacionais. O conflito entre os guaranis e os espanhóis, além da violência colonial, no entanto, desapareceram na narrativa. Um aspecto da identidade nacional é justamente a suspensão de confrontos e diferenças internas à nação, “a supressão, forçada da diferença cultural”, buscando construir uma homogeneidade cultural e política, o mito da unidade nacional começava a ser forjado na cobertura do caso dos Saltos pelo *La Tribuna*. Ayala Queirolo passou, então, a apresentar o conflito da segunda metade do século XX como continuidade ao expansionismo português: “o bandeirismo ofensivo”. Descreveu a violência da expedição de Antônio Raposo Tavares (1598 – 1648) que deixou “a florescente cristandade de Guairá mortalmente ferida”. De acordo com o artigo, o confronto do “paraguaio” era já nos séculos XVII e XVIII com o português que sempre garantia as suas pretensões na guerra ou na diplomacia.

De outro modo, entre 1º de fevereiro de 1965 e 1º de março de 1970, Efraím Cardozo que antes já havia produzido uma gama significativa de artigos e livros sobre a História paraguaia, passou a escrever no jornal *La Tribuna* a coluna “*Hace 100 años*”. Antes, em 1964, o autor já havia inclusive protagonizado neste mesmo periódico a coluna intitulada “*Hoy en nuestra historia*”, todavia, o editorial era cauteloso frente ao regime. “Cardozo, no entanto, não assinava suas colunas. O periódico indicava, assim, o limite no espaço concedido ao dirigente liberal em um jornal que se submetia ao discurso oficial”. (COLMÁN, 2016, p. 158). Aliás, a subordinação que era estabelecida a força e toda a forma de censura imposta ao

jornal, eram cautelosamente combatidas pela construção historiográfica de Efraím Cardozo.

Figura 3 – Sede do jornal *La Tribuna* em 31 de dezembro de 1965.



Fonte: Colmán (2016).

Deste modo, é possível perceber na narrativa empreendida por Efraím Cardozo em *“Hace 100 años”*, o escopo de conflagrar o sentimento nacionalista da sociedade paraguaia a respeito do litígio fronteiriço que ocorria com o Brasil no caso dos Saltos do Guairá e debater as incursões dos brasileiros em território nacional paraguaio desde o final do século XIX. Apesar disso, é preciso examinar, até que ponto Efraím Cardozo deixava de criticar a ditadura de Alfredo Strossner e, do mesmo modo, a instrumentalização da figura de Francisco Solano López pelo regime ditatorial desempenhado por Strossner. Pois, ao ler-se na sequência as obras *El Imperio del Brasil y el Rio de la Plata: antecedentes y estalido de la Guerra del Paraguay* e a já referida obra *Hace 100 años: Crónicas de la Guerra de 1864 – 1870*, é perceptível que a análise de Efraím Cardozo em relação aos líderes e as formas como estes conduziram a diplomacia em seus governos foi crítica. Assim, é apropriado ressaltar que o autor ao deferir no calor do momento as suas críticas ao governo exercido por Francisco Solano López no século XIX, ao mesmo tempo referia-se à conduta política de Alfredo Stroessner, uma vez que, este invocou simbolicamente o mito de López. Por esse motivo, logo em 1966, Efraím Cardozo tornou-se um preso político do regime ditatorial.

Em janeiro de 1966, o ministro do Interior, Edgar Ynsfrán ordenou a prisão das principais lideranças do Partido Liberal, entre elas Efraím Cardozo. *La Tribuna*, entretanto, continuou publicando *Hace Cien Años* normalmente, evitando veicular que o autor da matéria estava atrás das grades da ditadura. O jornal de Arturo Schaerer não denunciou a prisão dos dirigentes liberais, como tampouco fez com que a repressão aos protestos estudantis. As notícias circularam apenas nos pequenos jornais da oposição. (COLMÁN, 2016, p. 162).

Mesmo não denunciando as prisões e as agressões contra os liberais o jornal *La Tribuna* conservava a coluna *Hace 100 años*. Assim sendo, neste mesmo período Efraím Cardozo filiou-se ao Partido Liberal Radical, já que, “devido aos conflitos internos, membros do Partido Liberal retiraram-se dessa agremiação e criaram, em 1966, o Partido Liberal Radical (PLR), reconhecido no ano seguinte pelo governo”. (ABENTE, 1996, p. 256 *apud* PEREIRA JÚNIOR, 2017, p. 3).

Ademais, é importante entender-se que havia “um” Efraím Cardozo liberal e comprometido a escrever de maneira simples com o intuito refletir sobre a relação da guerra da Tríplice Aliança com a História que o Paraguai atravessa naquele momento e, principalmente, tornar o conhecimento histórico e os seus julgamentos públicos e acessíveis.

A fim de, fomentar ainda mais, a discussão política e histórica no Paraguai. Mas, também existia “um” Efraím Cardozo historiador e absolutamente embasado em documentação de fronteira e que amarrava a sua obra *Hace 100 años* naquelas que havia publicado anteriormente e que possuem um viés acadêmico. De tal modo, é importante destacar que não necessariamente deve-se colocar o autor dentro de uma “escola historiográfica” de cunho liberal, embora o autor tivesse sido membro do partido, mas, deve-se entendê-lo como um historiador revisionista que determinou importantes e diferentes pontos de observação crítica a respeito da guerra da Tríplice Aliança e, ainda, embasou-se num amplo conjunto de fontes históricas primárias.

3.2 A obra *Hace 100 años: crónicas de la guerra de 1864-1870* de Efraím Cardozo e o revisionismo histórico

Efraím Cardozo desenvolveu uma nova historiografia sobre a guerra da Tríplice Aliança, embora, seus escritos a respeito do assunto tenham sido publicados tão-somente a partir da década de 1960. Naquele momento, o autor

encontrava-se imerso nas hodiernas questionas políticas e fronteiriças em que se envolvera o Paraguai e adentro a um panorama de autoritarismo e ditadura, onde teceu importantes reflexões. Apesar disso, ainda é um autor pouco ou nada explorado no Brasil e suas principais obras que versam sobre a guerra da Tríplice Aliança: *El Imperio del Brasil y el Río de la Plata: antecedentes y estalido de la Guerra del Paraguay* (1961) e a já referida *Hace 100 años: Crónicas de la Guerra de 1864 – 1870* não possuem edições publicadas com tradução para a língua portuguesa.

Efraím Cardozo⁵⁶ nasceu na cidade de Villarrica, Paraguai, em 16 de outubro de 1906 e faleceu em Assunção em 10 de abril de 1973. Em 1932, doutorou-se em Direito e Ciências Sociais pela Universidade Nacional de Assunção com a tese intitulada *El Chaco en el Virreinato del Río de la Plata*. De acordo com Corbo, “obra en la que evidencia una de sus principales preocupaciones histórico-políticas, relacionadas con la crítica situación que se vivía entre Paraguay y Bolívia”. (CORBO, 2012, p. 16).

Desempenhou numerosos ofícios ao Estado paraguaio, sendo secretário da Presidência da República do Paraguai entre 1928 e 1932; realizado representação diplomática no Rio de Janeiro em 1933; sendo membro da Comissão Nacional de Limites entre 1933 e 1936; e mediação diplomática que levou à assinatura do Tratado de Paz entre Paraguai e Bolívia em 12 de junho de 1935; conselheiro e secretário geral da delegação do Paraguai na Conferência de Paz do Chaco entre 1935 e 1936; delegado do Paraguai na Conferência de Paz do Chaco entre 1937 e 1938; delegado do Paraguai perante o Colégio de Arbitragem do Chaco em 1938; Deputado Federal no Paraguai entre 1938 e 1939; cumprido representação diplomática em Buenos Aires em 1940; e sendo Senador no Paraguai entre 1968 e 1973. Durante o mandato presidencial de José Félix Estigarribia (1939 – 1940) comandante do exército paraguaio durante a invasão do exército boliviano, Efraím Cardozo ocupou o Ministério da Justiça, Culto e Instrução Pública. Apesar disso, após a morte de Estigarribia, deixou o Paraguai e se estabeleceu em Buenos Aires onde escreveu para os jornais *La Nación*, *La Prensa* e *La Razón*.

⁵⁶ A síntese biográfica de Efraím Cardozo foi elaborada, sobretudo, a partir de materiais e relatos concedidos via e-mail, pelo Sr. José María Cardozo Saguier, filho do autor.

Neste sentido, é importante destacar mais uma vez, o extenso e sucessivo arrolamento de Efraím Cardozo com os jornais, escrevendo, sobretudo, sobre História e Política.

Ainda, como diplomata, Efraím Cardozo participou das negociações do Tratado de Paz, Amizade e Limites que estabeleceu um acordo de paz entre Paraguai e Bolívia e pôs fim a um conflito secular entre os dois países em 21 de julho de 1938. Integrou a Comissão Nacional de Limites e na Guerra do Chaco (1932 – 1935) “*desempeñó um rol fundamental en las negociaciones que permitieron el fin de las hostilidades y el establecimiento definitivo de los límites entre los países*”. (CORBO, 2012, p. 16). Além disso, teve importante participação na conjuntura do Tratado de Buenos Aires de 1938, acordo que impôs os limites geopolíticos entre as Repúblicas do Paraguai e Argentina e integrou o grupo militante que em 1940 tornou-se nacionalista, acompanhando ao General Estigarribia, então presidente do Paraguai entre 1939 e 1940. Sobre a guerra do Chaco, momento de crescente nacionalismo, Soler e Quinteros (2017, p. 72) asseveram que ela

[...] converteu-se em provedora indiscutida de legitimidade política para quem tivesse pretensões de governar o Paraguai nos seguintes anos. As profundas mudanças na relação entre o Estado e a sociedade civil, como a participação das Forças Armadas converteram o nacionalismo em um elemento gravitante do sistema político que nem o próprio Partido Liberal, que esteve no poder durante a guerra, conseguiu evitar. A instabilidade política advinda após o fim da guerra com a Bolívia, que teve seu ponto mais intenso na Guerra Civil de 1947, foi tão grave ou mais intensa que a que seguiu o pós 1870, quando do término da Guerra contra a Tríplice Aliança.

Figura 4 – Efraím Cardozo en la guerra del Chaco, 1932.



Fonte: Arquivo pessoal de José María Cardozo Saguier.

Efraím Cardozo foi membro do primeiro Partido Liberal do Paraguai, ocupando a sua presidência, entre 1970 e 1972. Destaca-se que o atual Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA) foi fundado de modo clandestino por Domingo Laíno em 1978 e descende do antigo Partido Liberal fundado em 1887. No mesmo ano, em 11 de setembro de 1887, foi fundado o Partido Colorado. Destarte, o desenvolvimento destes partidos políticos estabeleceu importantes modificações governamentais que foram significativas na História política paraguaia desde a segunda metade do século XIX.

No entanto, em consequência do seu posicionamento político o autor foi perseguido, preso e entre os anos de 1936 e 1962, exilou-se por oito vezes. Em sete dos seus exílios, Efraím Cardozo residiu na cidade de Buenos Aires e durante o último, residiu na cidade de Montevidéo, no Uruguai. Como Jornalista foi editor, secretário de redação e diretor, sucessivamente, de *El Liberal* de Assunção (1925 – 1936); editor do *La Razón* de Buenos Aires (1936 – 1937 e 1942 – 1953); colaborador dos jornais *La Nación* e *la Prensa* de Buenos Aires; e editor permanente de temas históricos do jornal *La Tribuna* de Assunção (1964 – 1973) escrevendo por um ano a seção *Hoy en nuestra historia* em que destacou acontecimentos que marcaram a História paraguaia. Entre 1º de fevereiro de 1965 e 1º de março de 1970, publicou a coluna *Hace 100 años* onde diariamente, narrou episódios da

guerra da Tríplice Aliança. Foi diretor do jornal *El Radical* e colaborador da *ABC Color*. Militante do Partido Liberal, “Entre 1951 y el 53, nuevamente exiliado, participará de la redacción de ‘Heraldo’, vocero del Partido Liberal, dirigido por José P. Guggiari, hoja que por ese tiempo entra clandestinamente en el país y cuya distribución significa riesgo cierto para quienes participan de ella”. (VELÁZQUEZ, 1987, n.p).

No contexto acadêmico Efraím Cardozo exerceu a docência no ensino superior na Universidade Nacional (Paraguai) e na Universidade Católica de Assunção. Na Espanha, ministrou o curso de História paraguaia na Escola de Estudos Superiores Hispano-americanos de Sevilha. Comprometido com questões políticas, expressou o interesse pela História política do Paraguai em diversas obras e recebeu em 1961, em Montevideu, Uruguai, o *Premio Alberdi-Sarmiento* pelo jornal argentino *La Prensa*. Ademais, a lista de obras sobre a História do Paraguai e Rio da Prata publicadas pelo autor é ampla, destacam-se: *El Chaco y los Virreyes* (1934); *Paraguay Independiente* (1949); *Vísperas de la Guerra del Paraguay* (1954); *23 de Octubre: Una página de Historia contemporánea del Paraguay* (1956); *Historiografía paraguaya* (1959); *El Paraguay colonial* (1959); *El Imperio del Brasil y el Río de la Plata* (1961); *Historia cultural del Paraguay* (1963); *Los derechos del Paraguay sobre los Saltos del Guairá* (1965); *Breve Historia del Paraguay* (1965); *La Liebig's en el Paraguay* (1965); *Efemérides de la Historia del Paraguay* (1967); e *El Paraguay de la conquista* (1973), esta obra, publicada somente em 1996. No conjunto, a historiografia produzida por Efraím Cardozo discorre sobre o Paraguai e sua relação com a política rio-platense dos séculos XIX e XX, um sucessivo e complexo enredo histórico que segue desdobrando-se hodiernamente.

Figura 5 – Efraím Cardozo, retrato de 1949.



Fonte: Arquivo pessoal de José María Cardozo Saguier.

Na obra *Hace 100 años: Crónicas de la Guerra de 1864 – 1870*, publicada no formato crônicas na coluna diária do jornal *La Tribuna* entre 1965 e 1970 com o título *Hace 100 años* e posteriormente reunida em uma coleção de treze tomos com ilustrações e explicações sobre os acontecimentos diários da guerra publicados entre 1967 e 1982, com segunda edição reunida em quatro volumes e contendo os trezes tomos em 2010, o autor realizou uma extensa e cuidadosa “descrição” dos principais fatos que marcaram a guerra. Esta historiografia não deixou de ampliar uma crítica revisionista aos aliados na guerra contra o Paraguai e, de maneira especial, à política desenvolvida pelo Império do Brasil na fronteira platina. No entanto, Efraím Cardozo criticou igualmente as contínuas falhas de Francisco Solano López e seu governo durante o conflito armado e sua frágil diplomacia, porquanto, o líder paraguaio esteve arrolado simbolicamente ao largo governo do General Alfredo Stroessner que empregava imagetivamente a figura do *Mariscal López* em seu governo autoritário. Stroessner “recriou os heróis nacionais e lhes outorgou um forte arraigo popular [...]”. (SOLER; QUINTEROS, 2017, p. 88). Sobre o regime e sobre o Paraguai, Soler e Quinteros (2017, p. 68) também esclarecem:

Localizado no “coração da América do Sul”, equidistante das capitais das nações vizinhas, o país mediterrâneo representou a estabilidade na região durante a segunda metade do século XX. A longevidade do regime de Alfredo Stroessner (1954-1989) se explica por inúmeros fatores. O historiador inglês Andrew Nickson (2014) enumerou cinco: uma fachada democrática, um eficiente sistema repressivo, a corrupção institucionalizada, o uso de uma ideologia nacionalista e o apoio norteamericano. Outros autores, como Neri Farina (s/d), salientam o poder da aliança entre exército/partido/governo. Porém, alguns pesquisadores tem se questionado se estes elementos são característicos apenas do stonismo.

Noutro contexto, o da segunda metade do século XX, o Brasil criticado pelo autor liberal, também apoiava a ditadura militar stonista do Paraguai. De tal modo, a obra *Hace 100 años: Crónicas de la Guerra de 1864 – 1870* tratou-se de uma extensa publicação revisionista que exerceu em sua narrativa uma crítica a política do Império do Brasil no Prata e a defesa histórica do povo e das forças paraguaias, transformando ambos em heróis pela resistência e patriotismo. Isso tudo, independentemente dos acertos ou desacertos políticos de Solano López, claramente criticado pelo autor.

Efraím Cardozo disparou críticas à López, um herói fabricado pela também historiografia revisionista e consolidado pela ditadura stonista do Paraguai. Contudo, as críticas não desferiram infama a sociedade paraguaia. O autor preocupou-se em construir uma narrativa cronológica sobre a guerra tendo como base documentos históricos e opiniões publicadas nos periódicos da época. Uma de suas fontes, embora contraditória a sua disposição político-ideológica, foi o jornal *Semanario*, responsável por publicar em Assunção os posicionamentos ultraconservadores de Carlos Antonio López, e depois, de Francisco Solano López, convertendo-se, assim, no jornal oficial do governo paraguaio durante a guerra da Tríplice Aliança. Cardozo incorpora essa visão tradicional da mídia oficial do governo a sua construção épica da trajetória paraguaia na guerra. Ainda que, suas crônicas não coloquem em evidência a figura do *Mariscal López*. Citado pelo autor, o jornal *Semanario* destacou em 1866 a gloriosa presença paraguaia no rio Paraná.

Nuestros vapores y nuestras canoas ostentan el paño tricolor sobre las aguas del Paraguay y Paraná, y el enemigo por más superior que fuese su poder fluvial en número, no se atreve a seguirlos. ¿Por qué procede así la Triple Alianza? La verdad es que el valor y demás virtudes que han

probado en nuestros soldados son desconocidos en los hombres armados de las potencias aliadas. El juicio está formado con estos antecedentes y el reciente suceso de que hasta nuestras débiles canoas dominan el río Paraná y a despecho de los vapores de guerra de la Triple Alianza son señores del anchuroso río, con soldados cuyo valor y decisión les llevan en busca del enemigo en sus propios atrincheramientos, que después de tantos humos de guerrero y de valiente viene a clavarse en la otra banda de aquel río y no pretende afrontarnos en justa lid. La Triple Alianza no puede vencer al Paraguay. (CARDOZO, 2010a, p. 303).

Para Cardozo, López tinha instintos sanguinários. Conforme o autor, “*así como los brasileños ponían inaudita ferocidad en sus acciones militares, así también López, enloquecido por la derrota, ya no refrenó sus instintos sanguinarios*”. (CARDOZO, 1965, p. 107). Após a primeira fase da guerra, o Paraguai produziu uma cartilha que deveria ser entregue aos soldados, camponeses e cidadãos alfabetizados em espanhol ou guarani que realizavam, naquele momento, a defesa militar do Paraguai com instruções a respeito da possível invasão do território pelo exército inimigo.

Conforme Cardozo, em 1º de março de 1866 trinta mil paraguaios esperavam entrincheirados no vasto campo do *Paso de la Patria* o momento supremo de medir forças com o inimigo, muito superior em número e recursos. Assim sendo, nos momentos de repouso, a cargo dos oficiais do exército, lia-se e discutia-se o texto do documento intitulado *Para el soldado y el ciudadano paraguayo em las emergencias de la guerra: vencer o morir*. (2010a). O documento apresentava a guerra como uma “causa santa” para todos os paraguaios. Leia-se:

Grande y santa es la causa que ha puesto las armas en nuestras manos: grande, porque su defensa vale la defensa de los más altos principios americanos, de la nacionalidad, de la raza, y del gran porvenir que espera a los países libres que pueblan los hispanoamericanos; santa porque luchamos por hacer respetar el código de las naciones, los preceptos del derecho; porque no queremos consentir que se atente contra nuestra independencia ni se insulte nuestra dignidad. [...] Cada soldado, cada ciudadano lleve, pues, inscrito en su corazón este lema: “VENCER O MORIR”. (CARDOZO, 2010a, p. 307).

Em seguida das transcrições dos trechos que enalteciam o patriotismo e a importância da resistência dos “bravos paraguaios” que deveriam lutar pela “causa santa” da guerra e “vencer ou morrer” no campo de batalha, Cardozo encerrou a exposição mencionando que o autor daquele documento era o próprio *Mariscal*, deste modo, de forma irônica, conclui: “*Cuatro años después habría de cumplir el*

sagrado juramento”. (CARDOZO, 2010a, p. 307). Referindo-se a morte do governante paraguaio em 1º de março de 1870. De tal modo, seguem nas entrelinhas as críticas de Efraím Cardozo à figura de Solano Lopez visivelmente dessemelhante a apologia ao “lopizmo” desenvolvida por Juan E. O’Leary e ao que fora concretizado na política stronista, no poder durante o período das publicações de Cardozo.

Por tanto, se a figura de Solano López era factível de ser imortalizada, igualmente poderia acontecer com a figura de Stroessner que, independentemente de sua longa vida, fez de tudo para formar parte do Panteão. Mas, a prática de se auto imortalizar dando seu nome a um bairro, um distrito ou um aeroporto; construindo monumentos em honor a si mesmo que o equiparavam ao grande prócer López e incluindo seu aniversário no calendário oficial, teria que afrontar ainda o processo de transição para a democracia e a sua desoladora morte em Brasília. Se a nível nacional, Stroessner procurava se erigir como o herdeiro natural dos López, a nível internacional tentou, do modo sistemático, se converter no principal referente sul-americano do anticomunismo hemisférico. Neste sentido, muitas foram as operações simbólicas que conciliavam o lopismo com os discursos de paz, amizade e liberdade dominantes no clima da Guerra Fria Cultural. (SOLER; QUINTEROS, p.95).

Anteriormente aos tomos, as crônicas de Cardozo haviam sido publicadas diariamente no jornal *La Tribuna* de Assunção em uma seção denominada *Hace 100 años* entre 01 de fevereiro de 1965 e 1º de março de 1970. O jornal *La Tribuna*, “teve a função de ser porta-voz da ala conservadora do Partido Liberal” (POZZO et. al., 2016, p. 157) ainda levando-se em consideração que os liberais eram oposição ao Partido Colorado do General Stroessner.

Figura 6 – Efraím Cardozo en su banca del Senado, 1972.



Fonte: Arquivo pessoal de José María Cardozo Saguier.

Conforme o que referido antes, o jornal *La Tribuna* foi fundado em 31 de dezembro de 1925 pelo ex-presidente Eduardo Schaerer que governou o Paraguai entre 1912 e 1916. Em 1941, após a sua morte, assumiu o jornal o seu filho Arturo Schaerer. Contudo, em 1978 o jornal tornou-se propriedade do advogado Oscar Paciello, na época membro do partido Colorado do Paraguai. Os liberais, grupo político ao qual pertencia Efraím Cardozo, sempre haviam sido opositores ao autoritarismo e, portanto, encontravam-se isolados e enfraquecidos durante o regime ditatorial instaurado por Stroessner em 1954, e que perdurou até 1989. Portanto, por motivos políticos, os liberais foram obrigados a mostrarem-se patriotas, pois eram acusados de traidores da pátria, “legionários” e criminosos políticos.

Cabe aqui uma breve nota sobre o conceito de Liberalismo. Em primeiro lugar é importante destacar que não há clareza semântica para o conceito de Liberalismo, ou seja, com o passar do tempo o conceito recebeu diferentes significados. Quiçá, as revoltas protestantes do século XVI já denotassem um

sentido liberal na Europa, isto no que se refere à ideia de liberdade religiosa. Entretanto, o Liberalismo nasceu no continente europeu em meados do século XVII em oposição ao Absolutismo e, deste modo, estabeleceu no campo político-jurídico a construção do Estado de Direito e dos pilares da democracia liberal. Deste modo, Silva (2009, p. 258) destaca que “o liberalismo político, por sua vez, emergiu como uma nova forma de organizar o poder, contrária ao Absolutismo”. John Locke foi o primeiro filósofo a discutir o liberalismo político, sendo que, em seu pensamento, o governo deveria preservar os direitos dos cidadãos, incluindo o direito à liberdade, o direito à vida e o direito à propriedade. Em vista disso, o Liberalismo Político opôs-se ao Absolutismo exercido no âmbito das Monarquias Nacionais da Europa, discutindo sobre a legitimidade de governos que não assegurassem os direitos do povo.

Mais tarde, ao final do século XVIII, arrolou-se de maneira pragmática ao Liberalismo Político a doutrina da tripartição dos poderes do Estado do pensador iluminista Charles-Louis de Secondat, aristocrata e barão de La Brède e de Montesquieu – duas comunas francesas – e mais conhecido como “Montesquieu”. Assim, mais tarde, o Poder Legislativo tornou-se o representante dos anseios do povo, comprometendo-se com a elaboração das leis; O Poder Executivo, destinado a cumprir as leis do Estado e administrá-lo; E, por fim, o Poder Judiciário encarregado pela interpretação das leis e o julgamento dos crimes perpetrados na sociedade. O direito à liberdade é o principal fundamento liberal, conseqüentemente, no campo político haverá a diversidade de opiniões e ideologias. Todas garantidas pelo exercício da plena democracia. Dessa forma, o modelo político-ideológico seguido atualmente pelos adeptos do liberalismo, em linhas gerais, também é múltiplo. Adotando outra visão conexas ao século das luzes, Silva (2009, p. 259) aponta que:

O liberalismo de inspiração rousseauiana, no entanto, teve cunho mais democrático, na medida em que afirmava que a soberania deveria obedecer a um contrato social e estar submetida à *vontade geral*, algo próximo ao bem comum, sob pena de se autodestruir. Esse liberalismo inspirou movimentos revoltosos por diversas áreas de influência europeia, como as independências da América Latina no século XIX.

Em última análise, deve-se evitar uma comparação entre o Liberalismo Político e o Liberalismo Econômico. Sendo que, o primeiro defende a liberdade política e a democracia, onde as deliberações são coletivas. Já o segundo modelo,

defende a liberdade econômica onde as decisões não são essencialmente coletivas, uma vez que, o Estado, instrumento de administração pública, não deve intervir na economia. “Economicamente, o liberalismo é uma teoria capitalista, que defende a livre-iniciativa e a ausência de interferências do Estado no mercado.” (SILVA, 2009, p. 258). Portanto, as interpretações sobre o conceito de Liberalismo acendem múltiplas discussões contemporâneas.

Ademais, na obra “A inclusão do outro”, uma extensa produção que reúne importantes ensaios de Filosofia política de Jürgen Habermas, o referido autor discute a política liberal e seu arrolamento com a democracia e a República levantando o que para ele seriam três modelos de política: liberal, republicana e deliberativa. Nesta alçada, sobre o modelo de política liberal Habermas (2018, p. 397) expõe que: “[...] o processo democrático cumpre a tarefa de programar o Estado no interesse da sociedade, em que o Estado é representado como aparato da administração pública e a sociedade como sistema estruturado em termos de economia de mercado [...]”. Contudo, esta visão estaria mais voltada à instrumentalização da política, a fim de, garantir os interesses de classes sociais hegemônicas e “impor os interesses sociais privados ao aparato do Estado especializado no uso administrativo do poder político para fins coletivos”. (HABERMAS, 2018, p. 398).

De outra maneira, sobre o exercício de uma política de modelo republicana, Habermas (2018, p. 398) destaca que “[...] a política não se esgota nessa função de mediação”. Ou seja, de interposição – privado e Estado – segundo Habermas (2018, p.398) a política republicana “[...] é muito mais um elemento constitutivo para o processo de socialização como um todo”. Do mesmo modo, determinando a constituição de um significado político para a prática dialógica na esfera pública. Portanto, a esfera pública e a sociedade civil devem garantir à prática de entendimento dos cidadãos, sua força de integração e autonomia. (HABERMAS, 2018). Não obstante, o Estado adquire um valor essencial, ele precisa prover os direitos. Portanto, “[...] os direitos de cidadania, que são, sobretudo, direitos de participação e comunicação políticas, são liberdades positivas”. (HABERMAS, 2018, p. 400). Já o terceiro modelo de política proposto pelo autor seria pautado no exercício do diálogo e da democracia. Ele “[...] se apoia justamente nas condições de comunicação sob as quais o processo político pode ter a seu favor a suposição

de produzir resultados racionais, por ser realizado de modo deliberativo em toda a sua amplitude” (HABERMAS, 2018, p. 409) – uma democracia deliberativa.

Mas, para ir direto ao ponto, pode-se assinalar que a principal característica do Partido Liberal paraguaio no período de oposição a ditadura stronista anticomunista, assim como, foram as demais ditaduras instauradas na América Meridional naquele contexto – Guerra Fria – foi a defesa da democracia. Deste modo, explanou-se brevemente sobre o conceito de Liberalismo com o intento de explicar-se melhor o teor político-ideológico do Partido Liberal fundado em 10 de julho de 1887 por trabalhadores e intelectuais paraguaios, chamado inicialmente de Centro Democrático. Contudo, o que o Liberalismo representa arrola-se ao contexto histórico e aos interesses de grupos ou classes sociais que o empregam como uma narrativa. Deste modo, no Paraguai stronista os liberais opuseram-se a um regime político de extrema direita, logo, peculiar em um período caracterizado pela intensa polarização político-ideológica. Desde o final da primeira metade do século XX:

À medida que o círculo de liberdade se expandia, a narrativa liberal veio a reconhecer também a importância dos programas de bem-estar social no estilo comunista. A liberdade não vale muito se não vier acompanhada de algum tipo de rede de segurança social. Estados social-democratas de bem-estar social combinaram democracia e direitos-humanos com serviços de educação e saúde bancados pelos governos. (HARARI, 2018, p. 30).

Na década de 1960, Cardozo escreveu um pequeno livro sobre a soberania paraguaia dos Saltos de Guairá, recebendo severas críticas dos partidários colorados apoiadores de Stroessner. Também neste contexto, Cardozo publicou as suas crônicas sobre a guerra e disparou cuidadosas críticas a imagem de Solano López, entretanto, enaltecendo o empenho sobre-humano do exército e de todo o povo paraguaio durante a guerra. Ao ler-se a obra *Hace 100 años*, percebe-se que para Cardozo, o chefe do exército paraguaio não apresentava estratégias militares seguras contra os aliados, contudo, após narrar a Batalha do Riachuelo, um grande erro tático paraguaio, Cardozo escreveu:

Pero al final, la neta superioridad del armamento naval brasileño sobre la escuadra paraguaya, constituida, en su casi totalidad, por barcos mercantes de madera, inapropiados para acción de guerra, impidió que la escuadra paraguaya recogiera los frutos de la victoria. De todos modos se escribió la página más gloriosa de la armada paraguaya. (2010a, p. 132).

No período de Stroessner, Solano López era uma figura cultuada no Paraguai, e não caíam bem quaisquer críticas sobre os seus malogros na guerra da Tríplice Aliança. O Partido Liberal realizava oposição ao Partido Colorado do ditador, assim, por este motivo, Efraím Cardozo foi perseguido. De tal modo, ao publicar a obra *“Hace 100 años”*, o autor foi muito cuidadoso em sua apresentação dos fatos. Depois de relatar a batalha do Riachuelo, disse ter sido a página mais gloriosa da armada paraguaia (CARDOZO, 2010a). A publicação das suas crônicas diárias sobre a guerra produziu o pensamento que López não tinha uma estratégia militar que lhe garantisse a soberania sobre os rios da bacia do Prata e a diplomacia. Não obstante, na obra *“El Imperio del Brasil y el Rio de la Plata”*, asseverou, embasado nos discursos do congresso brasileiro, que o Império do Brasil apresentava um escopo bem definido em empreender contra o Paraguai (CARDOZO, 1961).

Todavia, em 1864, dois acontecimentos desencadearam o aumento das instabilidades políticas entre Brasil e Paraguai. Primeiro, a aliança entre o Império do Brasil e o Partido Colorado no Uruguai, intensificada em 10 de agosto do mesmo ano quando o conselheiro Saraiva, declarou represálias ao governo de Aguirre no Uruguai. Atitudes que decorreram no cerco à *Paysandú* em 3 de dezembro e no primeiro ataque à cidade em 6 de dezembro daquele ano. Outro acontecimento foi a captura do vapor Marquês de Olinda nas águas do rio Paraguai quando este transportava o Coronel Frederico Carneiro de Campos, presidente designado à província de Mato Grosso em 12 de novembro de 1864. Mais tarde, *Paysandú* foi tomada pela aliança brasileiro-colorada, após o segundo ataque em 2 de janeiro de 1865.

No tomo I da obra *Hace 100 años: crónicas de la guerra de 1864 – 1870*, Efraím Cardozo iniciou o texto expondo as deliberações políticas do Paraguai que não consentiu a invasão do Império do Brasil no Uruguai em 1864. Cardozo asseverou:

El 30 de Agosto de 1864, el Paraguay adoptó una transcendental actitud que iba a tener vastas y dramáticas repercusiones en la historia nacional y americana. En esa fecha el ministro de Relaciones Exteriores don José Berges envió una nota al ministro plenipotenciario del Imperio del Brasil don César Sauvan Vianna de Lima, en la cual se manifestó categóricamente que el Paraguay no consentirá que en ejecución del ultimátum del 4 de agosto las fuerzas brasileñas, navales o terrestres, ocupasen parte del territorio de la República Oriental del Uruguay, ni temporaria ni permanentemente. (2010a, p. 11).

Na sequência, o autor expôs as decorrências deste impasse político que resultaria em 11 de novembro de 1864 nas ordens de Solano López à captura do vapor brasileiro Marques de Olinda e no rompimento das relações com o Brasil anunciadas pelo ministro de relações exteriores do Paraguai José Berges. Em 14 de novembro de 1864, um dia após o anúncio de Berges, o ministro César Sauvan Vianna de Lima, em nota, acusou o governo do Paraguai de cometer um grave ato de violência contra o Brasil ao aprisionar o vapor Marques de Olinda (CARDOZO, 2010a). Em seguida, Cardozo apresentou a nota do ministro uruguaio José Vázquez Sagastume:

Con diferencia de minutos a la prestación de la nota brasileña, se apersonó en la cancillería el ministro uruguayo, José Vázquez Sagastume, portando la prometida nota. En ella, comunicaba que el Imperio del Brasil, “ha por fin realizado, clara y manifiestamente el atentado que proyectaba contra la independencia y la integridad de la República Oriental” y después de pormenorizar la forma como se efectuó la invasión del territorio uruguayo, se terminaba pidiendo al Paraguay, en nombre de su Gobierno, “su intervención armada en la lucha que actualmente sostiene contra el Imperio del Brasil en defensa de su independencia y la integridad de su representación política, para unidas sus armas contra la conquista esclavócrata, obliguen al Imperio escarmentado al respeto de los derechos soberanos, sellando, si necesario fuere, con su generosa sangre, la libertad y la grandeza de las repúblicas de esta parte de América. (2010a, p. 16).

No tomo I, Efraím Cardozo continuou narrando a posição do governo paraguaio e do partido blanco do Uruguai em relação a invasão brasileira no norte daquele país nos anos de 1864 e 1865. Além disso, apresentou os preparatórios militares do governo paraguaio para invadir o território brasileiro. Destarte, enquanto o Império do Brasil seguia operando no Uruguai, as forças paraguaias avançavam sobre cidades do Mato Grosso no Brasil. Ao mesmo tempo, Urquiza intercedia a favor do Paraguai, solicitando ao presidente Mitre da Argentina a livre passagem das tropas paraguaias até a fronteira com o Brasil (CARDOZO, 2010a). Conforme uma publicação do jornal “*La Nación argentina*” de Buenos Aires no dia 7 de fevereiro de 1865, ao recusar a passagem das tropas paraguaias por seu território a República Argentina estaria exercendo a sua diplomacia e no futuro, igualmente, teria que denegar a passagem de tropas brasileiras.

Evidentemente las esperanzas del pronto auxilio paraguayo galvanizaban las resistencias que estaba oponiendo Montevideo a la ofensiva del Imperio en alianza con el general Flores. Con el objeto de desvanecer esas esperanzas y facilitar los trabajos que se estaban realizando para obtener el derrumbe interno de la resistencia, “La Nación Argentina” de Buenos Aires, en su editorial del 7 de febrero de 1865 dio una sorprendente interpretación de la solicitud del gobierno paraguayo para pasar sus fuerzas por territorio argentino. Afirmó que tenía “seguridades casi oficiales” de que el Paraguay respetaría la neutralidad argentina y no concurriría a defender a sus aliados orientales, cuya derrota, sin el socorro paraguayo, sería inevitable. El Paraguay, según el órgano oficioso de Mitre no estaba en condiciones de invadir Río Grande, ni ignoraba que el gobierno argentino denegaría la licencia solicitada. Entonces, ¿por qué la solicitud paraguaya? Y explicaba: “A nuestro modo de ver, todo lo que busca el Paraguay es garantizarse de que no será atacado por el Brasil por territorio argentino a darle seguridades. Si el gobierno argentino nos niega el paso, dice, también se lo negará al Brasil. Apresurémonos pues a hacer que el gobierno argentino, nos niegue el paso, y quede comprometido a negarlo al Brasil”. (CARDOZO, 2010a, p. 37).

Assim poderia ter sido desempenhada a diplomacia argentina, mas, muito claramente, o presidente Mitre estava ao lado do Império do Brasil. Conforme Cardozo: “El gobierno del general Mitre había declarado públicamente que ninguna objeción pondría al paso de la escuadra por las aguas argentina [...]” (2010a, p. 49). Além disso, Cardozo pontua que Mitre “[...] toleró el establecimiento de depósitos de carbón en los puertos del litoral, especialmente en Paraná y Corrientes, así como otras medidas favorables al Brasil”. (2010a, p. 49). Contudo, mesmo advogando a favor do Paraguai, Urquiza declarava apoio a Mitre se o Paraguai atacasse a soberania argentina.

No transcorrer do texto, Cardozo continua a despontar a sua visão liberal sobre os fatos. Além disso, o autor permanece realizando críticas às atitudes do governo de López, no entanto, de forma muito vigiada e acautelada. Explica, além disso, a posição dos documentos e dos jornais de Buenos Aires e Assunção a respeito dos contrassensos morais da política brasileira do período. Contudo, mesmo que os liberais tenham sido acusados de “legionários” pelos lopiztas, em alusão aos paraguaios que viviam em Buenos Aires e, durante a guerra, compuseram uma legião devotada ao Império do Brasil, Cardozo condenou as atitudes deste grupo, porquanto, preocupava-se com a “limpeza da imagem dos liberais”.

Un grupo de emigrados paraguayos, residentes en Buenos Aires, sin parar mientes en que mal podía hablar el Brasil de liberar a otros pueblos cuando mantenía en esclavitud cerca de dos millones de personas en su propio territorio, resolvió organizar una Legión que cooperaría militarmente con el

Brasil en su lucha armada bajo el supuesto de que la guerra no era contra la nación paraguaya sino contra su gobernante. (CARDOZO, 2010a, p. 53).

De fato, a ideia de que a guerra não era contra a nação paraguaia, mas contra o seu líder Solano López era uma visão consolidada pelos positivistas e perpassava pela historiografia tradicional, contudo, as críticas dos liberais paraguaios eram desferidas às atitudes opressoras da política externa de Buenos Aires e, sobretudo, do Império do Brasil, no entanto, concordavam com os exames desferidos à Lopez. O próprio autor deixa claro em seus registros as falhas do governo do paraguaio em resolver os problemas de sua política externa, deste modo, os governos da Argentina e do Brasil ignoravam a política externa do Paraguai de López e seu objetivo de mediar os problemas com o Uruguai. Dentre as correspondências enviadas desde Assunção à Buenos Aires a palavra “guerra” apareceu pela primeira vez em uma carta oficial escrita pelo diplomata José Berges a Juan Egusquiza⁵⁷ em 6 de janeiro de 1864. Cardozo assevera:

Por primera vez surgió en la correspondencia oficial la palabra “guerra”. Berges escribió al agente en Buenos Aires: La situación peligrosa y estéril para ambos países, que puede hacernos olvidar nuestra política tradicional y turbar nuestra paz de medio siglo. Lamento la posibilidad de un conflicto con una república vecina y hermana, pero necesaria es la guerra algunas veces, mucho más cuando se falta al respeto debido a nuestro gobierno, y se hiere la dignidad nacional. (1961, p. 118).

Considerando-se os fatos expostos por Efraím Cardozo na obra “*Hace 100 años*” analisou-se a “História da guerra” arquitetada pelo referido autor. No transcursar do primeiro tomo de sua obra Efraím Cardozo desempenha a sua narrativa sobre a diplomacia e a guerra, deste modo, transcreve documentos e publicações feitas no jornal “*El Semanario*” de Assunção. Nesta parte, o autor aborda os fatos que marcaram o início da tensão diplomática na fronteira platina desde a enérgica protesta entre o Império do Brasil e a República do Paraguai em 1864 até o início das hostilidades bélicas entre os países envolvidos naquele mesmo ano.

Ao comparar-se o desfecho histórico da guerra da Tríplice Aliança com a obra analisada é possível perceber que Efraím Cardozo, mesmo tendo publicado antes no jornal *La Tribuna*, desenvolve um trabalho de cunho historiográfico, considerando

⁵⁷ Militar e político paraguaio.

em seu trabalho o transcursar da História, o seu tempo contínuo, e, não apenas, a descrição de um acontecimento destacado do seu tempo presente. Para o autor, a guerra segue impactando e determinado a História paraguaia e, enquanto fenômeno político a ser estudado, segue sendo instrumentalizada. O mesmo a instrumentaliza quando evoca o passado com o intuito de ocasionar um debate sobre a soberania paraguaia em seu território fronteiriço. Não obstante, a licitude do trabalho historiográfico de Efraím Cardozo apoia-se na documentação por ele observada e em toda a historicidade dos fatos, cuidadosamente considerada pelo autor.

Em relação à obra, no início do primeiro tomo, como um exemplar revisionista, Efraím Cardozo discorreu sobre a postura do governo do Paraguai em relação à invasão brasileira no Uruguai. Assim sendo, é nítido que para ele, a ascendência da guerra (1864 – 1870) esteve arrolada à prática “imperialista” do Brasil no Rio da Prata, sobretudo, a partir do histórico de intervenções luso-brasileiras e posteriormente da Monarquia brasileira através dos tratados de 1851 a culminar com o incursão militar em território uruguaio em 1864. Este é o ponto de partida para a análise do autor na obra *“Hace 100 años”*. Sobre a invasão ao Uruguai, o governo do Paraguai considerou a atitude do Brasil como um fato “[...] atentatorio al equilibrio de los Estados del Plata, que interesa a la República del Paraguay como garantía de su seguridad, paz y prosperidad”. (CARDOZO, 2010a, p. 11). Nesse sentido, como conjecturado na obra *“El Imperio del Brasil en el Río de la Plata”*, o autor apontou que “[...] el Paraguay tomaba por sí solo la trascendental determinación de hacerse presente en el Río de la Plata [...] en precautelación del equilibrio de las naciones [...]” (CARDOZO, 2010a, p. 11) no âmbito da fronteira platina. No período o governo do Paraguai era desfavorável ao apoio político e militar oferecido por Bartolomé Mitre e Dom Pedro II ao movimento conduzido pelo General Venancio Flores que conquistara o governo do Uruguai através de um golpe.

A pesar de la protesta paraguaya del 30 de agosto de 1864, el Imperio del Brasil, en cumplimiento de su ultimátum del 4 del mismo mes y año, invadió el 12 de octubre el territorio uruguayo, ocupando el departamento de Cerro Largo. La noticia estuvo algún tiempo oculta hasta que ella se supo en Montevideo y en Buenos Aires en los últimos días del mes. Hubo una gran expectación pues no se dudaba en Montevideo que el Paraguay cumpliría sus declaraciones y que en consecuencia estallaría la guerra entre el Paraguay y Brasil. Sin embargo, en algunos círculos porteños no se creyó que el general Francisco Solano López llegara al rompimiento de las hostilidades, por las dificultades que encontraría para llevar sus fuerzas hasta Río de la Plata. (CARDOZO, 2010a, p. 12).

De fato, Francisco Solano López não alcançou o Rio da Prata, apesar disso, num primeiro momento, entre 1864 e 1865, realizou dura ofensiva contra as defesas da Argentina em Corrientes e do Brasil no Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Iniciando com o aprisionamento do vapor brasileiro “Marquês de Olinda”. Destarte, Efraím Cardozo (2010a, p. 14) destacou que *“el 12 de noviembre de 1864 comenzaron las hostilidades entre el Paraguay y el Imperio del Brasil, que luego iban a extenderse a la República Argentina y la República Oriental del Uruguay [...]”*. Neste dia, às onze horas da manhã, foi capturado o vapor brasileiro “Marquês de Olinda”, perpetrando, assim, o rompimento oficial das relações político-diplomáticas entre Brasil e Paraguai no dia seguinte. Ademais, Efraím Cardozo (2010a, p.15) observou em sua obra que *“Al cumplir este acto de hostilidad, el gobierno del Paraguay no entendía que fuera necesario declarar la guerra, pues consideró que ésta había sido declarada por el Brasil al desoír la protesta del 30 de agosto e invadir el territorio del Uruguay”*. Neste viés, Cardozo expôs o esclarecimento do jornal *“El Semanario”* a respeito do complicado arrolamento diplomático entre Paraguai e Brasil e a guerra, deflagrada, segundo a publicação, desde 1º de setembro de 1864.

*“El Semanario”, en su edición del 19 de Noviembre de 1864, definió categóricamente la situación política y jurídica existente entre el Paraguay y el Brasil. Decía: “El Imperio arrojó el guante ya la República lo ha recogido. El gobierno paraguayo por su protesta del 30 de Agosto y nota del 3 de Setiembre hizo saber al Brasil que estaba definitivamente resuelto por la alternativa de la paz o de la guerra, y las demás naciones se han dado cuenta desde entonces virtualmente, cuál era el nuevo estado de cosas que debía surgir entre los dos Estados, si el Imperio ocupase el territorio oriental. El Brasil, antes de hacer declaración de guerra, la llevó a efecto con el pretexto de represalias al Estado Oriental, injuriando así la causa que sostiene el Paraguay, y éste prevenido ya por estos actos, que coinciden con declaraciones oficiales del Representante S.M. el Emperador en esta capital, el 1º de Setiembre último, ya no puede menos que declararse en guerra abierta con el Brasil. No le queda otro recurso que apelar a las armas para la reparación de la injuria, y para obtener la seguridad de su existencia, y de sus más caros derechos que amenaza el Imperio. **Demandamos justicia al Brasil, y él nos opone la fuerza: tenemos pues el derecho de tratarlo como enemigo, porque no quiere oír la voz de la justicia, y nos obliga a repulsar su violencia. Mejor definida no puede estar la situación política del Paraguay con respecto del Brasil. Estamos en guerra. El Paraguay y el Brasil son beligerantes”**. El editorial fue escrito sobre la base de los “Apuntes” que el presidente López sometió a la consideración de los ministros Sánchez y Berges. (CARDOZO, 2010a, p. 18) [grifo nosso].*

Conforme salientado antes, Efraím Cardozo está publicando as suas crônicas sobre a guerra, citando e descrevendo as suas fontes, como, por exemplo, o jornal “*El Semario*”, veículo do Estado no século XIX, no mesmo momento em que o Paraguai vive um período de tensão com o Brasil na fronteira dos *Salto del Guairá* (Sete Quedas). Aquilo que é referenciado pelo autor, como o grifo acima, ascende a opinião pública a respeito da soberania paraguaia e, ainda, consiste em uma crítica ao governo em vigência que se aproxima demasiadamente do Brasil. Efraím Cardozo realiza uma crítica “suave” a situação política, levando-se em consideração, que naquele contexto a oposição era limitada pela coerção da ditadura paraguaia. O “Paraguai e o Brasil são beligerantes”, por conseguinte, os problemas ocasionados pela guerra permaneciam presentes no transcurso do século XX. Por esse motivo, o autor evocou em suas fontes o passado e o interpretou, estabelecendo, de tal modo, certo sentido para a guerra da Tríplice Aliança. Sentido este, que naquele momento, conservou-se conexo a sua realidade. Portanto, para Efraím Cardozo o evento não estava acabado ou fechado a interpretações, porque, continuava a produzir significados adentro ao tempo do historiador. Do mesmo modo, a interpretação do autor teve como ponto de vista o seu tempo presente. Neste sentido, Efraím Cardozo não foi um historiador neutro ou positivista, e não apenas descreveu as suas fontes, ainda que a fizesse. Mesmo não sendo contemporâneo ao evento que analisou, o autor compreendeu a representação do mesmo na contemporaneidade, o Paraguai em que se achava inserido.

Portanto, Efraím Cardozo analisou e descreveu fontes da imprensa do século XIX, trazendo à tona leituras e interpretações políticas produzidas ainda no calor das questões platinas. Faz-se referência ao jornal “*El Semario*” de Assunção. Segundo o acenado veículo de comunicação oficial do Estado, o Paraguai, encontrava-se legitimamente em guerra com o Brasil desde 1º de setembro de 1864, ou seja, um pouco depois da publicação da “*protesta*” à monarquia brasileira em razão do apoio concedido aos *colorados* uruguaios. “*A pesar de la protesta paraguaya del 30 de agosto de 1864, el Imperio del Brasil, en cumplimiento de su ultimátum del 4 del mismo mes y año, invadió el 12 de octubre el territorio uruguayo, ocupando el departamento de Cerro Largo*”. (CARDOZO, 2010a, p. 12). Neste viés, segundo Juan Crisóstomo Centurión (1894, p. 180) a guerra “[...] *fué confirmada por nota de 3 de setiembre, y por la del 12 de noviembre fueran declaradas rotas las relaciones entre el Paraguay y el Brasil*”.

Ademais, conforme Efraím Cardozo (2010a, p. 14) “el 12 de noviembre de 1864 comenzaron las hostilidades entre Paraguay y el Imperio del Brasil, que luego iban a extenderse a la República Argentina y la República Oriental del Uruguay, estos tres últimos países ligados por un Tratado de Triple Alianza contra el Paraguay”. O principio destas hostilidades está no aprisionamento do vapor brasileiro “Marquês de Olinda” que transportava o Cel. Frederico Carneiro de Campos, presidente empossado à província de Mato Grosso e que viajava para assumir o cargo.

Siendo las 9 y 15 de la mañana del día 14 de noviembre de 1864 el ministro del Brasil, César Sauvan Vianna de Lima, hizo llegar al ministro de Relaciones Exteriores, José Berges, una nota en que acusando recibo de la que en la noche anterior le fuera entregada sobre la ruptura de las relaciones entre los países, se expresaba que sin duda era debido a esta grave resolución del gobierno paraguayo, el acto de violencia cometido sobre el paquete brasileño “Marqués de Olinda”, y se formulaba la siguiente declaración. Protesta. “En presencia de semejante estado de cosas prescindo de discutir las consideraciones de que V.E. acompañó su comunicación, y me limito a protestar del modo más solemne en nombre del gobierno de S.M. el Emperador, contra el acto de hostilidad practicado en plena paz contra el referido paquete “Marqués de Olinda” en violación de lo que fue convenionado entre los dos países respecto del tránsito fluvial, y desde ya resalvo los derechos de la compañía de navegación del Alto Paraguay por las pérdidas y daños que le pueda ocasionar la interrupción que dicho paquete sufre y viniere a sufrir en sus viajes a consecuencia de la decisión tomada por el Gobierno de la República. Teniendo, por tanto, que retirarme cuanto antes de esta capital, pido a V.E. que se sirva mandar los pasaportes para mí, mi familia, el secretario de la Legación y comitiva, a fin de poder seguir viaje en el paquete “Marqués de Olinda”. (CARDOZO, 2010a, p. 16).

Ainda em novembro de 1864, em Buenos Aires, o jornal “La Nación Argentina”, encabeçou na imprensa buenairense uma campanha a favor da aliança política entre a Argentina e o Império do Brasil contra o Paraguai. (CARDOZO, 2010a). Assim sendo, em 1864, importantes acontecimentos como: o ultimato do Império do Brasil ao governo de Atanásio Aguirre do Partido *Blanco* uruguaio em 04 de agosto; a *protesta* paraguaia em oposição ao Império do Brasil lançada no dia 30 do mesmo mês; a invasão do exército brasileiro no Uruguai apoiada pelo Partido *Colorado* e pelas tropas do general uruguaio Venancio Flores a partir de 12 de novembro, e o aprisionamento do vapor brasileiro Marquês de Olinda em 14 de novembro, em resposta aos sucessos ocorridos na banda oriental, constituíram fatores que deram início as beligerâncias na fronteira platina e, assim, resultaram na guerra da Tríplice Aliança.

Neste viés, o primeiro tomo da obra *“Hace 100 años”*, apresenta os preparativos da campanha do Alto Paraguai, a invasão do Mato Grosso, naquela situação, a primeira operação militar paraguaia. Deste modo, Efraím Cardozo (2010a), destaca que foi armada uma esquadra de guerra com as seguintes embarcações: *Tacuarí, Ygurey, Paraguairí, Río Blanco, Yporá*, as chatas *Independencia* e *Aquidabán* e o patacho *Rosario*. Ademais, em 12 de dezembro de 1864, o presidente López firmou um decreto designando os comandantes das expedições que saíam em campanha militar contra o Brasil. Neste sentido, o coronel Vicente Barrios foi nomeado comandante da divisão de operações do Alto Paraguai e como segundo comandante o tenente coronel Francisco González. O coronel Francisco Isidoro Resquín, fora encarregado de comandar a coluna de operações que investiria sobre a Vila de Miranda e rio Mbotetey e como segundo comandante o capitão Blas Rojas. Ainda, ficou designado o comandante da expedição de Dourados e Rio Brilhante, o capitão de fragata Pedro Ignacio Meza. (CARDOZO, 2010a). Deste modo, começava a ofensiva militar paraguaia em direção ao Mato Grosso. Em seu livro de memórias, Juan Crisóstomo Centurión, narrou que:

Se leía en el semblante de cada ciudadano y de cada soldado, no solo la satisfacción, sino la plena confianza y seguridad de que estaban poseídos respecto al éxito de aquella expedición, acariciando la idea de que muy en breve Matto-Grosso estaría bajo el dominio del Paraguay, corrigiéndose así el error que cometieron nuestros antepasados permitiendo que los portugueses se estableciesen en aquella rica provincia, habiendo sido España su legítima dueña y poseedora cuando la conquista de la América del sud. (CENTURIÓN, 1894, p.217).

Ao mesmo tempo em que o exército paraguaio iniciara às operações terrestres em direção à província do Mato Grosso, o Império do Brasil reunindo forças com o exército rebelde do general Venancio Flores, bombardeava a cidade de Paysandu no Uruguai, sob a defesa do coronel *blanco* Leandro Gómez. Assim, em 20 de dezembro de 1864, partiu do Paraguai uma expedição liderada pelo coronel Resquín e que tinha por objetivo atacar a Vila de Miranda, isto, no momento em que a operação comandada pelo coronel Barríos, atacasse a fortaleza de Coimbra, ambas na província do Mato Grosso. (CARDOZO, 2010a). A artilharia paraguaia deu início ao ataque da fortaleza de Coimbra em 27 de dezembro de 1864. *“Ese día la expedición comandada por el coronel Vicente Barrios comenzó el ataque al fuerte de Coímbra [...], vomitaban fuego los cañones de la artillería paraguaya sobre la*

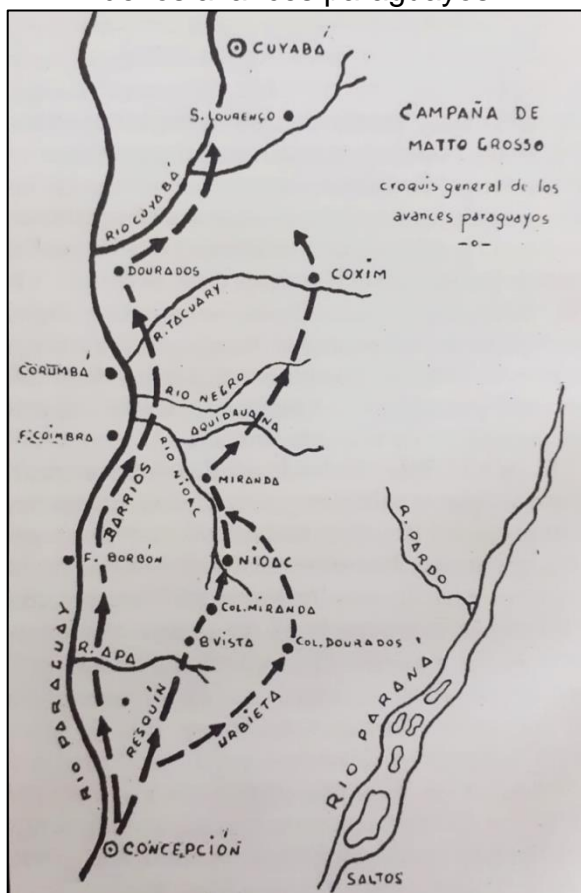
Fortaleza siendo contestada por ésta con vivacidad". (CARODOZO, 2010a, p. 25). Entretanto, não havia presença eficaz do exército imperial no Mato Grosso. "Havia grandes depósitos de armas no Mato Grosso, não existindo, porém população e infraestruturas capazes de sustentar invasão imperial por aquela região". (MAESTRI, 2013a, p. 128). Em relação aos indicadores das tropas paraguaias que operaram em Coimbra, o autor exhibe os seguintes dados no primeiro tomo:

En el asalto a Coimbra actuaron tres batallones de infantería, dos escuadrones de caballería, dos compañías de zapadores y dos legiones de artillería, con un efectivo total de 2.440 combatientes, integrados en dos escuadrones de caballería, una compañía de infantería, y una compañía de zapadores. (CARDOZO, 2010a, p. 26).

Ademais, Maestri (2013a, p. 129) afirma que a "[...] expedição paraguaia obteve igualmente no sul do Mato Grosso farto armamento ali armazenado, no que se refere à pólvora, fuzis, pistolas, espadas, canhões, etc.". Além disso, uma questão muito importante refere-se à eficácia simbólica da ofensiva paraguaia no Mato Grosso, pois, uma "[...] fácil vitória paraguaia fortaleceu a moral das tropas e da população e a opinião sobre a escassa belicosidade do soldado imperial". (MAESTRI, 2013a, p. 129). Ademais, percebe-se um sincronismo estratégico das operações paraguaias. Em 29 de dezembro de 1864 tombou sob a bandeira paraguaia o Forte de Coimbra. Na mesma data, as tropas paraguaias lideradas pelo coronel Resquín conquistavam Miranda, enquanto isso, Dourados também caía sob a invasão paraguaia. Destarte, Efraím Cardozo (2010a, p.26) assevera que:

Sincrónicamente, el 29 de diciembre de 1864, también la columna al mando del capitán Martín Urbieto, atacaba la Colonia Dorados. El teniente Manuel Martínez que comandaba la vanguardia intimó rendición al jefe de Dorados teniente Juan Antonio Rivas, quien contestó que no podría aceptarla sin orden del emperador. Se trabó un combate encarnizado. El teniente Rivas cayó en la primera embestida. Después de prolongada lucha, los defensores de Dorados se dispensaron, dejando varios heridos y doce prisioneros.

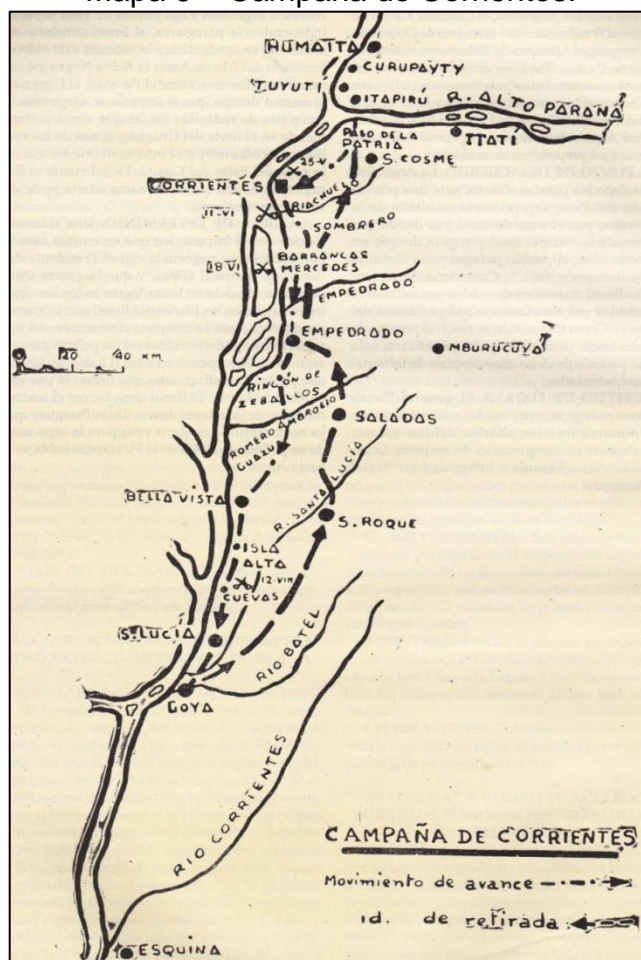
Mapa 8 – Campanha de Matto Grosso: croquis general de los avances paraguayos.



Fonte: Efraím Cardozo, 2010.

O croqui acima mostra o avanço do exército paraguaio na província do Mato Grosso, tendo a frente das tropas, os coronéis Barrios, Resquín e o Capitão Urbieta. Além da movimentação das tropas paraguaias em ofensiva, o primeiro tomo de Efraím Cardozo narra a investida paraguaia em direção ao sul, à província de Corrientes, Argentina e à província do Rio Grande do Sul, Brasil. Outro importante tema abordado pelo autor é a problemática questão de limites, e, como dito antes, no momento em que Brasil e Paraguai atravessavam uma nova crise diplomática referente aos Saltos Sete Quedas/Guairá. *“La ambición brasilera se ha reflejado en su pretensión de despojarnos de más de una tercera parte del territorio del norte que por justo título pertenece al Paraguay”*. (CARDOZO, 2010a, p. 79). Ao final do primeiro Efraím Cardozo narra os sucessos das tropas paraguaias em Corrientes, deste modo, os cerca de 3.000 homens liderados pelo general Robles que invadiram a Argentina.

Mapa 9 – Campanha de Corrientes.



Fonte: Efraím Cardozo, 2010.

Iniciando o segundo tomo Efraím Cardozo apresenta a assinatura do tratado secreto da Tríplice Aliança firmado em Buenos Aires em 1º de maio de 1865. “Lo suscribieron Francisco Octaviano de Almeida Rosas, Rufino de Elizalde y Carlos Castro, por el Uruguay”. (CARDOZO, 2010a, p. 103). Deste modo, passa-se a perceber através de sua narrativa, que o autor escreveu balizando-se nas fontes históricas que acessou e influenciando-se pela prática jurídica de busca pela verdade⁵⁸, já que, também era um jurista. Destaca-se o artigo 16 do tratado, sobre os limites entre Paraguai, Brasil e Argentina.

El art. 16 dice: “Para evitar las discusiones y guerras que traen consigo las cuestiones de límites, queda establecido que los aliados exigirán del gobierno del Paraguay que celebre con los respectivos gobiernos, tratados definitivos de límites, bajo las bases siguientes: La República Argentina será dividida de La República del Paraguay, por los ríos Paraná y Paraguay

⁵⁸ Ver mais em: NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de direito processual penal / Guilherme de Souza Nucci. – 17. Ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

hasta encontrar los límites con el Imperio del Brasil, siendo éstos por la margen derecha del río Paraguay la Bahía Negra. El Imperio del Brasil se dividirá de la República del Paraguay; del lado del Paraná, por el primer río abajo del Salto de las siete caídas, que según la reciente carta de Mouchez, es el Ygurey, y desde el Ygurey, y por él arriba, hasta encontrar sus nacientes. De lado de la margen izquierda del Paraguay, por el río Apa, desde su desembocadura hasta sus nacientes. En el interior, por las cumbres de las sierras de Mbaracayú, siendo las vertientes del Este del Brasil, y las del Oeste del Paraguay, y tirándose de la misma sierra líneas las más derechas en dirección a las nacientes del Apa y del Ygurey". (CARDOZO, 2010a, p. 104).

No segundo tomo o autor também expôs o avanço das tropas comandadas pelo Major Pedro Duarte e pelo Tenente Coronel Estigarribia à Corrientes, sobretudo, a Santo Tomé e, depois ao território brasileiro. Neste viés, Efraím Cardozo (2010a, p. 109) destacou que “[...] *las noticias del avance de las fuerzas paraguayas en dirección al río Uruguay habían producido pánico en las poblaciones del Río Grande del Sud*”. Destarte, “*el 7 de junio de 1865 la columna del Teniente Coronel Estigarribia llegó a media legua del río Uruguay, en las inmediaciones de Santo Tomé. Allí tomó las disposiciones para realizar el cruce del río en los días siguientes*”. (CARDOZO, 2010a, p. 128). Assim, o autor descreveu a travessia do rio Uruguai e a invasão de São Borja no Rio Grande do Sul, como um enorme feito militar até aquele momento. “*En 10 de junio de 1865 tuvo lugar una de las operaciones militares más importantes realizadas en las guerras sudamericanas: el franqueo de un río por una división teniendo en frente a fuerza enemigas*”. (CARDOZO, 2010a, p. 130). Além disso, ponderou a respeito do batalhão “Nambi’i”, termo da língua banto que pode significar “perigoso”. Este foi um batalhão de afrodescendentes do exército paraguaio que atuou na invasão de Corrientes na Argentina. Assim sendo, a respeito dos “Nambi’i”, Efraím Cardozo (2010a, p. 129) afirmou:

Los famosos soldados del Batallón Nº 6, conocidos con el sobrenombre de “nambi’i” habían sido adiestrados cuidadosamente en el manejo del sable y en operaciones de abordaje. A ellos estaría encargada la principal acción de la batalla en perspectiva. Fueron distribuidos entre los diversos barcos de la escuadra nacional.

A Batalha do Riachuelo também foi narrada por Efraím Cardozo. “*A las 12 de la noche del 10 de junio de 1865 salió de Humaitá la escuadra paraguaya a la cual el Mariscal López había dado la misión da apoderarse de la escuadra brasileña fondeada en el Riachuelo un poco al sud de Corrientes*”. (CARDOZO, 2010a, p.

131). Naquela ocasião, o Paraguai possuía apenas um navio de guerra, o Tacuarí. As outras oito embarcações haviam sido adaptadas com canhões para atacar e tomar a esquadra brasileira. O capitão Pedro Ygnacio Meza foi quem dirigiu o ataque à esquadra brasileira no Riachuelo. De acordo com Efraím Cardozo (2010a, p. 131) *“eran las 9 de la mañana del 11 de junio de 1865 cuando se avistaron ambas escuadras y comenzó la batalla naval más grande hasta entonces librada en aguas de Sud América”*. Ao mesmo tempo em que a esquadra paraguaia atacava pela retaguarda as posições brasileiras os *“22 cañones del Regimiento de artillería al mando del sargento mayor Bruguez, que por la noche había tomado silenciosamente posiciones en las barrancas, rompían fuego contra los barcos imperiales”*. (CARDOZO, 2010a, p. 131). Os navios brasileiros somavam ao todo 59 canhões. Sobre os saldos da Batalha do Riachuelo, Efraím Cardozo (2010a, p. 132) apontou:

Cuatro barcos de la escuadra paraguaya y dos de la brasileña quedaron fuera de combate. [...] Pero al final, la neta superioridad del armamento naval brasileño sobre la escuadra paraguaya recogiera los frutos de la victoria. De todos modos se escribió la página más gloriosa de la armada paraguaya. [grifo nosso].

A narrativa de Efraím Cardozo se particulariza em relação às demais historiografias revisionistas paraguaias em seu período por reconhecer a infraestrutura inimiga, não obstante, sem deixar de apontar, de tal maneira, os êxitos e os malogros obtidos pelas tropas paraguaias, sobretudo, pelo seu governo. Segundo Doratioto (2002, p. 152) *“o governo paraguaio procurou esconder da população a extensão da derrota sofrida na Batalha do Riachuelo, e sequer liberou lista com os nomes dos mortos e feridos”*. Na obra *“El Imperio del Brasil y el Rio de la Plata: antecedentes y estallido de la guerra del Paraguay”*, Efraím Cardozo (1961, p. 520) teceu críticas ainda mais diretas a Francisco Solano López, chegando a citar que *“el Paraguay entró a la guerra sin escuela militar”*. Deste modo, existe uma abordagem estabelecida por Efraím Cardozo a respeito da guerra que descreve os acontecimentos entre 1864 e 1870 na obra *“Hace 100 años”*, e que, diz respeito ao heroísmo paraguaio frente aos interesses do Império do Brasil na fronteira platina começando pela invasão do Uruguai em 1864. Por outro lado, apresenta-se um exame mais crítico ao governo paraguaio na obra *“El Imperio del Brasil y el Rio de la Plata: antecedentes y estallido de la guerra del Paraguay”* publicada fora do Paraguai (Buenos Aires) em 1961, onde o autor discute amplamente as causas do

conflito. Sobre a afirmação de que o Paraguai haveria entrado na guerra sem possuir uma “escola militar”, ainda, assevera advertindo:

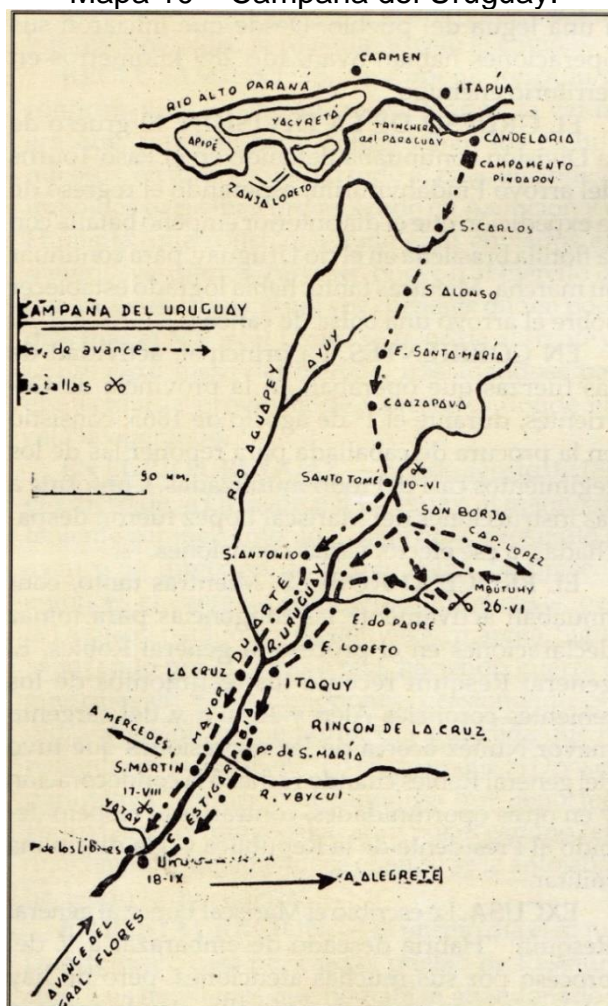
*¿Pudo, en alguna medida contribuir a la elevación intelectual de la oficialidad paraguaya la traducción de L'esprit des institutions militaires, famosa obra del mariscal Augusto Marmont, héroe de las campañas napoleónicas? Aparecida en 1845, y en gran boga cuando visitó Europa, López encomendó su traducción y edición a Gregorio Benites, quien en sus memorias afirma haber mandado imprimir en 1863, en Paris, 2.000 ejemplares de su versión, pero de su envío al Paraguay y distribución en el ejército paraguayo no se encuentran constancias de ninguna clase. El mismo Benites era militar, formado en el campamento de Humaitá, pero se asignaron en Europa funciones meramente diplomáticas. **Cuando López le comisionó a Prusia, donde se presentó como oficial del ejército paraguayo, fue para tratar de introducir el uso de la yerba entre las tropas prusianas y no con misión específicamente militar.** (CARDOZO, 1961, p. 520). [grifo nosso].*

É importante destacar o efetivo das tropas paraguaias da “*División del Sud*”, conforme Efraím Cardozo (2010a), em 1865 estas formavam um efetivo de 16.986 soldados, enquanto que, segundo o autor, o exército aliancista reunia naquele período cerca de 30.000 homens. Em 17 de julho do mesmo ano ocorreu um desacerto entre as ordens de López e o comando de Estigarribia em relação à travessia do Ibicuí, atualmente, limite entre os municípios de Itaqui e Uruguaiana no Rio Grande do Sul. Conforme Efraím Cardozo (2010a) as instruções de López desde Humaitá, recebidas em 13 de julho, determinavam que as tropas comandadas por Estigarribia também chamadas de “*División del Uruguay*” deveriam avançar até o rio Ibicuí, acampar ao norte do mesmo e aguardar novas ordens. Pois que, as suas margens, eram propensas para a defesa contra o inimigo e o seu curso pantanoso. Segundo Jardim (2015, p. 160), “o exército paraguaio mal passaria de seis mil homens [...]”. Para Efraím Cardozo (2010a) o exército aliado somava 9.500 homens e, conforme Frago (2010), cerca de 17.000 homens.

El 18 de julio de 1865 se puso en marcha el Ejército de Vanguardia de los aliados, bajo el mando del general Venancio Flores. Se hallaba entonces acampado cerca de Concordia, donde continuaba la concentración de las fuerzas aliadas. El general Mitre dijo a Flores antes de su partida: “V.E. va a maniobrar con un hermoso ejército de 9.500 hombres, cuyos cuerpos son casi todos de línea y con 24 bocas de fuego. Su poderosa artillería, mi general, dará cuenta de los imprudentes paraguayos que por ambas márgenes del Uruguay se atreven a desafiar el poder de la Alianza. Luego que Paunero se le haya asociado, podrá fácilmente batir por partes a las columnas enemigas. (CARDOZO, 2010a, p. 156).

Grande seria a desvantagem do Tenente Coronel Antonio Estigarribia em Uruguiana com o agrupamento das tropas aliancistas que cercaram a vila em 1865. “O rio Uruguai estava igualmente vigiado: os navios Onze de Junho, Uruguai e Taquari, impediam qualquer tentativa de fuga ou recebimento de auxílio pelo rio”. (JARDIM, 2015, p. 160). Precedentemente, infringindo às ordens procedentes de Humaitá, em 17 de julho “[...] um batallón con dos piezas de artillería pasó al sur de Ybycuí, por el Paso de Santa María, con el objeto de asegurar el pasage del caudaloso río, por el grueso de la División, algunos kilómetros más aguas arriba, en el paso llamado Pontón de Ibirocahy”. (CARDOZO, 2010a, p. 155).

Mapa 10 – Campanha del Uruguay.



Fonte: Efraím Cardozo, 2010.

Destarte, novas instruções são enviadas por López à Estigarribia. Neste sentido, Efraím Cardozo narra os contrassensos entre o alto comando desde Humaitá e as tropas posicionadas no Rio Grande do Sul. Estigarribia desobedeceu

às ordens de López, atravessou o rio Ibicuí, saqueou e estacionou em Uruguaiana, e permaneceu cercado pelas tropas aliancistas “desde pelo menos 20 de agosto”. (JARDIM, 2015, p. 161). Segundo Efraím Cardozo (2010a, p. 163), escreveu López à Estigarribia:

“Ya que no ha cumplido mis órdenes ya ha pasado el Ybycuí, se le ordena nuevamente continúe su marcha hacia la Uruguayana, donde se hará de víveres y en seguida pasará a tomar Alegrete, previéndole, como antes, no acampar dentro de las poblaciones para evitar así el peligro de ser sitiado por el enemigo”.

Frente às operações paraguaias, as tropas brasileiras sob o comando do General David Canabarro, reuniam 9.500 homens (CARODOZO, 2010a). Contudo, o contingente militar brasileiro em Uruguaiana incluiria segundo Efraím Cardozo (2010a, p. 171) “[...] los batallones 19, 24 y 31 de infantería y el regimiento 4 de artillería con seis bocas de fuego. El total de las fuerzas brasileñas era en la zona de 12.000 combatientes, sin contar las unidades que se estaban agrupando en Concordia bajo el mando directo del general Osorio [...]”. Ademais, o Barão (1852), Visconde (1866) e depois Conde de Porto Alegre (1868), Manuel Marques de Sousa seria designado o comandante em chefe do Exército Brasileiro nestas operações.

Após várias tentativas frustradas pelos paraguaios, Uruguaiana é finalmente cercada, portanto, Estigarribia encontrou-se bloqueado pelas forças aliancistas, mesmo após tentar empreender retirada em 19 de agosto de 1865. Na mesma data, as lideranças do exército do sul reuniram-se para desenhar os planos de contenção e bloqueio das forças paraguaias em Uruguaiana. Ainda, conforme Jardim (2015, p. 161), “[...] o exército invasor dividia-se entre a proposta de resistência e de rendição, como registrou o próprio Estigarribia”.

En el puerto de Paso de los Libres se entrevistaron los generales Flores y Canabarro planear las próximas operaciones. Se decidió que las fuerzas del ejército de vanguardia cruzaran el río tan pronto como amainara el furioso temporal que estaba dificultando la navegación y que impedía también al “Uruguay”⁵⁹ regresar de Uruguayana. (CARODOZO, 2010a, p. 180).

Efraím Cardozo (2010a) registrou ainda no segundo tomo que nas primeiras horas de 22 de agosto de 1865 uma canoa partiu sigilosamente de Uruguaiana em meio à vigilância das embarcações brasileiras, desceu o rio Uruguai transportando o

⁵⁹ Embarcação brasileira.

tenente Ponce, cinco soldados e um guia correntino. Estes desceram próximos Miriñay (Corrientes) e levavam comunicados de Estigarribia ao General Robles e a López sobre as condições das tropas sitiadas em Uruguaiana. Contudo, acreditava-se que o próprio López encontrava-se em Corrientes. Ponce não obteve sucesso, porquanto, segundo Cardozo (2010a) ele e seus acompanhantes foram capturados por um destacamento da cavalaria correntina comanda pelo coronel Reguera a cerca do rio Paraná. O oficial paraguaio e os cinco soldados foram ao general Paunero e o guia fuzilado por traição. Destarte, em meados de agosto prosseguia a passagem de tropas argentinas via porto de Paso de los Libres à Uruguaiana, assim como, a construção de trincheiras em Uruguaiana. Nada obstante, a tensão só aumentava. *“El 28 de agosto de 1865 se quebró la aparente tranquilidad en el sitio de Uruguayana”*. (CARDOZO, 2010a, p. 185). Em correspondência endereçada a Mitre desde Uruguaiana, Flores planeja bombardear a referida cidade, assim como, acontecera antes em Paysandu.

El general Flores pensaba concluir en el día el pasaje de la artillería para ponerse a tiro de cañón de las barricadas y trincheras de Uruguayana. Ese mismo día 29 de agosto de 1865, Flores escribió dos cartas al general Mitre, que continuaba en Concordia. En la primera le decía: “Estoy con la esperanza de que después de 400 o más cañonazos que les haré una intimación de acuerdo con el señor barón de Porto Alegre, podemos hacerlos capitular, y si así no fuese los enterraremos entre ruinas e lumbres”. (CARDOZO, 2010a, p. 186).

Em seguida, após conversa com Manuel Marques de Sousa, o Barão de Porto Alegre, o general Flores escreveu novamente ao presidente Mitre dizendo:

“Considerando que la columna paraguaya que está sitiada no tiene medios de salvarse, estoy dispuesto a evitar la efusión de sangre, y no aventuraré un ataque (por hora), porque nos costaría mucha sangre, que es el verdadero triunfo evitar. Creo que estará Vd. de acuerdo. Es necesario convencerse, señor general: estos soldados (paraguayos) son peores que los salvajes por la pelea; prefieren morir antes que rendirse, y solo en el último caso verteremos sangre generosa de nuestros valientes soldados”. (CARDOZO, 2010a, p. 186).

Já em 31 de agosto de 1865 com a chegada em Uruguaiana do almirante Tamandaré a bordo do navio “11 de Junho” persistia o impasse dentre as lideranças aliancistas. O general Flores insistia no ataque antes da possível assistência de tropas a mando de Lopez desde o Paraguai, os comandantes brasileiros discordavam por entenderem que as tropas não eram suficientes (CARDOZO,

2010), nem viável o derramamento de sangue, uma vez que, os paraguaios permaneciam sitiados e obrigados a renderem-se. Segundo Frago (2010), nesta conjuntura, o exército aliancista já reunia cerca de 17.000 homens na região da fronteira.

Mapa 11 – Plano topográfico de la villa Uruguayana con las posiciones de los ejércitos aliados en el día 18 de Setiembre de 1865 [Cartográfico] / levantado por el ingeniero F. A. Grivot.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

De acordo com Jardim (2015, p. 162) “em 11 de setembro, o imperador chegou ao acampamento aliancista diante de Uruguaiana”. Destarte, frente às dificuldades de infraestrutura no acampamento de Uruguaiana e a escassez de suprimentos devido ao sítio, Estigarribia rendeu armas ao exército aliancista após longo período de negociação em 18 de setembro de 1865. Entretanto, segundo Efraím Cardozo (2010a), no Paraguai, Natalicio Talavera escreveu no jornal “*El Semanario*”, correspondente oficial de López, uma falsa crônica em 9 de setembro afirmando a (falsa) ruptura do cerco de Uruguaiana por Estigarribia e a retirada da divisão paraguaia em perfeita ordem em direção a “*Villa Encarnación*”.

De acordo com Efraím Cardozo (2010a) passavam de 17.000 homens as tropas reunidas pelos aliancistas em Uruguaiana contra 5.545 paraguaios que se encontravam bloqueados. Em 18 de setembro de 1865 as movimentações militares

havam iniciado às sete horas da manhã e culminaram com o abatido desfile das tropas paraguaias feitas prisioneiras frente à Dom Pedro II desde as quatro e meia da tarde. “*Estaba cerrado el único capítulo negro de la Gran Epopeya*”. (CARODOZO, 2010a, p. 203). Deste modo, Efraím Cardozo certifica que a guerra foi a grande epopeia nacional paraguaia, o autor legitima os heróis combatentes e, ao mesmo tempo, distingue os culpados pelo conflito e desertores. Por isso que, para Efraím Cardozo (2010a, p. 202), diante dos fatos que marcaram a guerra em Uruguaiana, “[...] *el teniente coronel Estigarribia hurtó su nombre de la galería de los héroes y prefirió la ignominia de capitular sin disparar un solo tiro*”. Assim, os sucessivos episódios de Uruguaiana são percebidos como resultantes da precipitação e depois, abdicação do oficial paraguaio Antonio de la Cruz Estigarribia.

Conforme Alves (1979, p. 125):

A invasão do Rio Grande do Sul foi executada por forças paraguaias sob o comando do Tenente-Coronel Antonio de la Cruz Estigarribia e pelo Major Duarte, os quais, aproveitando-se da defesa precária de São Borja, ocuparam a cidade. Descendo em seguida o rio Uruguai, apresentaram-se diante de Uruguaiana, que foi ocupada a 5 de agosto de 1865, a despeito dos esforços de uma flotilha fluvial comandada pelo 1º Tenente Floriano Peixoto, cuja missão principal era evitar a junção das forças dos dois chefes inimigos em Passo de Los Libres. Era tal a falta de recursos, que as forças da Guarda Nacional sob o comando de David Canabarro, mobilizadas para a defesa da província desde fins de 1864, haviam se deslocado de Santa do Livramento para a região de Uruguaiana, sem, entretanto, nada poderem fazer. [...] Em substituição a Canabarro, Marques de Souza foi nomeado comandante geral das forças que, então, sitiaram Uruguaiana. [...] Na presença do Imperador, que viera especialmente do Rio de Janeiro para assisti-la, teve lugar a rendição do inimigo encurralado, no dia 18 de setembro de 1865. [...] Após a rendição de Uruguaiana, o Conselho Aliado de Generais havia decidido executar o seguinte plano de ofensiva estratégica: marcha sobre Corrientes; constituição de um exército de reserva no Rio Grande do Sul; início da ofensiva pelas forças de Osório e invasão do território paraguaio, em ponto a ser determinado.

No terceiro tomo da obra *Hace 100 años: crónicas de la guerra de 1864 - 1865*, Efraím Cardozo pondera sobre a situação do exército paraguaio no acampamento de *Paso de la Pátria* em novembro de 1865 e a mobilização dos cidadãos frente à guerra. Além disso, o autor avalia a organização das tropas paraguaias e o potencial bélico das mesmas no transcurso do seguinte ano, 1866. Destarte, é possível perceber na narrativa de Efraím Cardozo, que a sua visão a respeito das lideranças paraguaias, principalmente, sobre o próprio presidente Solano López, modificou-se entre os anos de 1965 e 1970. Está percepção torna-se

nítida quando confrontadas duas passagens das suas crônicas. Na primeira, López é visto como um herói, o que reforça o discurso nacionalista de Efraím Cardozo.

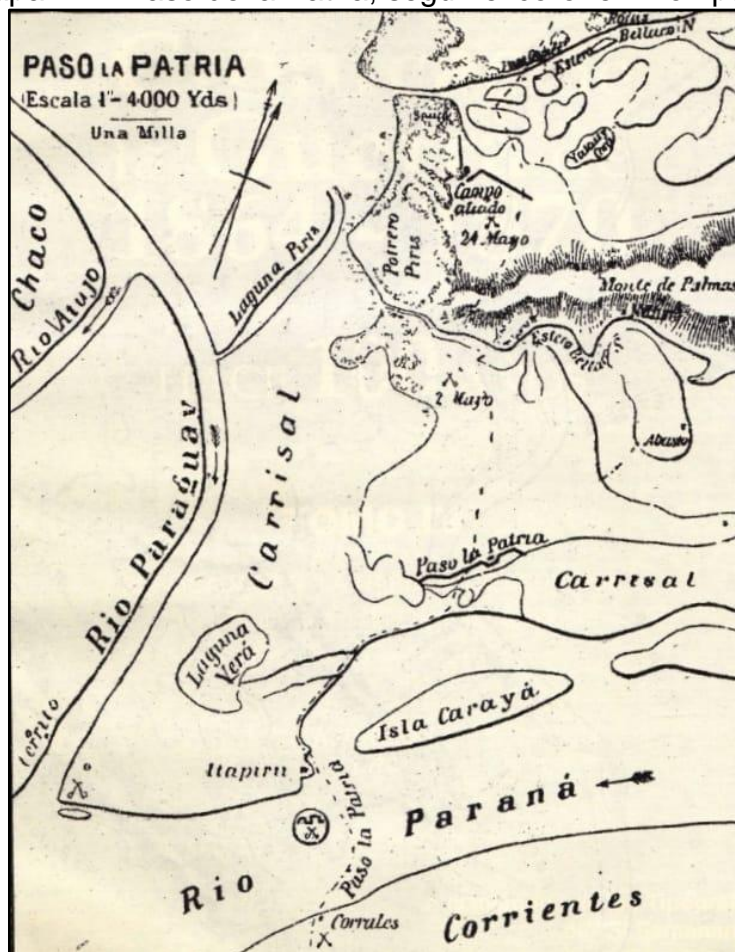
Pois, de acordo com Cardozo (2010a), 30 mil paraguaios esperavam o inimigo entrincheirados em *Paso de la Patria* desde 1ª de março de 1866. Nesta circunstância, no aludido acampamento militar, seguia-se, literalmente, a cartilha de López que tinha como título *“Para el soldado y el ciudadano paraguayo en las emergencias de la guerra: vencer o morir”*. (CARDOZO, 2010a, p. 307). O discurso de Francisco Solano López, reproduzido por Efraím Cardozo (2010a, p. 307), destacava:

“Grande y santa es la causa que ha puesto las armas en nuestras manos: grande, porque su defensa vale la defensa de los más altos principios americanos, de la nacionalidad, de la raza y del gran porvenir que espera a los países libres que pueblan los hispanoamericanos; santa porque luchamos por hacer respetar el código de las naciones, los preceptos del derecho; porque no queremos consentir que se atente contra nuestra independencia ni se insulte nuestra dignidad. Y cuando una nación ha llegado a penetrarse de que la causa que defiende es santa y que de sus resultados depende su aniquilamiento o su grandeza futura cuando han comprendido que del golpe que le amenaza puede resultar su extinción del mundo social como entidad soberana, entonces no economiza esfuerzo alguno, ni deja de arrostrar el más grande sacrificio que su libertad le exige. El Paraguay se ve en este caso y sus hijos han corrido presurosos a los puestos avanzados a rechazar el temerario ataque, se han agrupado alrededor de su bandera, prontos a derramar su última sangre por la patria y ajenos a de las rencillas y disensiones ante la inminencia del peligro, forman un solo cuerpo y una sola voluntad, movidos por las luces de un gobierno patriota”. “[...] Antes que traicionar a la patria; muramos por la patria; antes que morir en manos despiadadas y crueles, muramos al pie de esa bandera que nos guía a la gloria en el campo del honor, y sellemos con nuestra sangre la santidad del principio que defendemos. De esta manera obedecemos a la necesidad en que nuestros adversarios nos colocan, a los deberes que exige de nosotros la santidad de nuestra causa, y al propósito mismo que cada uno hemos hecho al abrazar como nuestro el interés de la patria, de triunfar o perecer en la demanda. Cada soldado, cada ciudadano lleve, pues, inscrito en su corazón este lema: ‘vencer o morir’. Así nos exige la conducta cruel del enemigo y la fuerza de nuestros deberes”. [grifo nosso].

Na segunda passagem, já referida neste texto, Efraím Cardozo condena, mais uma vez, o orgulho de Francisco Solano López. Neste viés, o desmedido orgulho do presidente, seria uma das principais causas daquela desmedida tragédia. Conforme Efraím Cardozo (2010a, p. 484) López *“[...] estaba en presencia de la ineluctable, de la inaudita, de la pavorosa tragedia, que su monstruoso orgullo le había hecho consentir [...]”*. Portanto, a peça ou interesse central da narrativa de Efraím Cardozo, o seu discurso, não está em López, e sim, na legitimidade do Estado-nação, o

Paraguai, e a sua autonomia política na fronteira platina, sobretudo, no âmbito do século XX, contexto histórico em que o autor situa-se e discute a guerra.

Mapa 12 – Paso de la Patria, según el coronel Thompson.



Fonte: Efraím Cardozo, 2010.

Logo no início da obra *El Imperio del Brasil y el Rio de La Plata: Antecedentes y estallido de la guerra del Paraguay* Efraím Cardozo (1961, p. 9) adverte que: “Y aunque desde hace algún tiempo hay quienes proyectan con fuerza sobre el Paraguay la sombra de López, lo hacen sólo para apañar absurdas dictaduras: el pueblo paraguayo sigue fiel a las tradiciones democráticas y pacifistas de los comuneros y de Mayo”. Notadamente, neste trecho, o autor refere-se a Alfredo Stroessner. Ademais, nas primeiras páginas da aludida obra, Efraím Cardozo discorre a respeito dos seus períodos de exílio em Buenos Aires e Montevideu, e, do mesmo modo, sobre o quanto as demandas geopolíticas do século XIX conservavam-se em aberto. Porquanto, mesmo que estas demandas tenham ocorrido há cerca de um século do período em que o autor as problematizou,

persistem latentes na fronteira platina até os dias de hoje. Assim, sobre o livro mencionado, escreve:

Hemos procurado mantener la objetividad del relato, aunque a veces la furia de los temporales conjurados por el recuerdo, hizo estremecer nuestra pluma y aun sumergirnos en el mar embravecido de las pretéritas pasiones. En estos casos nos hemos dejado arrastrar deliberadamente por la tormenta para tratar de obtener una revivencia más fiel del ambiente en que se desató la tragedia. Además, ello nos permitió sobrellevar mejor otras tormentas, de nuestros días, desencadenadas sobre el pueblo paraguayo. El trabajo de compulsión de los archivos de la Argentina, Brasil y Uruguay, y la redacción de los primeros capítulos, lo emprendimos en nuestro largo y arduo ostracismo de 1940 a 1949. Vueltos al Paraguay, proseguimos la investigación en el archivo de Asunción, y nuevamente desterrados, terminamos y publicamos el primer volumen en Buenos Aires en 1954. Cuando pudimos regresar a la patria, reanudamos la búsqueda documental, para luego, en 1956, otra vez obligados a refugiarnos en Buenos Aires, iniciar la redacción de este segundo volumen. La continuamos en Asunción, en una obstinada y azarosa tentativa de retorno a la tierra natal, para terminarla ahora, durante nuestro octavo exilio, en la generosa tierra uruguaya, escenario, en 1863 y 1864, de los principales sucesos referidos en esta obra. (CARODOZO, 1961, p. 9). [grifo nosso].

Do ponto de vista historiográfico a fronteira platina encontra-se em movimento, ao mesmo tempo, a construção social e política dos Estados-Nações se dá em relação com os outros, ou seja, àqueles que se situam do outro lado do limite (político-jurídico) estabelecido na fronteira. Ademais, a concepção desta fronteira em Efraím Cardozo pode traduzir-se como um “meio” de relação ou litígio. Um meio de relação, porque, o próprio autor exilou-se na Argentina e Uruguai. Um meio de litígio, porque, são perceptíveis, inclusive para Efraím Cardozo, os impasses geopolíticos entre o Paraguai e o Brasil no transcorrer do século XX.

No quarto tomo, Cardozo descreve os fatos a partir de junho de 1866. Destacam-se: as baixas do exército paraguaio na batalha de *Tuyutí (Tuiuti)*; o cancelamento das aulas nas escolas paraguaias porque os professores e alunos acima dos 14 anos de idade encontravam-se disponíveis à guerra e as demais crianças à realizarem atividades relacionadas ao sustento das famílias; as divergências diplomáticas entre Mitre e Tamandaré; as festividades do natalício de 40 anos de Francisco Solano López em 24 de julho de 1866; a vitória paraguaia em *Curupayty* na primavera de 1866; e o surto de Varíola nas tropas paraguaias.

Após a batalha campal de Tuiuti ocorrida em 24 de maio de 1866 e decisiva para os aliancistas as perdas humanas foram altas para ambos os lados. Conforme

Doratioto (2002), os mortos no lado paraguaio foram 6.000 homens, estes, somados a 7.000 feridos, perfizeram um enorme prejuízo de 13.000 homens a menos no *front*. No lado dos aliancistas foram aproximadamente 126 mortos argentinos, 737 brasileiros e 133 uruguaios. O número de feridos reuniu cerca de 480 argentinos, 2292 brasileiros e 480 uruguaios.

Assim sendo, as perdas totais para os aliancistas nesta batalha segundo o autor acenado, totalizaram 3931 homens. Porém, ainda representava um número inferior às perdas sofridas no Paraguai. Além disso, o surto de Varíola elevava o número de mortes nas enfermarias de campanha em ambos os lados. Cardozo (2010a) destacou que em seu diário, o coronel Palleja, anotou que no Paraguai o vírus causava mais pavor que as bombas e os gritos do exército. Conforme Alves (1979) as tropas da Tríplice Aliança passaram dormindo no acampamento de Tuiuti na noite de 23 para 24 de maio de 1866 e ao meio dia de 24 de maio foram atacadas por um total de 24.000 homens paraguaios dispostos em quatro colunas. Ainda, segundo Alves (1979, p. 138):

O dispositivo aliado era o seguinte: à frente, os orientais sob o comando do General Venâncio Flores; à direita os argentinos, comandados pelo General Mitre e Paunero; ao centro, a 6ª DI brasileira do General Victorino Carneiro Monteiro e o 1º Regimento de Artilharia-a-Cavalo, do Coronel Emílio Luiz Mallet; finalmente, à esquerda, o grosso do Exército Brasileiro, totalizando 22.000 homens.

A respeito das condições das tropas aliancistas após a batalha campal de Tuyuti, no Paraguai, Doratioto (2002, p. 224) asseverou:

Dias depois da batalha de Tuiuti, Flores solicitou a Mitre a realização de um conselho de guerra. Sugeriu que dele participassem todos os generais aliados, para estudar meios de superar a “crítica situação” em que o Exército se encontrava em decorrência da falta de meios de mobilidade. Mitre concordou com o conselho, desde que restrito somente aos três comandantes dos exércitos: ele mesmo, Flores e Osório, que recebera o título de barão do Herval. Em 30 de maio, esses três generais se reuniram e Mitre expôs que, embora o Tratado da Tríplice Aliança o reconhecesse como comandante-em-chefe aliado, por ocasião de sua assinatura ficou decidido, *verbalmente*, caber aos três comandantes aliados combinarem entre si as operações transcendentais da guerra que pudessem suscitar dúvidas. Lembrou também que esse tratado não colocara a esquadra imperial sob o seu comando imediato, embora pudesse como comandante-em-chefe, combinar operações às quais os navios brasileiros estariam subordinados. [...] nesse conselho de guerra, os três generais avaliaram dispor de 30 300 homens em condições de combate – 25 mil em Tuiuti –, sendo 12.600 argentinos, 17 mil brasileiros (metade do efetivo nominal) e

setecentos uruguaios. Constataram que faltavam meios de transporte para a artilharia e equipamentos bélicos que viabilizassem aos aliados iniciar marcha mais para o interior. Concluíram, porém, ser possível realizar, apesar da inferioridade numérica, operações contra o inimigo, utilizando-se da infantaria, mas ser impraticável ataques de grande envergadura. Estes somente seriam viáveis quando a cavalaria estivesse novamente montada; os cavalos eram importante instrumento de guerra e, desde o início do conflito, os aliados tinham perdido 100 mil desses animais.

Sobre a derrota do exército paraguaio em Tuiuti, Alves (1979, p. 145) aclarou que:

[...] foi completa, mas não decisiva: o inimigo retirou-se para posição à retaguarda, sem ser inquietado. [...] Os aliados, embora vitoriosos, perderam a iniciativa das operações, pois sofreram pesadas baixas, a Cavalaria quase ficou a pé e os meios de transporte tomaram-se drasticamente reduzidos. Por seu lado, os paraguaios esgotaram sua capacidade ofensiva e caíram, definitivamente, em atitude defensiva, com o fim de prolongar a guerra e, possivelmente, negociar a paz.

Doratioto (2002) também assinalou que Mitre havia sido leal com os outros comandantes, contudo, Cardozo (2010a) comentou que ocorria uma séria divergência entre Mitre e Tamandaré. Ademais, mesmo que Mitre demonstrasse integridade para com os seus compartes políticos, Tamandaré estava ciente que quaisquer danos materiais cometidos à esquadra poderiam comprometer a soberania naval do Império do Brasil e a defesa do seu território. Joaquim Marques Lisboa – Almirante Tamandaré (1867) – nasceu na cidade de Rio Grande em 13 de dezembro de 1807 e morreu na cidade de Rio de Janeiro em 20 de março de 1897. Foi Barão (1860); Visconde (1865); Conde (1867) e Marquês (1888). Membro dos conservadores esteve presente em diferentes conflitos que marcaram a História do Brasil, dentre eles: a guerra do processo de independência contra Portugal, guerra do Prata contra Oribe e Rosas, guerra Cisplatina e guerra da Tríplice Aliança. Dado o impasse entre Mitre e Tamandaré, Efraím Cardozo (2010a, p. 395) ponderou que:

Había una disparidad fundamental de criterios entre Mitre y Tamandaré: aquel sostenía que la escuadra debía apoyar al ejército para su avance, para lo cual tenía que apoderarse de Curupayty y atacar Humaitá; este exigía el apoyo terrestre del ejército, para que la escuadra pudiera efectuar cualquier operación en el río Paraguay.

Em seguida, no quinto tomo, destaca-se: as dificuldades diplomáticas entre o Império do Brasil e o Paraguai; a posição diplomática dos países sul-americanos do

Pacífico; cerimônias e mensagens de culto direcionadas à López; o comando de Caxias no exército brasileiro exercido desde 19 de novembro de 1866; as comemorações da independência do Paraguai e uma homenagem aos Estados Unidos e ao ministro estadunidense Charles A. Washburn; o intenso duelo de artilharia entre *Curuzú* e *Curupayty* em 1º de dezembro de 1866; o fuzilamento de militares paraguaios a mando de Francisco Solano López; a discussão sobre a mediação dos Estados Unidos a favor do Paraguai e uma possível conferência de paz entre os países envolvidos na guerra em Washington, nos Estados Unidos. Do mesmo modo, a interposição estadunidense prossegue sendo discutida no sexto tomo, bem como, a posição do Itamaraty; o avanço das tropas brasileiras no Paraguai; e a ascensão de Caxias ao comando do exército brasileiro.

Mesmo narrando todos esses fatos Efraím Cardozo, ao contrário da maioria dos autores revisionistas de seu período, ponderou sobre as práticas autoritárias de Francisco Solano López. O presidente paraguaio condenava os desertores do exército à pena de morte, na maioria das vezes, através do fuzilamento. Isto ocorreu com o batalhão nº 10, cuja fuga, ocasionou segundo o autor a perda de Curuzú. (CARDOZO, 2010b). Sobre o acontecimento, Efraím Cardozo (2010b, p. 37), destacou:

*No podía quedar impune la defeción del batallón 10 a cuya fuga se debió la pérdida de Curuzú. El Mariscal López dispuso que se aplicaran con todo su rigor las ordenanzas militares que castigaban con la muerte el abandono de las posiciones frente el enemigo. Según el coronel Centurión, primeramente hizo severos cargos al general Díaz, pero este le contestó “muy cuerdamente” que él no podía impedir la fuga de los soldados. Después de juicio sumario se dispuso que el batallón 10 quedara borrado de las listas del Ejército y que fueran diezmados, los soldados y quitados los oficiales. [...] Refiere el coronel Centurión: “El Mariscal le ordenó entonces (al General Díaz) que en castigo de su mal comportamiento, diezmara al batallón Nº 10, y que los comandantes en jefe coronel Manuel Giménez y mayor Albertano Zayas hicieran en los cuerpos que guarnecían Curupayty servicio en clase de sargentos. Diezmado que fue el batallón, **todos aquellos a quienes había tocado el número 10, fueron pasados por las armas en presencia de toda la división. Los oficiales fueron sorteados por medio de pajas largas y cortas: los que sacaban las largas eran inmediatamente fusilados. Los que escaparan fueron degradados a la clase de tropa;** y todo el personal del batallón fue distribuido en los otros que componían la guarnición, quedando así borrado del Ejército el batallón 10 para escarmiento propio y ejemplo moral de los demás”. [grifo nosso].*

Em relação a ascensão de Luís Alves de Lima e Silva – Barão (1841); Conde (1845); Marquês (1852); e Duque (1869) de Caxias – ao comando do exército

brasileiro, Efraím Cardozo (2010b, p. 119), referiu: “El 19 de noviembre de 1866, el Marqués de Caxias lanzó su primeira Orden del Día, donde anunciaba que había tomado posesión del comando en jefe de todas las fuerzas terrestres y navalhes del Brasil”. Sabe-se que ao assumir o posto de comandante em chefe o Marquês de Caxias reorganizou as forças militares brasileiras em plena guerra. Ademais, Efraím Cardozo (2010b, p. 119) também destaca que:

El primer acto de Caxías al recibir el mando de los brasileños, fue prohibir a los oficiales llevar signo de ninguna naturaleza que los distinguiera de los soldados, exceptuando sus espadas. Sus kepis eran cubiertos, en consecuencia, de tela blanca, como los de tropa. Esta medida fue adoptada porque los paraguayos, siempre que reconocían por sus uniformes algún grupo de oficiales, les hacían fuego en el acto, y generalmente con mortal puntería.

No sétimo tomo, o referido autor permanece narrando as operações de guerra e destaca em seu texto: a saída de cidadãos britânicos do Paraguai; o recrutamento de meninos de 10 a 16 anos que integram o novo batalhão nº 49 em 1867; a solicitação de alistamentos de mulheres de *Lambaré, Ybytymí, Villa Rica e Itapé* no exército paraguaio; e os movimentos de tropas no Paraguai. Destarte, em setembro de 1867, ocorreu um novo recrutamento de civis, a fim de, acrescentar homens aos contingentes militares do Paraguai. Então, houve o recrutamento de crianças, meninos com idade entre 10 e 16 anos. Efraím Cardozo (2010b), além de descrever os nomes dos meninos e as cidades de onde procediam, explicou que as crianças eram incorporadas ao exército na capital ou Humaitá onde eram disciplinadas e em seguida enviadas para frente de batalha. Conforme Efraím Cardozo (2010b, p. 419):

Una parte de los recién llegados eran niños, con los cuales fue integrado el nuevo batallón Nº 49. Las edades oscilan entre 10 y 16 años. De los 102 de la primera compañía de dicho batallón, 76 eran de 12 a 16 años de edad. De 12 años: Cosme Soria, de Carapeguá; Simón Acosta, de Carapeguá; Bernardino Careaga, de Hyaty; Macedonio García, de Carapeguá; Hilario Gómez y Basilio Arévalo, de Villa de San Pedro; Dolores Gill, de Recoleta; Juan Gómez, de Carapeguá. De los 102 de la segunda compañía, 92 eran de 11 a 16 años: Gaspar Báez y Olegario Gómez, de Carapeguá. De los 100 de la tercera compañía 98 son de 12 a 16 años; completan el número un sargento de 17 y un cabo de 18. De los 100 de la cuarta compañía, sólo dos son mayores de 16 años de edad. Hay en esta compañía un niño de 10 años de edad: Jacinto González de Villarrica. La compañía de cazadores del mismo batallón está integrada por 99 niños de 10 a 16 años de edad. Hay dos de 10 años: Pascual Yerutá y Eleuterio Ichari, de Yaguarón.

Em seguida, no oitavo tomo, destaca-se: os movimentos de tropas entre 1867 e 1868; a renúncia de Caxias ao comando das forças brasileiras em 6 de fevereiro de 1868; a passagem de Humaitá pelas forças brasileiras a partir de 19 de fevereiro de 1868; o bombardeio da cidade de Assunção em 24 de fevereiro de 1868; uma conversa entre Juana Carrillo de López, mãe de Solano López, com Gumersindo Benítez do Ministério de Relaciones Exteriores do Paraguai ocorrida em 13 de abril de 1868; correspondência entre *El Mariscal* López e o Coronel Bernardino Caballero em 15 de maio de 1868. A passagem da esquadra brasileira pela fortaleza de Humaitá; e breve nota sobre o assassinato do general uruguaio Venancio Flores nas ruas de Montevideu. Ainda, neste tomo, Efraím Cardozo expôs um trecho da carta de Caxias enviada ao ministro da guerra, João Lustosa da Cunha, Marquês Paranaguá. Caxias acreditava que a guerra deveria acabar e já havia exposto as suas críticas à imprensa que o culpava pelo prosseguimento do conflito. Além disso, o Marquês conservador batia de frente com o gabinete liberal do governo de Pedro II. Conforme Efraím Cardozo (2010c, p. 133), Caxias observou:

El mayor favor que el Gabinete actual me puede hacer, es aceptar cuanto antes mi exoneración, indicándome sin pérdida de tiempo cuál es mi sucesor, a fin de apartarme de una posición que, en vista de lo expuesto, juzgo insoportable, y no compelirme a cualquiera que de ella desembarace por violenta que sea.

A partir da leitura do nono tomo destaca-se: a vitória de Caballero na batalha de *Acayuzá*; a total evacuação paraguaia das ruínas da fortaleza de Humaitá e a ocupação aliancista em 25 de julho de 1868; batalhas, movimentos de tropas aliadas e paraguaias e a participação de mulheres e crianças paraguaias na guerra; a posição de Caxias em favor da paz e a oposição de Dom Pedro II a mesma; e uma correspondência entre Francisco Solano López e sua mãe Juana Pabla Carrillo de López datada de 11 de setembro de 1868. Sobre o envolvimento desumano de mulheres e crianças na guerra Efraím Cardozo (2010c, p. 337) narrou que:

Mujeres y niños participaron en la furiosa embestida que canoas paraguayas llevaron en las últimas horas de 1º de agosto de 1868 para romper el bloqueo aliado en la Laguna Berá. La batalla adquirió proporciones homéricas suscitando el asombro de los generales aliados que no pudieron ocultar su emoción ante el estupendo “salvajismo” paraguayo.

Deste modo, Efraím Cardozo rompeu com o revisionismo clássico, pois, mesmo criticando a brutalidade da invasão aliancista no território paraguaio, o autor deslocou a centralidade da resistência naquele conflito para as pessoas comuns: camponeses, mulheres e crianças. De fato, os verdadeiros heróis da guerra, por perderem incalculáveis vidas inocentes injustamente ou resistirem a um governo opressor e uma invasão militar que elevou à barbárie o nível da guerra. Sobre a travessia paraguaia na lagoa Berá, Efraím Cardozo (2010c, p. 337) descreveu cenas daquela tragédia referida em uma correspondência escrita pelo general Rivas ao Marquês de Caxias, dizia:

Al traer las canoas al puerto fue cuando todos quedaron espantados de lo que veían, pues al remover los cuerpos para saber si había heridos, se encontraron con varias mujeres muertas las que venían con camisetas de soldado y con estas varias criaturas⁶⁰ también muertas. Me cuesta referir esto porque no quise ver eso; estoy ahora mismo que no sé lo que me pasa. Al registro practicado se sacaron veinte y tantos heridos, dos o tres mujeres también heridas y entre éstas, una madre con un hijo de días cuya criatura tiene atravesado un bracito por una bala, y ella un rechazo en la cabeza y uno en cada muñeca, por lo que habrá que amputarle un brazo y cortarle uno o dos dedos del otro. Rivas tenía hecho lavar por estar cubierta de sangre encontrándole felizmente sanita. Esta inocente como otra de dos o tres años que tenía el mayor Somoza, comían, devoraban la galleta con increíble ansia. A este último que creo es hermanito le pregunté por la madre y me dijo: “se quedó atrás”. Si lo que allí se veía en medio del monte, del barro y a la luz de la luna, lo describiera una buena cabeza, pintaría un cuadro interesantísimo, pues para que nada faltase, forzoso era encontrar a aquellas horas y en semejante lugar, una mujer que diese de mamar a una criatura que teniendo madre, ésta no le podía alimentar. La mujer se encontró y ese ángel, satisfecho esa suprema necesidad, se durmió. [grifo nosso].

O maior sinal de “desumanidade” que pode haver consiste no abuso e na crueldade contra crianças inocentes, sobretudo, em uma guerra. Sem direitos humanos. Ao passo que, o mais significativo gesto de “humanidade” que pode existir, é o de preocupar-se, proteger e educar uma criança. Por conseguinte, as crianças paraguaias não tiveram essas oportunidades em presença da tragédia guerra. Como símbolo dessa desgraça, nota-se a batalha de Acosta Ñu de 16 de agosto de 1869 onde ocorreu a matança de crianças paraguaias enviadas cruelmente à guerra para resistirem à invasão aliancista junto ao que restará dos homens soldados. Quando o Conde D’Eu escreveu em seu diário sobre esta batalha, declarou:

⁶⁰ Crianças.

Não havíamos caminhado nem légua e meia (seriam umas oito horas da manhã), quando Vasco Alves enviou, da Vanguarda, notícia de que havia encontrado linha de atiradores inimiga contra a qual nada podia com sua cavalaria. Fizemos avançar a infantaria, deixando para trás suas bagagens, **e o combate, sobre o qual não posso contar todas as peripécias**, durou até três da tarde. [grifo nosso]. (DIÁRIO DO CONDE D'EU, 2017, p. 145).

Os registros sobre a batalha de Acosta Ñu ou Campo Grande aparecem no décimo segundo tomo da obra de Efraím Cardozo, assim sendo, o autor refere-se a ela como “*la batalla de los niños*”.

El 16 de agosto de 1869 se libró una de las más estupendas batallas de la guerra de la Triple Alianza contra el Paraguay. Cerca de Barrero Grande (actual Eusebio Ayala), en campo raso, sin trincheras ni ninguna defensa natural, 3.000 paraguayos, la mayoría niños menores, de 14 años de edad, resistieron duramente ocho horas las embestidas de todo el ejército aliado, de más de 20.000 soldados, que atacaron por todos los frentes, fluctuaron varias veces ante la heroica resistencia y les denodados contraataques de los pequeños combatientes, y finalmente lograron imponerse, por la enorme superioridad de sus efectivos, de su artillería y de la acción de la caballería, de que carecían los paraguayos, y solamente cuando casi todos éstos habían sucumbido. Los paraguayos estuvieron comandados por el general Bernardino Caballero que logró salvarse con pocos sobrevivientes, incorporándose luego al resto del ejército. [...] Terminada la batalla el campo fue incendiado y de este modo perecieron centenares de los pequeños heridos que yacían en los pajonales. (CARDOZO, 2010c, p. 262). [grifo nosso].

Com a ocupação aliancista em Humaitá em julho de 1868, hipoteticamente, a guerra estaria acabada e a paz negociada. “Com a perda de Humaitá, López perdera também o controle do rio Paraguai e, portanto, agora o país inteiro estava à mercê do inimigo”. (CAWTHORNE, 2015, p. 203). Apesar disso, o conflito foi arrastado até a tomada da capital paraguaia em 1869 e morte de Francisco Solano López em Cerro Corá em 1º de março de 1870. Em seu diário de campanha, Conde D'Eu, comandante em chefe das tropas brasileiras anotou em 14 de abril de 1869: “Entre duas e três horas⁶¹, ancoramos em Assunção”. (DIÁRIO DO CONDE D'EU, 2017, p. 80). Em 16 de abril de 1869 o nobre passou em revista o 2º Corpo do Exército que ocupava a cidade, assim, segundo ele:

Havia 8.769 homens em prontidão sob o comando do brigadeiro José Auto da Silva Guimarães: a saber, uma divisão de infantaria (brigadeiro Salustiano Jerônimo dos Reis) com quatro brigadas; uma divisão de

⁶¹ O Conde D'Eu desembarcou em Assunção à tarde.

cavalaria (coronel da Guarda Nacional Manuel de Oliveira Bueno) com duas brigadas; um regimento de artilharia (coronel Manuel de Almeida Gama Lobo d'Eça), e, enfim, o batalhão de engenheiros (Conrado Bittencourt). Com minha designação para comandante em chefe, as ordens dadas aos oficiais-generais serão inteiramente mudadas. O aspecto geral do Exército me satisfaz: estão todos armados, vestidos e calçados de maneira completa. E, considerando-se o estado passado das tropas, houve total transformação após Uruguaiana. Não quero dizer, contudo, que o aspecto seja igual ao dos Exércitos europeus. Essa inferioridade advém de duas causas: 1. o detestável corte de nossos uniformes; 2. a imensa preponderância numérica (na infantaria) de mulatos, que, de forma geral, não oferecem bons espécimes para a humanidade, embora haja tambóres-mores negros que são magníficos. (DIÁRIO DO CONDE D'EU, 2017, p. 82).

No décimo tomo ganha destaque os sucessos em Cerro León, da resistência ao abandono deste quartel general por Francisco Solano López e a mudança da sede de seu comando para Azcurra. Além disso, Efraím Cardozo cita o testamento de Francisco Solano López consentindo todos os seus bens para madame Lynch. Segundo Cawthorne (2015, p. 227), Elisa Lynch, “[...] apesar de ter perdido o império e o amante, não estava na miséria”. Ainda, segundo (CAWTHORNE, 2015, p. 227):

Em 21 de maio de 1870, as autoridades brasileiras fizeram um inventário de seus bens a bordo do navio *Princeza*. A caixa continha: seis barras de ouro; 14 mil em dinheiro paraguaio, agora sem o menor valor; 391 onças de ouro; notas promissórias assinadas por McMahon e o cônsul italiano que haviam levado dinheiro para o exterior a seu pedido; 65 joias, inclusive quarenta anéis de ouro e dez brincos; 23 presilhas de metais preciosos; seis abotoaduras de ouro e cinco botões de ouro para coletes; vinte relógios de bolso com as correntes; 16 pulseiras, duas delas feitas de cabelos humanos; 11 relógios de ouro, sendo nove masculinos; seis *bombillas*⁶² de prata enfeitadas com peças de ouro; cinco colheres de prata de *maté*; quatro *peinetas* de ouro, uma delas enfeitada com brilhantes; dois terços e um crucifixo de ouro e coral; uma cruz de ouro; e o pingente e a medalha da Comenda da Ordem de Cristo.

Sobre o testamento de 1868, Efraím Cardozo (2010c, p. 525) o citou em suas crônicas:

El infrascripto, mariscal Presidente de la República del Paraguay, por el presente documento declaro formal y solemnemente que, agradecido a los servicios de la señora Doña Elisa A. Lynch, hago en su favor donación pura y perfecta de todos mis bienes, derechos y acciones personales y es mi voluntad que esta disposición sea fiel y legalmente cumplida. Para todo lo cual firmo con testigos en el Cuartel General de Pikysyry, a los veintitrés días del mes de diciembre de mil ochocientos sesenta y ocho (Fdo.) Francisco S. López.

⁶² Artefato para tomar o mate.

Figura 7 – Elisa Alicia Lynch.



Fonte: La Nación – Paraguay.

Em seguida, é importante a alusão de Efraím Cardozo sobre a derrota de Francisco Solano López em Cerro León. Mais uma vez, nota-se o equilíbrio do autor em sua escrita ao referir-se ao *Mariscal*. Primeiro Cardozo distingue o reconhecimento de sua derrota, depois centraliza em sua crônica o inflamado discurso do presidente paraguaio desde Cerro León. As palavras proferidas por Francisco Solano López denotam um estímulo ao que restou do exército em 1868. Adaptadas ao contexto de Efraím Cardozo instigam o nacionalismo e a confiança do povo paraguaio em suas instituições e, sobretudo, na salvaguarda de sua soberania nacional e suas fronteiras. Mas, sutilmente, Cardozo afirma: “[...] **el Mariscal López lanzó una Proclama en que reconoce, por primera vez, haber sido derrotado, pero anuncia su determinación de seguir la guerra hasta la victoria final para cual convoca a todos los paraguayos [...]**”. (2010c, p. 532). [grifo nosso]. Destarte, em nosso juízo, Efraím Cardozo procurou evidenciar uma íntima desconstrução do orgulho de López que reconheceu a derrota. Contudo, é importante salientar, o peso destas palavras no Paraguai de Efraím Cardozo. Em 31 de dezembro de 1868 López mudou a sede de seu quartel general de Cerro León para Azcurra. Segundo Efraím Cardozo (2010c, p. 536): “*Al mismo tiempo dio órdenes para que los últimos 200 hombres que permanecían en Asunción, abandonase la plaza apenas*

apareciesen los aliados, ya se sabía que el ejército bajo el mando del marqués de Caxías se dirigía hacia esa ciudad con el propósito de ocuparla". Mesmo assim, para obter-se clareza a respeito da visão de Efraím Cardozo sobre Francisco Solano López na obra *Hace Cien Años*, é indispensável à leitura prévia da obra *El Império del Brasil y el Río de la Plata*. Em seu revisionismo Efraím Cardozo não recusou o valor histórico do governo de Francisco Solano López, sobretudo, o que a sua imagem representava. Mas, não deixou de criticá-lo e apontar o seu orgulho excessivo e os seus erros como chefe de Estado. Ademais, Efraím Cardozo (2010c, p. 532) descreveu no décimo tomo da obra *Hace Cien Años* documento datado de 28 de dezembro de 1868, dirigido ao povo paraguaio por López:

Compatriotas: Derrotados en mi cuartel general de Pikysyry, estoy en este campo. Agonizante el enemigo por la espléndida victoria del 21 y los sucesivos combates que han tenido lugar el día 26, ayer en la desesperación llevó sus restos sobre nuestras líneas, y la suerte nos ha sido adversa, más por un capricho que por la fuerza de las armas. Nuestras artillería desmontada hacia uno que otro tiro sobre montones de tierra y no era movable, y el enemigo llevó su ataque allá donde ni así la teníamos. Rompió el fuego con una artillería numerosa que nuestra legiones aguantaran tan bien como los otros días; pero un cuerpo de reclutas dio ventajas al enemigo, y nuestros refuerzos no llegaron, que hacerlo la jornada hubiera sido otra, y a esta hora estaríamos proclamando la definitiva libertad de la Patria. [...] Nuestro Dios quiere probar nuestra fe y constancia para darnos después una Patria más gloriosa y vosotros como yo, debéis sentirnos nuevamente enardecidos con la sangre generosa que ayer bebió la tierra de nuestro nacimiento. Para vengarla, salvando la Patria, aquí estoy. Un revés de fortuna no ha de ciertamente venir a imponer sobre el espíritu y la abnegación del magnánimo pueblo, aquellos valientes que han tenido la desgracia de caer en manos del enemigo no olvidarán sus glorias y la obligación da que se deben a su Patria, y lejos de hacerse traidores, buscarán nuestra bandera y su puesto en nuestras filas. [...] Hemos sufrido un contraste, pero la causa de la Patria no ha sufrido y sus buenos hijos se organizan en estos momentos para luchar todavía con mayor ahínco con el enemigo exterminador, que solo ha quedado en el campo de batalla para contemplar la destrucción de su ponderado número. El no tiene ya sino cañones y muchos caballos con pocos jinetes. En las últimas jornadas el enemigo estima su baja en más de veinte mil hombres, y vosotros soldados sabéis cual ha sido vuestro número y cada uno bien recordáis cuántos invasores cayeron a vuestro plomo y pasaron por vuestra lanzas. Así, sabéis también lo que os resta que hacer para expurgar la Patria de sus enemigos y de hacerlo con la fe levantada en nuestro Dios y en la decisión y bravura que sabéis, la conclusión será fácil, como fácil será para vosotros reducir a esos restos que ahora veis del grande ejército que cuatro años ha orgulloso amenazara en pocas semanas reducir a polvo nuestra Patria. Francisco Solano López. Cerro León. Diciembre 28 de 1868.

Nota-se neste documento, outra vez, a oratória de Francisco Solano López e como o seu discurso pode ser interpretado e ressemantizado em diferentes períodos

da História paraguaia. Deste modo, Efraím Cardozo deu outra tonalidade a este discurso, repousando entre o fracasso e a motivação do presidente López. É de suma importância destacar que a obra de Efraím Cardozo analisada nesta ocasião esteve densamente arrolada ao litígio da fronteira entre Brasil e Paraguai no caso dos *Salto del Guairá* (Sete Quedas). Toda a descrição do autor sobre os sucessos da guerra da Tríplice Aliança, bem como, a apresentação de documentos ou a construção de interpretações e narrativas permaneceram relacionadas ao litígio mencionado e ao momento político em que Efraím Cardozo encontrava-se imerso, a ditadura stronista.

Destarte, o autor questionava o governo López e, ao fazê-lo, criticava também Alfredo Stroessner. Com certeza o autor interessava-se pela democracia liberal, aliás, pela ausência desta já havia sido diversas vezes exilado. Contudo, devido ao lugar que sustava na política e na mídia paraguaia, arquitetou simbolicamente uma relação muito bem sucedida da guerra da Tríplice Aliança com o litígio dos *Salto del Guairá* (Sete Quedas).

Em forma de crônicas para um jornal de alcance popular, o *La Tribuna*, Efraím Cardozo escreveu para o povo e fomentou uma nova discussão a respeito da fronteira paraguaio-brasileira. Para tal, utilizou-se ainda, dos discursos de López, mas, sem deixar de julgar o presidente paraguaio na totalidade da sua vasta obra historiográfica. Sobre a tensão político-jurídica em questão, Tomaz Espósito Neto (2013, p. 01) que o “[...] litígio se iniciou quando o governo brasileiro divulgou um estudo, feito pelo engenheiro Oscar Marcondes Ferraz, sobre o potencial hidrelétrico da região em 1962”.

Segundo o mesmo autor, em seguida, “[...] o Palácio López apresentou uma comunicação, na qual reivindicava a soberania de Sete Quedas”. (NETO, 2013, p. 01). Mesmo tomado pela guerra sobrevinda ao século XIX, Efraím Cardozo articulou muito sobre o seu presente ao estudá-la e descreve-la. É neste sentido, que a História consiste em narrativa e enquanto tal transcende o acontecimento, colocando o passado no presente.

No tomo subsequente, destaca-se: a ocupação de Assunção em 1869, onde à frente das tropas brasileiras achava-se, ainda, o Marquês de Caxias; e o testamento

de Juan Manuel de Rosas, onde este confiava a Francisco Solano López, a espada de José de San Martín⁶³. Segundo Cardozo:

El 17 de febrero de 1869, en Southamptom, donde residía el ex dictador de la Confederación Argentina, Juan Manuel de Rosas, dicta y firma un codicilo de su testamento, que hace llegar a su pariente y albacea, José María Rosas y Patrón y que dice: “Su excelencia el generalísimo, Capitán General Don José de San Martín me honro con la siguiente manda: “La espada que me acompañó en toda la guerra de la independencia, será entregada al general Rosas por la firmeza y sabiduría con que ha sostenido los derechos de la Patria”. Y yo, Juan Manuel de Rosas, a su ejemplo, dispongo que mi albacea entregue a Su Excelencia el señor Gran Mariscal, Presidente de la República Paraguaya y generalísimo de sus ejércitos, la espada diplomática y militar que me acompañó durante me fue posible sostener esos derechos, por la firmeza y sabiduría con que ha sostenido y sigue sosteniendo los derechos de Patria”. Esta disposición de Rosas nunca fue cumplida. (2010d, p. 58).

O sabre curvo do General San Martín nunca chegou até Francisco Solano López, porém, no final do século XIX a espada foi enviada à Argentina depois de tratativas com os herdeiros dos bens de Juan Manuel de Rosas que viviam na Inglaterra. Mesmo que o acenado no testamento não tenha sido cumprido, o fato simboliza a aversão da oposição argentina e do governo paraguaio no período da guerra a Bartolomé Mitre. Noutro vértice, sobre a ocupação e saque de Assunção, Efraím Cardozo (2010d, p. 09) asseverou:

*El 5 de enero de 1869 entró el grueso del ejército brasileño en la antigua Capital de la República. Lo hicieron por el camino de Luque. El marqués de Caxias ordenó que la infantería se acuartelase en los edificios públicos y la caballería acampase en los alrededores donde había buenos pastos para, caballadas. Lego eligió como sede de su cuartel general una de las casas del Mariscal López. Se dio luego franco a la tropa y comenzó una de las escenas más horripilantes de la guerra entre el Paraguay y la Triple Alianza: **el saqueo sistemático de la ciudad, que se prolongó durante cinco días con sus noches.** [grifo nosso].*

Ademais, segundo a narrativa de Efraím Cardozo (2010d, p. 12) naquele momento, *“Asunción parece una ciudad bombardeada por la acción de los buscadores de tesoros”*. Além disso, o autor escreveu várias páginas descrevendo as habitações de Assunção, sobretudo, as mais requintadas, a barbárie e as pilhagens sucedidas pelo exército invasor nos últimos anos da guerra.

⁶³ General José Francisco de San Martín y Matorras (1778 – 1850). *“El Libertador”*.

Cuando el 22 de febrero de 1868 los habitantes de Asunción recibieron orden de abandonar la ciudad, solo pudieron llevar sus ropas más indispensables. Las casas quedaron con todos sus muebles y enseres. Era tradicional el lujo de muchas de las residencias. No pocos muebles, cortinados, alfombras, vajillas eran importados de Europa. (CARDOZO, 2010d, p. 09).

Neste viés, Efraím Cardozo também descreveu o relato do engenheiro britânico George Thompson⁶⁴, após a evacuação da cidade. Segundo este: *“Las casas parecían como si estuvieran habitadas, todos los muebles y todos los objetos estaban en sus mismos sitios”*. (CARDOZO, 2010d, p. 09). A indisciplina das tropas que saquearam a capital paraguaia não pode ser justificada. Porém, é possível avaliar o saque como uma espécie de “recompensa” aos soldados pelos anos a fio na guerra. De outro modo, o saque também evidenciou a barbárie dos invasores. Destarte, Efraím Cardozo (2010d, p. 10) confirma:

Nada escapó a la furia de los conquistadores. Ni siquiera fueron respetados los archivos y afectos de la Legación Brasileña que habían quedado bajo la custodia del Consulado de Francia. Tampoco los que fueron de la Legación Norteamericana, y del Consulado de Portugal. El cónsul de Francia, Cuverville, que no admitiendo el traslado de su representación a Piribebuy había venido a instalarse en su antigua residencia, no pudo impedir que fuera saqueado su propio consulado. “Abandonada por muchos días por los paraguayos, y ocupada sin resistencia la Asunción”, protestó días después ante el Marqués de Caxías, “fue tan indignamente saqueada como una ciudad tomada por asalto. Los intereses de mis compatriotas ausentes no fueron tampoco respetados. He visto saquear el consulado de Portugal y la legación Norteamericana. Mi propio consulado fue, por distintas ocasiones robado, mis muebles tirados y rotos, mis libros los encontré despedazados y diseminados por todas partes, así como el archivo del consulado general del Brasil en el Paraguay, que yo guardaba con mayor cuidado que el mío”.

Mais adiante, o autor traz à baila os pronunciamentos oficiais dos consulados dos Estados Unidos e Itália situados em Assunção, igualmente, o pronunciamento do general argentino Emilio Mitre. Todas as declarações de alguma forma criticaram as atitudes do exército imperial na capital paraguaia, já que, o enfoque neste ponto da sua obra não foi assinalar críticas aos governos da Argentina e Uruguai. Assim sendo, Efraím Cardozo (2010d, p. 10) descreve:

LA LEGACIÓN NORTEAMERICANA. El comandante de “Wasp”, que regreso al Paraguay días después, también protestó ante el comando aliado “Debo igualmente llamar la atención de V.E. sobre el hecho que después de ser ocupada la ciudad de Asunción por el ejército brasileño, la casa

⁶⁴ Greenwich, Inglaterra, 1839 – Assunção, Paraguai, 1876.

residencia de la legación de los Estados Unidos, fue vaciada los varios cofres, algunos sellados, y que violentamente fueron sustraídos sus contenidos. También fue removido el archivo oficial de la Legación”. EL CONSULADO DE ITALIA. El cónsul de Italia, Lorenzo Chapperón, quien también se había reintegrado a su antigua sede, protestó ante los jefes aliados: “El Consulado de S.M. en Asunción, fue asaltado el 5 de enero próximo pasado, y para proceder a su horroroso saqueo, se derrumbaron ventanas. La misma suerte cupo a muchos italianos y alemanes residentes en esta ciudad y fuera de ella, en los que sufrieron el furor con que fueron sus casas violentadas para despojarlas de las mercaderías y muebles que se encontraban depositados”. [...] EL EJÉRCITO ARGENTINO. No quiso el general Emilio Mitre entrar en la ciudad, como le había invitado el marqués de Caxías, para no complicar al ejército argentino en los actos que se estaban perpetrando. Escribió a Caxías: “No quiero autorizar con la presencia de la bandera argentina en la ciudad de la Asunción los escándalos inauditos y vergonzosos que perpetrados por los soldados de V.E. han tenido lugar”.

Logo, Caxias tomou medidas para sessar com os saques na cidade de Assunção nos primeiros dias de 1869. Os assaltos teriam terminado em 10 de janeiro daquele ano. (CARDOZO, 2010d). Assim, no comando do exército, Caxias “prohibió el acceso de los soldados a los templos y mandó colocar fuertes guardias frente a los locales de la legación norteamericana y de los consulados de Francia y Italia”. (CARDOZO, 2010d, p. 15). Para diante em sua narrativa Efraím Cardozo expressa algumas das “possíveis leituras” sobre o fim da guerra, sobretudo, do ponto de vista europeu e as consequências políticas para o Paraguai.

No décimo segundo tomo destaca-se desde maio de 1869: o movimento dos exércitos no território paraguaio; as publicações de Juan Bautista Alberdi⁶⁵ em Paris sobre as intenções do Império do Brasil no Paraguai e na geopolítica da fronteira platina; e a publicação em Londres da obra *“The war in Paraguay: with a historical sketch of the country and its people and notes upon the military engineering of the war”* de George Thompson.

Efraím Cardozo tinha algo em comum com Juan Bautista Alberdi, ainda que, o intelectual argentino tivesse vivido no século XIX. Ambos eram juristas, diplomatas, escritores, políticos e liberais. Certamente, daí vem o interesse de Cardozo em Alberdi, e na visão do autor de *San Miguel de Tucumán*⁶⁶ sobre a guerra da Tríplice Aliança. Ademais, o principal ponto é que Alberdi também criticava o imperialismo brasileiro na fronteira platina durante o decurso do século XIX, Cardozo estendeu a

⁶⁵ Argentina, 29 de agosto de 1810 – França, 19 de junho de 1884. Diplomata, político liberal e intelectual argentino.

⁶⁶ Fundação, 1565; Refundação, 1685.

crítica até meados do século XX. De acordo com Efraím Cardozo (2010d, p. 197), a obra de Alberdi publicada na cidade de Paris em junho de 1869,

[...] dedicó a los problemas de la guerra de la Triple Alianza contra el Paraguay. Este nuevo libro apareció en francés, bajo al título de “Project de reconstruction territorial et dinastique de L’Emperie du Bresil aux depens des republicues americains”. Su finalidad era denunciar propósitos imperialistas del Brasil y del interés del resto de la América en poner coto a esos avances. La obra apareció sin la firma del autor.

Em agosto de 1869 Juan Bautista Alberdi “[...] reúne en un volumen los escritos que ha venido publicando desde la iniciación de la guerra entre la Triple Alianza y el Paraguay, [...] El Imperio del Brasil ante la democracia de América”. (CARDOZO, 2010d, p. 245). Na segunda metade do século XIX, Alberdi realizou oposição à guerra diante do governo Mitre, e na maior parte deste tempo esteve em exílio no Uruguai e Chile. Do mesmo modo, além das práticas políticas, jurídicas, diplomáticas, e das interpretações sobre o acenado conflito, o exílio político conectou Cardozo a Alberdi. Ademais, as ideias de ambos os autores convergiam em críticas ao Império do Brasil e ao autoritarismo de Francisco Solano López, onde as narrativas sobre o patriotismo dos paraguaios não inocentava o ditador. Assim sendo, a respeito dos textos de Juan Bautista Alberdi, Efraím Cardozo (2010d, p. 245) destacou em sua obra:

Por hoy toda la mira del autor se concentra en una idea: resistir, protestar, oponerse al plan tradicional del Brasil, renovado esta vez con proporciones aterrantas, de reconstruir su Imperio en detrimento del pueblo, del suelo y del honor de las Repúblicas del Plata. [...] refiriéndose a los objetivos de la guerra, dice Alberdi: “Hablemos desde luego del objeto, ostentado, la libertad, no del objeto oculto, la conquista. Llevar la libertad interior al Paraguay, era suponer que el pueblo de ese país se consideraba tiranizado por su gobierno, y que bastaría en esta hipótesis dar a la guerra por objeto, la destrucción del gobierno tiránico de López, para esperar que el pueblo paraguayo se adhiresse al invasor. [...] El Paraguay ha probado de ese modo al Brasil, que su obediencia no es la del esclavo sino la del pueblo que quiere ser libre del extranjero. [...] “Ser libre para ellos es no depender del extranjero”.

De fato o governo do Paraguai era centralizado em López. Não havia formas de oposição, deste modo, através de desmedida violência ou magistral oratória, ele mobilizou o seu povo para ir à guerra. Na obra “*Hace 100 años*” Efraím Cardozo esteve mais interessado em apresentar os atos do líder paraguaio, a fim de, provocar o pensamento e a comoção dos leitores do *La Tribuna* sobre a soberania

paraguaia e a ditadura que estava em curso no século XX. Inversamente, em “*El Imperio del Brasil y el Río de la Plata*”, mesmo publicando os discursos de López e realizando pesadas críticas ao imperialismo brasileiro na fronteira platina, o autor expôs com maior clareza a sua opinião sobre os desacertos do governo de Francisco Solano López e a sua política externa. Neste viés, destacou que até às vésperas da guerra o Paraguai não tinha representantes diplomáticos em Buenos Aires, Montevideu e Rio de Janeiro (CARDOZO, 1961), isto com certeza prejudicava os ditos interesses diplomáticos de López. Ademais, Efraím Cardozo (1961, p. 83) ponderou sobre os antecedentes da guerra desde a passagem do governo Carlos a Francisco, afirmando:

Los últimos momentos de Carlos Antonio López estuvieron amargados por la persuasión de los graves peligros que se cernían sobre los destinos del Paraguay. En su lecho de muerte, dirigiéndose a su hijo mayor y sucesor en el mando, general Francisco Solano López, formuló un supremo consejo: Hay muchas cuestiones pendientes a ventilarse, pero no trate de resolverlas con la espada sino con la pluma, principalmente con el Brasil.

Por conseguinte, havia para Efraím Cardozo um chefe de Estado que percebia com racionalidade as necessidades de seu governo e os interesses geopolíticos e econômicos advindos de seus vizinhos, e que, ainda, era capaz de mobilizar e obter a confiança de seu exército através da sua persuasão e oratória. Por vezes, Efraím Cardozo também ressalta a tenacidade do líder paraguaio, que se manteve em pé até o fatídico episódio de Cerro Corá. Por outro lado, o autor evidencia que López não apresentava meios concretos para prover todas as obrigações e necessidades do seu governo, especialmente, em relação à política externa do Paraguai. Outra importante questão é que Cardozo estava ao lado da democracia e a ditadura que presenciou adornava-se com a imagem militar e despótica de Lopez. Neste sentido, pensar sobre as representações da guerra da Tríplice Aliança na obra de Efraím Cardozo, sobretudo, sobre a imagem de López e o que ela representava no contexto em que o autor encontrava-se inserido, também estabelece uma análise de discurso. Assim, sobre História, discurso e realidade, Michel de Certeau (2020) ponderou sobre dois possíveis modos de real, o real conhecido e o implicado. Para o autor:

Se recapitularmos esses dados, a situação da historiografia faz surgir a interrogação sobre o real em duas posições bem diferentes do procedimento científico: **o real que é o conhecido** (aquilo que o historiador estuda, compreende ou “ressuscita” de uma sociedade passada) e **o real que é implicado** pela operação científica (a sociedade de presente à qual se refere a problemática do historiador, seus procedimentos, seus modos de compreensão e, finalmente, uma prática do sentido). De um lado, o real é o resultado da análise e, de outro, é o seu *postulado*. Essas duas formas da realidade não podem ser nem eliminadas nem reduzidas uma à outra. **A ciência histórica existe, precisamente, na sua relação.** Ela tem como objetivo próprio desenvolvê-la em um discurso. Certamente, segundo os períodos ou os grupos, ela se mobiliza, de preferência, em um de seus dois polos. (CERTEAU, 2020, p. 41). [grifo nosso].

O arrolamento das duas “realidades” levantado por Certeau pode ser percebido na narrativa de Efraim Cardozo, principalmente, o sentido hodierno das disputas territoriais na fronteira, o Prata, e que está gravemente “implicado” em sua obra. *“Hace 100 años”* é publicada no calor de uma nova disputa. Dessa forma, segundo Certeau (2020, p. 27) “[...] fundada sobre o corte entre um passado, que é seu objeto, e um presente, que é o lugar de sua prática, a História não para de encontrar o presente no seu objeto e o passado nas suas práticas”. Do mesmo modo, Efraím Cardozo testemunhou o seu presente em seu objeto. Assim, observou-o através de uma guerra ocorrida há um século antes do seu tempo, isto porque, para ele, a questão de limites na fronteira tornava a ser tema de debate nacional com o caso dos *Saltos del Guairá* (Sete Quedas).

Por fim, no tomo XIII, Cardozo narra: o movimento de tropas no território paraguaio entre outubro de 1869 e março de 1870; a morte de López em Cerro Corá em 1º de março de 1870 e a sua repercussão nos países abarcados pela guerra. Na obra *“El Imperio del Brasil y el Rio de la Plata”*, o autor apresenta os antecedentes do problemático conflito, sobretudo, as questões diplomáticas e a forte presença do Império do Brasil na fronteira platina. Assim, Efraím Cardozo examinou criticamente as suas fontes, discorrendo sobre a guerra desde os antecedentes até a consumação do conflito em 1870.

Se cierra 1869 año de la caída y saqueo de Asunción, de la sangrienta campaña de la Cordillera y del pavoroso drama del hambre en uno y otro campo con el Mariscal López al frente de los restos del ejército nacional, en dramático peregrinaje hacia Cerro Corá, transitando por lugares inhabitados e inhóspitos, sufriendo mil penalidades, pero sin debilitar, en lo más mínimo, la decisión de luchar por la patria hasta el final, sin transigir con ninguna muestra de debilidad. Cuenta el general Resquín: “Toda aquella región era completamente desierta, y la marcha fue muy penosa. Mucha gente murió de hambre, y los soldados y oficiales se desbandaron en grupos de ocho y diez. Los que eran encontrados eran lanceados inmediatamente sin más

forma de proceso. El camino quedó sembrado de cadáveres: unos muertos a lanza y otros de hambre". (CARDOZO, 2010d, p. 415).

As últimas páginas das crônicas de Efraím Cardozo descreveram a derradeira batalha da guerra. Segundo o próprio autor a batalha de Cerro Corá estendeu-se por apenas quinze minutos. (CARDOZO, 2010). Tempo implacável para acabar com uma guerra que já se delongava por quase seis anos e que havia sido trágica para o povo paraguaio. Ao ler a parte final da obra é necessário considerar o objetivo das crônicas e ressaltar que foram publicadas em um jornal com uma linguagem objetiva, a fim de, agenciar a reflexão dos leitores a respeito do evento histórico. Embora nela o autor tenha destacado a tenacidade de López no fechamento da “*Epopeya Nacional*” que recordava os seus cem anos, é importante retomar outra vez as palavras de Cardozo na obra “*El Imperio del Brasil y el Rio de la Plata*”, disse:

No la geografía, ni la economía, ni la raza dictan en 1864 y 1865 las decisiones supremas e irrevocables, sino pasiones, sentimientos e ideales, grandes o pequeños, de carácter social o individual: amor fanático a la independencia o la grandeza nacional, adhesión a doctrinas, o instituciones o banderías políticas, ansias de poder y dominación, sueños de gloria, cuidado de la honra, orgullo, vanidad, rencor, envidia, celos, suspicacias, cálculos, complejos de inferioridad o de superioridad, frustraciones, obsesiones persecutorias o genocidas, que acucian a los pueblos o a los hombres y los arrojan a la apocalíptica vorágine. (CARDOZO, 1961, p. 08).

Ademais, nesta “advertência” (assim está intitulado o texto que adentra a mencionada obra) escrita por Efraím Cardozo em 23 de junho de 1960 em Montevideu, ele também lança a seguinte ideia sobre a utilização da imagem de Francisco Solano López e que diz muito a respeito da ditadura stronista que presenciava:

Ya aunque desde hace algún tiempo hay quienes proyectan con fuerza sobre el Paraguay la sombra de López, lo hacen sólo para apañar absurdas dictaduras: el pueblo paraguayo sigue fiel a las tradiciones democráticas y pacifistas de los comuneros y de Mayo. (CARDOZO, 1961, p. 09).

Neste sentido, também é possível cogitar que ao escrever “*Hace 100 años*” após longo período de exílio político em Buenos Aires na Argentina e Montevideu no Uruguai, Efraím Cardozo procurou de fato “amortecer a sua pena” para manter-se funcional⁶⁷ na redação do *La Tribuna* em Assunção e no campo da política

⁶⁷ No sentido de fazer o que era possível no momento dentro do Paraguai.

paraguaia. Ademais, como bem levantou Michel de Certeau (2020) o presente encontra-se no objeto da História. Conseqüentemente, a guerra como objeto trazia consigo: a soberania paraguaia em relação ao seu território; o litígio da fronteira; os interesses do Brasil; a navegação; a ditadura. De certo modo, o espectro da guerra da Tríplice Aliança, estava outra vez presente.

Figura 8 – Francisco Solano López, 1870.

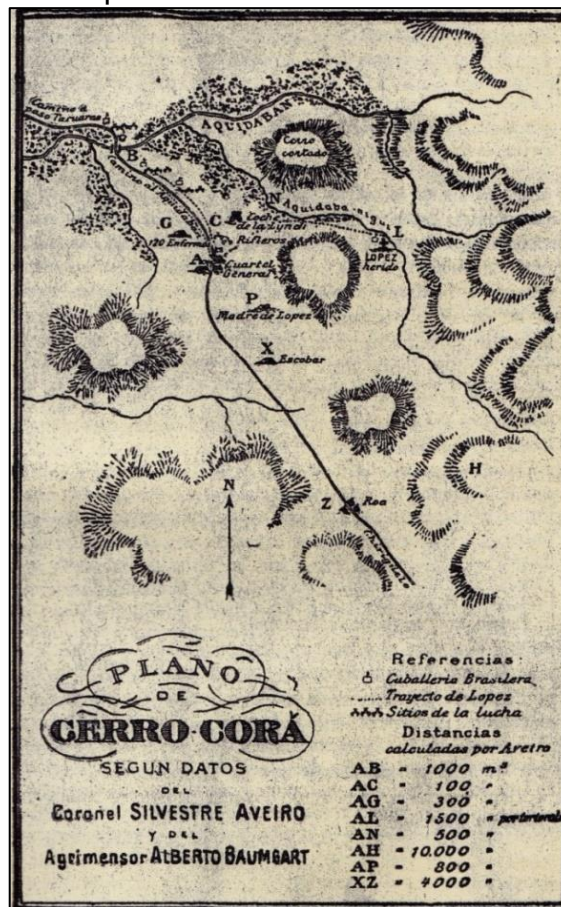


Fonte: La Nación – Paraguay.

Como havia sido esclarecido, toda a historicidade e explicação plausível sobre os acontecimentos históricos encontram-se ligados a narrativas, pois, a História adquire sentido em forma de narrativa. Portanto, deve-se procurar uma densa reflexão sobre a sua arquitetura, a sua estética, e sobre a triagem dos fatos narrados. Em outras palavras, a importância e o alcance dos eventos históricos são elementos constituídos pelo modo de como o fato é colocado sob a forma de narrativa. Ela emoldura e exhibe o fato adotado por novos significados ininterruptamente. Apesar disso, a investigação é parte fundamental da História. Apresentando detalhes, Efraím Cardozo (2010d, p. 483) narrou ao final do tomo XIII a última batalha da guerra em Cerro Corá e a morte de Francisco Solano López.

Y llegó el día de la colosal batalla. Los últimos restos del gran ejército que durante cinco años había asombrado al mundo con sus pasmosas hazañas, se lanzaron a la muerte; rodeando a su titánico adalid el Mariscal Francisco Solano López para cumplir el juramento empeñado al iniciarse la Epopeya Nacional. Era un fantasma de ejército, una legión de espectros, desnudos, famélicos, sin armas apropiadas, frente a un enemigo inmensamente superior en número, en recursos y en vigor físico. Ninguna esperanza, ni la más remota, abrigaban el Mariscal López y sus soldados de torcer el curso ineluctable de los sucesos. La inmolación era inevitable. Pero nadie pensó en capitular, y todos aceptaron la desigual y decisiva contienda. El indómito caudillo, el Héroe de la Resistencia sin igual, cayó muerto con la espada en la mano y el nombre de Patria en los labios. Sus soldados sucumbieron uno por uno. La gran epopeya había terminado. Quedaba trazada la diagonal de sangre que cruzó todo el territorio nacional, de rincón, y que rubricó, para siempre, el derecho del Paraguay a la existencia. Porque si el Mariscal López creyó morir con su Patria, del supremo holocausto la República del Paraguay surgió más engrandecida que nunca. Un pueblo que demostró tanta fiereza en la defensa de su independencia, a la cual sacrificó todos los valores, aún los más sagrados, tenía derecho a ella. Y así lo proclamaron los vencedores, rindiéndose a la evidencia, suprimiendo viejas aspiraciones y reprimiendo ancestrales apetitos. Por eso, Cerro Corá puede considerarse como la última batalla por la Independencia del Paraguay, en que los vencedores no fueron los aliados sino el Mariscal López y el pueblo paraguayo.

Mapa 13 – Plano de Cerro Corá.



Fonte: Efraím Cardozo, 2010.

Para diante, Efraím Cardozo (2010d, p. 484) escreveu sobre o destino do presidente Francisco Solano López com o avanço das tropas brasileiras, segundo o autor: *“Estaba en presencia de la ineluctable, de la inaudita, de la pavorosa tragedia, que su monstruoso orgullo le había hecho consentir [...]”*. Outra vez o autor aponta um problema para o orgulho do líder paraguaio. López encontrava-se em Cerro Corá, a nordeste de Assunção, com o que havia restado de seu numeroso exército quando foi avisado sobre que as tropas do Império do Brasil encontravam-se muito próximas. Assim, em passo acelerado, *“[...] convocó un consejo de jefes y oficiales generales para resolver sobre su comprometida posición”*. (CARDOZO, 2010d, p. 483). O historiador e jornalista paraguaio Héctor Francisco Decoud apresentou a seguinte versão sobre a reunião deste conselho:

En seguida; López hizo presente la reunión, que los había convocado para oír el parecer de todos, sobre el temperamento a observar ante los partes que había recibido, es decir, les dijo que si nos decidíamos a esperar al enemigo o amontarnos, tomando la dirección llevada por el general Caballero. Los concurrentes enmudecieron, y entonces López comenzó a interrogar con su mirada por el orden jerárquico en que estaban formados, hasta que lo tocó al coronel Aveiro, quien se expresó más o menos en estos términos: “S.E.: nuestro deber de soldados nos impone de conformarnos con cualquiera determinación de nuestro jefe: amontarnos importaría un sacrificio oscuro y no sería sino una determinación que no implicaría otra cosa que prolongar días más, días menos, el resultado apetecido de morir por la patria”. López aceptó gustoso la opinión del coronel Aveiro y después de reprochar pasajeramente el silencio de los demás y demostrar la esterilidad de una retirada, concluyó diciendo: “esperemos aquí y muramos todos; he prometido no abandonar el suelo de mi patria y debo cumplirlo, y vosotros que habéis jurado sacrificar la vida por la patria, debéis ocupar vuestro puesto en este momento solemne, pues”. (CARDOZO, 2010d, p. 484).

Sobre a batalha Efraím Cardozo descreveu diferentes detalhes e transmitiu que naquele momento, mesmo em condições precárias, López e os seus poucos homens prosseguiram firmes até o momento da morte do *Mariscal*. Inicialmente, a guarda avançada que encontrava-se próxima ao passo do arroio Tacuaras foi capturada pela tropa brasileira que tinha a frente o coronel Francisco Antônio Martins. (CARDOZO, 2010d). Em seguida, os brasileiros avançaram sobre *El passo Aquidabán* e, desse modo, logrando êxitos no embate com as tropas paraguaias foram aproximando-se do local onde encontrava-se o líder paraguaio, como numa caçada. Sobre o avanço das tropas brasileiras em *Aquidabán*, Efraím Cardozo (2010d, p. 485) descreveu:

Aplastado el pequeño contingente conducido por el comandante Solís, el general Cámara⁶⁸ ordenó que prosiguiera el avance de la caballería a su mando sobre el paso del Aquidabán donde estaba la principal fuerza paraguaya, al mando del coronel Moreno. Refiere Cámara: “Ordené inmediatamente que el teniente coronel Martins y el Mayor Floriano Peixoto avansasen, aquel con los carabineros con que asaltó el Tacuaras, éste con el cuerpo de su comando. El primero internándose por el monte, procuraría ocupar la barranca del río, a la derecha del paso; el segundo, marchando fuera de la picada, iría a ocupar las riberas a la izquierda del mismo punto. Ambas harían converger sus fuegos sobre las bolas de fuego con que el enemigo no pretendía resistir; cargando sobre ellas, luego que vieses agitadas su organización y la infantería que la protegían. Los cuerpos 19º y 21º, que componen la brigada del denodado coronel Silva Tavares, formados en el extremo de la picada, esperarían el toque de avanzar para cargar con la bizarría que le es propia sobre el paso y sobre la artillería que lo defendía. Al coronel Antonio da Silva Paranhos, que marchará al frente de la columna de infantería, ordené que pasase al frente de la artillería, si acaso ella embarazase su marcha por los obstáculos que encontraba en la picada, y avanzase a marche-marche, para apoyar el golpe, que iba a dar sobre el enemigo, si su auxilio fuese reclamado. Tomadas estas medidas, mandé hacer la señal de ataque y los carabineros, tanto como la infantería, ocupando las barracas del río vencidas que fueron las dificultades de la marcha, rompieron un fuego sobre la artillería enemiga que les respondía con metralla. Mandé hacer el toque de avanzar. Los lanceros, lanzándose al galope por picada, invadieron el paso al tiempo que los carabineros y la infantería precipitándose a la voz de sus jefes sobre el río, acometían al enemigo, cuya metralla les pasaba por encima de la cabeza. Ningún hombre cayó muerto en este combate contra artillería en posición, jugando metralla. La artillería enemiga quedó en nuestro poder, y pocos de sus defensores escaparon”. El coronel Silva Tavares refiere que “en ocasión en qué se aprontaban las fuerzas para el combate, en presencia del general Cámara, gritó: Doy cien libras a quien mate a López en combate”. [grifo nosso].

Estimasse que no passo de *Aquidabán*, a tropa paraguaia reunia uma força de 140 a 150 homens, mal armados e dentre os quais alguns eram feridos, ainda, possuía quatro peças de artilharia que protegiam o passo. Quando o coronel Centurión apresentou a López à notícia que o inimigo muito superior em número havia atravessado o passo, o presidente deu às ordens: “¡A las armas todos!”. (CARDOZO, 2010d). Comandada pelo general Câmara a tropa brasileira era formada por cerca de 2.600 homens armados e dispostos para o ataque. No andamento da sua obra, Efraím Cardozo (2010d, p. 486) também apresentou o posterior relato do general Câmara ao confrontar-se com as tropas que resguardavam López, assim, Câmara relata:

⁶⁸ José Antônio Corrêa da Câmara; visconde de Pelotas, marechal do exército brasileiro e liberal, – nasceu em Porto Alegre em 17 de fevereiro de 1824 e faleceu no Rio de Janeiro em 18 de agosto de 1893. Na guerra da Tríplice Aliança esteve presente na retomada de Uruguaiana e nas batalhas de Curuzu, Curupaiti, Avaí, Acosta Ñu e Cerro Corá. O General Câmara deu ordens para que o Mariscal López se rendesse em Cerro Corá, o líder paraguaio preferiu a morte.

A los lanceros había ordenado que luego que invadiesen el campamento del ex dictador, le rodeasen los flancos y tomasen el camino del Chirigüelo para impedir que algún jefe importante pudiese por allí evadirse. Cumpliendo esta orden, transpuesta la picada que conducía a aquel campamento, se dividieron por los flancos la planicie de Aquidabanigüí, en cuyo centro estaban las fuerzas enemigas. El coronel Silva Tavares, los oficiales de su estado mayor y algunos carabineros que los seguían, así como algunos infantes, tomaron el camino del centro y fueron a arremeter sobre la fuerza a cuyo frente se hallaba el ex dictador. El coronel Silva Tavares no le dejó tiempo para respirar. Cargando sobre él, diezmando sus defensores, mutilando su piquete de oficiales, segando con la guadaña de la victoria aquellas vidas que, como ángeles del mal, se oponían a la paz y a la regeneración de un pueblo, no llevó envuelto en el polvo y en el humo, al encuentro del monte que margina el Aquidabanigüí. A tan encarnizada persecución no pudo el tirano hacer cara”.

Segundo Squarisi e Salvador (2012, p. 86) “não existem palavras inocentes”. Assim sendo, embora as crônicas de Cardozo tenham realizado a descrição de centenas de fatos sucedidos na guerra da Tríplice Aliança, elas também estiveram relacionadas ao compromisso empreendido pelo autor de rememorar no Jornal *La Tribuna* o que foi chamado naquele momento no Paraguai, cem anos depois da guerra, de *Epopéya Nacional*. Consequentemente, a narrativa acerca daqueles fatos, constituiu na época e continua constituindo um instrumento político que levanta vários questionamentos. Além disso, as variações de opinião do próprio autor a respeito do desempenho de Francisco Solano López, de uma forma geral, no governo e na guerra, ratificaram a inconstância das crônicas, ou seja, ao escrevê-las o autor emitia um juízo variável e aberto a interpretações. Já a presente análise se deu a partir da conclusão e reunião deste riquíssimo material em treze tomos, portanto, a necessidade de relacioná-lo a outra publicação de Cardozo. Contudo, é importante destacar mais uma vez que a obra “*Hace 100 años*” esteve toda embasada em documentos históricos e, desse modo, os arquivos onde estavam depositadas as fontes analisadas foram mencionados ao final do tomo XIII⁶⁹. Desse modo, a historiografia de Efraím Cardozo baseia-se em documentos históricos autênticos e referências clássicas a respeito do assunto.

O número de baixas do exército paraguaio em Cerro Corá é impreciso para a historiografia, mas, possivelmente, mais da metade do corpo de soldados tombou naquele sítio. Os brasileiros tiveram apenas sete feridos, ainda, segundo Efraím

⁶⁹ Archivo Nacional y Biblioteca Nacional de Asunción; Biblioteca Nacional y Archivo Histórico de Itamaratí, de Río de Janeiro; Archivo General de la Nación, Biblioteca Nacional y Museu Mitre de Buenos Aires; Biblioteca de la Univesidad de la Plata; y Biblioteca Nacional de París. (CARDOZO, 2010d).

Cardozo (2010d) foram feitos 244 prisioneiros paraguaios, dentre os quais encontravam-se os generais Resquín e Delgado, a madame Elisa Alicia Lynch e quatro filhos de López. Neste viés, Efraím Cardozo (2010d, p. 491) apresentou a listagem de O’Leary sobre os mortos paraguaios naquele sítio, disse:

[...] el Mariscal López, el Vice Presidente Sánchez; el general Francisco Roa; coroneles Luis Caminos, Juan Francisco López, José María Aguiar, Juan de la Cruz Avalos, Dionisio Lirio, Bernardino Denis; los tenientes coroneles Vicente Ignacio Ortúzar, Rufino Ocampos; los sargentos mayores Gaspar Estigarribia, Rufino Franco, M. Zarate, José María Gauto, Asencio López, Juan Escurra, Zacarías Cardoso, Matías Flecha, Ramón Insfrán, Angel Céspedes; los capitanes Simeón Vargas, Francisco Argüello, Juan Balmaceda, Antonio Ramírez, Santiago Avalos, Benito Ocampos, Ignacio Gauto, Pascual Aranda; los tenientes Pablo Pires, Agustín Estigarribia, Cosme Benítez, Agustín Robles, Gregorio Lobera; los sub tenientes y alféreces Chamorro, De la Cruz González, Augusto Serrato, Ángel Mongelós, José Ortigoza. También sucumbieron en el combate o luego de él los sacerdotes Francisco Solano Espinoza, Manuel Antonio Adorno, José Ramón González, José del rosario Medina.

Sabe-se que a dilatação da guerra por vários anos poderia ter sido evitada. Assim sendo, Segundo Mário Maestri (2013c) foram perdidas três oportunidades para arrematar-se o conflito: quando da primeira batalha de Tuiutí, em 24 de maio de 1866; fuga de Francisco Solano López de Humaitá; e derrota geral paraguaia em Lomas Valentinas, em 27 de dezembro de 1868. Desse modo, compete à historiografia debater os interesses do Império do Brasil em ter sustentado a guerra contra o Paraguai após 1868. Talvez, o seguimento da beligerância estivesse ligado ao projeto de continuidade da Monarquia. De modo adverso, fortaleceram-se os oficiais do exército que mais tarde proclamaram a República. Ainda que, segundo José Murilo de Carvalho (1990, p.35), o caso da Proclamação da República não possa “[...] ser reduzido à questão militar e a insurreição das unidades militares aquarteladas em São Cristóvão”, ainda mais que, o Império entrou em uma crise política sem precedentes com o advento da guerra.

Entretanto, como foi apresentado no segundo capítulo, a historiografia produziu diferentes narrativas e versões sobre a guerra da Tríplice Aliança. E de forma inclusa a estas versões é possível perceber diferentes heróis. Na obra de Efraím Cardozo é compreensível o heroísmo do soldado e do povo paraguaio. Dentre os historiadores, Maestri (2013c, p. 17) aponta “[...] consenso sobre o empenho da população paraguaia, sobretudo rural, em resistência incondicional, após a invasão do país, mesmo em neta inferioridade numérica e material”. Na obra

“Hace 100 años” Efraím Cardozo referiu-se à morte de Francisco Solano López em Cerro Corá como “*el momento supremo*” e destacou a sua romântica frase pronunciada (supostamente) antes da morte: “*¡Muero con mi patria!*”. Assim, em alusão ao 1º de março de 1870, Efraím Cardozo (2010d, p. 488) pôs em sua derradeira crônica sobre aqueles fatos no jornal *La Tribuna*:

*Llegó el momento supremo. El general Cámara se internó a pie en la picada que llevaba al arroyo Aquidabanigüí, y llegó al lugar donde yacía postrado el Mariscal López. Le acompañaban varios oficiales, carabineros y lanceros. Se dio a conocer al Mariscal, intimó rendición garantizándole la vida. El Mariscal le contestó que no se rendía, y le dirigió una estocada, al mismo tiempo que exclamaba: “¡MUERO CON (O POR) MI PATRIA Y CON LA ESPADA EN LA MANO!”. El general Cámara ordenó que se le sacara la espada, hubo un forcejeo, y la espada sólo escapó de las manos del Mariscal, cuando un certero tiro en la espina dorsal, ordenado por Cámara, puso fin a la existencia del Héroe paraguayo. Muchas veces el general Cámara trató de presentar los hechos de otro modo, pero la verdad auténtica está en el parte oficial que envió al mariscal Victorino, escrito a lápiz, ese mismo día, sobre el campo de batalla, donde se lee: “**Escribo a V.E. desde el campamento de López en medio de la Sierra. El tirano fue derrotado, y no queriendo entregarse, fue muerto al instante. Le intimé la orden de rendirse cuando estaba completamente derrotado y gravemente herido, y no queriendo, fue muerto**”. El general Resquín no presencié la escena, y no entra en detalles. El coronel Centurión se limita a reproducir las informaciones brasileñas para poner de resalto las contradicciones en que incurrió el general Cámara en su afán de cohonestar lo que, a su juicio fue “una verdadera inmolación consentida y autorizada por el general brasileiro”. O en términos más crudos, como los empleados por O’Leary: “fue asesinado alevosamente el inermes presidente paraguayo”. [grifo nosso].*

Ademais, Efraím Cardozo (2010d) refere-se ao laudo emitido pelos médicos brasileiros Manoel Cardoso da Costa Lobo e Militao Barbosa Lisboa que a pedidos do coronel João Nunes da Silva Tavares, após examinarem o corpo de López descreveram com minúcia médica os ferimentos de lança produzidos pelo cabo do exército brasileiro José Francisco Lacerda, o “Chico Diabo”, e o ferimento produzido por uma bala de fuzil que atingiu o presidente paraguaio na região dorsal. “*El coronel Silva Tavares, cuando publicó este testimonio, agregó, de su puño y letra, refiriéndose a la herida por bala de fusil: Esta es la herida que recibió López en la presencia del general Cámara estando recostado en la barranca del Aquidabán*”. (CARDOZO, 2010d, p. 490). Assim, ferido antes, López não acatou a ordem de rendição dada pelo general Câmara e então recebeu o projétil que o levou à morte.

Efraím Cardozo permanecia em um contexto de violência política onde as instituições encontravam-se abaixo da figura do ditador Alfredo Stroessner. A

democracia é um regime de instituições, mas estas não dispunham naquele momento de liberdade, de segurança jurídica e de estabilidade política. Ainda, o autor vivenciou e controverteu o seu cotidiano estando amarrado ao fenômeno histórico da grande guerra que pesquisou. De modo comparativo, assim como no século XIX e, portanto período da guerra, o Paraguai de Efraím Cardozo era governado por um único homem; não havia democracia; praticamente não havia oposição; a mídia sofria censura e na política externa permaneciam os litígios fronteiriços, imediatamente relacionados às disputas anteriores e debatidos publicamente possuindo este reforço semântico. E este foi o escopo de Efraím Cardozo ao escrever as suas crônicas no *La Tribuna*, compor uma narrativa costurando o passado ao presente, fazendo da História uma ponte entre os dois tempos e, sobretudo, assinalando a sua presença como um importante intelectual público no Paraguai do século XX. Deste modo, ao escrever as crônicas que mais tarde tornaram-se a obra *Hace 100 años: Crónicas de la Guerra de 1864 – 1870*, Efraím Cardozo pôs a História e a política acessível à população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode enquadrar a História narrada em uma verdade absoluta ou completo relativismo. Ao mesmo tempo, é razoável entender o campo historiográfico e de produção de narrativas sobre os fenômenos históricos como um ambiente de combate, em seu mais amplo e variável sentido. Em especial, em relação a Efraím Cardozo, o campo historiográfico pode ser entendido como um ambiente reflexivo e claramente permeado pela História política. Ao ler Efraím Cardozo é possível perceber que o conhecimento sobre a História da América meridional configurava-se como um importante e nítido instrumento político, pois, havia uma clara polarização no campo historiográfico, principalmente, sobre a guerra da Tríplice aliança (tradicional – revisionista) e no campo político-ideológico no Paraguai (stronistas – liberais).

Do mesmo modo, na breve obra intitulada *Los derechos del Paraguay sobre los Saltos del Guairá* publicada em 1965, mas resultante de artigos publicados pelo autor em um periódico católico (*Comunidad*) em 1964, Efraím Cardozo escreveu a respeito da soberania paraguaia sobre os *Saltos del Guairá* (Sete Quedas). Nisto, não agradou a muitos simpatizantes do regime stronista que, naquele período, harmonizava-se com o governo brasileiro, também, um regime militar, a fim da construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional⁷⁰. Toda a produção intelectual e historiográfica de Efraím Cardozo, em alguma medida, encontrava-se unida e relacionava-se com os acontecimentos políticos do Paraguai. Outrossim, *Hace 100 años: Crónicas de la Guerra de 1864 – 1870* pode ser considerada a obra prima do autor. Isto se dá pelo fato da obra apresentar aos leitores uma sequência para a sua produção sobre a guerra da Tríplice Aliança; por sua extensão; e por se tratar de um documentário histórico que, como já dito, pôs a História e a política acessível à grande parte da população paraguaia.

Efraím Cardozo pertencia ao partido Liberal, opositor ao partido colorado de Stroessner, e foi perseguido por isso. “Em janeiro de 1966, o ministro do Interior,

⁷⁰ Em 22 de junho de 1966 foi assinado o primeiro documento do projeto, a Ata do Iguaçu. O documento foi assinado pelo ministro das Relações Exteriores do Brasil, Juracy Magalhães e pelo ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Raúl Sapena Pastor.

Edgar Ynsfrán ordenou a prisão das principais lideranças do partido Liberal, entre elas Efraím Cardozo”. (COLMÁN, 2016, p. 162). Neste período o autor estava escrevendo as suas crônicas para o *La Tribuna. O Pátria*, jornal oficial do partido Colorado publicou em 1965 uma série de artigos intitulada *Historia de un traidor llamado Efraím Cardozo*, com a intenção de deslegitimar o historiador que era membro do partido Liberal. (COLMÁN, 2016).

No período da ditadura stronista no Paraguai, entre 1954 e 1989, Francisco Solano López era uma figura de culto e não caíam bem quaisquer críticas sobre *el Mariscal*, sobretudo, na década de 1960. Deste modo, ao publicar *Hace 100 años: Crónicas de la Guerra de 1864 – 1870*, Efraím Cardozo foi muito cuidadoso em sua exposição dos fatos. Depois de relatar a batalha do Riachuelo, sabe-se na História um irreparável erro paraguaio e que decidiu a hegemonia da marinha do Império do Brasil na navegação da fronteira platina, disse:

Pero al final, la neta superioridad del armamento naval brasileño sobre la escuadra paraguaya, constituida, en su casi totalidad, por barcos mercantes de madera, inapropiados para acción de guerra, impidió que la escuadra paraguaya recogiera los frutos de la victoria. De todos modos se escribió la página más gloriosa de la armada paraguaya. (CARDOZO, 2010a, p. 132). [grifo nosso].

Destarte, o autor buscava concluir a sua exposição crítica dos fatos de maneira “romântica”, como faziam antes os historiadores do século XIX. Entretanto, no período da guerra, de acordo com Doratioto (2002, p. 152) “[...] o governo paraguaio procurou esconder da população a extensão da derrota sofrida na batalha do Riachuelo e sequer liberou lista com os nomes dos mortos e feridos”. De outro modo, é importante destacar que a publicação das crônicas de Efraím Cardozo foi um acontecimento político e cultural no Paraguai, além do mais, lendo em suas entrelinhas, se percebia que Francisco Solano López não apresentava uma estratégia militar segura para sustentar a guerra.

O fato de a publicação das crônicas de Efraím Cardozo ter sido um acontecimento cultural no Paraguai esteve alistado, também, ao efeito de rememorar, cem anos depois, a guerra da Tríplice Aliança. Neste sentido, a imprensa paraguaia ajustada ao cenário político a chamou de “*Epopéya Nacional*”. Entretanto, em decorrência do período, o editorial do *La Tribuna* e a produção intelectual e historiográfica de Efraím Cardozo sobre aqueles acontecimentos

tiveram que ser seriamente adequados ao governo para permanecerem ativos. Deste modo, Efraím Cardozo tornou-se um pouco contraditório, porque em *“Hace 100 años”* necessitou ter cautela na forma como se referia à participação do Paraguai na guerra e sobre Francisco Solano López. Na obra *“El Imperio del Brasil y el Río de la Plata”*, apoiado em documentos do congresso brasileiro e discussões diplomáticas, conservou-se mais seguro ao disparar críticas ao governo. Ao contrário, em *“Hace 100 años”*, destacou o direito e a soberania paraguaia nos temas referentes à fronteira platina, cuidando a forma de referir-se a López, herói do período stronista.

Entretanto, de um modo geral, nas duas obras o autor apresentou como um dos fundamentais antecedentes da guerra da Tríplice Aliança: a histórica aproximação entre a República Argentina e o Império do Brasil e a intervenção na República Oriental do Uruguai. De acordo com Efraím Cardozo (1961, p. 67): “[...] *el Brasil iba a fundar un nuevo ‘status’ en el Río de la Plata, cimentado en la amistad estrecha con la República Argentina, ahora ya unificada. La abstención brasilera en las cuestiones internas del Estado Oriental era uno de los puntales básicos del plan*”.

Portanto, historicamente, os litígios de fronteira, as relações internacionais e a diplomacia permaneciam questões contemporâneas e de interesse do autor. Isto também se deve ao fato de a guerra da Tríplice Aliança ocupar no Paraguai uma centralidade na formação do Estado e nos estudos regionais, diferente do Brasil onde, na maioria das vezes, a guerra é periférica. Talvez pelo fato do Estado brasileiro ter sido estabelecido de leste para oeste e nunca ter tido a sua capital invadida em uma guerra, o que era comum no século XIX e, até mesmo, no século XX se considerarmos episódios da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945).

Assim, a importância de Efraím Cardozo para a historiografia latino-americana também se dá por ter sido uma produção do interior do Prata para o Atlântico. O autor acessou uma importante base documental e isso é um fator que fundamenta e contrapesa o trabalho do historiador. Além disso, Efraím Cardozo acrescentou importantes elementos na historiografia sobre a guerra da Tríplice Aliança, uma relação entre a guerra, a conjuntura política da fronteira platina do século XIX e o Paraguai do período da ditadura stronista. Neste viés, a *“Epopéya Nacional”* e os seus revisionismos acabaram servindo de palco para a representação dos mitos nacionalistas que simbolicamente legitimaram a acenada ditadura.

Cabe destacar que Efraím Cardozo pode ser considerado um dos principais pilares da historiografia paraguaia. Ao arquitetar a sua História factual sobre a guerra da Tríplice Aliança Efraím Cardozo acessou os fenômenos históricos através do manuseio de importantes fontes nos arquivos já mencionados. Nesse ponto, o acesso a toda a base documental de sua produção historiográfica foi orientado por seu exercício político-jurídico como diplomata e especificação em analisar a “documentação de fronteira”. Portanto, os fatos não foram deduzidos apenas através da sua ideologia liberal, pois, o autor não emana necessariamente de uma corrente historiográfica, mas, consolidou uma prática jurídica de “busca pela verdade” através da análise das suas fontes. No entanto, a centralidade da sua obra está no povo paraguaio, e as crônicas sobre a guerra estabelecem um fio condutor para que a política e a História sejam acessadas por ele.

Outro elemento importante no trabalho de Efraím Cardozo é que alguns de seus livros foram organizados depois de serem publicados em periódicos no Paraguai. Isto ocorreu, por exemplo, com as obras *Los derechos del Paraguay sobre los Saltos del Guairá* e *Hace 100 años: Crónicas de la Guerra de 1864 – 1870*. Os jornais sempre foram importantes ferramentas para os intelectuais públicos e, Cardozo, certamente foi um dos principais intelectuais públicos paraguaios mantendo a sua produção de artigos e crônicas mesmo em períodos de exílio político, sobretudo, em Buenos Aires.

Deste modo, ao tratar-se a História e narrativa da guerra da Tríplice Aliança na obra de Efraím Cardozo “*Hace 100 años: crónicas de la guerra de 1864-1870*”, percebeu-se que do ponto de vista historiográfico a fronteira está em movimento e, portanto, o autor reflete nas entrelinhas das suas crônicas sobre o autoritarismo presente no Paraguai e usurpação do território pelos vizinhos poderosos. A obra de Efraím Cardozo ascende uma discussão sobre este movimento em termos políticos; culturais; e historiográficos. As crônicas de “*Hace 100 años*” foram publicadas no jornal *La Tribuna* entre 1965 e 1970 e depois em treze tomos entre 1967 e 1982. Por fim, uma segunda edição foi reunida em quatro volumes em 2010. Efraím Cardozo também se preocupou com a imagem dos liberais paraguaios opositores a ditadura stronista e amplamente criticados e perseguidos pelo regime.

Muitas são as maneiras de se definir um objeto de análise historiográfica e, posteriormente, discuti-lo. Todavia, buscou-se no primeiro capítulo deste trabalho, apresentar-se a contextualização histórica e, sobretudo, a formação política da

região do Prata. Assim, pode-se entender o objeto pesquisado (as crônicas de Efraím Cardozo) dentro de uma conjuntura histórica e teórico-conceitual. Toda a produção de Efraím Cardozo; a guerra que o autor analisou; e a sua discussão contemporânea sobre os fatos; possuem um mesmo eixo que sustenta e articula a História em torno de si, e que neste trabalho, denominou-se como: fronteira platina.

Em relação à guerra da Tríplice Aliança, a fronteira é, ironicamente, palco e personagem. Pois, como uma região formada historicamente, tudo abrange e tudo determina. Desse modo, o conflito foi genuinamente platino e não houve forças externas que o determinaram. *“Hace 100 años”* resulta de uma discussão ampla e anterior: a formação histórica desta fronteira, de outro modo, a guerra relacionada e procedente da formação dos Estados-nações da América meridional. Assim sendo, o conceito de fronteira platina apresentado, expressa o espaço de limites em litígio; de tensão e relação política; de relação comercial; de relação cultural; da prática indispensável de alteridade entre os Estados; e, sobretudo, construção de narrativas históricas. Do mesmo modo, apresentou-se a crise política no Uruguai (1863 – 1864) e os reflexos desta nas relações políticas na fronteira platina e na diplomacia internacional como antecedentes confirmados da guerra.

Ademais, percebeu-se a fronteira platina como uma região formada historicamente, por ter alicerces políticos e sociais consistentes, resultantes de demorados processos. Neste viés, a política encontra-se integrada a este lugar desde as primeiras incursões espanholas do século XVI, concretizadas com o objetivo de impedir o avanço da coroa portuguesa na região. Assim sendo, a fundação de Buenos Aires em 1536, depois 1580, e a fundação de Assunção em 1537, encontram-se associadas às primeiras bases políticas que legitimaram e institucionalizaram⁷¹ a presença espanhola no Prata. Contudo, o alargamento das disputas coloniais dos séculos XVII e XVIII, deu lugar, no século XIX, aos conflitos, litígios e variáveis relações de fronteira entre os “novos” Estados-nações americanos.

No segundo capítulo discorreu-se sobre dois importantes modelos historiográficos, que de modo geral, enquadram a guerra da Tríplice Aliança em: historiografia tradicional e historiografia revisionista. Assim sendo, é razoável perceber Efraím Cardozo dentro da historiografia revisionista, tanto por sua

⁷¹ Do ponto de vista europeu.

periodização, como por sua abordagem dos fatos, que fogem, sobretudo, à versão tradicional da guerra densamente estabelecida pela historiografia brasileira até a fase da Primeira República. Por meio disso, refletiu-se sobre as contribuições de Efraím Cardozo ao revisionismo e originalidade de sua obra.

Neste viés, percebeu-se que a produção historiográfica mesmo que estando ancorada em documentos, estabelece uma narrativa peculiar sobre os fatos. Conseqüentemente, o exame historiográfico pode ser definido como um método aplicado à análise da História, onde as obras e as narrativas consistem em fontes históricas. Assim, a historiografia tradicional (dos vencedores) estabeleceu uma narrativa que por vezes atacou o governo do Paraguai ainda no transcurso da guerra e, sobretudo, após o evento. Deste modo, ajudou a legitimar os discursos de soberania brasileira na fronteira platina. Em seguida, no Brasil, a historiografia republicana passou a questionar a legitimidade da guerra instituindo críticas ao Império, mas, convalidando o papel dos militares brasileiros na guerra.

Noutro vértice, a historiografia revisionista pode ser considerada uma “História passada a limpo”, entretanto, amparou a construção de um passado mítico para o Paraguai e para Francisco Solano López, especialmente, a partir do limiar da primeira metade do século XX. Estes foram pontos criticados por Efraím Cardozo e que o diferencia dos demais autores revisionistas do seu período, embora, tenha sido muito cuidadoso ao expressar as suas críticas em “*Hace 100 años*”. É importante destacar que no Paraguai, a partir da década de 1950, intelectuais liberais em oposição à ditadura de Alfredo Stroessner desenvolveram exames críticos à figura de López e o modo como a mesma era utilizada como propaganda política pelo regime stronista. Em meio a estes intelectuais encontrava-se Efraím Cardozo. A sua historiografia não deixou de ampliar uma crítica à Tríplice Aliança na guerra contra o Paraguai, sobretudo por ser revisionista, entretanto, recriminou os sucessivos erros do governo de López antes e durante a guerra de 1864 – 1870. Destarte, além de ser um revisionista, Efraím Cardozo demonstrou que os problemas gerados pela guerra permaneciam manifestos no Paraguai em seu tempo.

Finalmente, no terceiro capítulo, analisou-se a obra *Hace 100 años: crónicas de la guerra de 1864 – 1870*, a fim de, confirmar ou refutar as hipóteses relacionadas ao problema proposto. Assim, é possível afirmar, que a obra de

Efraím Cardozo se distingue das demais obras revisionistas por apresentar uma relação factual entre a guerra e a ditadura stronista. Além disso, como antes enfatizado, o autor foi um intelectual público e escreveu para o povo paraguaio através dos jornais e dos livros. Noutra perspectiva, não deixou de produzir uma historiografia densa e voltada ao público acadêmico, como foi a obra *El Imperio del Brasil y el Rio de la Plata: antecedentes y estallido de la guerra del Paraguay*.

Retomando a discussão a respeito da historiografia enquanto narrativa é possível concluir que a obra *Hace 100 años: crónicas de la guerra de 1864 – 1870*, não apenas, estabelece uma explicação sobre os eventos históricos, mas, torna-se uma representação da guerra, uma visão historiográfica. Neste sentido, como antes acenado, a representação segundo Chartier (1991) é a relação entre algo presente e o que está ausente. Dessa forma, as crônicas de Efraím Cardozo compuseram uma “representação” da guerra da Tríplice Aliança, relacionando o intrincado presente político e litigioso em que o autor encontrava-se com a tragédia da guerra por ele tratada. Portanto, para ele, as questões do século XIX continuavam abertas e mal resolvidas em sua contemporaneidade.

A obra *Hace 100 años: crónicas de la guerra de 1864 – 1870* ofereceu aos leitores em forma de crônicas uma “historia da guerra da Tríplice Aliança” severamente fundamentada em fontes históricas, descritas e interpretadas por Efraím Cardozo. Ao final da série publicada no jornal *La Tribuna* de Assunção durante *el Centenario de la Epopeya Nacional* ou na reunião da obra publicada posteriormente foram apresentados os arquivos e bibliotecas frequentadas pelo autor no âmbito da sua pesquisa: Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional em Assunção (Paraguai); Biblioteca Nacional e Arquivo Histórico do Itamarati, do Rio de Janeiro (Brasil); Arquivo Geral da Nação, Biblioteca Nacional e Museu Mitre em Buenos Aires; Biblioteca da Universidade de *la Plata* (Argentina); e Biblioteca Nacional de Paris (França). (CARDOZO, 2010d).

Apesar de estar ancorada em documentos a obra de Efraím Cardozo foi capaz de produzir uma narrativa sobre os fatos históricos por ele mencionados e, deste modo, demonstrar o pensamento do autor em relação ao seu momento histórico. Neste sentido, todo o ponto de vista resulta da vista de um ponto, e nele produzem-se as narrativas históricas. Assim, a História traduz, ao mesmo tempo, o passado e o presente. Neste sentido, apresentando pela terceira vez o pensamento de Jorge Luiz Borges (1974, p. 747), é possível realizar uma analogia entre a

História e a literatura, além disso, entre a leitura e a escrita. Segundo o autor: “*Una literatura difiere de otra, ulterior o anterior, menos por el texto que por la manera de ser leída: si me fuera otorgado leer cualquier página actual – ésta, por ejemplo – como leerán en el año dos mil, yo sabría cómo será la literatura del año dos mil*”.

Portanto, ao ler Efraím Cardozo é admissível controverter bem mais que os acontecimentos do século XIX, às vezes tão-somente, descritos por ele. Mas, é possível ler e compreender o reflexo dos acontecimentos no contexto em que o autor estava inserido, pois, a sua narrativa versa, de forma inseparável, sobre o passado e o presente. Este é o pensamento de Borges a respeito da leitura em literatura e que pode ser aplicado à História para que se compreenda a “palavra” ou a “narrativa” quando posta em um contexto histórico.

Assim, Efraím Cardozo desenvolveu uma historiografia revisionista sobre a guerra da Tríplice Aliança e sobre a História do Paraguai. Na década de 1960, momento da publicação das obras aqui expostas, o autor encontrava-se imerso nas tensões políticas e fronteiriças em que se envolvera o Paraguai e submerso em um momento de autoritarismo e ditadura, onde teceu importantes reflexões sobre a História paraguaia e platina. Apesar disso, como já citado, é pouco ou nada examinado no Brasil e as suas principais obras não possuem edições publicadas na língua portuguesa. Também, o fato do autor ter tido uma ampla produção historiográfica em seu currículo acadêmico e uma consolidada carreira no âmbito da diplomacia, política, periodismo e História, atraiu a atenção e determinou a realização desta pesquisa. Destarte, ergueu-se uma reflexão a respeito da leitura e dos estudos de autores paraguaios no Brasil, sobretudo, de obras com a magnitude histórica de “*Hace 100 años*”.

Ademais, Umberto Eco (2016, p. 47) sugeriu que “[...] é muito importante definir logo o verdadeiro objeto da tese, já que, desde o início, impõe-se o problema da acessibilidade das fontes”. Deste modo, na presente tese, o objeto foi Efraím Cardozo e, sobretudo, a obra *Hace 100 años: crónicas de la guerra de 1864 – 1870*. A História da guerra da Tríplice Aliança e a formação histórica da fronteira platina foram fatos e processos históricos discutidos pelo autor e, igualmente, observados neste trabalho. Assim sendo, ao escrever sobre a guerra, relações de fronteira e litígios ocorridos na História da América meridional, especialmente, no Paraguai, Efraím Cardozo ainda que com rigorismo metodológico e sempre ancorado em fontes, demonstrou vivenciar o passado da guerra e estar permeado

por ele, mesmo no percurso do século XX. Portanto, foi possível constatar que o conhecimento histórico sobre o passado é seguramente indispensável para a compreensão conscienciosa do tempo presente. E, por conseguinte, os estudos sobre a guerra da Tríplice Aliança (1864 – 1870) estabelecem subsídios teóricos e análises basilares para a elucidação da História da fronteira platina e seus reflexos na contemporânea geopolítica desta região.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Tradutor Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

ALCALÁ, Guido Rodríguez. **Imágenes de la guerra y del sistema**. 2016.

ALVES, Joaquim Victorino Portella Ferreira. **Mallet: o patrono da artilharia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979.

ARTHUR, Alfaix Assis. **A didática da história de J. G. Droysen: constituição e atualidade**. Revista Novo Tempo. Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB) – Brasília (DF) – Brasil, 2014.

ASSIS, Arthur Alfaix. **A didática da história de J.G. Droysen: constituição e atualidade**. Revista Tempo. 2014, Vol. 20 - P. 1-18.

AURÉLIO, Marco. **Meditações**. Marco Aurélio; tradução e notas de Edson Bini. – São Paulo: Edipro, 2019.

AVE-LALLEMANT, Robert. **Viagem pela província do Rio Grande do Sul: 1858**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. **Vida líquida**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BARROS, José D'Assunção. **Verdade e História: Arqueologia de uma relação**. Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003)- . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>. Acesso em: 27 jan. 2021.

BARROSO, Gustavo. **História Militar do Brasil**. 2ª edição. Companhia editorial nacional. São Paulo – Rio de Janeiro – Recife – Porto Alegre. 1938.

BORGES, Jorge Luis. **Obras completas: 1923 - 1972**. Buenos Aires: Emecé, 1974.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

CARBONARI, María Rosa. **De cómo explicar la región sin perderse en el intento: Repasando y repensando la Historia Regional**. História Unisinos, São Leopoldo, jan./abr. 2009.

CARDOZO, Efraim. **Breve Historia del Paraguay**. Buenos Aires: EUDEBA editorial universitaria, 1965.

_____. **Los Derechos del Paraguay sobre los Saltos del Guairá**. Asunción: Biblioteca Guaireña, 1965.

_____. **El Imperio del Brasil y el Rio de la Plata**: Antecedentes y estallido de la guerra del Paraguay. Librería del Plata. Buenos Aires, 1961.

_____. **Hace 100 años**: crónicas de la guerra de 1864 – 1870. Volumen I, El Lector, Asunción, 2010a.

_____. **Hace 100 años**: crónicas de la guerra de 1864 – 1870. Volumen II, El Lector, Asunción, 2010b.

_____. **Hace 100 años**: crónicas de la guerra de 1864 – 1870. Volumen III, El Lector, Asunción, 2010c.

_____. **Hace 100 años**: crónicas de la guerra de 1864 – 1870. Volumen IV, El Lector, Asunción, 2010d.

CABREIRA, Dionatan; SILVA, Jeremyas Machado Silva. **A processualística criminal brasileira à luz da epistemologia de Karl Popper**. Revista Direito e Sociedade: reflexões Contemporâneas/Faculdades Integradas Machado de Assis - Santa Rosa, Ano 10, Nº 2, Jul./Dez. 2019.

CARRARO, Ghadyego; SILVA, Jeremyas Machado. **Entre acordes e versos**: da identidade fronteiriça aos aspectos históricos e estruturais da milonga. RIHGRGS, Porto Alegre, n. 154, p. 77 - 88, julho de 2018.

CASSIRER, Ernst. **O mito do Estado**. Ernst Cassirer. 1874 – 1945; tradução de Álvaro Cabral – São Paulo: Códex, 2003.

CASTILHO, Ricardo. **Filosofia do Direito**. 4ª edição. São Paulo. Saraiva, 2017.

CAWTHORNE, Nigel. **Uma nova história da Guerra do Paraguai**: Solano López e a imperatriz da América do Sul. São Paulo, 2015. M. Books do Brasil Editora Ltda.

CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. **Memorias del Coronel Juan Crisóstomo Centurión ó sea reminiscencias históricas sobre la Guerra del Paraguay**. Buenos Aires. Imprenta de obras, de J. A. Berra, Bolívar, 455. 1894.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Texto publicado com a permissão da Revista Annales, nov./dez. 1989, n. 6, p. 1.505-1.520. Estudos avançados, 1991.

CHIARAMONTE, José Carlos. **Sobre el uso historiográfico del concepto de región**. Estudios sociales, Santa Fe, 2008.

COLMÁN, Emilio Alapanian. **Identidades em confronto: imagens do Brasil e do Paraguai nos jornais O Estado de São Paulo e La Tribuna durante o caso dos Saltos Sete Quedas/Guairá (1963 – 1966)**. Emilio Alapanian Colmán; orientadora Mary Anne Junqueira. São Paulo, 2016, 179 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

COLVERO, Ronaldo Bernardino. **Bajo su real protección: as relações internacionais e a geopolítica portuguesa na região do Rio da Prata (1808 – 1812)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. 427p.

CORBO, Tomás **Sansón. Independencia y nación en las obras de Efraím Cardozo y Juan Pivel Devoto: ensayo de historiografía comparada**. Estudios Paraguayos. Revista de la Universidad Católica “Nuestra Señora de la Asunción”. ISSN: 0251-2483. Vol. XXIX y XXX, n°s 1 y 2. Asunción del Paraguay – 2011 – 2012.

DEL PRIORE, Mary. **O Castelo de Papel: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, conde d’Eu**. Rio de Janeiro: Rocco, 2013, 320p.

D’EU, Conde. **Viagem militar ao rio Grande do Sul: agosto a novembro de 1865**. Com prefácio e 19 cartas do Príncipe Gastão de Orleans comentadas por Max Fleiuss. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1936.

Diário do Conde D’Eu, comandante em chefe das tropas brasileiras em operação na República do Paraguai. Organização, tradução e notas Rodrigo Goyena Soares. 1ª ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

Dicionário do pensamento marxista / Tom Bottomore, editor; Laurence Harris, V.G. Kiernan, Ralph Miliband, co-editores; [tradução, Waltensir Dutra; organizadores da edição brasileira, revisão técnica e pesquisa bibliográfica suplementar, /Antonio Moreira Guimarães]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra: nova história da guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. História e Ideologia: a produção brasileira sobre a guerra do Paraguai. Nuevo Mundo, Mundos Nuevos, 2008. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/nuevomundo/49012>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

FERNÁNDEZ, Sandra. **Los mundos ocultos: Los estudios regionales en la enseñanza de la Historia en la Argentina**. História Unisinos, São Leopoldo, jan./abr. 2009.

FERREIRA, Fábio. **O general Lecor, os Voluntários Reais, e os conflitos pela Independência do Brasil na Cisplatina: 1822-1824** / Fábio Ferreira. – 2012. 258 f. Orientador: María Verónica Secreto de Ferreras. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

FRAGOSO, Tasso. **História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. Vol. 2, 2010.

FREUD, Sigmund, 1856-1939. **O futuro de uma ilusão**. Tradução de José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1997.

GAGGIOTTI, Hugo. **La pampa rioplatense: un espacio degradado en el imaginario hispano-criollo**. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona [ISSN 1138-9788]. Nº 17 1 de marzo de 1998. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-17.htm>>. Acesso em: 21 mai. 2022.

GOLIN, Luiz Carlos Tau. **A fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

_____. **A fronteira: os tratados de limites Brasil-Uruguai-Argentina, os trabalhos demarcatórios, os territórios contestados e os conflitos na bacia do Prata**. Porto Alegre: L&PM, 2004. (vol.2)

_____. **A fronteira: 1763-1778 – História da brava gente e miseráveis tropas de mar e terra que conquistaram o Brasil meridional**. Passo Fundo: Méritos, 2015. (vol. 3).

_____. **Identidades: questões sobre as representações socioculturais no gauchismo**. Passo Fundo: Clio; Méritos, 2004.

_____. **Cartografia da geopolítica e das guerras: Brasil Meridional**. ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, 11. ANPUH-RS, Rio Grande, 2012.

_____. **Instrumentalização política de Facundo pelo Brasil na guerra contra Rosas**. JORNADAS LATINOAMERICANAS DE HISTORIA DE LAS RELACIONES INTERNACIONALES UNIVERSIDAD DE VALPARAISO, 3., Chile, Universidad de Viña del Mar, 2005.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Revolução e independências: notas sobre o conceito e os processos revolucionários na América espanhola**. In: História das Américas: novas perspectivas. Organizadores; Cecília Azevedo, Ronald Ramineli. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. 304 p.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. Jürgen Habermas traduzido por Denilson Luís Werle. São Paulo: Editora Unesp, 2018

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HAN, Byung-Chul. **O que é poder?** Byung-Chul Han; tradução de Gabriel Salvi Philipson, - Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

HARARI, Yuval Noah. **Notas sobre a pandemia: e breves lições para o mundo pós-coronavírus.** Tradução: Odorico Leal. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

_____. **21 lições para o século XXI.** Tradução Paulo Geiser. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HEINSFELD, Adelar. O uso da história por Rio Branco nas vitórias diplomáticas do Brasil nas questões fronteiriças. In. COLVERO, Ronaldo; JOVINO, Danilo Pedro; PANIAGUA, Edson Monteiro. (Orgs.). **Relações de fronteira e interdisciplinaridades.** São Borja: Unipampa – Universidade Federal do Pampa; Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2020. p. 29 – 45.

HEREDIA, Edmundo A. **Cono Sur: el fin de las regiones de frontera.** Cadernos do CHDD, Rio de Janeiro, 2007.

HERÓDOTO. **História**, volume 1 / Heródoto; tradução J. Brito Broca; estudo crítico Vítor Azevedo. - 3. ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

HILBERT, Klaus. **Diálogos entre substâncias, coisas, cultura material e palavras.** Métis: história e cultura – v. 8, n, 16, p. 11-25, jul./dez.2009.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos Impérios, 1875 – 1914.** 22ª ed – São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

_____. **Nações e nacionalismo desde 1780.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

IZECKSOHN, Vitor. **A Guerra do Paraguai e a unificação argentina: uma reavaliação.** História, Unisinos. Vol. 21 Nº 3, Setembro/Dezembro 2017. Unisinos.

JIMENEZ, Marc. **O que é estética?** / Marc Jimenez; tradução Fulvia M. L. Moretto. - São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 1999. 413p.

KERN, Arno Alvarez. **Utopia e missões jesuíticas.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994. (Síntese Universitária).

RÜSEN, Jörn. **Kann gestern besser werden? Zum Bedenken der Geschichte.** Berlin: Kadmos, 2003.

MAESTRI, Mário. **A guerra no papel: história e historiografia da guerra do Paraguai (1864-1870).** Passo Fundo: PPGH/UPF, 2013a.

_____. **A Intervenção do Brasil no Uruguai e a Guerra do Paraguai: A Missão Saraiva.** Comunicação apresentada ao V Encuentro de Historia sobre las Operaciones Belicas Durante la Fuerra de la Triple Alianza, República Oriental del Uruguay, Montevideo - 23 al 25 de octubre de 2013b. Instituto de Historia y Cultura Militar del Uruguay “Cnel. Rolando Laguarda Trías”.

_____. **De Yatay a Cerro-Corá:** Consenso e dissenso na resistência militar paraguaia. Estudos Historicos – CDHRPyB – Año V – Diciembre 2013c – Nº 11 – ISSN: 1688 – 5317. Uruguay.

_____. **A invasão paraguaia no Rio Grande do Sul:** apogeu e crise. In: NASCIMENTO, F. de A. de S. & TAMANINI, P. A. (Org). História, Cultura e subjetividades: abordagens e perspectivas. Teresina: ADUUPI, 2015. P. 181-202.

_____. **Mar del Plata:** dominação e autonomia no Sul da América: Argentina, Brasil, Uruguai (1810-1864). Porto Alegre: FCM Editora, 2016. 273 p. (Coleção Mar del Plata, 5).

MALERBA, Jurandir. **A história escrita:** teoria e história da historiografia. Org. Jurandir Malerba. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **História da historiografia e perspectiva global:** um diálogo possível? In: Esboços: histórias em contextos globais. Florianópolis, v. 26, p. 457 – 472, set./dez. 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Guerra contra Artigas (1816 – 1820). Disponível em: <<http://www.eb.mil.br>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

MORAIS, Cynthia. **Maravilhas do Mundo Antigo:** Heródoto, pai da História? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

MORRIS, Ian. **Guerra:** o horror da guerra e seu legado para a humanidade. Tradução de Luis Reyes Gil. São Paulo: LeYa, 2015.

NETO, Tomaz Espósito. **As relações Brasil – Paraguai:** do litígio da fronteira brasileiro-paraguaia (1962) à Ata das Cataratas (1966). Revista Estudos e Pesquisas sobre as Américas, vol. 7, nº 1/2013. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/231251578.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2021.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de direito processual penal** / Guilherme de Souza Nucci. – 17. Ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

O'LEARY, Juan E. **El libro de los heroes.** Librería La Mundial. Asunción, 1922.

_____. **El Mariscal Solano López.** 3 ed. Asunción: America. Ouro Preto, Visconde. (1981) A Marinha d'outrora: subsídios para a história. 3. Ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo:** a diversidade cultural no Brasil-nação. 2. ed. rev. e ampl. Petrópolis: Vozes, 2006.

PEREIRA JÚNIOR, Paulo Alves. **O jornal paraguaio “La Tribuna” e sua oposição ao regime cívico-militar de Alfredo Stroessner (1978-1983).** XXIX Simpósio Nacional de História – Contra os preconceitos: História e Democracia. Disponível em:

<https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502851459_ARQUIVO_texto_anpuh_2017.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2021.

PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos gerais de Uruguaiana**. Porto Alegre: Ed. Livraria Continente, 1942.

POMER, León. **A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rio-platense**. 2. ed. São Paulo: Global Editora, 1981.

POSSAMAI, Paulo César. **De núcleo de povoamento à praça de guerra: a Colônia do Sacramento de 1735 a 1777**. Topoi, v. 11, n. 21, jul.- dez. 2010, p. 23-36.

POZZO, Aníbal Orué; FALABELLA, Florencia; FOGUEL, Ramón. **Género y dictadura en Paraguay. Los primeros años del stronismo: El caso de los 108**. Asunción: Editorial Arandurã, 2016.

QUINET, Antonio. **Os outros em Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

RANCIÈRE, Jacques, 1940 – **Os nomes da história: ensaio de poética do saber**. Tradução Mariana Echalar. – 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014a.

_____. **A partilha do sensível**. São Paulo: EXO experimental; Editora 34, 2005b.

_____. **O conceito de anacronismo e a verdade do historiador**. In: SALOMON, Marlon (Org.) - História, verdade e tempo. Chapecó, SC: Argos, 2011c. 374 p. (Grandes Temas: 14).

RAMOS, Marcus Vinícius. **O Ditador Perpétuo José Gaspar Rodríguez de Francia, O Supremo: Um “Príncipe” na Bacia do Rio da Prata? Em Tempo de Histórias - Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília PPG-HIS, nº. 18, Brasília, jan/jul. 2011.**

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. **A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2015.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo I. Tradução: Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP. Papirus, 1994.

SANTO AGOSTINHO DE HIPONA (354 – 430 d.C). **Sobre a mentira / Santo Agostinho; tradução de Tiago Tondinelli – Campinas, SP: Ecclesiae 2016.**

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo: civilización y barbarie**. Elaleph, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A batalha do Avaí**. Rio de Janeiro, Sextante, 2013.

SEGATTO, Bruno Félix. **Ahí está el Brasil sin careta: representações e usos políticos da guerra e da ocupação do Paraguai na imprensa de Buenos Aires, 1870-1876**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto

de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2017.

SILVA, Jeremyas Machado. **Achados do imaginário**: o consumo da faiança fina em Uruguiana no final do século XIX. São Borja, RS: Ed. Faith, 2014.

_____. **A milonga e as narrativas na região do Pampa**. Estudios históricos – Año VII - Diciembre 2015 - Nº 15 – ISSN: 1688 – 531. Uruguay.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. Kalina Vanderlei Silva, Maciel Henrique Silva. – 2ª ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getúlio a Castelo (1930 – 1964). Tradução Berilo Vargas. – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOARES, Fabrício Antônio Antunes. **A historiografia da nação**: uma interpretação. In: Modernidade sem fronteiras: desenvolvimento e desigualdades entrelaçadas / organizadores: Airton Adelar Mueller, Fabrício Antônio Antunes Soares. – Unijuí: Ed. UNIJUÍ: EDIUNESC, 2018.

SOARES, Rodrigo Goyena. **Razões e sentidos do Conde d’Eu na Guerra do Paraguai**. In: Diário do Conde D’Eu, comandante em chefe das tropas brasileiras em operação na República do Paraguai. Organização, tradução e notas Rodrigo Goyena Soares. 1ª ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

SOARES, Rodrigo Goyena. Razões e sentidos do Conde D’eu na Guerra do Paraguai. In. D’EU, Conde. **Viagem militar ao rio Grande do Sul**: agosto a novembro de 1865. Com prefácio e 19 cartas do Príncipe Gastão de Orleans comentadas por Max Fleiuss. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1936.

SOERENSEN, Bruno. **O poder absoluto do Dr. Francia**. São Paulo: Arte e Ciência: Marília, SP: UNIMAR, Universidade de Marília, 1998.

SÓFOCLES. **Édipo rei/Sófocles**; tradução Mário da Gama Kury; apresentação Adriane da Silva Duarte. 1. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

SOLER, Lorena; QUINTEROS, Marcela Cristina. **O stronismo: uma gestão autoritária bem sucedida**. In: As revoluções na América Latina contemporânea: entre o ciclo revolucionário e as democracias restringidas / Marcela Cristina Quinteros, Luiz Felipe Viel Moreira (organizadores). Maringá, PR: Ed. UEM-PGH-História; Medellín, CO : Pulso & Letra : Universidad de Antioquia, 2017.

SOUSA, Cássio Vinícius Steiner de. **Filosofia Geral e Jurídica**. Editora Saga, 2018.

SQUARISI, Dad. **A arte de escrever bem**: um guia para jornalistas e profissionais do texto / Dad Squarisi; Arlete Salvador. 7. ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2012.

VELÁZQUEZ, Rafael Eladio. **Efraím Cardozo en la historiografía paraguaya**. Asunción, 1987.

VIERA, Cinthya Lorena Larrea. **Desafios da escrita da história da educação paraguaia**. VIII Congresso Internacional de História. XXII Semana de História. Universidade Estadual de Maringá. ISSN: 2175-4446. Maringá, 2017.

VILLELA, Urbano Lago. **Uruguiana, Atalaia da Pátria**. *O meio, o homem e a história*. Canoas: Editora La Salle, 1971.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas**. Locus, revista de História, Juiz de Fora, vol. 3, n. 1, p. 84-97. 2010.

WHITE, Hayden. **Meta – História: A imaginação histórica do século XIX**. – São Paulo, 1992.

WHITE, Richard Alan. **La primera revolución popular em América Paraguay (1810 – 1840)**. Asunción, 1989.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. **Das guerras Cisplatinas às guerras contra Rózas e contra o Paraguai**, in: Enciclopédia Rio-grandense, Editora Regional, Canoas, 1956.

YEGROS, Ricardo Scavone. **História das relações internacionais do Paraguai / Ricardo Scavone Yegros, Liliana M. Brezzo**. – Brasília: FUNAG, 2013. 187 p. (Coleção relações internacionais).

FONTES

PY-ANA-AHRP-1663 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-1749 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-2184 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-2190 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-2219 Archivo Historico de la República de Paraguay.
ANA-AHRP-PY-593-1-1 Archivo Historico de la República de Paraguay.
ANA-AHRP-PY-613-1-7 Archivo Historico de la República de Paraguay.
ANA-AHRP-PY-754-1-3 Archivo Historico de la República de Paraguay.
ANA-AHRP-PY-855-1-1 Archivo Historico de la República de Paraguay.
ANA-AHRP-PY-865-1-1 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-913-1-4 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-929-1-1 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-943-1-4 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-960-1-1 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-1578-1-3 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-2762-1-2 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-3173-1-1 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-3207-1-2 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-3207-1-2 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-3226-1-1 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-3598-1-2 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-3679-1-1 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-3680-1-2 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-3697-1-1 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-3726-1-2 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-3825-1-5 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-3955-1-1 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-4127-1-4 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-4129-1-3 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-4132-1-5 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-4190-1-1 Archivo Historico de la República de Paraguay.

PY-ANA-AHRP-4195-1-1 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-4196-1-1 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-4212-1-1 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-4390-1-2 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-4445-1-1 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-4544-1-4 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-4762-1-4 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-4969-1-1 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-5113-1-2 Archivo Historico de la República de Paraguay.
ANA-AHRP-PY-329-1-31 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-814-1-29 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-1382-1-5 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-1383-1-5 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-1385-1-4 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-1412-1-1 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-1570-1-3 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-1517-1-45 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-4613-1-11 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-4685-1-36 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-4355-1-18 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-4131-1-94 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-4019-1-10 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-4025-1-38 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-4031-1-16 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-4072-1-26 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-3933-1-10 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-3822-1-56 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-3148-1-18 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-2495-1-12 Archivo Historico de la República de Paraguay.
PY-ANA-AHRP-2532-1-15 Archivo Historico de la República de Paraguay.

I-ACN-05.01.1864-RB.d[p01] Arquivo da Casa Imperial do Brasil.

I-ACN-05.01.1864-RB.d[p04] Arquivo da Casa Imperial do Brasil.

I-ACN-06.02.1864-Mau.d[p01] Arquivo da Casa Imperial do Brasil.

I-ACN-06.02.1864-Mau.d[p04] Arquivo da Casa Imperial do Brasil.
 I-ACN-24.04.1865-Mau.d[p01] Arquivo da Casa Imperial do Brasil.
 I-ACN-24.04.1865-Mau.d[p04] Arquivo da Casa Imperial do Brasil.
 I-DBM-23.04.1865-Pll.B.d[p01] Arquivo da Casa Imperial do Brasil.
 I-DBM-23.04.1865-Pll.B.d[p02] Arquivo da Casa Imperial do Brasil.
 I-DBM-23.04.1865-Pll.B.d[p03] Arquivo da Casa Imperial do Brasil.
 I-DBM-23.04.1865-Pll.B.d[p04] Arquivo da Casa Imperial do Brasil.
 I-DBM-23.12.1865-Pll.B.d[p01] Arquivo da Casa Imperial do Brasil.
 I-DBM-23.12.1865-Pll.B.d[p02] Arquivo da Casa Imperial do Brasil.
 I-DBM-23.12.1865-Pll.B.d[p04] Arquivo da Casa Imperial do Brasil.
 I-DBM-07.04.1868-Pll.B.d[p01] Arquivo da Casa Imperial do Brasil.
 I-DBM-07.04.1868-Pll.B.d[p02] Arquivo da Casa Imperial do Brasil.
 I-DBM-07.04.1868-Pll.B.d[p04] Arquivo da Casa Imperial do Brasil.
 II-DVI-17.03.1867-Orl.d-[d01-p01] Arquivo da Casa Imperial do Brasil.
 II-DVI-17.03.1867-Orl.d-[d01-p02] Arquivo da Casa Imperial do Brasil.
 II-DVI-17.03.1867-Orl.d-[d01-p03] Arquivo da Casa Imperial do Brasil.

Atlas Historico da Guerra do Paraguay. Organizado pelo 1º Tenente E. C. Jourdan sobre trabalhos seus e de outros officiaes da mesma commissão. Publicado na Lithographia Imperial de Eduardo Rensburg. Rio de Janeiro – 1871. Disponível em:<
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1025252/cart1025252.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2021.

Iconografia do Imperador D. Pedro II e os genros Conde d'Eu e Duque de Saxe quando estiveram em Uruguaiana. Disponível em:
 <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1387682_90/icon1387686.html> Acesso em: 28 jul. 2021.

Plano topográfico de la villa Uruguayana con las posiciones de los ejércitos aliados en el dia 18 de Setiembre de 1865 [Cartográfico] / levantado por el ingeniero F. A. Grivot. Disponível em:
 <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=28821> Acesso em: 28 jul. 2021.

Mapa do curso do Rio Uruguai de 1871 mostrando as principais cidades fronteiriças e os limites entre Argentina, Brasil e Uruguai. Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart512309/cart512309.html> Acesso em: 15 jan. 2022.

SAGUIER, José María Cardozo. **Entrevista sobre Efraím Cardozo** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida <jm.cardozosaguier@fca.com.py> em 24 jan. 2019.

_____. **Fotos de Efraím Cardozo** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida <jm.cardozosaguier@fca.com.py> em 20 abr. 2021.

ANEXO A – TERRITÓRIO PARAGUAIO ENTRE 1864 E 1870



Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/9/92/Karte_Tripel-Allianz-Krieg.png/1200px-Karte_Tripel-Allianz-Krieg.png Acesso em: 05 jan. 2022.